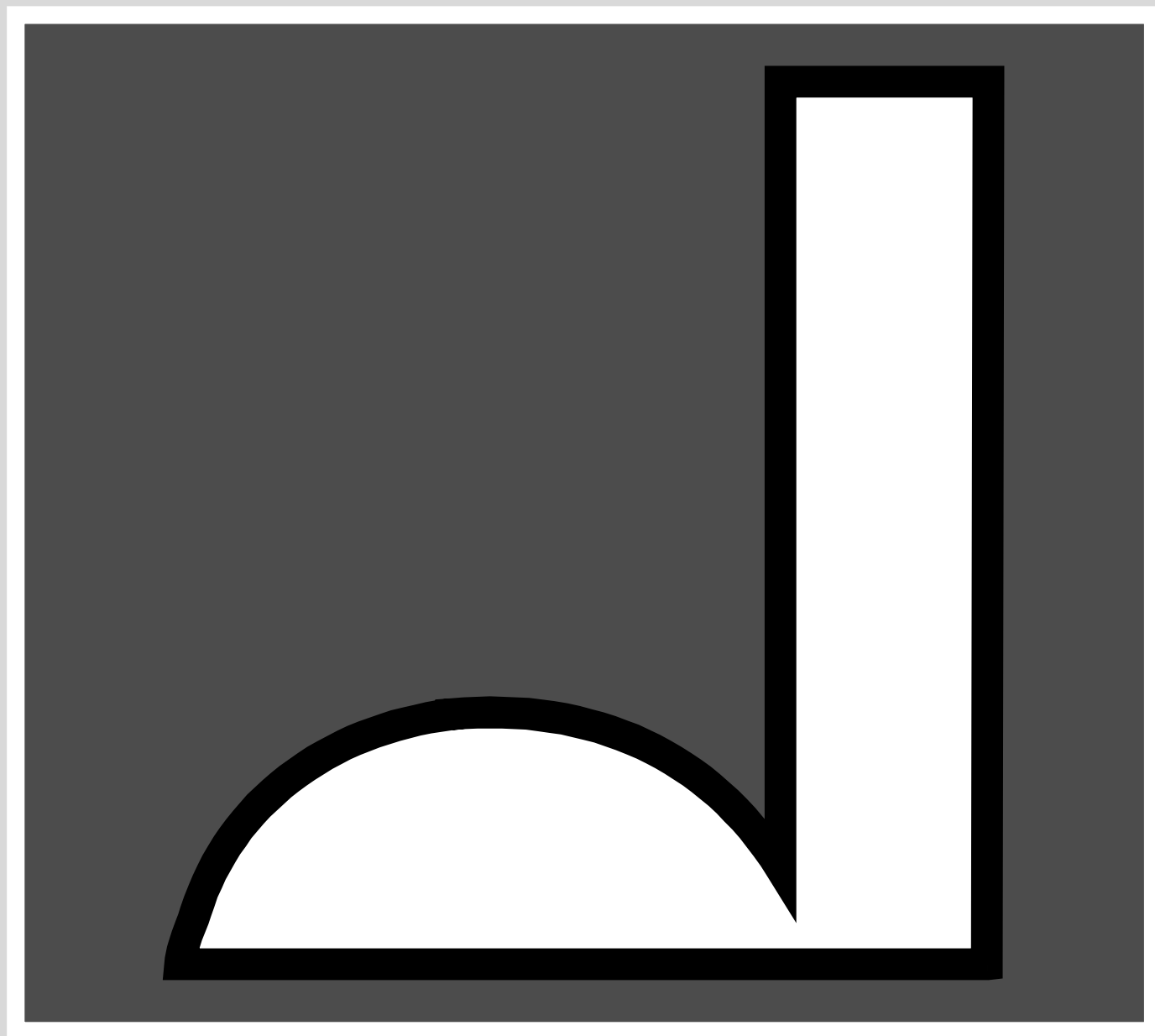




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 039 - TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE ABRIL DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 196, de 2001-CN (nº 315/2001, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 3, de 2001-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., crédito especial no valor de R\$2.239.740,00 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 05687

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 3, de 2001-CN, constante de mensagem presidencial lida anteriormente. 05689

Recebimento do Ofício nº S/8, de 2001 (nº 768/2001, na origem), de 5 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando relatório sobre operação de troca de títulos, que resultou na emissão, pelo Governo brasileiro no mercado internacional, de US\$2,150,000,000.00 (dois bilhões, cento e cinquenta milhões de dólares estadunidenses), em títulos do tipo Global, utilizados para retirar do mercado bônus do tipo Brady, em igual valor, e que foi conduzida por aquele Órgão, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, tendo sido concluída em 22 de março de 2001, que esclarece, ainda, que a tradução correspondente, está sendo providenciada para oportuna remessa a esta Casa. À Comissão de Assuntos Econômicos. 05689

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Necessidade de apuração de denúncias publicadas no jornal O Globo, segundo as quais índios yanomamis estão sendo utilizados para expe-

riências patrocinadas pelo governo norte-americano. Defesa da participação do Senado Federal no processo de demarcação das terras indígenas. 05689

SENADOR RAMEZ TEBET – Elogios aos esforços do Ministério da Saúde no sentido de proporcionar à população, remédios mais baratos com a adoção dos produtos genéricos. Críticas à falta de controle do Governo aos surtos endêmicos no País. 05693

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Registro do relatório da Subcomissão de Cinema do Senado, que cria, em caráter permanente, a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. 05695

SENADOR EDISON LOBÃO – Elogios ao trabalho desenvolvido no Maranhão pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, no beneficiamento de coco babaçu. ... 05710

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Esclarecimentos sobre indagações de jornalistas a respeito de um possível envolvimento de S. Exª no episódio da lista de votação da sessão em que cassou o mandato do ex-Senador Luiz Estevão. 05711

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 9, de 2001, de autoria do Senador Freitas Neto, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Infra-Estrutura e Assuntos Regionais. Anexado ao Projeto de Resolução nº 81, de 1999. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora. 05711

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre a Campanha da Fraternidade deste ano, realizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, sobre o tema: “Vida sim, drogas não”..... 05712

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Associa-se ao discurso do Senador Pedro Simon, com relação à Campanha da Fraternidade. . 05792

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Esclarecimentos sobre denúncias veiculadas recentemente pela revista **IstoÉ** relativas à quebra do sigilo das votações secretas. Cobranças ao Governo Federal de apurações das denúncias publicadas na revista **Veja** sobre irregularidades na Sudam. 05792

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 187, de 2001, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando votos de congratulações em homenagem ao 110º aniversário do Jornal do Brasil. Será votado na próxima sessão deliberativa ordinária. 05801

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Preocupação com a biopirataria na Amazônia e a inércia do Governo Federal na defesa de nossos recursos naturais. 05801

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Importância da criação da Corregedoria-Geral da União, saudando a designação da Procuradora Anadyr de Mendonça Rodrigues para exercer a direção da parte. 05803

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Congratulações à Sociedade Brasileira de Cardiologia pela promoção da XXI Semana do Coração, realizado em setembro último para comemorar o transcurso do “Dia Mundial do Coração”, no Brasil. 05804

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Homenagens pelo transcurso dos 50 anos de existência do Colégio Christus, no Ceará. 05805

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Edison Lobão, proferido na sessão de 6 de abril de 2001. 05806

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Convocação da 5ª Reunião, a realizar-se no dia 18 de abril de 2001, quarta-feira, às 17 ho-

ras, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o foneticista Profº Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, do Instituto de Pesquisa e Processamento de Som, Imagens e Texto Ltda., de Campinas – SP, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001..... 05809

4 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 135 a 139, de 2001. 05810

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 636, de 2001, referente à servidora Sinaide Nascimento da Silva Santos. 05816

Nº 637, de 2001, referente à servidora Maria de Fátima Pereira Jaegger. 05817

Nº 638, de 2001, referente à servidora Ana Alves Gonçalves de Araújo. 05818

Nº 639, de 2001, referente à servidora Livia Santos Gomes da Silva. 05819

Nº 640, de 2001, referente à servidora Silvia Regina Giordani Pereira..... 05820

Nº 641, de 2001. 05821

Nº 642, de 2001, referente à servidora Aurora Pereira Cavalcante França. 05822

Nºs 643 a 645, de 2001. 05823

Nº 646, de 2001, referente à servidora Erika Amado Freire. 05826

Nº 647, de 2001, referente ao servidor Francisco Petrus Neto..... 05827

Nº 648, de 2001, referente ao servidor Egnaldo Rocha Costa. 05828

Nºs 649 a 654, de 2001. 05829

Nº 655, de 2001, referente à aposentadoria do servidor João Carlos Gomes. 05835

6 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 31ª Sessão Não Deliberativa em 9 de abril de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 196, DE 2001-CN

(Nº 315/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., crédito especial no valor de R\$2.239.740,00, para os fins que especifica".

Brasília, 5 de abril de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 62/MP

Brasília, 2 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência, em conformidade com o prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, com parecer favorável deste Ministério, o anexo projeto de lei, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, aprovado pela Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, crédito especial no valor total de R\$2.239.740,00, em favor do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC, que passou para o controle da União, em decorrência de renegociação das dívidas do Estado de Santa Catarina com o Tesouro Nacional, com vistas à sua posterior desestatização.

2. Cabe ressaltar que o Orçamento de Investimento das empresas estatais federais, para 2001, foi elaborado em agosto de 2000 e aprovado pela

Lei nº 10.171/2001. Assim, considerando que não foi possível a inclusão da programação do BESC no Projeto da Lei Orçamentária para 2001, uma vez que a transferência do seu controle acionário para a União ocorreu somente no final do mês de agosto de 2000, toma-se imprescindível aprovar a dotação orçamentária, mediante abertura de crédito especial, com a finalidade de dotá-lo de recursos orçamentários suficientes para o desempenho de suas atividades no corrente exercício.

3. O crédito solicitado destina-se à manutenção da infra-estrutura de atendimento e à manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento da rede de dependências do BESC.

4. Os recursos necessários à cobertura das despesas decorrentes da presente suplementação são oriundos de geração da própria instituição.

5. São essas as razões que levam a propor a Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que abre crédito especial ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., no valor de R\$2.239.740,00.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., crédito especial no valor de R\$2.239.740,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito especial no valor de R\$2.239.740,00 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil e setecentos e quarenta reais), em favor do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são de geração da própria empresa, conforme indicado no respectivo "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 2.239.740		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 694 SERVIÇOS FINANCEIROS		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		509.011 1.730.729
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS 25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.239.740
TOTAL		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		2.239.740 2.239.740 2.239.740
TOTAL DA RECEITA ... 2.239.740 RECEITAS CORRENTES ... 2.239.740 RECEITAS DE CAPITAL ... 0		

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25271 - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.239.740		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 694 SERVIÇOS FINANCEIROS		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		509.011 1.730.729
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.239.740
TOTAL		2.239.740
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		2.239.740 2.239.740 2.239.740
TOTAL DA RECEITA ... 2.239.740 RECEITAS CORRENTES ... 2.239.740 RECEITAS DE CAPITAL ... 0		

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25271 - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R U P O	M O D	I N D I C E	F I T E	VALOR
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL								509.011
		ATIVIDADES						
23 694	0781 4106	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						509.011
23 694	0781 4106 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL						509.011
		AGENCIA MANTIDA (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	509.011
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.730.729
		ATIVIDADES						
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						1.730.729
23 694	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						1.730.729
		ATIVO MANTIDO (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	1.730.729
TOTAL - INVESTIMENTO								2.239.740

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.171, DE 10 DE ABRIL DE 2001

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Do Expediente lido consta mensagem presidencial encaminhando o Projeto de Lei nº 3, de 2001-CN, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 14/4 publicação e distribuição de avulsos;

Até 22/4 prazo final para apresentação de emendas;

Até 27/4 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 7/5 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/8, de 2001 (nº 768/2001, na origem), de 5 do corrente, encaminhando, nos termos do art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, relatório sobre operação de troca de títulos, que resultou na emissão, pelo Governo brasileiro no mercado internacional, de dois bilhões, cento e cinquenta milhões de dólares estadunidenses, em títulos do tipo **Global**, utilizados para retirar do mercado bônus do tipo **Brady**, em igual valor, e que foi conduzida por aquele Órgão, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, tendo sido concluída em 22 de março de 2001.

Esclarece, ainda, o referido expediente que a tradução correspondente está sendo providenciada para oportuna remessa a esta Casa.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, um dos temas muito tratados pela mídia nacional diz respeito à preservação da cultura, à preservação dos nossos índios. No entanto, é interessante observar que, quando se trata efetivamente de defender nossos índios, não vemos ações concretas, seja por parte dos órgãos encarregados de fazê-lo na esfera federal, seja até mesmo por certas instituições que se intitulam, constantemente, defensoras dos índios, de seus valores, de suas vidas.

Sr. Presidente, quero aqui uma matéria publicada no jornal **O Globo**, de 30 de março, sob o título "Índios ianomâmis vão processar governo dos Estados Unidos. Objetivo é evitar uso de material genético sem autorização".

Diz a matéria:

Os índios ianomâmis vão mover um processo judicial contra o governo dos Estados Unidos por uso indevido de material genético coletado na comunidade sem o seu consentimento. A ação está sendo preparada pela Comissão Pró-Yanomami, formada por antropólogos e indigenistas brasileiros. A entidade impediu recentemente na justiça americana a tentativa de um empresário de se apropriar da marca "yanomami.com".

O objetivo da nova ação é impedir, entre outras formas de exploração indevida, o patenteamento de material genético ianomami. Os índios, segundo a comissão, foram usados como cobaias e muitos morreram em consequência de experiências financiadas pelo governo americano.

Sr. Presidente, é interessante até repetir esta frase: "Os índios, segundo a comissão, foram usados como cobaias e muitos morreram em consequência de experiências financiadas pelo governo americano".

Essa denúncia veiculada pela Comissão Pró-Yanomami é da maior gravidade. Contudo, do dia 30 de março para cá, não vi posicionamento algum de autoridade brasileira, seja da Funai, seja do Ministério da Justiça.

Diz mais o artigo: "Os ianomâmis estudam também pedir reparação por danos causados pela coleta de amostras de sangue".

Então, uma entidade financiada pelo governo norte-americano estava não só fazendo experiências

que, segundo essa denúncia, resultavam na morte de muitos índios ianomâmis, como também estava coletando sangue sem que os índios tivessem conhecimento do que se tratava e para que se tratava.

E prossegue a matéria: "A Presidente da Comissão, a antropóloga Alcida Rita Ramos, disse que até mesmo o Projeto Genoma precisa de acordo prévio para utilizar o material dos ianomâmis. As amostras de sangue estão nos laboratórios das universidades da Pensilvânia e de Michigan, sendo utilizadas para novas pesquisas pelo Human Diversity Genome Project."

Portanto, é uma denúncia seriíssima, que esperamos seja apurada pela Funai e pelo Ministério da Justiça, principalmente; mas o Congresso Nacional não pode permanecer alheio à denúncia.

Continua o artigo do jornal **O Globo**:

– Vamos impedir todo tipo de uso indevido ou sem acordo prévio – disse Alcida.

Ela participou do fórum "Ciência, ética e poder", promovido pelo programa de doutorado em Antropologia e História da Universidade de Michigan (EUA), no início deste mês. O fórum discutiu a repercussão internacional da pesquisa realizada pelo geneticista e pesquisador daquela universidade, James Neel, com os ianomâmis, nos anos 60 e 70. A pesquisa foi financiada pela Agência de Energia Nuclear dos Estados Unidos.

Ora, Srs. Senadores, uma matéria como essa, publicada num jornal de grande conceito e circulação como o jornal **O Globo**, que diz claramente que os índios ianomâmis estão sendo utilizados como cobaias, sendo que vários deles morreram em virtude de experiências, e mais, que o seu sangue, obtido de maneira no mínimo fraudulenta, encontra-se em instituições e universidades norte-americanas sem o consentimento prévio dos índios nem, esquisitamente falando, da própria Funai e do Ministério da Justiça, é realmente de estarrecer. A nossa Amazônia, onde se encontram os índios mais primitivos – digamos, está sendo invadida e servindo de palco para experiências as mais diversas.

Então, Sr. Presidente, ao fazer este registro e pedir sua transcrição nos Anais do Senado, espero que V. Ex^a oficie ao Ministério da Justiça, a fim de obter esclarecimentos sobre tão grave denúncia, que não pode passar em branco, como vem sendo, desde 30 de março passado.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a tem toda a razão. Aliás, venho observando a sua atuação e vejo que V. Ex^a está muito preocupado. V. Ex^a é um Senador que, representando Roraima, tem mostrado uma grande preocupação com os assuntos que atentam contra a soberania nacional e, no caso, atentam até contra a dignidade do ser humano. Os nossos índios são os primeiros habitantes; temos o dever e a obrigação de defendê-los. Não podemos permitir que eles sirvam de cobaia, de instrumento para experimentação científica. Há uma exploração política do índio brasileiro, feita pelas potências mais avançadas do mundo, que utilizam e mencionam os nossos índios, dizendo agir em sua defesa, quando, em verdade, estão interessadas na riqueza do solo brasileiro. Essa é a verdade. É isso que está acontecendo, por exemplo, na Região Amazônica, segundo denúncias que ouço da tribuna do Senado da República e leio nos jornais. E agora V. Ex^a traz à tribuna denúncias apontadas por jornais de que os índios estão sendo cobaias para experimentação científica. Isso repugna a consciência nacional. Parece que a ambição dos países mais ricos e poderosos chega a esse ponto. Isso, positivamente, merece nossa repulsa, e V. Ex^a faz bem em solicitar essas informações.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço, Senador Ramez Tebet, o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando Deputado, na década de 80, fiz uma denúncia – baseado em informações que recebi de um funcionário da Funai, que obviamente não podia se identificar – de que estavam sendo feitos testes entre os ianomâmis. Inclusive ele tinha conhecimento de que estavam sendo testadas vacinas contra a malária – portanto, uma vacina experimental – entre os índios ianomâmis. E agora, duas décadas depois, vê-se uma instituição, uma ONG, denunciando claramente que houve experimentação, que os índios serviram de cobaias e que, em função dessas experiências, vários deles morreram.

Há décadas, portanto, organismos internacionais vêm atuando entre os nossos índios não só para mapeá-los do ponto de vista geográfico, mas também para utilizá-los de maneira cruel. Os índios estão servindo de cobaias. Estão buscando entre os índios ianomâmis, que ainda são primitivos, uma forma de ex-

perimentar vacinas em pessoas que ainda não sabem reagir, defender-se.

Aproveito para trazer essa matéria publicada no jornal **O Globo** para que sejam adotadas providências sobre algo que vem sendo feito há muito tempo.

Sr. Presidente, há os índios ianomâmis, ainda primitivos, mas que já têm contato com a chamada civilização branca. Há também os índios makuxis e wapixanas, que residem nas regiões leste e norte de Roraima e que já estão aculturados, integrados à comunidade; são servidores públicos, comerciantes, enfim, pessoas que tem um dia-a-dia igual ao da comunidade onde residem. No entanto, também não querem abrir mão de sua cultura, de suas tradições.

Sr. Presidente, foi publicada em jornal outra denúncia versando sobre índios antropológicamente mais civilizados:

Líder Indígena denuncia que sofre ameaças de morte.

O líder indígena na região do Surumu, Miracélio Peixoto, juntamente com sua mulher, Laiza de Souza Peixoto, estiveram ontem na redação do BrasilNorte para denunciar que estão sofrendo ameaças de serem mortos e expulsos da própria casa, no entroncamento de Surumu, reserva indígena de São Marcos.

Peixoto reclamou que, enquanto deveria estar recebendo apoio de entidades como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Meio Ambiente (Ibama), Igreja Católica e algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), como a TWM, que se dizem defensoras dos índios, fazem o contrário: incitam uns contra os outros, pressionam aqueles que não compactuam com o que chama de indiferença e preconceito.

O indígena denuncia que está sendo vítima de calúnia e difamação, sofrendo agressões verbais e físicas, pelos próprios índios ligados às entidades que não o apoiam, que tentam impedi-lo de trabalhar.

Isso porque ele e sua família moram num entroncamento de grande movimentação, mantêm um pequeno comércio do qual sobrevivem, mas já tiveram sua casa invadida várias vezes por índios que tentaram tirá-los à força.

"Estou denunciando para mostrar ao povo de Roraima o que realmente está acontecendo e pedir das autoridades providências urgentes, pois nem mesmo nós, índios, estamos tendo o direito de morar no que é nosso, pois a Igreja e as ONGs pedem demarcação de terras, mas não para nós", critica.

Por isso, Miracélio Peixoto declara que ele, juntamente com todas as lideranças e comunidades indígenas ligadas às entidades como a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas (Alidicir) e Arikon são veementemente contra a demarcação contínua, exigindo urgência na definição da demarcação em ilhas.

"Quero aproveitar e dizer que estou recebendo total apoio da Alidicir, Arikon e Sodiur, enquanto que as outras entidades que procurei negaram ajuda e ainda estão usando tuxauas de outras comunidades para me ameaçar e agredir", desabafa.

Ora, Sr. Presidente, vemos aqui duas denúncias diferentes. De um lado, uma ONG denunciando que os índios ianomâmis – os índios mais primitivos existentes na Amazônia – estão sofrendo esse tipo de exploração por parte de instituições internacionais – do Governo dos Estados Unidos. De outro lado, há também instituições não-governamentais que estão colocando índios contra índios; os que não concordam com algum tipo de procedimento são perseguidos ou ameaçados pelos próprios índios que são manipulados por outras instituições.

Vejam como a política indigenista do País está entregue realmente ao deus-dará. Não existe uma orientação, uma fiscalização eficiente e muito menos a preocupação com um problema tão sério como esse.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, conceda-me V. Ex^a mais um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Tenho a mesma preocupação que V. Ex^a. Sou um homem preocupado em defender os primeiros habitantes do nosso País. São as pessoas que os portugueses encontraram no Brasil quando aqui chegaram. Por um lado,

V. Ex^a trata da questão da demarcação de terras, assunto que me preocupa, porque a segunda maior população indígena está no Estado do Mato Grosso do Sul. Categoricalmente, defendo que os índios têm de ter um pedaço de chão, deve ser-lhes reservado um pedaço de chão. Eles não podem ficar a esmo, peregrinando, sem ter um pedaço de chão para morar, trabalhar, cultivar, plantar. Os índios das mais diversas tribos precisam de um pedaço de chão, inclusive para continuar a cultivar seus hábitos, suas tradições, suas culturas. V. Ex^a põe o dedo na ferida porque não existe uma política indigenista no País. Isso está ao desus-dará. Está para surgir quem implemente uma política que coloque verdadeiramente as coisas nos seus devidos lugares. No meu Estado, por exemplo, há vários problemas de terras. Há terras amplamente consolidadas, com títulos de mais de 50 anos que, todavia, estão ameaçadas. Com isso, o setor produtivo do Estado fica parado. No Estado do Mato Grosso do Sul, há os sem-terra invadindo as propriedades, não o cumprimento das ordens judiciais não são cumpridas. De outro lado, quase todo o território se encontra ameaçado com demarcação de terra. Como se vai ter tranquilidade para trabalhar e produzir? Fico-me perguntando se é tão difícil de marcar um pedaço de chão para se dar aos índios. Aqueles que são proprietários vivem atormentados. Recebo apelo veemente e procuro as autoridades competentes, com a finalidade de evitarmos um conflito, de acertarmos a questão, pois é hora de anteciparmos-nos; e em vão, nada é feito de concreto. Então, fica aquele clima indesejável, porque o conflito existe. Também há ameaça constante da parte do índio, que, não tendo terra, quer invadi-la, julgando que lhe pertence. Há bastante terra para ser distribuída, basta que haja uma política para atender aos dois lados: para preservar a cultura indígena e para que haja paz, e todos possam trabalhar e produzir. Pedi outra vez aparte a V. Ex^a porque este assunto também diz respeito ao meu Estado, Mato Grosso do Sul: lá, recebem os índios, do nos de terras e todos estão muito inquietos com a situação vigente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Senador Ramez Tebet, agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero terminar meu pronunciamento abordando, Senador Tebet, justamente a questão da demarcação de terras indígenas.

O que vimos aqui? A denúncia de uma organização não-governamental de que os índios ianomâmis estão sendo vítimas de experimentos, sendo cobaias e que vários deles morreram. E mais, que o material genético coletado irregularmente, amostras de

sangue deles, está em universidades americanas. Por outro lado, vimos um índio denunciando e reclamando proteção; diz estar sendo ameaçado por outros índios que pertencem a outra organização não-governamental, quer dizer, trata-se já de uma briga intra-étnica.

Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar meu pronunciamento referindo-me a um recente artigo publicado pelo ex-Ministro Jarbas Passarinho, cujo título é: "O ministro e a terra ianomâmi". O ex-ministro, em resposta ao Ministro Geraldo Quintão, que esteve no Estado de Roraima, deu uma declaração de que S. S^a considerava que a forma como foi demarcada a terra ianomâmi foi no mínimo uma leviandade, porque foi demarcada com pressa e de maneira errada. O ex-Ministro Jarbas Passarinho, para responder ao Ministro Quintão, aproveitou-se do seu artigo e disse, ao final do seu arrazoado, que era Ministro da Justiça na época e que foi S. S^a quem assinou a portaria demarcando a terra indígena:

Não me surpreende a leviandade de políticos de Roraima ao dizerem que não observamos "nenhum critério na demarcação feita só olhando o mapa". É que os políticos sabem que os índios não votam..."

Ora, Sr. Presidente, o ex-Ministro Jarbas Passarinho me autoriza a também chamá-lo de leviano ao dizer que os políticos de Roraima são levianos, porque, no mínimo, comete a leviandade de colocar todos no mesmo nível – e aqui quero, inclusive, defender a todos os políticos de Roraima, já que S. S^a me incluiu no contexto de todos –, porque leviandade é fazer uma afirmação dessas quando nenhum político de Roraima tinha se manifestado, e sim o Ministro Geraldo Quintão.

Nós, sim, temos legitimidade para discutir essa questão – e, aliás, qualquer demarcação de terras indígenas e de reserva ecológica deveriam ser no mínimo fruto de debate no Senado, que é a Casa que representa os Estados. Isso implica tornar da União, as terras que deveriam ser ou são do Estado.

Da mesma forma, como não quero colocá-lo no mesmo "saco" e dizer que ele pertenceu ao regime de exceção, que ele pertenceu à ditadura, eu também gostaria que ele tivesse o mesmo respeito quando falasse dos políticos de Roraima.

Repilo, portanto, a afirmação do ex-Ministro Jarbas Passarinho, e concluo dizendo, Sr. Presidente, que, nesta questão indígena, o Brasil precisa ter rumo e comando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para dizer que reconheço o esforço do Ministério da Saúde no sentido de fazer valer o preceito constitucional que afirma ser a saúde um direito de todos e um dever do Estado. O bem maior que uma pessoa humana tem, a maior riqueza do ser humano é a saúde. Portanto, o Estado tem o dever indeclinável de proteger a saúde de seus cidadãos, a saúde da sociedade.

Sei que tem sido um esforço muito grande a luta do Ministério da Saúde e reconheço que grandes passos foram dados. A luta travada contra a ganância dos laboratórios merece o nosso aplauso porque, no Brasil, nada teve seu preço mais majorado do que os medicamentos. E medicamentos importantes, medicamentos básicos, como os que combatem a pressão arterial, a tuberculose, os vários tipos de câncer e tantas outras doenças inerentes a uma parcela ponderável da sociedade, que tiveram os seus preços elevados até a estratosfera. O uso e o abuso dos laboratórios foram espantosos, diria até que eles abusaram criminosamente.

De sorte que provocaram e o Ministério da Saúde resolveu enfrentá-los. Ponto para o Ministério da Saúde. Aplausos ao Ministro e a toda a sua equipe. Também aplausos pela idéia ótima de fazer prevalecer, de tentar impor ao mercado – com a finalidade de baixar custos e, assim, ajudar a população, que mais faz uso – os chamados genéricos, os quais ainda enfrentam resistência por parte dos brasileiros, que ainda não se acostumaram a eles. Todavia, esses medicamentos existem para contrabalançar o alto custo, um custo desenfreado, no Brasil.

Contudo, também temos de fazer uma crítica construtiva, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. As chamadas doenças endêmicas existem e são constantes em determinado local e atacam, em maior ou menor número, grande parcela da população. Os noticiários têm, de forma alarmante, veiculado que a dengue está se propagando em todo o território nacional. A doença passou a invadir os bairros de luxo, as melhores casas do nosso País; já não se restringe apenas à população mais humilde, em que há ainda falta de higiene e saneamento básico. A enfermidade está avançando de forma célere, exigindo as providências urgentes por parte do Ministério da Saúde. Dizem até que os recursos estão sendo mal aplicados, porque o

combate às doenças endêmicas, como também o trabalho em favor da saúde no Brasil estão sendo municipalizados, descentralizados, o que é desejo de todos nós. Mas esse processo, ora em transição, em fase de adaptação, ainda não conseguiu surtir os efeitos almejados. Determinadas doenças, como a dengue, têm-se alastrado por todo o território nacional. Notícias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Mato Grosso do Sul confirmam o avanço da dengue. Então, é preciso que, embora tenha o Ministério da Educação transferido praticamente os recursos e a responsabilidade para os Municípios, haja uma fiscalização do emprego dos recursos, com urgência.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço, com muita satisfação, V. Ex^a, ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Na semana passada, fiz um pronunciamento justamente abordando o recrudescimento de certas doenças no País. Inclusive enfermidades evitáveis por vacina, como a febre amarela, estão hoje atacando os importantes Estados de Minas Gerais, do eminente Senador Francelino Pereira, e de São Paulo. Doenças como a febre amarela, a dengue, a malária, a hanseníase, a tuberculose, para não citar outras doenças, vêm aumentando no Brasil, ao invés de estarem regredindo. Na semana passada o Ministro da Saúde disse que os Prefeitos eram responsáveis pelo aumento da dengue no Brasil, porque fizeram corpo mole durante o período eleitoral do ano passado. Vim à tribuna defender os Prefeitos, porque o que constatamos, pelo menos no meu Estado, é que as Prefeituras nem recebem os recursos nem são aparelhadas para combater adequadamente a dengue, a malária e outras doenças. Por exemplo, a tuberculose vem aumentando assustadoramente no País; somos o segundo país do mundo em números de casos de hanseníase, perdendo apenas para a Índia. O que é mais interessante é que, há um ano, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado um convite ao Ministro da Saúde José Serra, para vir dar explicação ao Senado da razão dessas doenças estarem voltando com toda força no País inteiro. Agora, como diz V. Ex^a, estão atingindo os grandes centros e, como saiu numa revista semanal, a elite brasileira. Talvez agora o assunto mereça ser debatido mais intensamente.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu não queria interrompê-lo,

mas é só para não deixar nenhuma dúvida: não estou aqui porque a doença chegou às elites, não. Aponte isso como um fator grave. Estou aqui em defesa da população por inteiro, porque penso, como V. Ex^a que entende mais que eu, que é inadmissível que doenças como a dengue, a febre amarela, a tuberculose, a hanseníase estejam aumentando no País, ao invés de diminuir, quanto mais recursos investidos, pelo menos segundo se diz, pelo menos segundo recursos aprovados aqui pelo Congresso Nacional através da criação de um tributo que é a CPMF, que, com certeza carrega muitos recursos, uma soma inestimável, nem eu sei calcular quanto arrecadamos até agora da CPMF para combater as doenças. Ora, e nós temos que prevenir!

Muitas dessas doenças, V. Ex^a sabe melhor que eu, devem ser combatidas preventivamente. Quer dizer, são doenças que advêm da falta de higiene, de saneamento básico, de educação. Talvez por isso que, em vez de falar, num determinado momento, em Ministério da Saúde falei em Ministério da Educação, porque para combater essas doenças também é preciso uma ampla campanha educativa por parte do Ministério da Saúde assim como do Ministério da Educação. Enfim, por parte do Governo como um todo.

Era isso que eu considero imprescindível e peço que V. Ex^a continue, por gentileza.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Quero deixar bem claro, pois não foi minha intenção – aliás não poderia fazê-lo – dizer que V. Ex^a está falando nesse assunto porque atingiu a elite. Ao contrário, V. Ex^a tem sido um Senador que se preocupa. O que estou falando é que agora a grande imprensa está se preocupando porque já atingiu a elite do País. No Rio de Janeiro assim como em São Paulo, as pessoas estão se contagiando com dengue; em Minas Gerais, febre amarela. É realmente alarmante pensar que o Brasil, no terceiro milênio, está tendo de volta doenças que Oswaldo Cruz já havia erradicado naquele tempo. Temos que mudar essa realidade. Por esse motivo, apresentei aquele requerimento na Comissão de Assuntos Sociais, convidando o Sr. Ministro a vir ao Senado dar explicações aos Srs. Senadores por que isso está ocorrendo. Não basta fazer um desabafo ou dizer uma frase de ímpeto, responsabilizando os prefeitos. É muito fácil ficar jogando a responsabilidade de um lado para o outro. Temos de fazer valer esse requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, para que o Sr. Ministro – como Senador que é – possa explicar-nos as razões para isso estar acontecendo. Como muito bem disse V. Ex^a, qual a razão

para tudo estar ocorrendo agora, sendo que a saúde, hoje, tem recursos como nunca teve na história do Brasil? E pior ainda, sendo o Ministro campeão da rede de rádio e de televisão, por que não usa esse tempo para fazer a campanha de educação que V. Ex^a reclama? Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o aparte de V. Ex^a está inteiramente incorporado ao meu pronunciamento, valendo mais do que o meu próprio pronunciamento.

Quero dizer a V. Ex^a que o Ministro José Serra é um democrata por excelência. É um homem do Senado da República, e acredito estar faltando oportunidade para S. Ex^a vir a esta Casa. É preciso reforçar esse requerimento. Tenho certeza de que o Sr. Ministro não deixará de comparecer ao Senado, porque, antes de ser Ministro, S. Ex^a é Senador. O Senador é eleito pelo povo, e o Ministro é escolhido pelo Presidente da República. Portanto, um Senador, quando se torna Ministro, continua com obrigações, principalmente perante os seus pares.

Estou de acordo com V. Ex^a urge uma explicação. Isso não pode mais ocorrer, pois estamos no Terceiro Milênio. Não podemos continuar lendo esses índices de pobreza e de miséria existentes em nosso País – tal qual a última publicação, que diz que, apesar de alguma melhora, o Brasil continua ainda como o campeão da pobreza e da má distribuição da renda no mundo. Até os países africanos estão à frente do Brasil em matéria de distribuição de renda. Positivamente, precisamos evitar esse título que em nada dignifica o Brasil.

Não podemos negar que este País está crescendo a olhos vistos perante o mundo. Recentes acontecimentos estão ajudando o Brasil e não podemos perder a oportunidade que estamos vendo pela frente. Até um crime quiseram praticar contra o Brasil, como no caso da carne – um procedimento desleal e repugnante. Mas feitiço virou contra feitiço. Agora, o mundo inteiro proclama que a carne brasileira é de primeira qualidade. Estão todos buscando a carne verde do Brasil, porque a carne que eles apontavam como saudável é imprestável para o consumo por parte dos seres humanos.

Mas, voltando ao meu assunto, é necessário que terminemos isso, uma vez que se trata de fato que afeta as populações mais pobres do nosso País. Não são brincadeira os casos de dengue que estamos constatando e que os jornais estão noticiando pelo Brasil inteiro. A febre amarela pensamos que já

tivesse sido exterminada, além de outras doenças endêmicas.

O meu registro desta segunda-feira, não obstante sua simplicidade, é feito em nome de toda a população brasileira, não apenas em nome do sul-mato-grossense. Não podemos mais ter sinais de tuberculose no Brasil; febre amarela, dengue, tudo isso tem que estar inteiramente eliminado. Volto a dizer: temos recursos para isso, temos que saber usar esses recursos e, como V. Ex.^a afirmou, vamos para os meios de comunicação, com ampla campanha educativa, para erradicar esse quadro que me parece muito triste para o Brasil e muito doloroso para a população brasileira, principalmente para a mais humilde, que carece daquela infra-estrutura indispensável para melhor qualidade de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira por vinte minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este documento que exhibo perante o Senado da República contém o Relatório da Subcomissão de Cinema, que funciona no espaço físico da Comissão de Educação. O título é O povo do cinema – Na busca da tela. Este texto é o resultado dos trabalhos da Subcomissão, presidida pelo Senador José Fogaça. Durante um ano e meio, estudamos os problemas do cinema brasileiro. Num sequência de sete audiências públicas ouvimos vinte e quatro convidados entre produtores e diretores de cinema, documentaristas, professores, autoridades do governo e pessoas da televisão. Pesquisamos velhos textos e trocamos dados e informações via Internet com mais de uma centena de pessoas. Ao final, produzimos esse estudo que é uma súmula do que encontramos de mais relevante na busca de soluções para os problemas do cinema no Brasil.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira, fazemos o relato da busca de soluções para os problemas do cinema, encerrando-a com o elenco de sugestões que a subcomissão colheu dos convidados que ouviu. A segunda parte é composta de anexos – o discurso original que pediu e justificou a criação da Subcomissão do Cinema e dois quadros sinóticos com as matérias relacionadas ao cinema em tramitação tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados. A terceira e última parte, denominada Anais da Subcomissão, contém o nome de todos os Senadores que dela participaram, o roteiro

sintético das audiências e as notas taquigráficas das audiências públicas.

O relato intitulado O povo do cinema – Na busca da tela está dividido em vinte capítulos breves, além de uma introdução, que podem ser agrupados em cinco blocos temáticos. No primeiro grupo de quatro capítulos, tratamos do desafio que é levar o Brasil às telas; das crises que marcam o nosso cinema, em especial a crise inerente ao atual modelo de produção, baseado na política de incentivos fiscais. No grupo seguinte, de três capítulos, analisamos os problemas do mercado de cinema no Brasil, com ênfase especial ao mercado de cinema na tevê. O último desses capítulos trata da promessa da tevê para o cinema, mostrando que não há futuro para o cinema sem o seu "casamento" com a televisão. No terceiro grupo, de quatro capítulos, começamos com os temas clássicos da produção, da distribuição e da exibição de filmes, passamos pelos temas da revolução do multiplex e da exclusão social e concluímos com uma proposta de construção de salas populares. No penúltimo grupo, de quatro capítulos, abordamos os curtas-metragens e os documentários, falamos das experiências do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e abordamos, de forma pioneira para uma comissão do Senado, o problema do ensino do cinema no Brasil. Por fim, no quinto e último grupo, de cinco capítulos, discutimos a complexa e difícil relação do cinema com o Governo. Há alguns impasses nessas relações e, ao mesmo tempo, uma sincera busca de entendimento. O povo do cinema está a pedir uma nova gestão para o cinema, e apresentamos as linhas mestras de uma renovada política pública para o setor. No último capítulo desse grupo, antecipamos a súmula das idéias estratégicas discutidas dentro do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica, o Gedic, criado há sete meses pelo Senhor Presidente da República para desenvolver um projeto de desenvolvimento para o cinema brasileiro. A grande novidade em discussão poderá ser a criação de uma nova agência reguladora federal, a Agência Nacional do Cinema – Ancine, a ser proximoamente anunciada.

A Subcomissão do Cinema, que era temporária, veio para ficar. Ela foi transformada, Sr. Presidente, pela Comissão de Educação, em dezembro do ano passado, na nova Subcomissão do Cinema, Comunicação Social e Informática, agora permanente. E esse estudo que ora apresentamos a V. Ex.^{as} será oferecido à nova subcomissão como ponto de partida para os seus trabalhos.

Sr. Presidente, solicito que esse novo estudo seja parte integrante deste pronunciamento, motivo pelo qual solicito a V. Ex^a a transcrição deste documento nos Anais do Senado, da pág.3 à pág.43, que contém todos os pontos fundamentais para a nova política do cinema.

Nesse momento, Sr. Presidente, seja-me permitido transmitir uma palavra de aplauso, de apreço e de gratidão aos titulares da Subcomissão do Cinema Brasileiro, que acaba de substituída pela Comissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Foram os seguintes Senadores: José Fogaça, Francelino Pereira, Maguito Vilela, Luiz Estêvão, Álvaro Dias, Lúcio Alcântara, Roberto Saturnino, Agnelo Alves, Gerson Camata, Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela, Geraldo Lessa, Artur da Távola, Sebastião Rocha, Luiz Otávio e Leomar Quintanilha. Também uma palavra de afetuoso agradecimento ao presidente da Comissão de Educação, senador Freitas Neto, e ao secretário executivo da Comissão, Dr. Júlio Linhares.

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática já foi criada e sucederá a comissão temporária da qual fui Relator. É constituída de sete titulares e sete suplentes. Os titulares são os Senadores: José Fogaça, Gerson Camata, Freitas Neto, Francelino Pereira, Lúcio Alcântara, Geraldo Cândido, Roberto Saturnino. E suplentes os Senadores: Valmir Amaral, Nabor Júnior, Geraldo Althoff, Carlos Patrocínio, Fernando Matuzalém e Eduardo Suplicy. Essa, Sr. Presidente, será a nova subcomissão permanente à qual será encaminhada toda a documentação relativa aos trabalhos concluídos pelo Relator com a colaboração dos membros da subcomissão.

Desejo, portanto, transmitir a todos os Senadores o nosso agradecimento e ao mesmo tempo comunicar que, de hoje em diante, o Senado Federal conta com um documento que mostra exuberantemente toda a problemática do cinema brasileiro e internacional. Na sexta-feira última levei ao Presidente da Comissão de Educação, Senador Ricardo Santo e ao Senador José Fogaça, Presidente da Subcomissão, exemplares deste documento. É um documento importante. É a primeira vez que isso acontece no Senado da República e em todo o Congresso Nacional. Hoje o Congresso Nacional, particularmente o Senado, é uma instituição ligada, fundamentalmente, com a problemática da cinematografia brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA
EM SEU DISCURSO:**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE CINEMA

O POVO DO CINEMA

NA BUSCA DA TELA

Presidente: Senador **José Fogaça**

Relator: Senador **Francelino Pereira**

Brasília, abril de 2001

Introdução

A indicação de Central do Brasil para o Oscar, em 1999, foi um acontecimento da maior relevância para o cinema brasileiro, despertando inusitado interesse entre a população, a tal ponto que, às vésperas da escolha, todos nós torcíamos por Walter Salles, Fernando Montenegro e o menino Vinícius de Oliveira, como se estivéssemos torcendo pelos craques brasileiros na Copa do Mundo.

Ao mesmo tempo em que dava uma inequívoca demonstração de vitalidade do cinema brasileiro, o filme despertou-nos para a crise sistêmica da nossa cinematografia, alertando-nos para o desafio de enfrentá-la dentro do Congresso Nacional.

Na ocasião, entendi de levar o assunto ao plenário do Senado e fiz três pronunciamentos, destacando o significado das indicações de Central do Brasil, para as categorias de Melhor Filme Estrangeiro e Melhor Atriz. Não me limitei, porém, ao merecido elogio. Considerei que era oportuno alertar o País para a urgência da adoção de políticas públicas para a recuperação do cinema brasileiro como expressão maior da cultura nacional.

No desmembramento natural dessa preocupação, propus, em 10 de maio de 1999, a criação, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, de uma subcomissão destinada a debater e buscar alternativas para enfrentar a crise do cinema brasileiro. A idéia mereceu calorosa acolhida e transformou-se em realidade, com a constituição da Subcomissão.

Instalada em 29 de junho de 1999, foi eleito seu presidente o nobre Senador José Fogaça (PMDB-RS), cabendo-me a honrosa missão de ser o relator.

A Subcomissão esteve em atividade de agosto de 1999 a dezembro de 2000, período em que se verificou um agravamento da crise do cinema, o que, de certa forma, contribuiu para o encaminhamento das questões e o surgimento de propostas.

1. Cf. nos Anexos, "Roteiro das Audiências."

Seus membros deliberaram ouvir produtores, exibidores, distribuidores e outros integrantes do chamado “povo do cinema.” Foram sete audiências públicas, das quais participaram 24 personalidades das mais diferentes áreas da indústria cinematográfica.¹

A contribuição deles recebida possibilitou a identificação dos problemas mais críticos do cinema. Mais do que isso, as sugestões então oferecidas ensejaram à Subcomissão o aprofundamento do debate sobre essa atividade cultural.

A complexidade da matéria, a diversidade de opiniões, muitas conflitantes, e o elevado número de sugestões abrangendo as mais diferentes áreas de atuação da indústria cinematográfica, permitiram à Subcomissão reunir extenso material crítico e informativo. Essa enorme massa de informações será agora analisada pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, criada em caráter permanente, para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Subcomissão anterior.

O DESAFIO DE LEVAR O BRASIL ÀS TELAS

Nosso desafio, o desafio de todos os brasileiros, é jogar o Brasil na tela, para que nos conheçamos melhor. Refiro-me à determinante necessidade de que nos falou Walter Salles, para quem a história de um povo está nos seus feitos, na sua alma, nos seus aglomerados urbanos, nos seus espaços rurais, nas suas cidades e vilas, nas favelas, nos lares e nas ruas. Na sua cultura, na sua tecnologia e na sua escrita.

É o cotidiano de um povo, de que o cinema é um dos meios que permanentemente buscam retratar essa história com imagens que as telas se incumbem de veicular. Se a história de um povo é também a escrita, no cinema ela se escreve com imagens, com as luzes e as sombras, com movimentos e ações.

Mas, infelizmente, não fomos ainda capazes de levar a todos os brasileiros essa forma de expressão, embora suas primeiras manifestações datem de 1895. Também, lamentavelmente, é mínima a presença de nossas imagens nas telas do mundo. Se não temos espaço aqui, nas salas de exibição do Brasil, muito menos lá fora.

E se há quem se disponha a ajudar o reerguimento do cinema, não falta quem se compraza em jogar pedras num caminho já de difícil tráfego.

Querem um exemplo?

Nas emanas em que se iniciaram os trabalhos da Subcomissão Especial, o cinema brasileiro sofreu duras críticas. Uma delas, veiculada pela revista **Veja** referia-se aos filmes nacionais como sendo “caros, ruins e você paga.”²

A condenação principal centrava-se no modelo atual de produção cinematográfica, baseado em incentivos fiscais — a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual. Por esse modelo, empresários utilizam de todos os recursos do imposto de renda para financiar filmes que, de outra forma, dificilmente seriam produzidos.

Isso acontece por dois fatores principais. Primeiro, a crônica de descapitalização dos produtores; segundo, a reduzida penetração

do cinema brasileiro no mercado. Devo insistir: no próprio mercado brasileiro.

De fato, as estatísticas informam que dos 70 milhões de ingressos anualmente vendidos no Brasil, menos de 10% são destinados a filmes nacionais. E 70 milhões de ingressos, vendidos em 1.400 salas, pouco representam para um País de 170 milhões de habitantes.

A dura realidade, que não ignoramos, é que a maioria desses nossos compatriotas vive inteiramente à margem da cultura, especialmente nos rincões mais distantes deste imenso País.

Para se ter uma idéia da dramaticidade desses números, basta lembrar que 150 milhões de ingressos são vendidos anualmente na França, um país de apenas 50 milhões de habitantes. Lá são 120 milhões de habitantes a menos, mas o total de ingressos vendidos é o dobro dos nossos. Lá são 4 mil salas exibidoras. Aqui são 1 mil e 400.

Se prosseguirmos nos comparativos, o drama é ainda maior quando confrontados com a realidade dos Estados Unidos. Lá são 300 milhões de habitantes, o dobro da população brasileira. Mas as salas são 24 mil, contra as nossas 1.400. E o total de ingressos vendidos atinge a cifra de 1 bilhão e 300 milhões. Aqui, lembramos, são apenas 70 milhões.

AS CRISES DO CINEMA

UM FILME QUE NÃO TERMINA

Para abordar a crise no cinema brasileiro, é indispensável uma referência, mesmo breve, aos diversos momentos de gestão que, desde o início do século passado, direcionaram o negócio do cinema no Brasil.

Do aparecimento do cinema no Brasil, em 1898, até 1934, predominou o livre mercado, sem praticamente qualquer interferência do Estado.

De 1898 até 1907, a produção e a exibição de filmes foi esporádica até porque, mesmo nas maiores cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não havia suprimento regular de energia elétrica.

Em 1907, com a inauguração da usina hidrelétrica de Ribeirão das Lages, o Rio de Janeiro passou a contar com suprimento estável e, em consequência, houve uma explosão na construção de salas de exibição e na produção local de filmes. As empresas exibidoras eram também produtoras.

O período que vai de 1907 até 1911, ficou conhecido como a Bela Époque ou Idade de Ouro do cinema brasileiro, não só pelo significativo volume de filmes produzidos, mas também pela sintonia entre exibidores e produtores.

A partir de 1912, as empresas exibidoras perdem interesse na produção e dão prioridade a filmes importados, de qualidade técnica superior e adquiridos ou alugados por uma fração mínima do que custaria produzir similares nacionais.

2. **Veja**, (30-6-99), pp. 114-119.

Poucos são os brasileiros que se aventuram na produção de longas metragens de enredo. A maioria se dedica aos chamados filmes de cavacção, uma espécie de filme promocional, feito sob encomenda.

Essa situação só se alterou significativamente com a Revolução de 30, movimento político que mudou profundamente as posições da classe política quanto ao papel do Estado na vida nacional.

A partir de 1930, até 1990, ao longo, portanto, de seis décadas, o negócio do cinema no Brasil desenvolveu-se sob forte influência do Estado. Esse foi um período em que a ideia do desenvolvimento reservava ao Estado papel crucial na indústria e regulamentação das atividades econômicas.

Dois subperíodos se destacaram nesse lapso de tempo.

O primeiro, marca o pelo regime do Estado Novo, de Getúlio Vargas, estendeu-se de 1934 a 1945. Nesse espaço, a principal ação do Estado foi a criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo, o INCE. O governo deixava ao sabor do mercado a parte nobre e mais comercial da atividade, ou seja, os filmes de longa-metragem e de enredo.

O segundo período foi marcado pelo regime de exceção e estendeu-se de 1968 até 1985. As principais incursões do Governo resultaram na criação do Instituto Nacional do Cinema, o INC, em 1966; da Empresa Brasileira de Filme, a Embrafilme, em 1969; e do Conselho Nacional do Cinema, o ConCine, em 1975. Com esses organismos, o Estado entrou também na produção de longas metragens de enredo e na promoção da reserva de mercado para o filme nacional em todos os seus segmentos.

A partir de 1985, com o fim do regime de exceção e a introdução da Nova República, o Estado começou a afastar-se, recolocando o cinema, ora mais ora menos, sob a égide do mercado. Introduziu-se, então, o modelo misto, baseado em Incentivos Fiscais, pelo qual o governo renuncia a até 3% do imposto de renda devido, desde que as empresas invistam o respectivo montante na produção de filmes.

Estabeleceu-se, assim, uma parceria entre Estado e Mercado na gestão do negócio cinematográfico e, dentro desse modelo, a crise atual do cinema caracterizou-se precisamente como uma crise de captação.

A CAPTAÇÃO

PARA FILMES DE CINEMA

O atual modelo de gestão do negócio cinematográfico é o dos incentivos fiscais, previsto na Lei nº 8.313/1991, a chamada Lei Rouanet, na Lei nº 8.401/1992, que dispõe sobre a autenticidade das obras audiovisuais na Lei nº 8.685/1993 (Lei do Audiovisual) e na Lei nº 9.323/1996.

A Lei Rouanet, restabelecendo princípios da Lei nº 7.505 de 1986 (Lei Sarney), instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. Dele fazem parte o Fundo Nacional da Cultura –

FNC, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART e o Incentivo a projetos culturais.

A Lei nº 8.401, além de definir o que é obra audiovisual, criou um sistema de informações e controle da sua comercialização e previu, em seu art. 7º, a associação de capitais em co-produções através da conversão de títulos da dívida externa.

A Lei do Audiovisual, criada especificamente para o cinema, trouxe dois dispositivos de captação. Seu artigo 1º permitiu o abatimento do Imposto de Renda, até o limite de 3% do valor de vi do por pessoas físicas e 1% do imposto de vi do por pessoas jurídicas, para investimento em certificados do audiovisual. Seu artigo 3º abriu a possibilidade para que as distribuidoras de filme estrangeiro atuantes no País investissem até 70% do imposto devido (15%) sobre suas remessas de lucro na produção de filmes brasileiros.

A Lei nº 9.323 ele vou para 3% o limite de de dução do imposto devido das pessoas jurídicas, prevista na Lei do Audiovisual, propiciando um maior aporte de recursos.

RELATÓRIO POR ANO DE CAPTAÇÃO DE PROJETOS AUDIOVISUAIS CINEMATOGRAFICOS (R\$)

Ano de Referência	Art. 1º (Lei 8.685)	Art. 3º (Lei 8.685)	Lei Rouanet (Lei 8.313)	Div. Externa Lei 8.401	Total de Captação
1985	17.028.377	4.030.992	8.055.982	-	29.115.351
1986	50.448.952	7.319.787	17.946.594	-	75.716.723
1987	75.080.001	3.848.491	34.240.931	-	113.169.423
1988	39.512.447	3.999.707	30.188.457	-	73.700.711
1989	36.528.740	4.017.646	19.303.018	952.853	60.800.057
1990	11.955.043	3.637.020	21.727.171	5.506.668	42.894.912
Total Geral	238.461.560	28.823.653	131.462.623	6.458.521	395.197.177

Fonte: SAV / MinC (janeiro de 2001)

A tabela abaixo mostra a evolução do quadro de captação, em cada um dos dispositivos legais acima mencionados.

Os valores da coluna do Art. 1º mostram duas fortes oscilações da arrecadação ao longo dos últimos seis anos: de 1998 em relação a 1997 e de 2000 em relação a 1999. No primeiro caso, a incerteza gerada pela crise que se instalou na Ásia e, em seguida, na Rússia e estendeu-se a todos os mercados emergentes, incluindo o Brasil.

No segundo caso, a razão mais plausível está possivelmente associada aos episódios que envolveram a produção dos filmes Chatô e O Guarani, de Guilherme Fontes e Norma Benguel, respectivamente, os quais levaram o Governo a adotar medidas de restrição ao processo de captação. Tais restrições envolvem maiores exigências na autorização para captar e a limitação da recompra, agora autorizada somente após o término do filme.

Os valores da coluna do Art. 3º mantiveram relativa estabilidade de ao longo do período, a despeito da crise. Até o ano 2000, somente uma distribuidora internacional, a Columbia Tristar, da Sony, fez uso do artigo 3º da Lei do Audiovisual. A partir deste ano a captação deve crescer através desse dispositivo, com a adesão já formalizada em acordos de co-produção de mais duas distribuidoras, a Warner e a Fox. O investimento conjunto, com a Conspiração e a Total Filmes, será de mais de 30 milhões de reais, nos próximos três anos.

Na coluna da Lei Rouanet, os valores mostram uma queda significativa entre 1997 e 1999, com uma ligeira recuperação no ano 2000 em relação ao ano anterior. Essa queda relativa na receita pode ser atribuída também à crise econômica, que afetou a lucratividade das empresas.

Os números mencionados na coluna da dívida externa revelam um fato alvissareiro: o uso do dispositivo que permite a conversão de títulos da dívida externa na produção cinematográfica. Essa forma de captação iniciou-se em 1999, com R\$952 mil, já ultrapassa, com R\$5.5 milhões em 2000, a média dos recursos captados através do artigo 3º da Lei do Audiovisual.

A análise da última coluna, relativa ao total da captação, mostra que, nos últimos seis anos, a média anual da receita foi da ordem de R\$66 milhões, com um pico de R\$113 milhões em 1997 e uma acentuada redução em 2000 (R\$42 milhões), em relação a 1999 (R\$60.8 milhões).

De 1995 para cá, houve investimentos de R\$350 milhões em cinema. Foram 116 longas metragens, 202 curtas metragens, 80 documentários, com mais de 50 mil empregos criados ou mantidos. Isso pode parecer muito, mas, ao câmbio atual, corresponde a cerca de US\$170 milhões de dólares. Ora, somente o filme americano Titanic (1998) custou US\$200 milhões, ou seja, US\$30 milhões a mais do que tudo que o cinema brasileiro captou em seis anos.

A CRISE DO MODELO DE INCENTIVOS

Quase todos os participantes das audiências públicas promovidas pela Subcomissão louvaram o modelo dos incentivos fiscais. Quase todos entendem que o sistema possibilitou a retomada da produção cinematográfica. A julgar pelos números, eles parecem ter razão.

De 1991 a 1994, período em que o Estado permaneceu à margem do processo de financiamento, a produção média anual foi de apenas cinco filmes de longa metragem. Com a implantação efetiva do sistema de incentivos, a média da produção cinematográfica cresceu para vinte e cinco filmes no período de 1995 a 2000.

Mas nem por isso a aceitação do modelo é unânime. Houve, dentre os vários convidados, quem lhe opusesse duras críticas.

Luiz Carlos Barreto, o maior produtor do cinema brasileiro em operação, parece preferir outro modelo. Aotecer considerações sobre o tema, apontou um modelo alternativo baseado na tributação das TVs para a produção independente de filmes:

“o Governo não precisaria estar fazendo renúncia fiscal. Ele dá uma concessão e exige uma contrapartida do concessionário, que se vai beneficiar da produção, que ele próprio vai usar. (...) Isso é uma coisa lógica e até orgânica, pois, se há uma fonte que consome produto, então, precisa-se de produtos. (...) Essa seria uma solução, já que em 2003, ao invés de ser renovada, a Lei do Audiovisual será extinta, pois possui uma administração complicada.”

Cacá Diegues, diretor de *Tieta do Agreste* (1996) e *Orfeu* (1999), conquanto ache que a Lei do Audiovisual foi benéfica, permitindo a retomada da produção do cinema no Brasil, considera

que ela está em crise. Em consequência, ainda no seu entendimento, trata-se de um dispositivo legal que não consegue resolver a questão do cinema brasileiro, simplesmente porque não contempla a distribuição.

Isso, no fundo, é o mesmo que dizer: continuamos não existindo garantias de exibição para os filmes nacionais. Ou, em outras palavras: o País não dispõe de mecanismos que garantam que os filmes aqui produzidos venham a passar no mercado. No nosso mercado.

Esse é um axioma muito curioso. Para compreendê-lo basta refletir sobre uma outra verdade: “a produção não gera necessariamente distribuição, enquanto a distribuição sempre gera produção.” Portanto, pelo que sustentou o cinema, o “nó” da economia cinematográfica não está na produção nem na exibição, mas na distribuição.

E como quem pretende apontar o grande defeito da Lei do Audiovisual, Cacá Diegues sentenciou: “Na melhor das hipóteses, a Lei do Audiovisual poderá estar apenas inventando a maior indústria mundial de filmes inéditos.”

Não obstante, Cacá Diegues mostrou-se favorável à prorrogação do artigo 1º da Lei. Porque essa norma, para ele, é, por enquanto, o que vem em seu auxílio a produção de filmes independentes de caráter autoral, tradição “que fez os momentos grandiosos do cinema deste País”.

OS PROBLEMAS DO MERCADO

De que tamanho é o mercado de audiovisual no Brasil e, dentro dele, qual é a dimensão do mercado do cinema?

Essa é uma indagação intrigante e que pede uma reflexão.

É bom que se deixe bem claro que o nosso mercado cinematográfico está muito aquém da potencialidade do País. Só agora, de três anos para cá, dá os primeiros sinais de recuperar, depois de amargar um longo período de decadência.

Essa decadência começou nos anos 70, com a introdução e disseminação de novas tecnologias audiovisuais. Avanços que, como sabemos, alteraram bastante os hábitos da população e o perfil do mercado. Seu maior impacto foi o fechamento das salas tradicionais de cinema, de forma acentuada nas cidades do interior.

Concluímos que, por força dessas inovações, o mercado dividiu-se. Antes, eram apenas as salas de exibição. Agora, são vários segmentos: TVs abertas, TVs por assinatura, Vídeo e DVD, e Internet. O cinema brasileiro foi duplamente atingido por esses avanços tecnológicos, principalmente nas últimas duas décadas.

Em parte pela redução do mercado de salas, nas quais sua presença já era restrita, mas, também, pela sua dificuldade de integração nas novas mídias.

Esse, no entanto, é apenas um lado da questão. Há outro, incontestável, e ainda mais grave. O da exclusão social. Milhões de brasileiros, especialmente os jovens que moram nas cidades do interior, não têm acesso ao cinema a principal forma de lazer. Hoje, eles estão privados do entretenimento, que se restringia às salas de cinema. Elas estão acabando.

E mesmo nas cidades e nas periferias onde ainda existem algumas poucas salas, os jovens continuam excluídos, por lhes faltar a renda. Para se assistir a um único filme, gasta-se hoje o equivalente a 10% do salário mínimo. Só que entre as populações dessas faixas empobrecidas, o dinheiro não dá nem mesmo para a sobrevivência dura do dia-a-dia sem direito ao lazer.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mencionada no Relatório Final da Comissão Mista da Pobreza, do Congresso Nacional, existiam, em 1997, 53,9 milhões de pobres no Brasil, um terço da população do País.

O cineasta Cacá Diegues em seu depoimento à Subcomissão, assim falou bem essa questão ao alertar para o fato de que apenas 6% da população do País frequenta as salas de cinema. A razão dessa baixíssima frequência está, segundo ele, no agravamento das condições econômicas ao longo dos últimos 20 anos e na extrema concentração de renda no Brasil.

Os lucros dos exibidores, porém, não diminuíram. O cineasta Gustavo Dahl, faz um alerta, ao sustentar que "enquanto a frequência foi caindo, o público diminuindo, os proprietários de cinema foram simplesmente aumentando o preço". Isso fez, ainda segundo Dahl, com que fossem criadas duas curvas: "uma da frequência caindo e outra do preço subindo. A renda dos exibidores permaneceu estável".

Em decorrência disso, assistimos hoje a um processo de elitização do cinema, em que somente as pessoas de classe média, frequentadoras dos shopping centers nas grandes cidades, tem acesso ao cinema.

A combinação perniciosada alta tecnologia e dos baixos índices de renda resultaram numa diminuição dramática do número de salas de cinema no Brasil.

O pico do número de salas ocorreu no início dos anos 70. Em 1975, existiam no país 3.276 salas de exibição, estando 2.701 delas no interior e 575, nas capitais. Nos treze anos que vão de 1975 a 1988, foram fechadas 1.853 salas, 1.719 no interior e 134 nas capitais. Quer dizer, para cada sala de cinema fechada nas capitais nesse período, foram fechadas 12,8 no interior.

Segundo projeção feita pelo Sindicato das Empresas Distribuidoras Cinematográficas, Vídeo e Similares do Estado de São Paulo, teríamos de ter hoje, no território brasileiro, sete mil salas, aproximadamente. O déficit de 5.500 salas é quase quatro vezes maior que as 1.500 salas existentes. Portanto, a realidade que temos no País é cruel: temos apenas um cinema para cada 100 mil brasileiros.

O MERCADO DE CINEMA NAS TVs

Para a TV brasileira, o cinema nacional não vale nem um por cento. Ou seja, de cada cem filmes exibidos pela televisão, menos de um é nacional. É verdade que essa situação começa a mudar. Em janeiro deste ano a rede Globo exibiu uma semana de filmes brasileiros, ainda que tenha sido na Seção da Tarde. A rede Band também vem exibindo, no horário nobre, filmes brasileiros de sucesso. As duas iniciativas, vindas em boa hora, registraram excelentes ín-

dices de audiência, uma prova de que há, no público de televisão, um público de cinema brasileiro.

Sustentamos que é preciso, com urgência, um casamento entre a TV e o cinema brasileiro. Esse casamento não deve, nem precisa, ser na política. Pode e deve ser no cartório. Essa união possibilitará a abertura do fabuloso mercado de TV às imagens do cinema brasileiro.

Vejamos o tamanho do mercado da TV, no Brasil.

Há cerca de 40 milhões de aparelhos de TV, para aproximadamente 35 milhões de domicílios, o que permite estimar uma audiência em torno de 100 milhões de espectadores/dia, atendidos por sete redes de TV aberta, duas a cabo, e pelo menos três empresas que exploram a TV via satélite.

Mas além da TV, o cinema nacional sofre ainda a concorrência de outras mídias como o vídeo caseiro, com milhões de aparelhos em operação no País. O contínuo desenvolvimento tecnológico indica uma expansão dessas mídias com a introdução da TV digital, do DVD e da Internet, onde já são mais de quatro milhões de usuários.

A questão cinema versus televisão foi amplamente debatida nas audiências da Subcomissão, especialmente nas intervenções de Gustavo Dahl, Mariza Leão, Helvécio Ratton, Walkíria Barbosa, Luiz Carlos Barreto, Bruno Wainer, Gabriel Priolli e Cacá Diegues.

De um modo geral, todos consideraram que a TV não está participando como pode e como deve para o desenvolvimento do cinema nacional. Todos salientaram a importância estratégica da TV na consolidação da indústria cinematográfica. Na Europa, afirmaram, a televisão é parceira do cinema, sendo obrigada a destinar parcela do seu faturamento à produção de filmes, o que não ocorre no Brasil.

Segundo o distribuidor Bruno Wainer, "a TV Globo cria 70% do que exige, proclama o que não é permitido nem nos Estados Unidos. Ali, as redes de televisão só podem produzir 30% do que apresentam". As extraordinárias vantagens da televisão sobre o cinema foram destacadas pelo produtor Luiz Carlos Barreto. Segundo ele, "quando a televisão vai exibir um longa metragem, às 10 ou às 11 horas da noite, há uma carga de chamadas anunciando o seu próprio filme. Nenhum exibidor, produtor ou distribuidor, pode fazer o mesmo, para anunciar que seu filme está passando nos cinemas. Se o fizer, vai à falência".

Para Luiz Carlos Barreto não se trata da TV Globo, que é até benfazeja à sociedade brasileira, porque é a televisão do mundo que menos exhibe produtos importados enlatados.

A Globo tem uma capacidade de produção própria, nacional, gera emprego e revela uma variedade de temas nacionais impressionante. É uma das maiores produtoras de imagens do mundo, concorrendo com qualquer grande produtora hollywoodiana ou com televisões americanas. Fora dos Estados Unidos, não há qualquer televisão tão nacionalizada quanto a TV Globo. É o sistema como um todo que é perverso e tem que ser consertado.

E como chegar lá?

As coisas precisam ser negociadas. Podemos começar com o aumento da produção de imagens nacionais. Hoje, consomem-se, no Brasil, 250 milhões de horas de imagens. E delas não temos nem um por cento das imagens produzidas no País.

Vale uma pergunta – Qual é o resultado dessa espécie de colonialismo cultural?

É a des nacionalização do estilo de vida, dos comportamentos, do vestuário, da moda brasileira, e dos hábitos de consumo de todos nós, que são, diuturnamente, ditados de fora para dentro do País.

Coube ao cinemaista Cacá Diegues fazer a mais veementemente crítica à proposta da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura para abrir às televisões os recursos da Lei do Audiovisual. Ou seja: as televisões passariam a poder captar os recursos desse incentivo fiscal.

Ele acha que, se transformada em lei, essa proposta

“simplesmente acabaria com a produção independente no Brasil, porque, no dia em que as televisões brasileiras passarem a captar no mercado recursos para a produção de filmes, ninguém mais vai dar dinheiro para Luiz Carlos Barreto, Cacá Diegues ou qualquer outro produtor independente brasileiro”.

De fato, entre financiar produtores independentes e grupos econômicos, dificilmente a preferência recairá sobre aqueles. O sistema vai se “resguardar na confiança e na garantia de uma empresa que protegerá os recursos que estão sendo investidos”.

O cinemaista propõe que o Estado seja o árbitro do diálogo entre o cinema e a televisão, para que se encontrem as melhores formas de uma proveitosa associação, para ambas, e principalmente, para o povo brasileiro.

A PROMESSA DA TV

Não se pense, pois, que são pequenas as esperanças de uma retomada de nossas produções cinematográficas. A TV Globo, por exemplo, pretende demonstrar que a televisão brasileira pode contribuir, e muito, para a divulgação do cinema nacional, sem recorrer aos incentivos da Lei do Audiovisual.

Isso deve ocorrer mediante parcerias da Globo Filmes com produtores independentes tais como a Conspiração Filmes e Hector Babenco. A idéia é trabalhar com a classe cinematográfica, terceirizando os filmes que serão produzidos deles participando com 20 a 25 por cento do total de investimentos.

Até o final deste ano de 2001, a Globo Filmes, que, como se sabe, é uma empresa associada à TV Globo, pretende produzir dez longas metragens, para veiculação no horário nobre da televisão, com um investimento previsto de R\$50 milhões.

Um desses filmes, Carandiru, o mais caro deles, custará R\$10 milhões e será dirigido por Hector Babenco. O ousado plano da Globo Filmes, segundo seu presidente Daniel Filho, é, com a parceria das **majors** Columbia e Warner, apresentar todas as semanas, a partir do próximo ano (2002), um longa metragem inédito. Ela deverá associar-se a produtores do Rio de Janeiro, de Porto

Alegre, Salvador e Recife, em especial, para a produção de filmes populares.

A idéia da Globo Filmes veio no rastro do êxito da minissérie O Auto da Compa de cida, transformada em longa metragem, sob a direção de Guel Arraes. O filme, a maior bilheteria do ano passado, teve mais de 2.2 milhões de espectadores.

Aí está. Se o ousado projeto da Globo Filmes transformar-se em realidade, poderemos produzir três vezes mais do que hoje produzimos, sem recorrer aos mecanismos de incentivos.

PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E EXIBIÇÃO

A distribuição e a exibição de filmes são áreas distintas, mas caminham juntas, uma dependente da outra, enquanto a produção depende de ambas. Sem distribuição adequada, os filmes não chegam às salas de exibição. No Brasil, o número de salas faz vergonha. Temos a segunda pior situação no mundo, no confronto habitante/número de salas. Qual é a realidade de nós no mercado nesse campo?

Temos no País mais de cinco mil municípios. Passem os senhores: só 310 deles dispõem de cinema. Um pouco mais de 6% do total de municípios brasileiros. Mas quem de nós não se lembra dos cinemas que tínhamos em nossas cidades? Nas Capitais, nos bairros e, sem dúvida, no interior?

Aos poucos, eles foram fechando. O maior deles, na Capital paulista – o Braz Politeama, que tinha 2 mil lugares – hoje é um grande estacionamento de veículos. Agora, temos apenas algo em torno de 1.500 salas de cinema, com traas que se 3 mil de até bem poucos anos atrás. As salas que restaram concentram-se em 800 cinemas, em sua maioria localizados nos modernos **shoppings** das Capitais e em outras grandes cidades do País.

Diante de um mercado de salas tão restrito, é bom que atente mos para as causas da diminuição. Isso, estou certo, será um dos temas prioritários para subcomissão permanente do Cinema, da Comunicação Social e Informática.

O empresário de distribuição Rodrigo Saturnino Braga, um dos convidados da Subcomissão do Cinema, explicou o que vem ocorrendo com a mesma justificativa de outros estudiosos. Para ele, os cinemas de rua foram fechados simplesmente pela falta de público e não porque alguém quisesse fechá-los. Ir ao cinema é uma questão de hábito, lembra Saturnino. E esse hábito foi perdendo fôlego.

Dou um exemplo que conheço: em Belo Horizonte, Capital de Minas, cinemas altamente rentáveis no passado, como o Paládio, o Jackson e o Acaiaca, simplesmente fecharam. Fecharam – garante Saturnino – porque o público já não apreciava o antigo cinema.

A REVOLUÇÃO DO MULTIPLEX

Mas se nem tudo são flores, pelo menos há uma esperança nova, formada por um público também novo, que começou nos **shoppings** e cresceu com a chegada do multiplex.

O multiplex aparece na cena brasileira com a marca de empresas estrangeiras, das quais a mais conhecida é a Cinemark, também a maior rede de cinemas do País.

Como inovação tecnológica, o multiplex agradou em cheio e hoje já temos um novo público, que cresce continuamente.

E por que surgiu o multiplex? Quem nos informa é o maior exibidor brasileiro, Luiz Severiano Ribeiro, que possui cinemas de Manaus a Porto Alegre.

O segredo do multiplex começa com a divisão dos cinemas em dois ou três. Verificou-se em seguida que seria bem melhor reunir em um só lugar oito, 12, 20, 30 salas. Pois o custo administrativo é praticamente o mesmo. Você vai precisar de um gerente, um bilheteira e um operador para uma ou para dez salas.

As vantagens do multiplex não param aí. Se, ao esteira um filme em uma sala de rua e não tiver aceitação, o cinema fracassou, e no final do mês, por ter perdido uma semana, não terá como pagar suas contas.

Com o multiplex é diferente. Se fracassar em uma ou duas salas, as outras garantem a bilheteria. E mais, com o multiplex o filme permanece mais tempo em cartaz, justamente pelo baixo custo de manutenção em relação ao cinema de rua.

Para o público, também são várias as vantagens do multiplex. Sai mais econômico e mais cômodo para uma família ir ao multiplex, do que ao cinema de rua. Se o filho quer ver um filme, vai para uma sala. Se o pai, outro, outra sala. A família se reencontra na saída.

Por fim, se alguém resolve ir ver um filme e a sessão está lotada, não perde a viagem, pois há várias outras opções nas diversas salas ao lado. Esse é o segredo do multiplex.

Segundo Rodrigo Saturnino Braga, o novo sistema é uma atividade geradora também de empregos, principalmente para jovens. Diz ele que cada multiplex gera em torno de 60 a 70 empregos, numa relação de seis a sete empregos por sala exibidora.

O MULTIPLEX

A EXCLUSÃO SOCIAL

Então, na verdade, com a ida dos cinemas para os shoppings, já sentimos a criação de um novo público, e, com isso, renasce o velho hábito de ir ao cinema. Mas de um jeito novo. E aí está o drama da cinematografia no Brasil. As pessoas começam a reencontrar o caminho do cinema. Infelizmente, porém, um caminho agora elitizado.

O pobre, o excluído, não chega nem ao shopping. Muito menos a uma de suas salas multiplex.

Que rem uma prova? — A sofisticação da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, que Rodrigo Saturnino menciona, como a terceira cidade do País em bilheteria de cinema.

Ali há dois multiplex, em dois shoppings. E a renda de bilheteria que apuram é superior ao que faturam, em conjunto, todos os cinemas de Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

Essas inovações tecnológicas, é verdade, podem estar abrindo caminhos menos asperos para a cinematografia brasileira. Contudo, avalio que as pessoas mais simples, aquelas alijadas do hábito de ir ao cinema porque não têm dinheiro, essas, cada vez mais estão menos próximas de uma sala de exibição.

Para essa parcela de excluídos, digamos sem meias palavras, não há multiplex. As salas de rua, que os pobres podem adivinhar, estão fechadas ou estão fechando, principalmente no interior. Quero aqui, em reforço ao que digo, mencionar uma parte do depoimento de Rodrigo Saturnino Braga, sobre a expansão do número de salas de exibição.

De acordo com suas informações, as empresas que implantam esse modelo nos sistemas têm acesso fácil a linhas de crédito com juros muito baixos. Entretanto, o caminho que preferem seguir continua sendo em direção aos shoppings, ou seja, as áreas mais nobres das nossas metrópoles.

No princípio, isto no começo dos anos 80, essas empresas ainda dirigiam a algumas áreas populares e às cidades médias. Hoje — no tem bem — estão se retirando. Por que isso? — Por que os shoppings são frequentados por pessoas que podem pagar até R\$12 reais por ingresso.

Pelo último censo, somos 170 milhões de brasileiros. E o mercado de cinema restringe-se a cinco milhões. O povo está proibido de ir ao cinema. Alguma coisa precisa, pois, ser feita, e a receita é simples: a expansão e a diversificação do circuito exibidor em áreas populares e no interior.

SALAS POPULARES

Chegamos, enfim, às salas populares, tema abordado por diversos participantes das audiências públicas que a Subcomissão realizou. Todos os países do mundo têm essas salas populares. Cacá Diegues lembra os **one-dollar-movie** nos Estados Unidos, espalhados pelas cidades pequenas, em que se paga um dólar para ver dois filmes por vez. Qual o caminho para construirmos o nosso cinema de um real?

Uma sala simples, sem luxo, mas com os modernos recursos. O Senador Gerson Camata ofereceu uma pista, que seria a utilização dos espaços comunitários espalhados por vários municípios brasileiros, tais como, quadras poliesportivas, centros culturais, associações comunitárias, e outros.

To dava, como são poucos os municípios que dispõem desses espaços, difíceis de serem encontrados, talvez inexistentes, especialmente nos municípios mais distantes, faz-se necessária uma ação coordenada dos três entes da Federação — União, Estados e municípios — para criar os espaços necessários ao cinema, inclusive em vilas e favelas.

Proposta nesse sentido já foi formulada pela Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas — FENECC, cujo texto está em poder da Subcomissão. Se rimas as em ci das pequenas, em favelas, em áreas de periferia, que cobraría preços reduzidos pelo ingresso de cinema.

A Feneec sugere a criação de fundo de financiamento pelos Estados e municípios, a isenção de impostos municipais como o ISS e o IPTU, abertura de linhas de crédito via Sebrae, isenção do imposto de importação para equipamentos técnicos e até a aplicação de parte dos recursos da lei do audiovisual.

Essas salas poderiam ser operadas por associações comunitárias especialmente criadas com essa atribuição, das quais participassem todos os agentes envolvidos.

"Garanto", diz Cacá Diegues, "que todos os distribuidores brasileiros vão se interessar por isso, da Rio Filme à Columbia, da Lumiére à outra qual quer, enfim, todas, porque vão ter mais um espaço para mostrar seus filmes, num mercado que hoje não existe e que pode existir, um mercado de grande potencial".

Como lembra Diegues, "o público do cinema brasileiro sempre foi, tradicionalmente, a população de baixa renda, uma população que não vai mais ao cinema — olha a tragédia — e que, portanto, não se vê mais na tela". Realmente, é como se estivéssemos vivendo trancafiados numa sala sem espelhos. O Brasil precisa se ver novamente.

DOCUMENTÁRIOS E CURTAS

"Há um país aqui, gritando, querendo aparecer, querendo contribuir para o pensamento, para a reflexão, para a emancipação e para a cidadania. Foi a melhor definição de documentário que a Subcomissão recolheu ao longo dos seus trabalhos. Ela é de autoria de Leopoldo Nunes, presidente da Associação Brasileira de Documentaristas.

Ele tem razão: o documentário é um vivo instrumento de denúncia da pobreza, do abandono da violência, das desigualdades e das exclusões.

Notícias de uma Guerra Particular, o controvertido documentário de João Moreira Salles, ou sou de denunciar a miséria da favela, o desencanto de seus moradores e sua exposição ao tráfico até como forma de sobrevivência em face à ausência de governo.

João, como sabemos, pagou um alto preço por essa ousadia. Seu crime foi levar ao País e ao mundo a dura realidade das favelas. E nisso ele se envolveu porque, na sua opinião, "Um documentário ou é autoral ou não é nada", sendo a autoria "uma construção singular da realidade."

Ele e também Sílvio Tendler e Leopoldo Nunes, em seus depoimentos à Subcomissão, levantaram problemas enfrentados pelos documentaristas brasileiros. Não são problemas muito diferentes das dificuldades vividas pelos demais profissionais do cinema e estão associados às questões de financiamento e de mercado.

Há, contudo, uma questão específica que diz respeito à atuação da televisão. Schünemann sugere uma clara definição entre documentário e reportagem para efeito de exibição pela TV. Ele acredita que, atualmente, as emissoras de TV produzem jornalismo à título de documentário. Uma vez estabelecida a diferenciação, haveria espaço para que a televisão exibisse um número muito maior de documentários produzidos no Brasil.

Outra sugestão interessante foi feita pelo documentarista Sílvio Tendler. Ele propõe que se abra um espaço para o documentário nas TV Escola.

A grande verdade, estou convicto, é que o documentário não tem vez, nem na TV, nem no cinema.

O presidente da Associação Brasileira de Documentarista, Leopoldo Nunes, explica que os exibidores sugerem que a TV é o lugar ideal para o documentário.

Por outro lado, esses mesmos documentaristas que buscam a TV, não abrem mão das telas do cinema, por ser o lugar mais nobre para exibição das produções audiovisuais.

Todos os expositores que por aqui passaram e também os senadores que integraram a Subcomissão insistem numa política pública que estimule a produção de documentários.

O Senador Artur da Távola, hoje Secretário de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, lembrou que num passado recente, era obrigatória a exibição de documentários nas sessões de cinema. Quanto ao acesso dos documentários às TVs, Artur da Távola acha que há um conflito entre o estilo dos documentários cinematográficos e a linguagem das produções de televisão. É um conflito que precisa ser analisado.

Essa mesma linha foi colocada por João Moreira Salles. Para ele, o quadro atual seria outro se a Rede Globo abrisse sua programação para a produção independente. "Bastariam apenas duas horas semanais, e, a partir daí, prevaleceriam as regras do mercado."

Já o curta metragem está envolvido numa disputa entre os cinemas e o governo em torno da vigência ou não da lei do Curta. Essa Lei nº 6.281/1975 de ter minha que, antes de todo longo metragem estrangeiro seja exibido um curta nacional.

É oportuno lembrar que segundo a definição mais adequada, o curta-metragem é o filme cinematográfico com 300 a 600 metros de comprimento.

Para o Ministério da Cultura, a lei do curta foi revogada pela Lei nº 8.401, de 1992, que definiu, entre outras coisas, o que é obra audiovisual.

Posição diversa tem a Assessoria Jurídica da Câmara dos Deputados, que considera a lei do curta em pleno vigor, tal como entendem os curtametragistas. A verdade, pois, é que estamos diante de uma briga ainda longe de chegar ao fim.

Polêmica à parte, resta a questão: quem vai pagar a conta da exibição dos curtas na sala de cinema? A pergunta é relevante porque, de 1990 até 1999, a produção brasileira de curtas cresceu mais de 700%. Muitos desses filmes chegaram a ganhar prêmios internacionais.

CURTAS:

DO RIO GRANDE AO GRANDE RIO

Enquanto não se chega a uma conclusão na esfera jurídica, algumas iniciativas importantes estão sendo registradas no País.

Uma delas é o programa "Curta nas Telas", desenvolvido no Rio Grande do Sul pela Fundação do Cinema, a Fundacine, em cooperação com a Prefeitura de Porto Alegre.

A Fundacine é uma entidade pública, de direito privado, composta por vários sindicatos e associações do setor – distribuidores, exibidores, produtores, federação do comércio, federação da indústria, governo do Estado, Prefeitura, Sesc e a PUC.

Em depoimento à Subcomissão, o presidente da fundação Werner Schünnemann explicou que, há cinco anos, Porto Alegre é a única cidade do Brasil, em que se passa curtas metragens antes de filmes estrangeiros no cinema.

A Prefeitura paga o curta metragem e o exibidor o mostra, sem problema algum, em todos os cinemas de shoppings e nos de rua. Naturalmente, esses curtas são também exibidos nos cinemas especiais. Somente no ano passado, foram produzidos e exibidos no Rio Grande do Sul, 32 curtas metragens.

Outro exemplo ilustrativo vem do Rio de Janeiro. Tudo começou com 10 estudantes da turma de cinema da Universidade Estácio de Sá. Durante dez meses, cada um deles desembolsou R\$200 e criaram a produtora Fora do Eixo.

Hoje, a cooperativa dela resultante já tem 45 integrantes que produzem curtas metragens e participam de mostras como o último Festival do Cinema Brasileiro realizado no ano passado em Brasília.

Iniciativas como essas poderiam e deveriam surgir em outros pontos do País, com a ajuda do poder público e a participação do setor privado, para que a produção de curtas metragens no Brasil não seja paralisada à espera de definição de filigranas jurídicas.

ENSINO E CINEMA

O ensino do cinema no Brasil começou em 1962, na Universidade de Brasília, com a proposta de implantar cursos ágeis, com estrutura curricular maleável, que permitisse uma formação mais completa possível de jovens cineastas.

Porém, com a implantação do regime de exceção, em 1964, essa proposta inicial foi adaptada à nova realidade política, social e econômica do País. O ensino do cinema foi introduzido no rótulo de comunicador social.

Como lembrou a professora Maria Dora Mourão, da Escola de Comunicações e Artes da USP, em seu depoimento perante a Subcomissão, os cursos de cinema foram então obrigados a seguir o currículo mínimo de comunicação social, ficando, assim, encerrados em uma camisa de força que não lhes pertencia.

A universidade passou, pois, a formar comunicadores sociais com habilitação em Cinema, um profissional com sérios problemas de inserção no mercado de trabalho, situação que só viria a ser mudada nos anos 90, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Temos excelentes cursos de cinema, nos níveis de graduação e pós-graduação, especialmente nas Universidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília.

A preocupação, hoje, é dar a esses cursos uma visão mais industrial, voltada para as questões de mercado. Precisamos de um profissional capaz de inserir-se no mercado de trabalho como o mundo está solicitando hoje.

Infelizmente, como lembrou a professora Maria Dora Mourão, nunca houve de fato uma preocupação em debater propostas de política de formação que acompanhasse as discussões sobre os incentivos da produção.

A produção, assim como a distribuição e a exibição, não pode, em hipótese alguma, estar dissociada da pesquisa e da formação em todos os níveis, sejam eles técnicos ou profissionais, de especialização ou superior.

A professora salientou em seu depoimento que, nos mais de 30 anos de exercício da docência, é a primeira vez que questões ligadas ao ensino e à formação do cinema estão sendo levadas em consideração no âmbito do Senado Federal.

O alerta sensibilizou os membros da Subcomissão para a necessidade de incluir o ensino do cinema no conjunto das políticas públicas que o Congresso terá de aprovar para o cinema.

GOVERNO E CINEMA

A BUSCA DO ENTENDIMENTO

Governo e cinema não se entendem. Esse entendimento foi claramente evidenciado no decorrer dos debates que se processaram ao longo dos trabalhos da Subcomissão de Cinema. O povo do cinema teme que os incentivos fiscais da Lei do Audiovisual sejam direcionados para as elites, pondo em risco a produção independente.

Essa proposta foi oficialmente apresentada pelo Ministro Francisco Weffort e o Secretário José Álvaro Moisés em junho de 2000, durante reunião ordinária da Comissão de Cinema do MinC. A posição contrária do povo do cinema foi definida no 3º Congresso Brasileiro de Cinema, em meados do ano passado, em Porto Alegre.

Ante o impasse criado, decidiu o Governo, em setembro de 2000, criar o Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica,

o Gedic, vinculado à Presidência da República. Foi dado ao Gedic seis meses para a elaboração de um plano estratégico para o cinema. Em meados de março deste ano, esse prazo foi estendido por mais dois meses.

Em outubro de 1999, o Secretário José Álvaro Moisés veio à Subcomissão do Cinema para falar da política cinematográfica do governo, seu depoimento versou sobre cinco pontos fundamentais.

O primeiro deles, foi a relação entre cinema, cultura e democracia.

No segundo ponto, o Secretário lembrou que o governo Collor (1990-1992), com suas reformas, promoveu o desmonte do setor cinematográfico, convertendo o cinema de uma importante atividade de expressão cultural e econômica, "numa atividade marginal".

A partir desse quadro e do crescente avanço da televisão (com a sua programação de filmes também ocupada principalmente pelo cinema americano), a história é conhecida: "o cinema brasileiro perdeu a capacidade de produção, perdeu espaço de exibição e perdeu público".

Em terceiro lugar, o Secretário mostrou que a retomada do cinema brasileiro coincidiu com o período do Governo FHC (1995-até o presente).

Lembrando os grandes sucessos de público e de crítica, reconhecidos internacionalmente, José Álvaro Moisés advertiu que, apesar disso, "esses filmes nem sempre conseguiram se pagar completamente". Em consequência, as empresas não se capitalizam, permanecendo dependentes do apoio do Estado.

O Secretário chamou a atenção para a diminuição cada vez mais avassaladora do cinema americano, ressaltando, no entanto, a diretiz e o trabalho dos distribuidores ou da indústria norte-americana, que estariam apenas ocupando os espaços disponíveis, de acordo com as regras capitalistas.

A responsabilidade é nossa. E precisamos trabalhar muito, se quisermos reverter os papéis. A nós, Governo e sociedade, cabe a obrigação de evitar que essa maciça ocupação comprometa o desenvolvimento cultural de nossa gente, reduza a capacidade de produção de nossa indústria cinematográfica e aumente o desequilíbrio no balanço de pagamento.

Ante a crise de captação que ameaçou a retomada do cinema, o Governo adotou uma série de medidas compensatórias, conforme enumerou José Álvaro Moisés.

Reestruturou a Comissão de Cinema do MinC.; realizou concursos para a seleção da bolsa virtuosa e de curta metragem; promoveu cursos para a formação de mão-de-obra e o enxugamento do mercado de venda de certificados audiovisuais em 1999.

Criou o Programa Mais Cinema e passou a defender a extensão da vigência da Lei do Audiovisual por mais 20 anos, alegando que o cinema é um setor onde "se justifica inteiramente a utilização dos incentivos fiscais", por que gera emprego e renda e é insigificante o aumento da renúncia fiscal.

Para compensar os efeitos da crise, dezesseis filmes brasileiros com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2000, receberam R\$2 milhões do Ministério da Cultura, para gastos com distribuição, exibição, divulgação e publicidade.

Em maio de 2000, foi anunciada a criação, via BNDES, de uma carteira de apoio a produções de baixo orçamento. O programa Cinema Brasil destinou R\$3,5 milhões, retirados do orçamento do MinC., a filmes orçados em, no máximo, R\$1 milhão.

Com essas medidas de estímulo, foi mantida a média de lançamentos anuais em 25 filmes. A crise de captação que se anunciou em 1999 foi contida.

Segundo o Secretário, uma característica importante da retomada tem sido o incremento expressivo do setor observado a partir da vigência e do aperfeiçoamento das leis de incentivo. Para ele os dados comprovam o aumento tanto da produção, como da

ocupação das salas de exibição como produto nacional, indicando um indiscutível crescimento.

Entretanto, essa legislação, segundo José Álvaro Moisés, teria alguns problemas que constituem pontos a serem corrigidos.

O primeiro deles está no sistema de financiamento criado pela Lei do Audiovisual, que não estaria estimulando a comercialização dos filmes na medida necessária, nem a capitalização das empresas produtoras.

O segundo é que o processo de produção passou a ficar muito longo e o seu planejamento tende a deixar de incluir a articulação entre produção e comercialização.

O terceiro é a ausência de critérios mais adequados para a aprovação dos projetos, o que levou à saturação do mercado de compra e venda de certificados audiovisuais e a enorme dispersão de recursos com um número exagerado de projetos.

Por último, o Secretário citou o abismo que se para a produção cinematográfica da televisão, alertando para os benefícios que a integração com esse meio poderia proporcionar. Entre eles, uma melhor adequação entre mercado e produto e uma maior geração de emprego e renda.

UM IMPASSE QUE É UM DESAFIO

A informação de que o Governo Federal queria as emissoras de TV na produção de filmes com os recursos dos incentivos fiscais caiu como uma bomba no meio cinematográfico. A ideia, do Ministro da Cultura Francisco Weffort, foi apresentada em maio de 2000 ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

O ministro queria abrir às redes de TV o principal mecanismo de financiamento do cinema nacional: a Lei do Audiovisual. Por essa norma, apenas os produtores independentes podem captar recursos junto a empresas para produzir filmes. Agora, o Governo queria estender esses horizontes à TV.

Dentre as emissoras de televisão, a Rede Globo parece reunir excelentes condições para produzir filmes. Em 1997, criou a Globo Filmes, que já produziu cinco obras, entre elas Orfeu, com a Rio Vermelho e Bossa nova, com a L. C. Barreto e a Columbia/Sony.

No dia 8 de junho de 2000, reuniu-se à Comissão de Cinema do MinC., na esperança de formular propostas de modificação da Lei do Audiovisual no sentido almejado, mas a reunião terminou em fracasso.

A proposta de retirar a expressão "produção independente" dos objetivos da lei, defendida pelo secretário José Álvaro Moisés, foi rejeitada unanimemente por todos os demais membros da Comissão, que a consideraram nefasta ao cinema brasileiro.

Numa prova de que prevalece o desentendimento, pelo menos por enquanto, todas as propostas do povo do cinema foram rechaçadas pelo Minc, na mesma reunião, sobre o pretexto de que haveria oposição da Secretaria da Receita Federal.

Essas propostas referiam-se à manutenção dos investimentos incentivados na alínea "despesas operacionais" das empresas inves-

tidoras, aumentos do teto percentual de investimentos para 8% para pessoa física e 6% para pessoa jurídica e ampliação do prazo de aplicação de investimentos até a data da declaração de ajuste.

O secretário José Álvaro Moisés considerava que, se a indústria cinematográfica brasileira quer competir com o cinema dos Estados Unidos, precisava associar-se à televisão. E propôs, um programa de quatro pontos, a saber:

1 – que bra do mecanismo que permite combinar o desconto de investimentos audiovisuais como despesa operacional e incentivo fiscal;

2 – transformação do artigo 3º da lei que prevê a participação de distribuidoras estrangeiras em co-produções no País em contribuição para o desenvolvimento do audiovisual;

3 – criação de fundos de investimentos no audiovisual por cotas, para permitir a participação de pequenos investidores e pessoas físicas no financiamento do setor; e

4 – mudança na lei da cota de tela, para torná-la efetiva.

O POVO DO CINEMA PEDE NOVA GESTÃO

Os representantes do cinema, no entanto, rejeitaram as propostas feitas pelo secretário José Álvaro Moisés. Sua reação começou com o depoimento de Cacá Diegues na Subcomissão de Cinema do Senado e culminou no Documento Final do 3º Congresso Brasileiro de Cinema (30 de junho a 2 de julho de 2000), que propôs a criação de um órgão gestor para substituir a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

A essência do documento está em seu primeiro tópico, no qual o cinema abdicada de qualquer ação isolada em troca de uma representação ordenada e conjunta de seus vários segmentos.

O pai nel sobre o tema relações TV/Cinema foi, não por acaso, o mais movimentado do Congresso.

Em seu pronunciamento, Evandro Guimarães, representante da TV Globo e da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, deixou claro que “À TV não interessa se beneficiar da Lei do Audiovisual”.

Em setembro do ano passado, o Governo cede à pressão do povo do cinema e cria o Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica, o GEDIC, com prazo de seis meses para apresentar projeto de implantação de uma indústria do cinema no Brasil.

A criação desse Grupo foi recebida com entusiasmo pelo setor cinematográfico, na expectativa de que os desentendimentos com o Governo comecem a ser superados.

O Grupo Executivo, coordenado pela Casa Civil da Presidência, compõe-se ainda dos ministérios da Cultura, Comunicações, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria-Geral e Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

O cinema foi representado por Luiz Carlos Barreto, Cacá Diegues e Gustavo Dahl, além de Rodrigo Saturnino Braga, da Co-

lumbia Tristar e da Buena Vista, e Evandro Guimarães, vice-presidente de relações institucionais da Rede Globo.

Confiante, o Ministro da Cultura, Francisco Weffort, diz que “o ponto básico é que tenhamos uma indústria capaz de produzir de 30 a 40% do que nosso mercado consome”.

UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A NOSSA CINEMATOGRAFIA

Durante 18 meses, a Subcomissão do Cinema no Senado Federal ouviu em audiência pública os depoimentos de 24 personalidades do mundo do cinema, entre produtores, diretores distribuidores e exibidores, e representantes do Governo.

Os depoimentos constituem importante acervo colhido nas mais diferentes fontes de informação, o qual certamente se constituirá em subsídio para a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, agora funcionando em caráter permanente. Com o trabalho já realizado pela Subcomissão do Cinema, a nova Subcomissão poderá contribuir melhor para a definição, pelo Congresso Nacional, de políticas públicas para a cinematografia brasileira.

Dentre as propostas oferecidas, desejo destacar algumas, pela sua importância e a repercussão alcançada entre os participantes e os membros da Subcomissão. São elas:

Conselho de Comunicação Social – A implantação deste Conselho, previsto no artigo 224 da Constituição de 1988 e criada pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, foi reclamada por expressiva maioria dos participantes. Como a instituição desse órgão depende de deliberação da Mesa do Senado Federal, a responsabilidade é, portanto, nossa.

E cum pre-nos, como congressistas, o dever de fazer valer o preceito constitucional. Trata-se, afinal, de um órgão fundamental para a execução das diretrizes da comunicação social do Brasil.

Popularização do Cinema – O cinema está elitizado. É preciso que as populações pobres do interior, das favelas e da periferia das grandes cidades voltem às salas de cinema.

A construção de salas populares, isoladamente ou na forma de centros multiculturais, foi defendida pela quase unanimidade dos participantes.

São várias as formas de viabilizar essa massificação do cinema. A solução passa por uma articulação entre os três entes da Federação – União, Estados e municípios – e pela concessão de incentivos, em âmbito municipal.

Assas populares devem oferecer preços acessíveis como um real por filme assistido, para que as populações excluídas possam ter acesso a esse importante meio cultural.

Cinema e TV – O conflito entre o cinema e a televisão também concentrou as atenções da Subcomissão. Como são meios de economias distintas, não é fácil conciliar os interesses em jogo. No entanto, como foi várias vezes sinalado, são meios que se completam.

Deve a televisão ter acesso a recursos incentivados para a produção de cinema? Deve o cinema absorver recursos da televi-

são para financiar sua produção independente? Deve a "cota de tela" para o cinema brasileiro ser estendida à televisão?

Curta-Metragem _ A divulgação entre o povo do cinema e o Governo em torno da vigência da Lei nº 6.281, Lei do Curta, mereceu também amplo debate na Subcomissão.

Essa lei determina a obrigatoriedade da exibição de um curta-metragem brasileiro antes da apresentação de qualquer longa-metragem estrangeiro.

Enquanto os cineastas sustentam que a lei está em vigor, necessitando apenas de sua aplicação, o Governo, através do Ministério da Cultura, entende que ela foi revogada pela Lei nº 8.401/92.

Este relator considera que a pendência terá de ser decidida no âmbito do Judiciário, sem prejuízo de que produtores e exibidores discutam fórmulas que possibilitem o apoio ao curta nacional, tal como vem ocorrendo no Rio Grande do Sul.

Novas Mídias _ A história do século que se findou pode ser contada pelo cinema. As revoluções, as guerras, as grandes descobertas, as pressões, cataclismos, as misérias e as grandes conquistas da humanidade, tudo terminou na tela.

Em alguns momentos, como diz Walter Salles, diretor de Central do Brasil, o cinema também serviu como peça de acusação. O mesmo instrumento que ajudou a criar o mito logia fascista, foi o que a desnudou.

A apresentação, no Tribunal de Nuremberg, de um único documentário sobre os campos de concentração nazista foi suficiente para mostrar ao mundo o horror do holocausto.

Hoje, porém, o cinema enfrenta a concorrência das novas mídias e busca alternativas para sobreviver em meio às modernas tecnologias de imagens que estão surgindo, tais como a digitalização, a miniaturização, e outras modalidades que levam as imagens ao público.

Especificamente em relação ao cinema brasileiro, o surgimento das novas mídias tem afetado diretamente o aporte de recursos para produção de filmes nacionais. Essas novas mídias escapam à taxação estabelecida pelo Decreto-lei nº 1900.

Por essa razão, muitos dos participantes defenderam a reformulação desse Decreto-lei para estender a taxação às novas mídias. Entendo que essa matéria deve ser, igualmente, objeto das preocupações desta Subcomissão.

Além das audiências e debates promovidos pela Subcomissão, este relator participou de conferências, festivais, mostras e contatos pessoais que o ajudaram a compor, tanto quanto possível, o quadro da crise sistêmica do cinema brasileiro e das diversas tentativas do seu ressurgimento, ao longo dos anos.

A VISÃO ESTRATÉGICA DO GEDIC

Um dos subsídios mais importantes, conhecido após o encerramento dos trabalhos da Subcomissão do Cinema, foi um pré-projeto de planejamento estratégico finalizado em fevereiro, dentro do Gedic, por um subgrupo composto por Cacá Diegues,

Luiz Carlos Barreto, Luiz Severiano Ribeiro Neto, Rodrigo Saturnino Braga, Evandro Guimarães e Gustavo Dahl.

A proposta, com o título de "Projeto de Planejamento Estratégico", contém cinco medidas a serem adotadas pelo Governo Federal, a seguir resumidas.

Primeira, a criação de um "órgão gestor", no modelo de agência e composição interministerial, com os objetivos de regular a atividade cinematográfica, fiscalizar o mercado e articular as ações dos vários órgãos do Governo envolvidos na gestão do cinema.

Segunda, a redefinição e expansão das funções da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, de forma a intensificar sua atuação como estimuladora da cultura e do cinema, da produção de curtas e médias metragens, da experimentação, da documentação, da memória, etc.

Terceira, a criação de um Fundo Financeiro, operado e administrado pelo BNDES ou outra instituição financeira estatal, para fomentar as atividades de produção, distribuição, exibição e infraestrutura técnica do cinema brasileiro.

Quarta, a reforma da legislação específica — Leis nºs 8.313/91, 8.401/92, 8.685/93 e o Decreto-lei nº 1900/81, visando criar condições para o florescimento empresarial do cinema.

Quinta, a promulgação de uma legislação que normatize uma nova relação da televisão com o cinema, estabelecendo-se uma cota de exibição, o investimento das TVs nos filmes de produtores independentes, a alocação de espaço publicitário para os filmes nacionais, etc.

Objetivamente, a proposta em discussão no Gedic, em março deste ano, previa:

Ocupar

- 33% do mercado interno de salas, tanto em número de dias quanto dos ingressos vendidos, até 2006;
- 25% a 30% do mercado de vídeo;
- 10% a 15% do mercado de DVD;
- 5% da programação de filmes de ficção longa metragem das redes de TV;
- 1,5% a 2% da programação das TVs pagas.

Criar Agência

- Órgão articulador, regulador e fiscalizador da atividade cinematográfica no Brasil, a ser criado por lei específica.

Redefinir as Funções da Secretaria do Audiovisual, do MinC

- Preservação e memória;
- Formação de público;
- Divulgação e difusão do cinema brasileiro no Brasil e no exterior, através de ação de animação cultural articulada com o Ministério das Relações Exteriores e Embratur

Criar Fundo Financeiro

- Com os recursos do decreto-lei nº 1900/1981, dos artigos 1º e 3º da Lei nº 8.685/1992 e orçamentários;

- Com percentual de 4% sobre o faturamento publicitário das televisões de sinais aberto e por assinatura;
- Com taxa sobre venda de aparelhos de TV, vídeo cassetes, fitas de vídeo e aparelhos de DVD;
- Com percentual sobre as loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal;
- Com recursos orçamentários

Reformar a Legislação

- Lei nº 8.401, de 1991 atualizar conceito de produção independente, devolver ao Estado a função reguladora e fiscalizadora da atividade, de finir melhor o que é produção cinematográfica brasileira, criar cota de tela para o sistema de televisão, etc..
- Lei nº 8.685, de 1992 – modificar a redação dos artigos 1º, 3º 4º e 5º; estender a vigência dessa lei até o ano de 2010; criar o Fundo de Investimento para Certificados Audiovisuais e debêntures incentivadas.
- Decreto-Lei nº 1.900 – atualizar os valores dessa Taxa para o Desenvolvimento da Indústria cinematográfica e incluir como novos contribuintes os seguimentos das novas tecnologias (TV a cabo, satélite, vídeo, DVD, etc.).

Cinema & TV: Medidas Urgentes

- Cota de tela.
- Investimento, pela TV, de 2% do seu faturamento em publicidade na co-produção de filmes.
- Investimento, pela TV, de 2% do seu faturamento em publicidade na aquisição de direitos de exibição de filmes brasileiros.
- Reserva de espaço publicitário nas TVs para a promoção institucional do cinema brasileiro.

Conclusão

Desejamos agradecer a participação dos ilustres representantes da indústria cinematográfica que espontaneamente compareceram à Subcomissão, atendendo o convite da presidência e da relatoria, para conosco debater as questões mais relevantes que dizem respeito à situação do cinema brasileiro atualmente.

Nosso agradecimento também aos ilustres Senadores, meus colegas, que compuseram aquela Subcomissão.

Eles aqui comparam e não só ouviram os depoimentos de nossos convidados como também levantaram questões, expressaram dúvidas e fizeram propostas, todas de grande valia para a melhor condução dos trabalhos.

O cinema é uma indústria composta de três ramos: produção, distribuição e exibição. Como nos lembra Nelson Pereira dos Santos, fazemos os filmes e estamos bem nisso. Não somos os melhores, mas podemos competir com os melhores do mundo.

A distribuição e a exibição foram montadas para distribuir e exibir os filmes estrangeiros, particularmente os filmes de Hollywood. A nossa indústria não teve e não tem condições de se completar, e, por tanto, a nossa produção não consegue se firmar no mercado.

Lembra Nelson que essa é uma questão histórica, que vem desde o início do século passado, não é algo que aconteceu ontem ou anteontem. A formação do Brasil é assim e não seria diferente com o cinema.

Assistimos aos diversos ciclos se fechando porque o cinema brasileiro, seja ele financiado pelo Estado ou pela iniciativa privada, não consegue o retorno do investimento no próprio mercado. E não há condição de termos cinema sem o mercado interno.

A verdade é que existe um grande mercado interno no Brasil, que é muito bom e pode crescer muito mais, na medida em que milhões de brasileiros comecem a ser incorporados ao mercado de consumo existente.

O cinema brasileiro pode existir dentro do seu próprio mercado desde que tenha condições, tenha salas, tenha acesso à distribuição, ao vídeo e à televisão. Esse o grande desafio. A todos nós, sociedade, cineastas, Governo e Congresso cabe enfrentá-lo. E vencê-lo.

Elenco de Proposições

(Com o propósito de informar os trabalhos da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, enumeramos as mais importantes propostas surgidas nos debates promovidos pela sua antecessora, a Subcomissão de Cinema do Senado Federal)

<u>Autores</u>	<u>Proposições</u>
Cacá Diegues	• Criar uma agência ou um secretaria de audiovisual de administração horizontal, capaz de articular as necessidades do cinema em diversos setores do executivo, ligada à Presidência da República
Cacá Diegues	• Estimular a aliança com distribuidoras estrangeiras, os chamados meios internacionais.
Cacá Diegues	• Estimular a criação de "majors" brasileiras (grandes companhias de distribuição), através de fundos de investimento.
Cacá Diegues	• Expandir o circuito popular para aumentar o potencial de renda dos filmes e possibilitar o acesso às populações para as quais foram produzidos.
Cacá Diegues	• Manter, prorrogar e ampliar os recursos do art. 1 da Lei do Audiovisual, que permite a produção de filmes independentes de caráter autoral, tradição que "fez os momentos grandiosos do cinema deste País".
Cacá Diegues	• Mediar o diálogo entre o cinema e a televisão, integrando suas economias, estabelecendo políticas de preço "anti-dumping", de cota de exibição e de produção associada.
Cacá Diegues	• Incluir entre os deveres do Estado a preservação da memória cinematográfica do país.
Cacá Diegues	• Intervir na produção de filmes de estreantes, experimentais e independentes – e financiar, a fundo perdido, "filmes que possivelmente terão dificuldades de passagem pelo mercado" mas que são um "laboratório de oxigenação das ideias".

	cinematográficas".
Cacá Diegues	Redotar o sistema proporcional de "prêmio adicional de renda".
Governo	Quebra do mecanismo que permite combiar o desconto de investimentos audiovisuais como despesa operacional e incentivo fiscal.
Governo	Criação de fundos de investimento no audiovisual por cotas, para permitir a participação de pequenos investidores e pessoas físicas no financiamento do setor.
Governo	Mudança na lei da cota de tela, para torná-la efetiva.
Governo	Transformação do artigo 3º da Lei que prevê a participação de distribuidoras estrangeiras em co-produções no País em contribuição para o desenvolvimento do audiovisual.
Gustavo Dahl	Criação de um órgão gestor, no modelo de agência, para regulamentar, fiscalizar e articular a atividade cinematográfica no País.
Gustavo Dahl	É preciso que haja uma justa regulação do mercado, pública, mas não estatizante, e que identifique a meta de ter uma taxa de mercado que viabilize a indústria nacional.
Gustavo Dahl	Uma complementação de aporte de recursos e de regulação dentro da Constituição.
Helvécio Raton	Contribuição da TV através da destinação de uma parcela do seu faturamento.
Helvécio Raton	Projeto de Lei tornando obrigatória a produção regional das televisões, para permitir o desenvolvimento da produção audiovisual local.
Helvécio Raton	Taxação mais justa dos filmes estrangeiros.
José Álvaro Moisés	Adoção de mecanismos de correção de médio e longo prazos, que permitam correções na aplicação da Lei do Audiovisual.
José Álvaro Moisés	Criação de mecanismos que possibilitem a geração de recursos próprios para o desenvolvimento da atividade cinematográfica, independente de crises conjunturais.

José Álvaro Moisés	Extensão do prazo de vigência da Lei do Audiovisual por mais 20 anos.
José Álvaro Moisés	Inclusão, no Orçamento Geral da União, de recursos para que as comunidades do interior reformem seus cinemas ou tenham novas salas.
José Álvaro Moisés	Institucionalização do registro de importação dos produtos audiovisuais.
José Álvaro Moisés	Reconceituar a atividade do audiovisual brasileiro, de tal modo abranger todos os setores que hoje são decorrentes das inovações, particularmente a terceira revolução tecnológica.
José Álvaro Moisés	Redefinição da cota de tela, com premiação das empresas que ultrapassar o percentual mínimo de exibição.
José Álvaro Moisés	Tornar obrigatório o fornecimento de informações ao Governo pela empresas que operam no Brasil, tanto as estrangeiras como as nacionais, tanto do ponto de vista da importação como da exibição.
José Álvaro Moisés	Tornar obrigatório o registro das programações da TV a cabo e da exibição pela Internet através da Lei Eletrônica de Massa.
José Carlos Avellar	Estabelecer com os diversos países acordos de co-distribuição para permitir que nossos filmes sejam exibidos fora do País.
José Carlos Avellar	Estabelecer com o exibidor uma política de premiação, de estímulo, para que ele vá além dessa quota.
José Carlos Avellar	Indicação de uma quota de tela, combinada com uma redução do imposto territorial e urbano para as salas de cinema exibidores de filmes brasileiros, como está feito no Rio de Janeiro.
Luiz Carlos Barreto	Criação de fundos de investimento em certificado audiovisual para permitir a participação de pequenos e médios empresários.
Luiz Carlos Barreto	Destinar uma parcela do faturamento da televisão para a produção independente de imagens.

Luiz Carlos Barreto	Financiar um intenso circuito de cinemas populares, mesmo que seja multiplex, mas sem muito luxo, nas favelas, bairros pobres e cidades do interior.
Luiz Carlos Barreto	Financiar o empresário brasileiro, estimulando-o a ocupar as áreas populares, que não interessam ao multiplex estrangeiro, e, ao mesmo tempo, incentivando as comunidades a frequentarem esses espaços, que podem ser utilizados como auditórios educativos.
Luiz Carlos Barreto	Instalar o Conselho de Comunicação Social criado pela Lei 8.389/1991.
Luiz Carlos Barreto	Que as colocações de títulos em subscrição pública para efeito de captação sejam custodiadas.
Luiz Carlos Barreto	Que o BNDES financie consórcios formados por produtores e exibidores, inclusive para a construção de multiplex.
Luiz Carlos Barreto	Reformulação do Decreto-lei 1900 / 1981...
Marcos Marins	Criação de um fundo de desenvolvimento de cinema para a produção, divulgação e distribuição.
Marcos Marins	Estabelecer, para a constituição desse fundo, uma taxa que seja cobrada por hora de exibição de filme, tanto na bilheteria, como é feito na França, quanto na hora que é exibido na televisão.
Marcos Marins	Estabelecer uma meta, pois temos um déficit de, mais ou menos, cinco mil e seiscentas salas de cinema.
Marcos Marins	Implantação e fiscalização de uma quota de tela.
Maria Dora Mourão	A necessidade de uma política de formação profissional.
Maria Dora Mourão	Apoio maior à pesquisa científica ligada ao cinema brasileiro.
Maria Dora Mourão	A prioridade da constituição de um programa de apoio e incentivo à formação nos vários níveis técnicos e artísticos.
Maria Dora Mourão	Criar um campo de discussão cinematográfica que insira os produtos audiovisuais no contexto cultural, fazendo com que o cinema se torne, além de um produto comercializável, um objeto cultural.

Maria Dora Mourão	Fomentar a retomada dos trabalhos de recuperação histórica, de pesquisa, de dados, de elaboração de catálogos de referências.
Maria Dora Mourão	Incentivos para organização de mostras, não de festivais, mas de mostras que possam ser divulgadas em todo este Brasil, para que as pessoas possam acostumar-se, pouco a pouco, a ver cinema. Precisa-se de mostras de cinema brasileiro dentro da linha de formação de público.
Maria Dora Mourão	Mecanismo de apoio à produção de jovens realizadores.
Maria Dora Mourão	Política educacional para formação do público, pensada desde o início.
Mariza Leão	Aprovação do projeto, já em poder do Presidente da República, instituindo um programa de isonomia na comercialização dos filmes.
Mariza Leão	Atualização do Decreto-lei 1900 / 1981, visando a taxação do filme estrangeiro para os mercados de vídeo, TV aberta, fechada e por satélite.
Roberto Farias	Subsídio ao exibidor que programar o filme nacional.
Rodrigo Saturnino Braga	Estímulo à produção de filmes de conteúdo popular do tipo <i>Xuxa Requebra</i> e <i>Os Trapalhões</i> .
Rodrigo Saturnino Braga	Incentivos de âmbito municipal para a implantação de multiplex em áreas populares e no interior.
Rodrigo Saturnino Braga	Retorno do adicional de renda, que já existiu no País, para garantia de financiamentos à produção de filmes.
Verner Schünemann	Alteração na legislação fiscal para permitir a realização de curtas metragens, em regime de co-produção com outros países, especialmente os do Mercosul.
Verner Schünemann	Que o Ministério da Cultura determine ao Centro Técnico Audiovisual a plena execução da Lei do Curta Metragem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será atendido no pedido que faz de transcrição do relatório produzido pela Comissão de que fez parte como Relator.

O Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es} Senadores, as carências que afligem os trabalhos de pesquisa em nosso País são bastante conhecidas e lamentadas. Os nossos cientistas, quando não são atraídos por outros países e multinacionais que lhes oferecem melhores condições de trabalho, não raro defrontam com dificuldades, às vezes elementares, que os levam ao desânimo. As dificuldades começam pelos parcos salários que os organismos brasileiros lhes oferecem e têm continuidade na falta de aparelhamentos e de outros instrumentos necessários aos estudos que são desenvolvidos.

Nada obstante, ainda contamos com abnegados cientistas e técnicos, da mais alta qualificação, que oferecem sua devoção às pesquisas que interessam sobretudo à economia brasileira. A Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa – é um desses organismos dedicados aos estudos vinculados ao interesse nacional, abrangendo vários setores da economia.

Ainda recentemente, uma bem elaborada reportagem na televisão brasileira demonstrou que algumas dezenas de descobertas científicas da Embrapa já haviam sido concluídas no ramo da alimentação. Entre outras, processos inéditos – após anos de pesquisas – de aproveitamento econômico de enriquecimento e conservação de alimentos com produtos genuinamente brasileiros, o que baratearia sobretudo as despesas dos consumidores e a merenda escolar, por exemplo. No entanto, poucas dessas descobertas despertaram o interesse das nossas indústrias, levando desânimo aos próprios cientistas que em torno delas trabalharam indormidamente. Um deles resumiu o problema da seguinte maneira: se o Governo Federal demonstrasse real atenção para essas descobertas, que interessam sobretudo à nossa economia e ao bem-estar da população, todas elas seriam amplamente aproveitadas.

No momento em que o mundo inteiro fala na extraordinária descoberta científica da clonagem – e discute suas implicações éticas –, a nossa Embrapa acaba de processar, com grande êxito, o nascimento do primeiro animal clonado brasileiro: uma bezerra da raça Simental, que nasceu na Fazenda Sucupira, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Resultado da tecnologia de transferência nuclear, essa clonagem foi o primeiro passo para o Brasil dominar essa tecnologia avançada, que constitui a base da aplicação prática da transferência nuclear nos programas de conservação e melhoramento animal.

As pesquisas em reprodução animal na Embrapa iniciaram-se em 1984 – portanto, há 17 anos –, com o objetivo de viabilizar o Banco de Germoplasma. A clonagem de embriões consiste em produzir, a partir de células embrionárias fetais ou do indivíduo adulto, um número elevado de indivíduos idênticos. Estudos de simulação demonstram que a combinação da clonagem com as demais técnicas de multiplicação animal permitirá obter, em um ano, o ganho genético equivalente a 12 anos de seleção e multiplicação pelos métodos tradicionais.

O sucesso da Embrapa é o resultado de núcleos transferidos de um embrião de cinco dias coletado de uma vaca Simental pela técnica clássica de transferência de embriões. Tanto a gestação quanto o parto ocorreram normalmente, dando origem a um novo animal sadio, a inaugurar um novo ciclo da melhoria de nosso rebanho bovino.

Para o Diretor-Presidente da Embrapa, Alberto Duque Portugal, o domínio da tecnologia de clonagem animal pelo Brasil possibilitará a reprodução acelerada de animais geneticamente superiores, a evolução de pesquisas de transgenia animal e, também, a reprodução de raças de animais ameaçadas de extinção no território nacional.

Sr. Presidente, Sr^{es} Senadores, no Maranhão, a atuação da Embrapa também se faz efetiva para solucionar problemas seculares, como o do aproveitamento econômico do babaçu, farto no meu Estado. Segundo noticiou o jornal **O Estado do Maranhão**, edição de 12 de março deste ano, a Embrapa encontra-se em processo de articulação com o Governo do meu Estado, com o objetivo de transferir tecnologias apropriadas para a agricultura familiar. Estudos preliminares, segundo a reportagem, já foram realizados para a identificação de demandas, e vários

trabalhos serão realizados nas mais diversas regiões do Maranhão.

Um das prioridades da empresa será o apoio técnico ao Projeto Quebra Coco, desenvolvido no Município de Tepecuru-Mirim, em assentamento do Incra. O projeto apresenta, portanto, amplo alcance social, econômico além da sustentabilidade ambiental.

Nos estudos preliminares implementados pela Embrapa no Maranhão, foram identificados, em relação ao babaçu, aspectos que precisam da atenção especial do órgão. Fazem-se importantes medidas como a adequação da máquina quebradeira de coco, para a melhoria da relação custo-benefício do babaçu; a análise do mesocarpo, óleo e de outros componentes do fruto babaçu, visando o consumo humano e o aproveitamento residual para alimentação de pequenos e médios animais, como aves, suínos, caprinos e ovinos; o estabelecimento de sistemas agroflorestais, como o uso de fruteiras e grãos em meio aos babaçuais, além da prática de agricultura orgânica, apicultura, agroindústria e organização social.

A máquina quebradeira adequada será uma bênção para aqueles que têm as mãos calejadas por um trabalho manual que não mais se justifica nesse estágio da tecnologia. Como sabem os meus nobres colegas, a quebra do coco de babaçu é um trabalho insano, manual, a que se dedicam principalmente as mulheres e as crianças maranhenses.

Ainda no Maranhão, a Embrapa Monitoramento por Satélite, de Campinas – SP, está ampliando e atualizando o zoneamento econômico-ecológico estadual, que ficará pronto no segundo semestre de 2001. O Estado passará a ter, como esse zoneamento, um instrumento totalmente digital, dinâmico e passível de atualizações permanentes.

Tais sucessos alcançados pelos nossos cientistas e técnicos – e hoje destaco os da Embrapa – precisam ser amplamente divulgados e conhecidos. Só assim despertarão o interesse que se traduz no maior estímulo ao extraordinário e quase anônimo trabalho que ali se realiza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (Bloco/PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de caráter pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (Bloco/PSDB – DF. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última quinta-feira, fui

procurado por jornalistas, que me indagavam sobre eventuais comentários que poderiam ser interpretados, direta ou indiretamente, como sinal de envolvimento do meu nome na questão da lista de votação. De plano, disse que não acreditava nesses comentários – que, afinal, se houvessem sido feitos, seriam, no mínimo, levianos –, que não tinha, como não tenho, conhecimento desse assunto.

Considereei tudo aquilo muito sem pé nem cabeça, mas, de qualquer maneira, fiz o que julguei do meu dever fazer naquele instante: liguei imediatamente para o Senador Antonio Carlos Magalhães e para o Senador José Eduardo Dutra, citados como possíveis fontes desses comentários. Os dois, de imediato, negaram ter feito ou ouvido qualquer tipo de comentário nesse sentido. E aí devo dizer, Sr. Presidente, negaram com muita veemência, como, afinal, era de se esperar.

Sendo assim, Sr. Presidente, por mais surrealista que seja esse assunto, é do meu dever fazer oficialmente, do plenário desta Casa, o registro da providência que tomei, do contato com os Srs. Senadores e das respostas que obtive, no caso específico do Senador José Eduardo Dutra, posteriormente, através até de uma nota oficial, e, do Senador Antonio Carlos Magalhães, claramente uma negativa que me fez e mandou que fizesse também aos jornalistas.

Então, como é do meu dever, registro, em plenário, esta minha posição.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 09, de 2001, de autoria do Senador Freitas Neto, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Infra-Estrutura e Assuntos Regimentais.

À matéria não foram oferecidas emendas.

Anexado ao processo do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, nos termos do Regimento nº 472, de 1999, o Projeto vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há mais oradores inscritos. Está facultada a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não podia deixar de trazer uma palavra, como faço todos os anos, sobre a Campanha da Fraternidade.

Acho que essa é uma grande iniciativa das Igrejas cristãs reunidas, que a cada ano escolhem um texto e o debatem com o conjunto da sociedade. Este ano, o tema escolhido foi: "Vida sim, drogas não". E acho esse tema profundamente atual, profundamente importante, e a fórmula com que ele é adotado nesse texto que foi discutido item por item, durante toda a quaresma, não apenas nas missas e nos atos religiosos, mas em diversos debates por colégios e reuniões de base das Igrejas. Foi muito feliz a CNBB e as demais entidades cristãs ao escolherem esse tema.

É impressionante, Sr. Presidente, como o tema das drogas no mundo tem uma análise basicamente preocupada com as questões de Estado. Os Estados Unidos são um país muito preocupado com as drogas no mundo. Tanto que pode vir a fazer uma intervenção na Colômbia, tanto que as denúncias do Projeto Colômbia, do Governo americano, são impressionantemente drásticas.

É que o problema das drogas na mocidade americana, como no mundo inteiro, é muito intenso. E é basicamente intenso na mocidade americana, porque se a produção de drogas tem aumentado no mundo é porque há alguém que paga. E quem paga são os dólares americanos. Não é o Brasil, com os seus reais, que estimula a produção da droga na Colômbia, nem a Argentina ou o México. Quem estimula o plantio e a produção de drogas na Colômbia são os dólares americanos, são os milhões de dólares americanos, é a lavagem de dinheiro que se faz, via drogas, dos dólares americanos. Não que o norte-americano não esteja tomando imensas medidas para evitar a proliferação da droga nos Estados Unidos, mas eles, como os governos do resto no mundo, se consideram fracassados no combate à droga. Jovens viciados que abandonam o vício representam um percentual muito insignificante.

Dolorosamente, o que se vê, no mundo e em vários lugares, é abrirem-se as portas no sentido da tentativa de ver conviver a droga com a sociedade; permitir que, lá pelas tantas, haja uma certa facilidade com os consumidores e que haja uma diferença nítida, querendo se punir mais – o que é correto, diga-se de passagem – o traficante e ter até uma certa comiseração com o drogado em si.

Mas nos Estados Unidos o esforço americano é no sentido de combater a produção da droga nos países de origem, principalmente na América Latina. Chegaram a propor aos países da América Latina uma intervenção na Colômbia, com tropas de vários países da América, sob o pretexto de combater a produção de drogas.

Acho que análise da questão apenas sob esse ângulo é muito pequena e é muito cruel, porque a grande nação não pode deixar de reconhecer que ali, no âmago do problema, está o dinheiro que leva para o consumo.

Agora, o que machuca, nas diversas conferências e debates que tenho participado com relação às drogas e os jovens, é ver o pessimismo, hoje, gritante com relação, de um lado, a um número crescente de jovens que procuram as drogas, ou melhor dito, a um número crescente de jovens que são procurados pelos que interferem no comércio de drogas, pois são procurados nas portas das escolas, nas praças de esporte, enfim, nos mais variados locais, no sentido de serem estimulados ao consumo da droga. E, por outro lado, é dramático verificar-se que no combate ao uso da droga a Psiquiatria, a Medicina, o Governo, o Serviço Público de Saúde muito pouco têm conseguido.

Em um congresso especializado, me surpreendia a afirmativa de que eu imaginava que o Brasil é que estava muito aquém na tecnologia, na Medicina, no estudo da fórmula de encontrar os medicamentos para combater o uso da mesma, mas tomei conhecimento, com muita surpresa, que a tecnologia brasileira está acompanhando o que se passa no mundo, e há um reconhecimento de que o mundo inteiro está sendo derrotado pelas drogas.

Na busca da terapia de curar os jovens, na tentativa de fazer com que os jovens recuem, é muito difícil a ação do Estado. Dizia-me o médico, talvez um dos mais famosos nesse sentido, em São Paulo, que ele, a rigor, não conhece uma instituição no mundo, em que o cidadão, por mais rico que seja, possa colocar seu filho e ter a garantia de que o fi-

lho será curado. Existem, diz ele, instituições muitas no mundo, caríssimas, enormes, verdadeiros hotéis de dez estrelas (ao mesmo tempo, hotel e hospital) onde os milionários, os artistas, os empresários ou seus filhos são colocados. Várias pessoas cuidam deles. Servem para fazer uma limpeza, uma lavagem; servem para recuperar as pessoas que lá se internam... O sujeito entra ali num estado de quase farrapo humano. Com o tempo, com a limpeza, com a lavagem e com a tentativa de segurá-lo o máximo de tempo possível, ele termina voltando quase ao natural. Fica lá por um mês, dois meses e, então, lá pelas tantas, ele volta.

O interessante é que os médicos, em vários estudos para combater a droga, chegam à conclusão de que, dos jovens drogados, 30% em média conseguem ser salvos, não pela medicina, mas pela fé, pela religião. Chamo a atenção para os serviços especializados na recuperação de drogados oferecidos pelas diversas Igrejas, não somente a católica. Em Brasília, há as aldeias da Fazenda do Bom Senhor, com um serviço espetacular. Na Igreja da Cruz, todas as segundas-feiras há um serviço de voluntários emocionante. Quem tem conhecidos com problema de drogas vai ali. Durante um mês, ou num outro determinado período de tempo, reúne-se a família. De nada adianta querer equacionar o problema do filho isoladamente. Ali eles analisam, debatem e preparam esse jovem.

Passei dois dias numa dessas fazendas, onde os jovens passam nove meses, vivendo uma vida absolutamente comunitária e participativa. Levantam às 5:30 horas ou às 6 horas da manhã, rezam, cantam e fazem a refeição. Cada um arruma a sua dependência, a sua cama, e lava a sua roupa. Dividem-se por tarefa: uns fazem a comida, outros lavam a louça, outros plantam na horta, outros colhem, outros fazem as compras. Há sempre um rodízio, para que passem por todos os serviços.

Há a hora da meditação, do debate, da discussão, da reflexão e do estudo. Aos domingos, a família pode visitar os internos para conversar e debater. Eles só ficam ali se quiserem. Se quiserem ir embora, vão. Ninguém está ali fechado, mas, sim, porque quer. Alguns agüentam dois ou três meses, e isso sempre faz bem.

Ao passar por ali um mês ou dois meses, um "filhinho de papai", que nunca soube o que é arrumar uma cama, fazer comida, lavar uma roupa aprende a respeitar o outro e o conjunto. Começa a

ser outro cidadão, percebendo que faz parte do mundo, mas que não é o dono do mundo.

Vi vários jovens que cursaram os nove meses e participei da festa de formatura.

Conheço uma pessoa em São Paulo – e não é tão jovem. Seu pai é um rico empresário. Sua vida mudou em todos os sentidos. Era um drogado total, boêmio, farrista, malandro, irresponsável, moralmente zero. Sua vida mudou completamente. Deixou a droga e hoje é outro cidadão. Aprendeu a ver o mundo, a respeitar as pessoas e a conhecer as criaturas.

Esse rapaz é sensacional. Passou nove meses. Mensalmente, ele leva para sua casa todos os drogados, para um churrasco, festa na piscina, diversão e brincadeira. O pai dele é uma pessoa de posses; tem uma empresa enorme. Se não me engano, da última vez que tomei conhecimento, cerca de 16 ex-drogados trabalhavam em sua empresa. Saem da instituição com oportunidade de trabalho e ocupação. Já existe, a propósito, com esse jovem, o grupo dos ex-drogados, que se reúne periodicamente para que um dê força ao outro, a fim de que resistam e não voltem ao vício.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Pedro Simon, vou falar de pé em honra do Rio Grande do Sul. Merece reconhecimento e aplauso a sua iniciativa de trazer ao Plenário do Senado da República o apelo para que seja divulgada no Brasil inteiro, pelos nossos meios de comunicação, a campanha da fraternidade, que neste momento está sendo desenvolvida sobre o tema Vida Sim, Drogas Não!. Confesso a V. Ex^a que percebemos, de certa forma, que alguns setores pequeninos, minoritários, da sociedade brasileira tratam desse tema com alguma discricção, no pressuposto de que podem estar desagradando setores amplos da juventude brasileira. Confesso também que conheço muitos brasileiros, a grande maioria, que combate tenazmente, com inteligência e lucidez, a campanha para a eliminação da droga. Os Governos dos grandes países,

dos países adiantados, que já não tratam dos assuntos regionais, estaduais e municipais, cuidam basicamente dos assuntos mais amplos, como ocorre nos Estados Unidos, em que o tema da droga é amplamente discutido e é motivo de debate no congresso americano e em toda a sociedade estadunidense. Confesso a V. Ex^a, com muita emoção, que recentemente aconteceu em algum Estado do Brasil que um jovem, meu amigo pessoal, que foi vítima da droga e conseqüentemente adquiriu o mal da esquizofrenia terminou, numa madrugada de frio, em Belo Horizonte, matando o pai e a mãe, empresários do setor de jornalismo mineiro. O rapaz freqüentava a minha casa. Eu o recebia com amor e carinho na preocupação de que algo pudesse acontecer com aquele que passava a viver o drama da esquizofrenia e, quando menos se esperava, matou, de madrugada, o pai e a mãe a cuja missa assisti em Belo Horizonte com uma grande presença do povo mineiro. O fato enlutou Minas e inquietou a família brasileira e, em particular, a mineira. Agora mesmo tenho notícia de que o filho de um amigo meu do Sul de Minas morreu em razão da droga, em razão de outra doença complementar, cujo nome não quero citar aqui. Todo esse esforço que a sociedade faz de forma atomizada produz o seu resultado como essa instituição a que V. Ex^a está se dirigindo. Mas, ao mesmo tempo, é necessário que, além dos esforços que estão sendo desenvolvidos pela sociedade brasileira e também pelos governos federal, estaduais e municipais, que haja efetivamente uma conscientização, pelo afeto, pelo amor e pelo carinho familiar, para que não se valorize tanto esse mal que a droga causa ao Brasil, porque, no fundo, meu caro Senador Pedro Simon, a publicidade termina produzindo o aumento desse tipo de ação entre os jovens do Brasil. Ao que parece, meu caro Senador, nos países altamente desenvolvidos – França, Inglaterra, Alemanha, Suíça –, nesses países não há mais aquele afã de lutar pela vida, porque o filho nasce e os pais já sabem qual o seu destino. O bom mesmo é viver no Brasil ou em países semelhantes ao nosso, para que todos se convençam de que cada brasileiro tem um papel a desenvolver, no sentido de transformar esta Nação, hoje constituída de 170 milhões de brasileiros, e, ao mesmo tempo, desafiadora, a 48^a nação em indicadores sociais negativos. Seja como for, quero transmitir a V. Ex^a a oportunidade de trazer a debate este tema que efetivamente preocupa profundamente, dramaticamente, a família brasileira. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. Não há dúvida de que não há ninguém aqui nesta Casa e não há ninguém em qualquer lar brasileiro que não conheça um caso como esse que V. Ex^a está salientando, talvez não tão grave, a ponto de matar os próprios pais, mas numa escala que, muitas vezes, termina nisso.

Essas entidades mantidas por instituições religiosas realizam um dos trabalhos voluntários mais espetaculares que conheço. Estamos começando a desenvolver esse esforço do trabalho voluntário, agora, no Brasil, mas, nos países desenvolvidos, isso já existe há muito tempo.

Já contei aqui que, quando fui Governador, fui a Chicago e verifiquei que lá, para cada bombeiro oficial pago pelo Governo, há vinte que são voluntários, que fizeram estudos. São médicos, advogados, empresários, trabalhadores que têm a sua profissão, mas que têm no porta-malas do seu carro tudo o que é necessário e uma comunicação direta quando é preciso.

É que Chicago é uma cidade que se transformou. Era uma cidade antiga, revolucionariamente transformada em uma cidade nova, mas muitas vezes mantendo a parte velha. E lá pelas tantas, de vez em quando, aparece um incêndio de quarteirão que dura não sei quanto tempo. Mas isso é lá de vez em quando, de dois em dois anos, de três em três anos, de ano em ano. E não poderiam manter um batalhão de 200 bombeiros quando diariamente precisam de dez, deixando 190 parados por um, dois anos. Então, lá estão os voluntários, que fazem isso com orgulho, com satisfação e com admiração.

O trabalho dessas comunidades, os quais tenho presenciado, não tem preço. Em primeiro lugar, porque é feito com amor, com carinho e com afeto.

Fiquei ali na Igreja. Minha mulher foi levar porque a médica dela tinha pena da senhora que lhe prestava serviço cujo filho estava praticamente desaparecendo na droga. E falando com a empregada e com a médica... Foi a minha mulher, foi a empregada e foi a médica, e levaram o guri. E fui junto. E fiquei das sete até não sei que horas olhando aquele trabalho. Duzentas, trezentas pessoas que se dividem como se fosse um hospital de terapia ocupacional. Tudo espontâneo. Geralmente, alguém que já teve um filho drogado ou alguém que conhece a questão. E as pessoas se dividem: "Estes aqui vão à casa do pai para conversar com ele; estes outros vão ao colégio, para analisar a questão lá; estes aqui ficam encarregados do rapaz".

Nessa divisão de atividades, os casais dão dois dias por semana, gratuitamente, de tempo integral de amor e de carinho, às vezes levando essas pessoas para fazer a refeição na sua casa, para dormir na sua casa nos intervalos de recuperação, entre a entrada e a saída da fazenda. Dali, eles vão para a fazenda, que é mantida só com caridade.

Na semana que vem, tenho um encontro marcado com o Governador de Brasília. E creio que S. Ex^a ajudará em algumas necessidades. Essa fazenda é mantida na base da caridade. Quem pode paga um salário; pode ser rico ou milionário que não paga mais do que um salário. Quem não pode não paga nada. E ali eles vivem o verdadeiro sentimento, tal como se fora nos primórdios do cristianismo, como se fala tanto hoje na Semana Santa. Todos são iguais. Não interessa se o pai é rico ou se é pobre, se ele é isso ou é aquilo; não interessam os delitos que ele tenha cometido; ali todos têm a mesma chance e ali um vigia o outro.

Fico impressionado, porque não é uma coisa de ontem, não é porque sou cristão que estou aqui. É uma realidade que a imprensa toda publica, de que esta tem sido a fórmula para os jovens recuarem da droga. Eles recuam com amor, com carinho, com afeto, com a imagem de Deus, com a imagem espiritual, tirando aquela brutalidade a que a droga leva, aquela felicidade momentânea, mas aquela rigidez de sentimento que às vezes termina matando os próprios familiares. E aos poucos ele vai se respeitando, olhando o outro lado, vendo que a vida oferece novos horizontes. Pessoas que nunca se deram conta de certos detalhes da vida, pois a única coisa que faziam era chegar no mercadinho e comprar o que precisavam, então passam a plantar a verdura, colher o tomate, descascar a batata, fritar o bife, fazer o cafezinho, lavar a louça, arrumar a cama, lavar a roupa, sentar depois do jantar, em roda, para cantar músicas alegres, viver um clima diferente, de amor, de afeto, de carinho e de respeito!

Dizem os psiquiatras e os homens que tratam de viciados em droga que essa tem sido a fórmula pela qual 30% dos dependentes a têm deixado. E me dizia um médico de São Paulo: "Aqui no meu gabinete, praticamente ninguém a deixa. Trato, cuido, mas ninguém deixa. Se me pedirem para indicar, no mundo inteiro, qual é a melhor instituição para resolver o problema, não saberei fazê-lo. Só indico quando gente rica me pede, quando há alguém da família em uma fase exagerada de loucura. Encaminho a uma instituição dessas é lá é feita uma lavagem ge-

ral. A pessoa é preparada para voltar, mas não é reeducada, continua a mesma e, um tempo depois, acaba voltando".

A Campanha da Fraternidade tem como objetivo levantar um tema para ser discutido, e não esgotá-lo. No momento, todas as Igrejas cristãs, em todas as rádios e televisões que possuem, em todas as reuniões, cultos e seminários que realizam discutem o tema. Creio que, na História do Brasil, nunca se debateu tanto o assunto quanto nesses 40 dias que terminarão no domingo. No entanto, esse período não deveria terminar. Penso que o Sr. Paulo Renato, Ministro da Educação, deveria formular um debate. Não falo sobre a participação do Governo, pois não há nem como sonhar, atualmente, com a participação governamental. O Governo não tem condições de manter a Febem: gasta até R\$5 mil por mês para transformar uma criança numa fera. É claro que jamais poderemos pedir que o Governo participe como instituição num trabalho como esse, mas que pode, pode. O Governo poderia fazer convênio com instituições existentes, estipulando, por exemplo, que aquela que atende 50 crianças receberia mais para atender 200 crianças. E isso ocorreria principalmente com essas instituições que acredito são importantes, porque não há uma pessoa determinada que esteja à frente do trabalho: não é um político, mas, sim, a sociedade – não sei se estou sendo claro –, um conjunto de pessoas anônimas que estão ali na base.

Por isso, Sr. Presidente, peço a publicação dessa cartilha. Não sei se isso é absurdo, mas a Mesa decide. Nos anos passados, fiz o mesmo pedido e, durante três anos, o Senado publicou essa cartilha feita pela CNBB e distribuída dentro da Igreja – lembra-se disso, Senador Antonio Carlos? – e enviou-a para as escolas, para que debatessem, discutissem, analisassem o seu conteúdo.

Então, Sr. Presidente, entrego a cartilha a V. Ex^a e, dentro do possível, peço sua transcrição nos Anais do Senado que é um direito que tenho. Pediria também que levasse o assunto à Mesa para que analisasse a viabilidade de, em conjunto com o Ministério da Educação, o Senado distribuir essa cartilha nas escolas secundárias brasileiras e até nas universidades, para que se continue esse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
DISCURSO.**

O Cartaz

Para ilustrar o lema "Vida sim, drogas não!", o Cartaz desenvolvido recorre a um símbolo da vida, a flor. A rosa vermelha foi escolhida dentre tantas outras flores por ser de fácil reconhecimento das pessoas e por representar o amor.

O desafio do lema foi transportado para o Cartaz mediante o contraste entre as duas metades: à esquerda, do lado da vida, a rosa aberta, plena de vida, enquanto à direita, do lado das drogas, encontra-se a mesma rosa, porém já murcha, quase destruída, sem vida.

À esquerda os olhos abertos de uma criança contrastam com os olhos fechados de um rapaz, de rosto pálido, representando uma sociedade que muitas vezes "fecha os olhos" para o problema das drogas.

No centro do Cartaz nota-se a presença de uma cruz convocando todos os cristãos a participar da Campanha, já que as transformações da sociedade em um aspecto tão delicado quanto as drogas exige a participação de todos.

Finalmente, foram inseridas as logomarcas da Campanha da Fraternidade e da CNBB.



ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS

Rua Dom Bosco, 441 - CEP 03105-020 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3277-3211 - Fax: (11) 279-0329

Fax: (011) 279-4084 (Vendas)

E-mail: sbommooca@salesianos.org.br

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL



SE/Sul - Quadra 801 - Conjunto B

70401-900 - BRASÍLIA - DF

Cx. Postal 02067 - CEP 70259-970

Fone: (61) 313-8300 - Fax: (61) 313-8303

E-mail: cnbb@cnbb.org.br

Home page: <http://www.cnbb.org.br>

STM-400: 30525/CNBB

CARTAZ DA CF-2001: (Puccamp/Publicidade)

Camila Lopes Pine

Fernanda Galvão

Luiz R. Blachi Filho

Mirlene Picini

Rafael J. Miranda Fernandes

Direção geral: Pe. Luiz Alves de Lima
Coord. editorial: Gilmar Corazza
Depto. comercial: Osvaldo Pires
Produção gráfica: Arte Brasil
Revisão: Cristina Kapor e Iranildo Bezerra Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Texto-base da CF-2001: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Salesianas - Escolas Profissionais Salesianas, 2001. - (Campanha da fraternidade)

Bibliografia:

1. Campanha da Fraternidade 2. Drogas - Abuso - Prevenção
3. Igreja e abuso de substâncias I. Título. II. Serie

CD-3889

CDD-261.632290981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil. Campanha da Fraternidade e problema das drogas: Teologia social 261.632290981
2. Brasil. Combate às drogas e igreja Teologia social 261.632290981

SALESIANAS

ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS

Rua Dom Bosco, 441 - CEP 03105-020 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3277-3211 - Fax: (11) 279-0329 - Fax: (011) 279-4084 (Vendas)

E-mail: sbommooca@salesianos.org.br

Home page: <http://www.salesianos.org.br>

APRESENTAÇÃO

Uma vez mais a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) anima, em âmbito nacional, a Campanha da Fraternidade. Essa feliz iniciativa, com 37 anos, vem mobilizando, cada ano, toda a Igreja Católica no Brasil, outras Igrejas e setores sociais em favor de vida digna para todos os brasileiros, justiça social, fraternidade e paz.

Iniciamos o século XXI e o terceiro milênio, que desejamos, como propunha a CF-Ecumênica de 2000, sejam sem exclusões, colocando como tema para a CF a complexa e dramática questão das drogas, em todas as suas variáveis. Trata-se de um mutirão em prol de vida de qualidade, com sentido motivador positivo de realização pessoal, social e transcendente.

A escolha do tema relacionado com drogas parte da realidade de um sistema de morte, alimentado por um estilo de vida materialista, que vem se alastrando como furacão, a partir do seu cultivo, comercialização e consumo, que ceifa milhares de vidas e afeta profundamente famílias e amplos setores sociais. Junto com as trágicas consequências do uso de drogas, crescem a violência social, a prostituição, os roubos, os assaltos e seqüestros, a corrupção política, a corrosão da dimensão ética do trabalho e a guerra entre traficantes, que mantêm exércitos bem armados e bairros dominados.

Além dos fiéis de nossa Igreja, convidamos a todos os cidadãos que lutam por um Brasil justo e solidário, para que somem forças para a mobilização nacional contra as drogas, seus mentores e traficantes e todos os que os apoiam; em favor das pessoas vitimadas, exploradas, destruídas, que desejamos redimidas, promovidas e reinseridas na comunidade; e em favor de todos os que se organizam para destruir esse flagelo social que arruína tanta gente, especialmente os jovens. "Este trabalho de reabilitação social também pode constituir um verdadeiro e próprio empenho de evangelização" (Ecclesia in America, n. 61).

Agradecemos a todos os que colaboraram para a produção do material de apoio desta CF. Nossa gratidão de pastores a todos os que se envolverem nesta Campanha da Fraternidade, ajudando-a a alcançar seus objetivos, na certeza de estarmos cumprindo o mandamento novo de Jesus: o amor, preferentemente aos mais necessitados. À luz da mensagem de conversão, que perpassa a Quaresma, canalizaremos nossas energias para atender com misericórdia os crucificados na cruz das drogas, na esperança inabalável da luz da ressurreição, que nos dá a certeza de libertação e salvação.

Dom Raymundo Damasceno Assis
Bispo Auxiliar de Brasília e
Secretário-Geral da CNBB

Pe. Antônio Donizetti Sgarbi
Secretário-Executivo da CF

ORAÇÃO DA CF-2001

Deus de ternura e bondade,
bendito sois pelo maravilhoso dom de viver!
Nós vos agradecemos, porque podemos
escolher a vida, e não a morte.
Fortalecei-nos na solidariedade
em favor das vítimas das drogas.
Aumentai em nós, Senhor, a perseverança e a união
na luta contra o perverso sistema de destruição da vida.
Que encontremos sempre em vossa Palavra,
na Eucaristia e na comunidade eclesial,
o sustento para a caminhada e para a construção
do vosso Reino.
Que vosso amor, ó Pai, circule em nossos corações,
nas relações humanas e na sociedade,
para acelerar a vinda do mundo que a gente quer:
um mundo sem ódios, sem exclusões, sem drogas,
um mundo pleno de vida, amor, solidariedade e paz.
Por Jesus Cristo, vosso Filho,
que veio ao mundo para que todos tenham vida,
na unidade do Espírito Santo.
Amém.

INTRODUÇÃO

A Campanha da Fraternidade

1. A Campanha da Fraternidade (CF) é um momento privilegiado da ação evangelizadora e pastoral da Igreja no Brasil. Iniciada em 1962, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a CF alcançou dimensão nacional em 1964. A cada ano ela foi mobilizando mais pessoas, grupos e entidades religiosas e civis. No ano 2000, foi celebrada a primeira Campanha da Fraternidade Eumênica, coordenada pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), com o tema "Dignidade Humana e Paz" e o lema "Novo Milênio sem Exclusões".

2. A Campanha da Fraternidade acontece na Quaresma e, como convém a esse tempo litúrgico, suscita um apelo à conversão para a justiça, o amor, a fraternidade e a paz. Como elemento motivador, ela traz sempre um tema relevante da convivência humana, que interpela a consciência das pessoas e exige conversão profunda e respostas concretas, tanto por parte da Igreja quanto da sociedade.

3. A escolha do lema "*Vida sim, drogas não!*" é, como em todos os anos, resultado de ampla consulta aos que trabalham anualmente com a Campanha. A decisão coube à Presidência da CNBB e à Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), em 1999. Na escolha e no tratamento do tema da CF considera-se a fidelidade ao projeto do Reino de Deus, os sinais dos tempos representados pelos desafios das condições de vida do povo brasileiro e o respeito ao período quaresmal.

4. A CF tem sido, ao longo de mais de três décadas, um processo educativo que ajuda a perceber as exigências da Palavra de Deus diante dos problemas concretos da sociedade. Des-

se modo, têm se conseguido três importantes resultados: a) estimular os agentes de pastoral e os fiéis a estudarem, de modo mais intenso, a Palavra de Deus e aprofundarem as conseqüências práticas da fé; b) comunicar ao público em geral, fora dos ambientes eclesiais, a voz profética da Igreja diante de graves questões sociais e sensibilizar a sociedade como um todo para a temática em questão; c) incentivar iniciativas pastorais concretas como resposta aos clamores da realidade analisada e às exigências da Palavra de Deus intensamente refletidas nas comunidades.

A Campanha de 2001

5. Neste ano a Campanha da Fraternidade está voltada para o grave problema das drogas, que vem afetando dramaticamente milhares de pessoas, famílias e muitos setores sociais. O assunto está em seqüência às CFs anteriores, particularmente a de 1997, “Cristo liberta de todas as prisões”, a de 1983, “Fraternidade sim, violência não”, e a de 2000, que versou sobre a dignidade humana, a paz e projetou um novo milênio sem exclusões.

6. O lema “*Vida sim, drogas não!*” obviamente mantém a relação profunda das CFs anteriores com as estruturas políticas, econômicas e sociais de nosso País. A produção e o tráfico de drogas tornaram-se hoje um grande negócio e, portanto, interferem na política e na cultura de nosso povo. O problema passou a ser estrutural, atingindo um grande número de pessoas, e é, na verdade, mundial.

7. Temos consciência de que ainda é pouco o que sabemos sobre o uso das drogas, intimamente ligado aos padrões culturais de cada sociedade. Em algumas, elas se enquadram num contexto ritual, como entre certos povos indígenas; noutras, são inseridas em procedimentos médicos, como nas sociedades modernas, e, em ambos os casos, seus efeitos nocivos são contrabalançados pelo controle social. Quando, ao contrário, o consumo de drogas

escapa ao controle sociocultural tornando-as acessíveis a qualquer pessoa (até a crianças e adolescentes), seus efeitos podem ser mortíferos. É o que está acontecendo hoje, devido a graves rupturas nas instituições sociais, abalos morais, mudanças culturais e a inclusão das drogas no sistema de circulação das mercadorias em geral.

8. Neste texto, serão consideradas drogas: *lícitas* (livremente produzidas e comercializadas, como o fumo e o álcool); *semilícitas* (distribuídas somente sob prescrição médica); *ilícitas* (cuja produção, comercialização e consumo constituem infrações legais). Isso porque todas elas são substâncias cujo consumo traz sempre algum tipo de dano à pessoa ou à sociedade e, por essa razão, devem ser de alguma forma combatidas ou controladas. Mas faremos as devidas distinções entre elas quando for o caso.

9. Diante dessa realidade, é preciso fazer, como cidadãos conscientes do valor do ser humano e da periculosidade das drogas, primeiramente, um grande mutirão de trabalho preventivo. É nosso dever, também, acionar as instâncias competentes para o cerceamento das poderosas forças que produzem e traficam drogas e para a pronta recuperação dos atingidos por elas. Mas, acima de tudo, deve estar o trabalho em favor da dignidade humana a ser preservada, promovida e, quando necessário, resgatada. Seguindo os passos de Jesus e olhando o próximo com o seu olhar, queremos construir um mundo onde o ser humano encontre a felicidade e não precise mais buscar nas drogas um prazer ilusório.

Objetivos da CF-2001

10. A Campanha da Fraternidade de 2001, em fidelidade ao que acima foi colocado, tem por objetivo geral mobilizar a comunidade eclesial e a sociedade brasileira para enfrentar corajosamente o grave e complexo problema das drogas, que arruína milhares de vidas e afeta profundamente a paz social.

11. Como objetivos específicos, a CF-2001 visa a:

- a) contribuir para que a comunidade eclesial e a sociedade sejam mais sensíveis ao complexo problema das drogas, às suas vítimas e às suas danosas conseqüências;
- b) mobilizar a própria Igreja para se colocar, mais ainda, profeticamente em favor da vida e da dignidade humana, particularmente dos empobrecidos e excluídos;
- c) anunciar para o novo milênio uma sociedade sem exclusões, em que a pessoa seja o centro, a vida não se subordine à lógica econômica e o trabalho não se reduza à mera sobrevivência, mas promova a vida em todas as suas dimensões;
- d) incentivar amplo movimento de solidariedade para manter viva a esperança das vítimas diretas das drogas, divulgando iniciativas já existentes e estimulando novas;
- e) denunciar "com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aqueles estilos de vida que facilmente induzem à droga",¹ bem como os mecanismos sociais do mercado neoliberal que, com seu padrão de consumo insaciável, aumenta a competição e o individualismo, deixando um vazio existencial nas pessoas nele integradas e revolta nas que dele são excluídas, levando umas e outras para o mundo das drogas.

Subsídios para a CF-2001 e este Texto-base

12. Como nos anos anteriores, há diferentes subsídios para a Campanha: *Texto-base*, *Manual*, *CD*, *Fita cassete*, *Cartaz*, folhetos diversos. O *Texto-base* aqui apresentado é a peça principal porque dá a fundamentação do tema. Sua finalidade é fornecer o conteúdo básico a ser veiculado ao longo da Campanha e depois dela, embasando a reflexão, a oração e as iniciativas. Como é óbvio, a proposta da CF se liga a uma postura mais pastoral do que

técnica, mais didática do que científica. O que se pretende é questionar, suscitar debates, provocar atitudes. Como se trata de texto-base, há necessidade de ser permanentemente atualizado e, sobretudo, lido à luz de novas situações e das diversas realidades locais.

13. A primeira parte deste texto (VER) traz uma visão global do problema das drogas, que desfaz sonhos de muitas famílias; para isso, situa o complexo sistema das drogas no contexto social, econômico e político. Na segunda parte (JULGAR), o texto busca na ética, no olhar de Deus e no ensino da Igreja a luz que ilumine a prática transformadora dessa situação. A última parte (AGIR) aponta princípios para a ação, exemplificando com experiências concretas de prevenção, intervenção, tratamento e reinserção social das vítimas de drogas.

Primeira Parte

QUERO VER DE NOVO

(Mc 10,51)

**V
E
R**

¹ Papa JOÃO PAULO II, *Ecclesia in America* (EA), n. 61.

Alguns esclarecimentos prévios

14. A Igreja quer ver a realidade com o olhar amoroso que reconhece no outro a imagem e semelhança de Deus, e assim deixar-se interpelar pela condição humana com suas alegrias e sofrimentos, desejos e frustrações, realizações e fracassos. Esse olhar nos convoca a atitudes fraternas que se expressam tanto no cuidado pessoal (ver no dependente de drogas uma vítima a ser socorrida, sem prejudicá-lo), quanto na atuação social e política sobre as estruturas de pecado que sustentam o sistema das drogas.

15. O problema das drogas no mundo atual é complexo e polêmico. Complexo porque só se pode falar de drogas no plural e porque o problema reside menos nas drogas, enquanto substâncias entorpecentes, do que em seu uso, suas conseqüências e no sistema que as sustenta. Polêmico porque são muitos os diagnósticos e, freqüentemente, as propostas para uma política antidrogas conflitam entre si. A análise aqui apresentada mais aponta temas para estudo e reflexão do que conclusões definitivas. Para abordar o tema, trouxemos a contribuição de diferentes disciplinas cujo enfoque é relevante para a pastoral. Para que este *Texto-base* possa fornecer uma orientação segura a quem o consulte, evitamos endossar teses polêmicas ou que não estejam respaldadas por instituições reconhecidas pela comunidade científica.

16. Recorremos a muitas pessoas peritas no assunto, dentro e fora das instituições católicas. Gratuita e voluntariamente, elas contribuíram com suas críticas e sugestões, prestando sua colaboração por conhecerem a gravidade do problema e por confiarem no papel educativo das Igrejas cristãs. Expressando aqui nosso agradecimento a esses colaboradores anônimos, queremos dizer-lhes que a CNBB espera corresponder à sua confiança, promovendo, nesta Campanha da Fraternidade, uma nova consciência social. Ao fazê-lo, ela estará cumprindo sua missão evangelizadora, que, neste novo milênio, convoca todas as pessoas de boa vontade a construirmos um mundo de justiça e de paz, livre dos males das drogas.

No que diz respeito ao termo “droga”, convém desde já assinalar sua ambigüidade. Embora se deva incluir entre as drogas tanto as substâncias “leves” quanto as “pesadas”, as legais e as proibidas por lei, o uso corrente associou a palavra àquelas que são objeto de tráfico ilegal. Ao falarmos de drogas, no plural e sem especificação, queremos nos referir às substâncias capazes de provocar alterações da percepção, do humor e das sensações. Incluem-se, portanto, entre as drogas também o álcool, o tabaco, certos produtos naturais (cogumelos), inalantes (cola, éter) e vários medicamentos (anfetaminas, morfina).

Sonhos e pesadelos

17. Quem de nós não sonha? E sonhamos durante o sono e melhor ainda quando acordados. Faz parte da natureza humana crer em utopias, alimentar esperanças e ter sonhos que permitam descortinar horizontes novos onde reinem o amor, a felicidade, a paz, o equilíbrio ecológico. Os sonhos ajudam a transformar a realidade em que vivemos, animando nossos projetos, planos e esforços para sua realização. No mais profundo de nós está esse impulso que busca uma vida plena, prazerosa, marcada pelo afeto e pelo cuidado mútuo.

18. Esses sonhos estão em nós porque fomos criados para viver em comunhão. A vida bem vivida nada tem de monotonia, ela é música, melodia, uma festa sem fim, sintonia entre diferentes que se equilibram na harmonia e fazem dela uma obra de arte. Harmonia consigo mesma, com as outras pessoas, com a natureza e com Deus. Ao criar a terra e depois o homem e a mulher, Deus “viu que tudo era bom” (Gn 1,31). O Apocalipse fala da recriação de “um novo céu e uma nova terra” (Ap 21, 1). É o nosso grande sonho: a fraternidade cósmica, incluindo toda a criação numa nova, complexa e bela harmonia.

19. Mas quantas vezes nossos sonhos se tornam pesadelos?

Sonhos povoados por monstros ao invés de criaturas normais, sonhos nos quais pessoas queridas assumem atitude agressiva, sonhos onde a ordem natural das coisas é subvertida, ficando a pessoa dominada pela sensação de impotência, incapaz de reagir a essas ameaças que fogem ao seu controle e à sua compreensão. O pesadelo é a experiência subjetiva do caos, quando a harmonia é rompida pelo ruído que impede a comunicação.

20. Essa imagem do sonho/pesadelo pode ajudar a entender por que o problema das drogas tem hoje uma nova face. Desde tempos imemoriais o ser humano tem usado substâncias entorpecentes ou estupefacientes com várias finalidades. Como artifícios para lidar com o próprio corpo (contra a insônia, a depressão ou a dor, por exemplo), favorecer a sociabilidade (o álcool para desinibir os convidados no início da festa), ou propiciar experiências religiosas (a *ayahuasca*, bebida usada por certos povos amazônicos). Em alguns casos, elas ajudam a realizar sonhos legítimos, sendo seus efeitos nocivos atenuados pela delimitação imposta pelo procedimento médico, pelo controle social ou pelo ritual. Quando, ao contrário, as drogas tornam-se acessíveis a qualquer pessoa (até a crianças e adolescentes), rompe-se o equilíbrio do consumo socialmente controlado, e os danos aumentam e podem ser mortíferos. Nesse caso, as drogas não ajudam a realizar sonhos; antes, transformam a vida em pesadelo. É o que está acontecendo hoje, devido à transformação das drogas em mercadorias disponíveis a qualquer um e impostas por pessoas de interesses espúrios.

21. A realidade das drogas abala muitos sonhos, transformando-os em pesadelos. O fumo, o álcool, os estimulantes, os tóxicos e entorpecentes estão mais perto de nós do que por vezes suspeitamos ou queremos admitir. Há um enorme exército de produtores, agentes financeiros e traficantes comandando o mundo das drogas. É muito dinheiro em jogo. É muita vida desperdiçada. De nada adianta fugir da realidade. Ao contrário, devemos encará-la

de frente para conhecer o drama das drogas em toda a sua complexidade e assim nos colocarmos em posição adequada para enfrentá-lo e superá-lo.

O complexo sistema das drogas

22. Quando se fala em drogas, pensamos saber de que se trata. Temos geralmente, pelo menos, um conhecimento prático devido a algum caso de drogas ocorrido na própria família, na vizinhança ou com amigos. Alguém viciado em cigarro que não consegue sequer dormir direito, outro com a saúde em frangalhos por causa da bebida, alguém sem capacidade para trabalhar por causa da maconha, e ainda outro vivendo na marginalidade por causa da cocaína ou do tráfico. Além disso, muita coisa se sabe por livros, revistas, jornais, rádio e TV. A mídia nos bombardeia com a propaganda de alerta contra os males e perigos das drogas, mas ao mesmo tempo estimula seu uso por meio de filmes, reportagens e matérias nas quais o consumo de drogas parece comportamento normal a ser imitado por quem queira identificar-se com as personalidades da moda. Não devemos nos ater a essa informação propagandística se queremos entender o mundo das drogas, muito mais complicado do que parece à primeira vista. Precisamos antes de mais nada desconfiar do que já pensamos saber por experiência vivida ou pelos meios de comunicação, para então indagar mais seriamente sobre o tema.

23. Essa indagação pode começar de um fato cotidiano: muitas pessoas adultas quando têm nas mãos uma garrafa de bebida alcoólica se contentam com alguns goles. Nesse caso, mesmo sendo uma droga perigosa, o álcool não lhes faz tanto mal. Já outras pessoas, se tomam um trago não conseguem mais parar e se embriagam. Ou seja, a mesma substância provoca efeitos diferentes conforme as condições da pessoa que a ingere. O problema da droga deve, portanto, ser visto dentro do contexto sociocultural e das condições físicas e psíquicas que envolvem seu consumo. Deixando de lado os raros casos de quem produz toda droga que

consome, vamos abordar o problema situando-o no interior de um complexo sistema de relações entre produtores, intermediários e consumidores de drogas, que chamaremos *sistema das drogas*.

24. O elemento mais visível desse sistema é o usuário de alguma droga. Quando a pessoa atinge alto grau de comprometimento no uso da droga, pode ter sua vida praticamente arruinada. Salvo exceções, o usuário não tem acesso à droga se ela não lhe for oferecida (normalmente, vendida) por alguém que age como intermediário entre a produção e o consumo. O intermediário pode ter uma ocupação lícita (quem vende cigarro, bebida ou produtos farmacêuticos) ou ilícita (narcotraficante, farmácia que vende anfetaminas e estimulantes sem prescrição médica, ou quem vende cola de sapateiro a crianças). A *relação entre usuário e intermediário* forma a metade mais visível do *eixo do sistema das drogas* e tem sido o alvo mais freqüente da repressão. No caso das drogas ilícitas, esse segmento do *eixo* engloba desde o grande traficante que controla todo o sistema, até o “avião”, que faz a entrega ao usuário.

25. O intermediário, por sua vez, só pode dispor da droga se ela lhe for passada pelo produtor, que cultiva a planta ou potencializa seu princípio ativo (no caso da coca e dos opiáceos), ou a indústria (farmacêutica, do fumo, do álcool, de solventes). Temos aí a segunda metade do *eixo* do sistema: a *relação entre produtor e intermediário*.

26. As intrincadas relações entre essas duas metades de um mesmo *eixo*, que vai do produtor ao consumidor final, configuram o *sistema das drogas*. A rigor, seriam vários subsistemas, um para cada tipo de droga, mais ou menos ligados entre si e com outros sistemas (como o crime organizado, o tráfico de armas, a prostituição etc.). No caso das drogas ilícitas, o elemento mais visado desse sistema é o traficante, por ser quem faz a mediação entre o produtor e o consumidor. Não é ele, porém, quem detém a posição mais forte no complexo, e sim o agente financeiro cujo

capital põe em movimento todo o sistema, e que, de alguma forma, detém o comando tanto da produção quanto do tráfico ou intermediação comercial. Seria, portanto, ingênuo reduzir o sistema das drogas à sua parte visível, que geralmente é apresentada na mídia na figura dos pequenos produtores (plantadores de coca ou maconha), pequenos traficantes (que fazem a entrega direta) e consumidores presos por estarem drogados ou portando alguma droga (geralmente pessoas pobres).

27. Cabe aqui uma consideração sobre o narcotráfico, cujas redes permeiam todo o planeta, movimentando valores estimados em torno de US\$ 400 bilhões por ano. Apesar de sua clandestinidade, seu poder alcança muita gente, tanto na fase de produção e de industrialização, quanto nos inúmeros depósitos para a distribuição. A mídia já fez muitas reportagens sobre o domínio desse comércio, que hoje é um dos setores que oferecem melhores salários a quem nele ingressa. Sua imensa malha integra produtores, agentes financeiros, traficantes e consumidores. Enquanto os poderosos chefes dessa rede dispõem de muitos meios para escapar da repressão policial, inclusive fazendo a “lavagem de dinheiro”, que lhe dá a aparência de comércio legal, os pequenos traficantes e os usuários de droga acabam atrás das grades ou mortos pelos becos das favelas. Fecha-se assim o círculo vicioso e maldito. Os excluídos da sociedade de mercado acabam se tornando as pessoas mais expostas à violência do narcotráfico. As chacinas e os conflitos entre gangues nas grandes cidades, a guerra pelo controle do tráfico, as manobras de introdução da droga nas escolas e lugares de lazer, a precariedade explosiva do sistema carcerário trazem estampada nos corpos das vítimas a sua origem e social.

28. Nosso país, nosso estado, nosso município e, provavelmente, até nosso bairro e edifício está conectado a esse vasto sistema das drogas. Ao contrário da imagem corrente do “mundo das drogas” como um mundo à parte, freqüentado apenas por marginais e pessoas desclassificadas, são muitos os fios de conexão entre o sistema das drogas e a sociedade em geral. Essas conexões ficam

mais claras quando se levam em conta todas as conseqüências diretas e indiretas do tráfico e do consumo de drogas. Mesmo pessoas que nunca consumiram drogas tornam-se vítimas delas quando são assaltadas por gente drogada ou que rouba para comprar drogas, quando sofrem a violência que cerca as bocas de fumo, quando sofrem acidente de trânsito por causa de motoristas embriagados, quando são governadas por políticos eleitos com dinheiro do narcotráfico e com ele comprometidos... E a lista poderia ir longe. O sistema das drogas causa muito mais vítimas do que parece à primeira vista. Não apenas o tóxico-dependente, mas de algum modo, todos somos vítimas de sua ação anti-social.

Indicador particularmente grave do esgarçamento do tecido social, é o aumento da violência e da criminalidade, em grande parte por causa da droga. De 1980 a 1996, a taxa de assassinatos dobrou no Brasil, passando de 13 para 25 por ano em cada 100 mil habitantes. Mais impressionante é o fato de que esse índice sobe a 44,8 em cada 100 mil jovens entre 15 e 19 anos de idade e, na mesma faixa etária, chega a 215 mortes no Estado do Rio de Janeiro e a 134 no Estado de São Paulo. Estamos aqui evidentemente diante de um daqueles "pecados sociais que clamam ao céu", resultado do comércio de droga, tráfico de armas, corrupção, desigualdade social... (CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora*, Doc. 61, p. 82)

29. Cabe então a pergunta: se somos todos vítimas, quem seriam os culpados? Já houve um tempo em que o mundo das drogas parecia ser dividido entre "mocinhos" e "bandidos", como se todo o mal pudesse ser de exclusiva responsabilidade de uma única parte. Os países consumidores acusavam os países produtores, que jogavam a culpa no narcotráfico; já os traficantes alegavam estar atendendo à demanda de consumidores ricos. Essas acusações

mútuas não levaram a coisa alguma e hoje sabemos que a melhor atitude diante do sistema das drogas é compartilhar as responsabilidades. Somos co-responsáveis, no mínimo por omissão.

30. Essa responsabilidade compartilhada nos obriga a rever certas atitudes simplistas que reduzem o problema a uma questão individual, fechando os olhos para a complexidade do sistema e limitando-se a propor terapias de recuperação. Nunca é demais lembrar os estragos feitos pelo narcotráfico, sobretudo nas periferias, pensar nos gastos públicos com o tratamento de saúde dos fumantes, ou ainda no custo social do alcoolismo e tudo o que ele acarreta: acidentes de trânsito, desemprego, brigas e morte, desmanche familiar... e há ainda a disseminação do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis, o aumento da violência e a extensão do crime organizado a quase todas as esferas da sociedade. Se é certo que a terapia é indispensável, importa também considerar outras ações possíveis contra o sistema das drogas, dentro do espírito de responsabilidade compartilhada.

31. Diante da magnitude do sistema das drogas hoje, a necessidade de compartilhar as responsabilidades tornou-se mundial, pois nenhum país é capaz de impedir sua expansão sem a colaboração de outros. Tal colaboração internacional não pode ser submetida à hegemonia de um Estado, nem servir de pretexto para a violação da soberania nacional de outros. Respeitando a autodeterminação de cada povo, não escamoteando interesses particulares, nem reduzindo o problema a apenas um de seus elementos (policial, educativo, médico, moral...), a humanidade pode hoje enfrentar adequadamente o problema das drogas. O primeiro passo é a tomada de consciência de nosso ainda limitado conhecimento sobre ele, para, em seguida, assumirmos a co-responsabilidade com outros países, grupos, igrejas, associações, movimentos, enfim todas as forças sociais que desejam ver a humanidade vivendo mais feliz sobre a face da terra sem perder o autocontrole por causa de drogas.

Esclarecendo alguns pontos

32. Ao estudarmos o vasto mundo das drogas, elegemos enfocar o problema da dependência, como motivador principal para esta Campanha da Fraternidade. Vamos aqui descrever de forma resumida as drogas mais usadas no Brasil, alertando para seus efeitos nocivos, e depois analisaremos mais de perto as possíveis causas da dependência de drogas, inserindo o problema no seu contexto sociocultural. Em segundo lugar, vamos esclarecer certos termos e conceitos de nossa abordagem, sempre buscando uma visão mais global, no sentido de questionar algumas idéias correntes e encarar a realidade da forma mais objetiva possível. Em terceiro lugar, obviamente, está a proposta de uma mobilização total de nossa sociedade para buscar os meios possíveis mais eficazes para resolver esse dramático problema do mundo de hoje. O que nos move nesse projeto é a dinâmica da fé cristã, encarnada na caridade que vê, se compadece diante da vítima, tem a iracúndia misericordiosa de Deus para com os responsáveis pela tragédia e age para sanar a situação, conforme vemos na parábola do Bom Samaritano (cf. Lc 10,23-37).

33. Ao longo de sua história, ao explorar as potencialidades da natureza, a humanidade foi descobrindo uma grande variedade de substâncias vegetais que, adequadamente preparadas, podem provocar sensações agradáveis ou suprimir dores e angústias. Em geral, elas são usadas com finalidade terapêutica, religiosa ou lúdica, e assim inseridas nas normas culturais de cada povo. O problema aparece quando o consumo dessas substâncias foge ao controle social, como ocorre hoje devido à sua exploração comercial, tornando-as um verdadeiro drama para a convivência humana.

34. Os dados mostram que, apesar dos esforços feitos até agora, o consumo das várias drogas vem atingindo formas e proporções cada vez mais preocupantes. Mas é preciso ir além dos fatos e procurar as causas, atacá-las. É evidente que o consumo abusivo de drogas não deve ser visto apenas como resultado de patologias

individuais, mas como um fato social. E aqui está um grande indicativo de causa: "Uma sociedade como a nossa, cada vez mais pragmática, insensível, competitiva, consumista e individualista, é uma sociedade que favorece o uso de drogas".² Ela gerou um mundo onde a existência cotidiana se tornou ao mesmo tempo tão árdua e tão vazia de sentido, que os tóxicos funcionam como "amortecedores" nas relações do ser humano consigo mesmo e com o mundo. Há quem use a expressão "civilização química" para designar essa realidade.

35. Muitas entidades têm feito pesquisas e estudos para orientar uma intervenção eficaz contra os males provocados pelo uso indevido de drogas, mas frequentemente elas se deparam com barreiras, de grandes proporções, como os interesses econômicos envolvidos na produção e venda de drogas (lícitas e ilícitas), a incompreensão de quem não se sente diretamente afetado, e a limitação de recursos humanos e materiais adequados a um enfrentamento político da questão.

36. As políticas públicas do Brasil e de muitos outros países têm concentrado suas energias na repressão às substâncias ilícitas e a seus usuários, mas pouco tem feito no campo da prevenção ao seu uso e da educação para a saúde e quase nada para eliminar as verdadeiras causas da disseminação das drogas.³ Suas campanhas publicitárias parecem ter tido pouco efeito além de provocar um certo medo das drogas ilícitas, com o risco até mesmo de provocar curiosidade em experimentá-las. Já as drogas lícitas, em particular o tabaco, o álcool e as anfetaminas, não têm merecido a devida atenção. Embora o Ministério da Saúde venha fazendo

² Cf. Ana Carolina L. L. da COSTA e Elizabeth Costa GONÇALVES, "A sociedade, a escola e a família diante das drogas", in Richard BUCHER (org.), *As drogas e a vida, uma abordagem psicossocial*, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária Ltda., 1988, pp. 48-49.

³ A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 9 de agosto de 2000, a proibição da propaganda de cigarros em rádios, TVs, jornais, revistas, *outdoors* e patrocínio das marcas de cigarros a eventos culturais e esportivos. Até o momento o projeto não foi apresentado ao Senado.

campanha contra o fumo, esta é contrabalançada por uma publicidade sutil que identifica o fumo e o álcool com sucesso, poder, bom gosto e *finesse*.⁴

Mas, o que é mesmo droga?

37. Nossa abordagem, resultado de muito estudo, considera como “droga” os psicotrópicos, que, introduzidos no organismo humano, provocam alterações no sistema nervoso central, em particular alterações da percepção, do humor e das sensações, induzindo, ainda que temporariamente, sensações de prazer, de euforia, ou aliviando o medo, a dor, as frustrações, as angústias etc. Essa definição vai além do uso corrente, que só qualifica como “droga” psicotrópicos proibidos por lei.

38. A qualidade e a intensidade das alterações produzidas pelas substâncias psicotrópicas dependem de vários fatores. Os mais importantes são: suas propriedades farmacológicas, a quantidade ingerida, as características particulares da pessoa que ingere, as expectativas em relação aos efeitos da droga e as circunstâncias que envolvem o uso.⁵ No caso do álcool, por exemplo, qualquer dose ingerida por crianças é nociva.

Algumas drogas e seus efeitos

As drogas podem ser classificadas como depressoras, estimuladoras ou perturbadoras. A seguir estão as mais frequentes no Brasil.

Depressoras

Álcool: é uma droga lícita e seu uso é socialmente estimulado. Seus efeitos sobre o comportamento dependem da quantidade ingerida. O álcool provoca diversos problemas de saúde como a gastrite, a cirrose hepática, dormência nas pernas.

Inalantes ou Solventes: são produtos voláteis usados em atividades industriais (cola de sapateiro), comerciais e domésticas. Os inalantes evaporam à temperatura ambiente e podem ser “cheirados”. Têm propriedades anestésicas e tranquilizantes, induzem à euforia e ao delírio, provocam a sensação de desequilíbrio. São tóxicos para o sistema nervoso, fígado e coração. A longo prazo, provocam também perda de peso e lesões no cérebro.

Estimuladoras

Anfetaminas ou “bolinhas”: obtidas em laboratório, são produtos sintéticos. Podem ser comprimidos ou injetáveis. São drogas ilícitas, exceto para uso médico, como anorexígenos. Estão contidas nos moderadores de apetite. Trazem sensação semelhante à da cocaína. Após os efeitos, surgem angústia, pânico, medo, idéias de perseguição, cansaço intenso, depressão, perda de apetite, suor, irritação de pele, entre outras.

Cocaína: é um dos mais potentes excitantes do sistema nervoso central. Em estado natural, a coca da região dos Andes é mascada para disfarçar a fadiga, a fome e a sede. Quimicamente potencializada, a coca torna-se um pó branco capaz de estimular o estado de alerta, reduzir o sono e acelerar o pensamento. Seu uso pode causar lesões no septo nasal, alteração do ritmo cardíaco, provocando taquicardia e palpitações. Seu uso contínuo provoca graves danos à pessoa.

Crack: é o nome dado à cocaína transformada por meio de soda cáustica ou bicarbonato de sódio, para se tornar própria para fumar. Pode atingir grau de pureza de até 90%, com a potência maior que a cocaína em pó. Com muita facilidade cria depen-

⁴ Relatório do 1º Fórum Nacional Antidrogas, 1998. Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD/Presidência da República.

⁵ Cf. Elizabeth Costa GONÇALVES, “Alguns conceitos referentes à toxicomania”, in Richard BUCHER (org.), *As drogas e a vida, uma abordagem psicossocial*, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária Ltda., 1988, p. 10.

dência. Inicialmente, o usuário tem a sensação de confiança em si mesmo, de poder e excitação. Após seu uso, segue-se um período de depressão, paranóia e outros sintomas. A pessoa pode tornar-se violenta e suicida em potencial. É conhecida como a “droga da morte”.

Merla: produzida a partir da pasta básica da cocaína com o acréscimo de querosene, gasolina, metanol ou ácido sulfúrico, é uma droga de baixo custo e rápida dependência. Provoca emagrecimento acelerado, problemas respiratórios, perda de dentes, feridas, insônia e outros sintomas físicos. No nível psicológico, traz sentimentos de perseguição, medo e paranóia.

Nicotina: aspirada pelo fumo do tabaco, causa inúmeros malefícios cardiológicos e respiratórios. A nicotina produz dependência física. A condição de droga lícita favorece seu uso, embora já tenha sido citada como causadora de 24 doenças.

Perturbadoras

Maconha: é o nome popular de um arbusto de origem asiática. Suas folhas são secas e transformadas em cigarro: o “baseado”. A longo prazo e intensamente usada, provoca o aumento do apetite, transpiração excessiva, tremores e ansiedades, aumento dos batimentos cardíacos e estados alterados de consciência.

Ecstasy: droga sintética, é uma mistura de anfetamina e alucinógenos, feita em laboratório e consumida em forma de comprimido ou pílulas. Deixa a pessoa extremamente excitada, provoca euforia e desejo de contato físico. Passado o efeito, a pessoa sente náuseas, pânico, cansaço e fadiga. Em usuários crônicos, pode provocar depressão, demência e delírio.

Toxicomania e dependência

39. A toxicomania foi definida pela Organização Mundial da Saúde - OMS – como um estado de intoxicação periódica ou crô-

nica, nocivo ao indivíduo ou à sociedade, causado pelo uso repetido de uma droga, com três características básicas: a) desejo irresistível ou necessidade imperiosa de consumir a droga e procurá-la de todas as maneiras; b) tendência de aumentar as doses; c) dependência psicológica, às vezes física, em relação aos efeitos da droga.⁶

40. A dependência de alguma droga é um caso particular da situação mais ampla da dependência que, desde o nascimento, relaciona todo ser humano com objetos, pessoas e situações, tornando-as indispensáveis para seu bem-estar, auto-estima e equilíbrio psicológico. Mas certas dependências podem causar graves prejuízos, como acontece com a droga. Neste caso, pesam muito as carências individuais dos sujeitos, os possíveis efeitos da droga, e a sensação de prazer dela resultante. Apesar das críticas que podem ser feitas, é corrente a distinção entre a dependência física e psíquica.

41. Fala-se de *dependência física* quando a droga muda intensamente o funcionamento do organismo a tal ponto que, se o indivíduo deixa de usá-la, aparece um conjunto de sintomas físicos chamados “síndrome de abstinência”. O exemplo mais conhecido é o do *delirium tremens*, que aparece em alcoólicos crônicos quando privados da bebida. O delírio começa com tremores exagerados, ansiedade, insônia, fraqueza, pesadelos, suores abundantes, dores, alucinações visuais, desidratação, crises convulsivas e, se não houver tratamento adequado, até mesmo a morte.

42. A definição de dependência física inclui a noção de tolerância, que é o processo de adaptação do organismo a determinada droga e, conseqüentemente progressivo enfraquecimento dos seus efeitos. O resultado é que o usuário sente necessidade de aumentar cada vez mais as doses para continuar obtendo os mesmos efeitos.

⁶ Cf. Organização Mundial da Saúde, *Apud Drogas: Conceitos*, mimeo., s.dl.
É a Organização Mundial da Saúde que reconhece também a dependência química como sendo uma doença.

43. Há *dependência psíquica* quando o usuário sente necessidade imperiosa de repetir o uso da droga movido pela lembrança do prazer que seu efeito proporciona. O indivíduo, sem a droga, não chega a ter os mesmos sintomas descritos para a "síndrome de abstinência", mas sofre psicologicamente, sente-se desamparado, inseguro, ansioso, angustiado, desanimado e pode até sentir dores de origem psicossomática. Esses sintomas variam muito de pessoa para pessoa.

- O termo *drogado*, embora de uso corrente, é impreciso e grosseiro. Pode-se chamar de "consumidor de drogas" aquele que consome drogas com intervalos irregulares e, por isso tem maior possibilidade de deixá-las.
- É denominado *toxicodependente* aquele que toma regularmente um remédio ou droga, mas com capacidade para deixá-la ainda que a custo de muito esforço.
- Denomina-se *toxicômano* aquele que, definitivamente, passa boa parte do seu tempo e de sua vida na busca de drogas, das quais já não pode mais se desfazer.⁷

44. Cabe também aqui considerar a distinção entre drogas "leves" e "pesadas". Há quem rejeite tal distinção porque ela alivia o peso da condenação social e da repressão policial sobre drogas como a maconha, o fumo e o álcool que, embora sendo imediatamente menos prejudiciais a quem as consome, acabam sendo tão ou mais nocivas à sociedade pelo seu efeito massivo. Nessa perspectiva, o fumo e o álcool devem receber a mesma estigmatização das demais drogas, uma vez que tal classificação não deve ser apenas de ordem técnica, mas embutir uma política social que vise à eliminação de todas as drogas. Quem, ao contrário, considera um direito individual o consumo de drogas "leves" desde que não prejudique os demais, postula uma política social que

reprima a indução de pessoas indefesas ao uso de drogas e concentra todo esforço na eliminação das drogas "pesadas". Entre essas duas posições polares, podem-se encontrar diferentes concepções quanto à política de controle e repressão às drogas.

45. Enfim, para explicar a toxicomania é preciso ter em mente que ela "é o encontro de um indivíduo, um produto (a droga), e um momento sociocultural".⁸ Esse modelo de compreensão do fenômeno da dependência parece ser o mais adequado por abranger tanto drogas "leves", como o álcool, quanto as mais "pesadas". Em todas as situações de dependência, é preciso ter presente o tripé "*pessoa / substância química / contexto sociocultural*"; a análise cuidadosa das relações entre esses elementos oferecerá uma visão mais realista do problema, evitando simplificações em que um dos três elementos parece explicar o todo.

Procurando explicações mais profundas

46. Em geral, nosso contato direto com o problema das drogas se dá quando alguma pessoa de nossas relações torna-se toxicodependente ou alcoólica. Mas o problema das drogas vai muito além de nossas relações pessoais ou familiares. Ele pode ser percebido na "boca de fumo", que traz medo e insegurança às pessoas, nas propostas recebidas por pequenos agricultores para plantar maconha, na corrupção que mancha setores da polícia e dos poderes constituídos, nas denúncias de "lavagem" de dinheiro, ou nos escândalos desvelados pela CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – do Narcotráfico. Ao nos depararmos com essas realidades, percebemos que o mundo das drogas está muito próximo de nós. E aí nos fazemos muitas perguntas: por que tanta gente consome regularmente drogas? Como explicar o avanço do narcotráfico? Será que não há formas de resistir? Onde fica o sonho de vida agora ameaçado pelo pesadelo de substâncias que só nos alienam da realidade?

⁷ *Dicionário Interdisciplinar do Postoral da Saúde*, Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Paulus, 1999.

⁸ III Curso de Introdução ao Estudo das Toxicomanias e Marginalidades - UFCG, Goiânia-GO, 1997.

47. A resposta a essas perguntas não é simples nem direta. Não podemos reduzir a raiz do problema a uma questão meramente pessoal. Tampouco se pode falar da crise socioeconômica e política como causa primeira, uma vez que os Estados Unidos são o maior consumidor mundial de drogas. Nem instituições como a família ou a escola podem ser unicamente responsabilizadas. Se queremos alguma luz sobre tais perguntas, precisamos ter a coragem de tomar o longo caminho da análise e da reflexão sobre essa realidade, muito complexa.

48. Na verdade, estamos diante de um conjunto de fatores que, combinados, formam o pano de fundo para se entender esse complexo campo das drogas. Suas conseqüências são visíveis a olho nu. Suas causas, porém, se escondem por trás de aparentes certezas que mais facilmente iludem do que revelam. Além do mais, o consumo freqüente de cada tipo de droga tem motivações distintas de uma para outra, e não podemos reduzir tudo a um único fator explicativo.

O uso de drogas

49. O uso e o abuso de drogas tem crescido de modo significativo. Cada vez mais diminui a idade do primeiro contato com as drogas. A ajuda clínica tem mostrado o desencanto da população jovem, a mais sacrificada, quando os valores familiares e educacionais não conseguem assumir o papel integrador. Numa sociedade carente de modelos estáveis de identificação, principalmente para a faixa etária em que os valores ainda estão em gestação, instala-se um sentimento de angústia e insegurança. As drogas tornam-se então atraentes, sendo vistas como solução rápida e desejada contra a angústia, embora não alterem a situação real.⁹

50. São muitas as motivações para o consumo de drogas. As motivações de natureza coletiva normalmente regulam e restringem o seu uso a determinadas ocasiões, lugares ou companheiros. É o caso da bebida usada com moderação, entre os colegas depois do expediente, nas festas ou na ceia de Natal. Difícilmente o consumo de drogas, limitado a situações como essas, provocará dependência. Outras são as conseqüências das motivações individuais, que vão da busca de prazeres intensos e imediatos (o que pode significar ausência de perspectivas, ou descrença num futuro satisfatório), à dificuldade de encarar o mundo com seu próprio potencial (o que pode revelar a existência de problemas psicológicos). Quando essas motivações são muito fortes, busca-se uma alteração da consciência pelo recurso a alguma droga. Aí pode começar a dependência e, com ela, os problemas mais graves para o usuário e as pessoas que o cercam.

51. O estado de fragilidade ou desequilíbrio psicológico parece ser um importante motivador para o recurso às drogas. Sendo a adolescência um período de instabilidade emocional e biológica, ela torna-se um momento propício ao uso experimental das drogas. De fato, "o último levantamento do CEBRID, realizado em 1997, revela que o percentual de adolescentes que já consumiram drogas (uso na vida¹⁰) entre os 10 e 12 anos de idade é altíssimo: 51,2% usaram álcool; 11% usaram tabaco; 7,8%, solventes; 2%, ansiolíticos e 1,8% já se utilizaram de anfetamínicos nessa faixa etária. Nas 10 capitais pesquisadas, cresceu a tendência para o uso freqüente de maconha entre crianças e adolescentes. O uso de cocaína e de álcool também aumentou em 6 capitais. É mais grave ainda entre as crianças e adolescentes em situação de rua. Segundo o levantamento de 1993, o uso de drogas por essa população apresenta os seguintes percentuais: 82,5% em São

⁹ Cf. Ana Carolina L. L. da COSTA e Elizabeth Costa GONÇALVES, "A sociedade, a escola e a família diante das drogas", in Richard BUCHER (org.), *As drogas e a vida, uma abordagem psicossocial*. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária Ltda., 1988, pp. 47-54.

¹⁰ Uso na vida: quando a pessoa fez uso de qualquer droga pelo menos uma vez na vida. Cf. José Carlos F. GÁLDURÓZ et alii, *IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras - 1977*. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID). São Paulo (SP), 1997, p. 127.

Paulo, 71,5% em Porto Alegre, 64,5% em Fortaleza, 57% no Rio de Janeiro e 90,5% (*sic!*) em Recife".¹¹ "As drogas mais comumente usadas por crianças de rua são: o tabaco, os inalantes, a maconha".¹² Tal realidade desrespeita os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Rostos desfigurados

52. Quantas vezes encontramos pessoas alcoolizadas estiradas nos caminhos e calçadas? Mas é dentro de casa que o álcool provoca maiores estragos. Discussões, desavenças, separação e, no extremo, briga, agressão física e quebraadeira são os resultados mais diretos. As mulheres e crianças costumam ser as mais atingidas, sofrendo às vezes por anos a fio e em silêncio os efeitos do alcoolismo de marido, filhos ou irmãos. Uma grande quantidade de famílias sofre o drama de conviver diariamente com um alcoólico dentro de casa. Sofre a pessoa dependente e sofrem seus familiares, principalmente quando é a própria mãe a alcoólica. Por outro lado, na hora de se livrar da bebida, devido aos laços afetivos, a família co-dependente, que procura a libertação, constitui normalmente o maior suporte e apoio no processo de cura.

53. Das pessoas que você conhece, quantas são fumantes? O cigarro fascina muitos jovens e adolescentes, sendo muitas vezes apresentado pela propaganda como símbolo de *status* adulto e independente. Felizmente, já há leis que limitam sua propaganda e proíbem o cigarro em alguns ambientes públicos, aviões e ônibus. Sabe-se que além do câncer de pulmão, muitos outros males são causados pelo fumo, não apenas nos usuários, mas também nas pessoas que, estando perto do fumante, inalam a fumaça sem querer. Também aqui vale sublinhar a importância do afeto e do carinho dos amigos e familiares na hora em que o fumante deseja se livrar do cigarro, o que nem sempre é fácil.

54. Popularizada pelos grupos de *rock* nos anos 60, a maconha é o entorpecente mais comum entre os jovens, sendo consumida também por adultos de todas as camadas sociais. A maconha tem sido considerada a porta de entrada para drogas "pesadas". Devido à facilidade de produção, são muitos os pontos de venda da maconha, apesar de seu tráfico e seu porte constituírem transgressão penal. Seu uso por tempo prolongado torna a pessoa apática e, no limite, incapaz de um trabalho produtivo.

55. A palavra droga está hoje associada principalmente à *cocaína* e ao crime organizado em torno de seu tráfico em âmbito mundial. Comercializada em forma de pó branco, é mais usada por adultos que por jovens. Normalmente, o pó é aspirado, podendo também ser injetado na veia, uma vez diluído em água. Há quem fume a pasta da coca, produto grosseiro extraído de folhas tratadas com solventes como querosene, gasolina, ácido sulfúrico ou metanol. Seu uso aumenta a pressão arterial e provoca taquicardia. Em casos extremos, pode causar parada cardíaca.

56. Dois subprodutos da cocaína, porém, muito mais danosos ao organismo humano, são o *crack* e a merla, cujo preparo possibilita a ingestão por meio do fumo, que leva a cocaína diretamente ao pulmão e, daí, ao cérebro. Provoca um prazer intenso, mas rápido, levando o usuário ao desejo incontrolável de repetir muitas vezes a dose (é o que chamam "fissura"). Droga mortífera para muitos meninos e meninas de rua, especialmente em São Paulo, Recife, Salvador e Brasília, mas também para canavieiros do Nordeste. Seu uso continuado deixa o dependente num estado lastimável, porque perde as noções de higiene, torna-se violento, irritado e toma atitudes bizarras devido à paranóia. Se as drogas em geral constituem um caminho sem volta, neste caso a vida costuma ser tão curta e trágica que muitos traficantes são contrários à sua produção para não perderem clientela.

¹¹ SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas. *Relatório do 1º Fórum Nacional Antidrogas*. Brasília, DF, 1998, p. 13.

¹² *Ibidem*. *Relatório do 1º Fórum Nacional Antidrogas*, novembro de 1998.

57. As drogas injetáveis (no Brasil, a cocaína; noutros países, também a heroína) estão entre as mais mortíferas para seus usuários porque, além de seus riscos intrínsecos, favorecem a transmissão do vírus HIV (aids), já que seu consumo costuma ser feito em grupo. O resultado da injeção intravenosa provoca um prazer intenso, porém mais passageiro do que a aspiração nasal, o que aumenta a fissura e, conseqüentemente, leva a um consumo fora de controle. Seus efeitos sobre a pessoa são arrasadores.

O pesadelo da família

58. Combinadas com outros fatores de caráter estrutural, as drogas interrompem o sonho de convivência harmoniosa. Quando a droga entra pela porta, a paz sai pela janela. A família, em muitos casos, se torna refém do traficante. Os gastos com entorpecentes ou com o álcool levam muitas famílias a perderem bens acumulados com o sacrifício de anos. Além disso, o medo de represálias passa a rondar a casa e, com isso, sofrem todos os membros da família.

59. Aspecto importante é a mudança no papel da mulher na estrutura familiar. Por diversas influências, está acontecendo uma sadia superação do patriarcalismo no lar. Com novos valores referentes à dignidade humana e, também, ao se tornar economicamente autônoma, a mulher tem, positivamente, mais participação nas decisões na família, e o mesmo ocorre com os filhos. Essa reestruturação de papéis, porém, precisa vir acompanhada de um novo modo de ser presença, como pai e mãe, junto aos filhos, hoje muitas vezes realizada por meio de verdadeiras chantagens. O que mais se vê é que, além da ausência dentro do lar, por parte do pai, o que já é secular, soma-se agora a ausência da mãe, ocasionando, em muitos casos, filhos órfãos de pais vivos. O custo psicoafetivo e financeiro dessa ausência torna-se cada vez mais alto: personalidade imatura, presentes, promessas, tratamentos psicológicos, babás etc. É óbvio que, hoje, o casal que decide formar família

necessita trabalhar bem esta questão da presença eficaz de ambos junto aos filhos, já que antes a carga maior ficava com a mãe. Pode-se afirmar que uma das grandes causas da busca da droga pelas crianças, adolescentes e jovens provém do vazio afetivo existente na família.

60. Um outro elemento a ser considerado em relação à família é o das crises entre marido e mulher, que, obviamente, repercutem profundamente nos filhos, levando-os às vezes à fuga nas drogas. O problema atinge, não raro, os próprios adultos. O desrespeito, as traições, o rompimento e a recomposição de laços matrimoniais são, hoje, cada vez mais freqüentes entre os casais. E a mídia tripudia, com a maior liberalidade, sobre essas questões, tornando-as corriqueiras e normais na opinião pública. Só que essas situações são sempre vividas, na prática, com muito sofrimento, e as principais vítimas são os filhos. Nem sempre, nos casais, há maturidade, humildade e amor, que, se é verdadeiro, tem sempre o ingrediente da renúncia, que os ajuda a encontrarem uma solução menos traumática para todos, principalmente os filhos. Daí, muitas vezes, a equivocada busca de bálsamos na bebida, no fumo, nos calmantes, e, por fim, em entorpecentes, que, em casos desesperados, parecem oferecer a saída ilusória para o sonho da felicidade.

Um caso entre tantos outros

"Queridos pais,

Imagino a raiva que têm de mim. Sim, fui muito ingrata com vocês. Larguei os estudos, tornei-me viciada, desapareci. Vim para São Paulo com um amigo e, aqui, passei a viver de pequenos expedientes. Na verdade, afundei-me na lama.

O fato é que, agora, estou na pior. Peguei aids. O que temo não é a morte. Ela é inevitável para todos nós. Tenho medo de ficar sozinha. Preciso de vocês. Mas também sei que

os maltratei muito e posso entender que queiram manter distância de mim. Cada um na sua.

É muito cinismo da minha parte vir, agora, pedir socorro. Mas, sei lá, alguma coisa dentro de mim dá forças para que eu escreva esta carta. Nem que seja para saberem que estou no início do fim.

Um dia qualquer, passarei aí em frente de casa, só para dar um último adeus com o olhar. Se por acaso tiverem interesse que eu entre, numa boa, prendam, à goiabeira do jardim, um pano de prato branco ou uma toalha de rosto. Então pode ser que eu crie coragem e dê um alô. Caso contrário, entendo que vocês têm todo o direito de não querer carregar essa mala pesada e sem alça na qual me transformei. Irei em frente, sem bater à porta, esperando em Deus. Que, um dia, a gente se reencontre no outro lado da vida.

Beijos da filha ingrata, mas que ainda guarda, no fundo do coração, com muito amor, (sic.).

Clara

Três semanas depois, antes das cinco horas da manhã, Clara desembarca na rodoviária e toma um ônibus para a Praia do Canto. É quinta-feira, e o vento sul começa a aplacar o calor, encapelando o mar e silvando entre prédios e janelas. Clara desce na esquina e caminha, temerosa, pelo outro lado da rua. Sabe que, a essa hora, seus pais e as duas irmãs costumam estar dormindo.

Ao decifrar a ponta do telhado, seu coração acelera. Olha o portão de ferro esmaltado de preto, as grades em lança que marcam o limite entre a casa e a calçada. Vislumbra o cume da goiabeira. Seus olhos ficam marejados. De repente, uma coisa branca quebra o antigo cenário. Não é uma toalha nem um pano de prato. É um lençol, com pequenos furos no meio, tremulando entre a árvore e o muro da garagem.

Em prantos, Clara atravessa a rua e corre para casa”.

(Extraído do romance de Fr. Bettó: *O vencedor*, Ed. Ática, 1995.)

O sonho da harmonia social

61. O relacionamento entre as pessoas pode ser carinhoso, amigável, fraterno, mas também pode ser mesquinho, egoísta, carregado de inveja, ciúme e vingança. Podemos viver unidos por laços de solidariedade ou de concorrência. Esta traz consigo desconfiança mútua e competição, aquela traz justiça e partilha. Claro que ambas se misturam no cotidiano de nossas vidas, gerando medos e angústias. De um lado, as pessoas podem desenvolver um individualismo exacerbado, uma subjetividade doentia. Por outro lado, elas podem desenvolver personalidades autênticas, amadurecendo uma individualidade que torna a amizade e a solidariedade mais verdadeiras. Na verdade, uma e outra atravessam o coração de cada ser humano e o coração da sociedade como um todo: mesmo os que temos o melhor propósito de realizar o sonho do grande banquete da vida, por vezes trabalhamos só para nós mesmos, descuidando da harmonia universal. Quando predomina a exaltação do mais forte, do vitorioso, do competitivo, prevalece também o individualismo, o corporativismo, a exclusão dos pequenos e dos fracos. E, infelizmente, é esse o contexto da sociedade neocapitalista e hedonista, que já está dominando boa parte da sociedade brasileira, perante o qual estamos perdendo a distância crítica e abandonando a busca de alternativas mais humanas.

62. A competição desregrada em busca dos interesses egoístas quebra sonhos individuais, familiares, comunitários e universais. Aliás, uns e outros estão estreitamente vinculados. Ao romper laços individuais ou familiares, estamos comprometendo a fraternidade universal. E, reciprocamente, ao desenvolver estruturas sociais, econômicas e políticas escandalosamente desiguais, estamos fragmentando esperanças de indivíduos e famílias concretas. Todos os sonhos estão inter-relacionados. Rompendo os fios que os costuram, desfaz-se toda a rede.

63. O resultado disso é uma distância enorme e crescente entre o sonho de Deus e o nosso, por um lado, e, por outro, uma realidade que nega, no dia-a-dia, a possibilidade de uma existência sintonizada, harmoniosa, justa, igualitária e feliz. Realidade que, embora em graus diferenciados, afeta todos os setores sociais e abre caminho para desvios comportamentais, até mesmo o uso de drogas. Para entendê-la convém considerar o processo de transformação em curso no mundo atual.

Um mundo em crise

64. O mundo em que vivemos é uma sociedade em busca de canínicos. Os estudiosos falam de sociedade pós-industrial, pós-moderna, informacional etc. O fato é que os grandes paradigmas estão se transformando. Sabemos o que deixamos para trás no século XX, mas não sabemos em qual direção caminha o mundo no século XXI. Acreditamos na possibilidade de um novo milênio sem exclusões, mas constatamos uma realidade cada vez mais excludente. Já a *Gaudium et Spes* (n. 4) constata, em 1965, que *"o gênero humano encontra-se hoje em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro"*. De fato, a mundialização do mercado e a globalização da cultura, gerada nos polos mais ricos, estão dissolvendo as sociedades tradicionais e impondo sua integração no moderno sistema mundial como sociedades periféricas e subalternas.

65. Nossa sociedade é, cada vez mais, marcada pelo urbano, que hoje inclui, mas ultrapassa a cidade. Trata-se menos de um espaço geográfico e mais de um modo de ser, de viver, enfim, de uma nova cultura com sua linguagem própria, seus valores e contravalores refletindo uma nova mentalidade comparada à rural tradicional. Cultura e mentalidade urbanas que exercem um forte fascínio tanto na zona rural quanto na própria cidade. Para uma imensa multidão que, por causa de uma política rural equivocada, foi e é expulsa do campo nestes

últimos anos, a cidade é, porém, com todos os seus apelos, um verdadeiro inferno.

66. Espaço de desenvolvimento tanto de uma individualidade madura e sadia quanto do individualismo mais feroz, o mundo urbano é, infelizmente, propício à violência, aos vícios, ao consumo de drogas. Na luta pela sobrevivência física, mental, moral e religiosa nessa selva de pedra, não tendo mais as referências do universo rural, consideradas sólidas pelos que vivem no campo, a insegurança diante dos caminhos a tomar neste novo ambiente pode conduzir a escolhas erradas. Há, na cultura urbana, novos enfoques dados aos valores, como amor, liberdade, família, religião, que assustam e perturbam. Assim, por exemplo, liberdade, amor, fidelidade, solidariedade, convertem-se em fardo pesado, parecendo ser mais fácil abdicar das opções pelos valores humanos que contam, evitando-se responsabilidade e compromisso. Em lugar da liberdade, as pessoas se amarram na teia das ilusões das promessas do ganho fácil, da libertinagem, das aventuras. E aí se abrem as portas para o comportamento anti-social, e nele o do consumo de drogas.

Nova forma da mercadoria e hegemonia neoliberal

67. O fenômeno da crise de valores na cultura urbana tem raízes nas transformações pelas quais passam a economia e a política em âmbito mundial, a partir de uma ideologia avessa aos valores humanos, porque fundada no absolutismo do dinheiro, que, por sua vez, cria um fascinante universo simbólico próprio. A produção e o comércio se difundem e se globalizam, e o capital financeiro ganha hegemonia e desconhece fronteiras. Instala-se, em todo o mundo, feroz concorrência pela disputa de mercados, não tanto pelo aumento do número de consumidores, como na onda do "consumo de massa", mas para vender muito para os poucos que podem comprar. Temos aí a corrida pela produção de bens supérfluos, com a conseqüente exasperação dos desejos e, portanto, a criação de necessidades artificiais. A mercadoria incorpora cada vez

menos valor de uso e mais valor simbólico, que é transferido ao custo: o que conta é a marca, a grife, a sensação de identidade com o esportista ou a celebridade que aparece na propaganda. Esse consumo de mercadorias simbólicas apóia-se na aura dos grandes vencedores e atrai pessoas dispostas a pagar qualquer preço para participarem desse mundo mágico, forçando quem não pode pagar a entrar em depressão ou a tê-los a qualquer custo, por meio de roubos ou de assaltos.

68. Associada ao processo de globalização, as ideologias consumistas adotadas pelas elites e difundidas por muitos órgãos da mídia tornaram-se modo de pensar e de agir político que desqualifica como "atrasada" outras opções que se apresentem em oposição. Um de seus postulados é que o mercado não deve ser submetido a regulamentações externas e que o Estado não pode intervir na vida econômica, mas sim favorecê-la. Para alguns teóricos dessa ideologia, ao Estado cabem as ações no campo social, isto é, no campo não atendido pelos agentes econômicos do mercado, o que é, em geral, dificultado por causa do alto custo do serviço e da dívida externa a ser paga aos credores. Uma das consequências dessa ideologia é a redução dos investimentos públicos nos setores de saúde, educação, agricultura, previdência social e habitação. Outra consequência grave é o desemprego, que faz multiplicar o trabalho informal.

69. Nesse mundo em crise de valores, tanto entre os socialmente bem situados como entre os mais pobres, instala-se facilmente o caos, a incerteza e a insegurança, como nos pesadelos de beco sem saída. Os horizontes se fecham e as esperanças se reduzem. O caminho longo e penoso da reflexão, do diálogo e do compromisso é facilmente descartado em troca de alguma coisa que proporcione ao menos um alívio momentâneo e permita escapar do enfrentamento com a dura realidade. Não é surpreendente que adultos, jovens e até crianças procurem nas drogas um meio de fugir dos seus problemas.

70. Na raiz de tudo está, portanto, uma sociedade destituída de sentido verdadeiro para a vida humana. O consumismo, a busca do prazer individual, a concorrência exacerbada geram um egocentrismo doentio. Valores como a amizade, a solidariedade, a busca do bem comum tornam-se "casetas", ultrapassados. A via longa, reflexiva, dialógica e comprometida é substituída pelo caminho fácil da satisfação individual. O compromisso de vida dá lugar ao evento instantâneo. O sentimento dá lugar à sensação. A relação dá lugar ao uso efêmero do outro. É como se tudo tivesse se tornado descartável: os produtos, os bens da natureza e até as pessoas. A sensação de vazio e de infelicidade é o resultado dessa experiência sem profundidade afetiva, sem carinho e sem diálogo. A existência perde o tempero e o brilho, e abre-se o caminho para a busca ilusória do prazer imediato. Mas este só faz aumentar a desilusão, o vazio e a infelicidade. Daí a depressão, as despesas com infindáveis tratamentos, e o recurso ao artifício das drogas, com todas as suas trágicas consequências. Mas não haverá droga suficiente para preencher esse poço sem fundo. Ao contrário, quanto mais drogas, mais ele se aprofunda, até à destruição total da pessoa.

A restauração dos sonhos

71. E como devem se colocar os cristãos diante desse imenso desafio, eles mesmos vulneráveis em todo este universo em crise? Em tal sociedade, que se modifica a uma velocidade extraordinária, mais do que nunca valem as palavras da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: "*As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo*" (n. 1). É vital, obviamente, uma extraordinária revitalização da fé, porque o sonho de Deus permanece de pé. Numerosas forças vivas e ativas, dentro e fora da Igreja, estão procurando, com humildade e tenacidade, levar adiante o projeto inspirador da Criação. A resistência, a tei-

mosia e a coragem dessas pessoas, grupos, comunidades de base, movimentos e organizações mantêm acesa a chama de um amanhã novo e recriado. É por isso que a CF-2001 tem por lema em primeiro lugar não o repúdio às drogas, mas a afirmação "Vida sim!".

72. Certamente não é fugindo da realidade por meio dos sonhos ilusórios, proporcionados pelas drogas e suas "viagens", que construiremos o ambiente de vida harmoniosa e prazerosa que, eticamente, tanto desejamos para nós mesmos e para as próximas gerações. Uma intuição profunda nos diz que basta uma sociedade frugal, sóbria, onde nos contentemos com pouco, desde que o pouco seja o suficiente para todos, pois realmente necessário é que as relações humanas nela existentes sejam permeadas por autênticos valores que produzem a alegria de viver. Acreditamos que esse sonho do paraíso, que parece perdido no passado remoto, será reconhecido em algum lugar do futuro: um dia a humanidade chegará lá, restaurará seus mais lindos sonhos e completará o sonho do Criador. Nessa caminhada, muitas pessoas, por causa das circunstâncias atuais, são derrubadas pelas drogas, e sua queda nos interpela como um pedido de socorro. Socorro que deve traduzir-se tanto no cuidado com cada pessoa, quanto numa política social e numa ordem econômica que buscam o bem comum, a distribuição equitativa dos bens, superando o neoliberalismo, "que considera os lucros e as leis do mercado como parâmetros absolutos em prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo".¹³

Segunda Parte

ESCOLHA A VIDA!

(Dt 30,19)

J
U
L
G
A
R



2001

por um
século
sem
drogas!

¹³ Cf. *Eccelesia in America*, nn. 56-57.

73. A cruel realidade do mundo das drogas, do qual este *Texto-base* nos revela uma pequena amostra, não deixa ninguém indiferente. Há uma indignação ética que, por si mesma, irrompe no coração de qualquer um que aposta no ser humano, luta por um mundo melhor para seus filhos, seus alunos, seus amigos e colegas, seus concidadãos, seus irmãos e irmãs de fé e ideal. Há também um sentimento de compaixão pelas vítimas dos sistemas que favorecem o comércio, o tráfico e o consumo das drogas, e, ao mesmo tempo, um sentimento de clamor por justiça em relação aos causadores desse imenso problema. Entre esses sistemas, se destaca a ideologia neoliberal que, ao considerar o lucro e as leis do mercado como parâmetros absolutos, atenta contra a dignidade da pessoa e do povo e descuida dos mais frágeis na sociedade. Há ainda os exploradores da fragilidade humana, que esvaziam as pessoas do sentido da vida, para oferecer-lhes como solução os vícios que alienam e fazem fugir, e com os quais esses exploradores se enriquecem.

74. Nesta segunda parte do *Texto-base*, além de uma atenção prioritária às pessoas vítimas das drogas, a serem atendidas segundo os preceitos da ética, da cidadania e do amor, buscamos na Palavra de Deus luzes que apontam caminhos para essas vítimas e apoio para os que a elas se dedicam. Evidenciamos, também, o apelo de Deus à conversão dos que tripudiam sobre seus filhos e filhas e, ainda, conforme o caso, a veemente condenação deles pela justiça divina. Incentivamos as comunidades para que, à semelhança das outras partes deste *Texto-base*, procurem complementar os dados aqui colocados.

O contexto social das drogas

75. A Igreja, como vimos na primeira parte, é consciente de que todo o trágico problema das drogas, que afeta profundamente as pessoas nelas envolvidas, suas famílias e grandes parcelas da sociedade, é agravado por um contexto social, econômico, político e cultural, que gera esvaziamento do sentido da vida, desespero,

fugas e busca ilusória do prazer. O Papa João Paulo II vai direto ao cerne da questão: "*É necessário denunciar com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aquele estilo de vida que facilmente induzem à droga*". É essencial, sim, atender, e da melhor maneira possível, a vítima das drogas, mas é igualmente essencial lutar contra as situações que conduzem ao uso desses venenos e contra os que criminalmente os disseminam.

76. À luz da fé se constata que a idolatria do dinheiro, que absolutiza a riqueza, o capital, a economia de mercado e o consumismo, constroem uma sociedade injusta, na qual os que têm dinheiro e bens se tornam senhores da vida e da morte dos que nada ou pouco têm, além de se tornarem, também, senhores da natureza. A injustiça social impele os mais ricos e os mais fortes ao despojamento dos bens e dos direitos dos outros para deles se apropriarem. O egoísmo impulsiona a acumular, impede a partilha, leva à escravidão da natureza e ao desperdício, não se importando com os milhões de seres humanos carentes de tudo. A qualidade de vida é confundida com o nível de consumo e com a quantidade de coisas a possuir. A confiança, a segurança, a garantia e o sentido da vida são colocados no dinheiro e nas coisas, em detrimento das pessoas.

77. O mundo globalizado a partir do ídolo dinheiro, escreve o professor Milton Santos, manipula arditamente a competitividade, que comanda as nossas formas de ação, o consumo, que comanda as nossas formas de inanição, e a confusão dos espíritos, que impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós.¹⁴ Uma das molas propulsoras dessa globalização perversa, segundo ainda o professor Milton Santos, é o uso despótico da informação a serviço da ideologia neoliberal, que busca instruir e convencer.¹⁵

¹⁴ Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Ed. Record, 2000, Rio de Janeiro (RJ), p. 46.

¹⁵ Cf. *Ibidem* pp. 38-39.

78. A idolatria do dinheiro (cf. Am 6,3-7; Am 4,1-3; 1 Tm 6,10) requer vítimas, e um deles é o dependente das drogas. Por detrás de toda vítima da dependência química há uma indústria que precisa de muito dinheiro. São milhares de pessoas arriscando literalmente a vida para conseguir mais clientes para comprar drogas e, assim, captar mais dinheiro.

79. É necessário tratar a vítima, mas é fundamental também atingir as causas que ultrapassam o nível da pessoa afetada, causas que conformam uma gigantesca trama de produtores, grandes industriais da droga, agentes financeiros e traficantes. Poderosos que são, eles conseguem armar exércitos, dominar bairros, comprar políticos e pessoas influentes nas altas rodas sociais, nos meios de comunicação social, na polícia e escravizar pobres para servi-los. Além da dominação pelo vício da droga, há o domínio pela promessa de riqueza, rápida e fácil, de felicidade e, mais ainda, pelo temor, pois o assassinato é moeda corrente nesse trágico meio.

80. Diz o *Catecismo da Igreja Católica*: “O uso das drogas inflige gravíssimos danos à saúde e à vida humana. Salvo indicações estritamente terapêuticas, constitui falta grave. A produção clandestina e o tráfico de drogas são práticas escandalosas; constituem uma cooperação direta, pois incitam a práticas gravemente contrárias à lei moral” (n. 2291).

81. Quem desenvolve em si e nos outros a cidadania, fundamentada na ética, na justiça social, na fraternidade e na solidariedade, está plantando a sociedade segundo o Plano de Deus e, portanto, criando dificuldades para aqueles que têm o propósito de dividir e destruir, reinar como senhores deste mundo. Não há como elamar “Vida sim, drogas não!” sem lutar denodadamente por profundas mudanças no modelo social vigente, gerador de empobrecimento da maior parte do povo, de exclusões e de esvaziamento do sentido da vida. O amor ao outro, como pessoa, exige o compromisso da luta por criar condições humanas, so-

ciais e espirituais básicas que garantam a todos a alegria interior de viver, amar, ser generoso e fazer o bem.

Para refletir:

- Que apoio damos aos que lutam por erradicar as causas econômicas, sociais, políticas e culturais que geram e alimentam o mundo das drogas?
- Que meios concretos temos para impedir em nosso bairro, em nossas famílias, em nossas escolas a influência dos traficantes?

O amor incondicional pelo ser humano

82. Muito esforço, perseverança, gastos materiais e emocionais envolvem a recuperação não só dos dependentes químicos, mas de qualquer pessoa que esteja em situação de risco. Vale a pena? Responde mais fácil e rapidamente a essa pergunta quem tiver amor pela pessoa em questão. Quem ama sabe perfeitamente que o outro não é descartável, que sua perda é algo difícil de aceitar, seja qual for o problema em que esteja envolvido. Se assim é com o amor humano, mais ainda o será com o amor de Deus, terno criador de todos e de cada um em particular.

83. Para Deus todos nós temos nome e temos nossa história, que é por ele conhecida e acompanhada com desvelos incriveis. Podemos aplicar a cada pessoa as ternas declarações de amor que Deus faz a seu povo por meio do profeta Isaías: “*Mesmo que as montanhas oscilassem e as colinas se abalassem, jamais o meu amor te abandonará*” (Is 54,10); “*Pode uma mulher esquecer-se daquele que amamenta? Não ter ternura pelo fruto de suas entranhas? E mesmo que ela o esquecesse, eu não te esqueceria nunca*” (Is 49,15).

84. O Salmo 139(138) diz que o Senhor sonda, conhece e acompanha cada um de nós, penetra nossos pensamentos e nos envolve

por todos os lados. Deus não é presença de um fiscal que não deixa escapar nenhuma falta. Ele é a solicitude própria do amor, para cada um e para todos, sem exceção. Cada um está sempre diante de sua ternura solícita que não descansa, que não abandona ninguém em momento algum.

85. E quanto mais frágil e necessitada é a pessoa, maior é o desvelo do Senhor. Seu amor preferencial pelo empobrecido, pelo pecador, pelo enfermo, pelo excluído é pura gratuidade. Não há mérito algum no carente em conseguir ser alvo preferencial do seu amor misericordioso e de libertação. E se o amor humano provém do amor de Deus, obviamente é-lhe intrínseco o desvelar-se pelo mais necessitado. É o que acontece em qualquer família em que reina o amor. É o que deveria acontecer na vida de cada cristão, de cada grupo de cristãos e da comunidade eclesial.

86. Esse mesmo sentimento é expresso por Jesus na parábola da ovelha perdida (cf. Mt 18,10-14; Lc 15,3-7); o amor de Deus não é, e o nosso também não deveria ser, uma questão de estatística. Afinal 99% do rebanho a salvo seria um bom saldo, mas o pastor não descansa enquanto houver uma única ovelha exposta a sofrimentos e perigos. Também não se trata de algum mérito especial da ovelha extraviada: ela pode não ser a mais produtiva, é apenas preciosa para o coração do pastor.

87. Na Campanha da Fraternidade 2000, quando tratamos da dignidade humana, vimos que cada ser humano abandonado é um sinal de pouco apreço pela inviolável sacralidade da vida humana. Cada vez que permitimos, por omissão ou indiferença, que um ser humano que sofre fique entregue à própria sorte, estamos negando na prática o valor da vida humana que afirmamos em tantos discursos. Quando o valor da vida de alguém é desconsiderado, abre-se caminho para não mais se considerar inviolável e preciosa a vida de qualquer um. Tratando-se de vida humana, qualquer exceção é ameaçadora e perigosa para todos.

Criados por amor e livres, para sermos felizes

88. A Bíblia traz, nos seus primeiros capítulos, uma reflexão sobre o ser humano colocado diante de uma proposta de paraíso, de vida feliz (cf. Gn 2,4b-24). Mas não era uma felicidade obrigatória, sem alternativa. Era uma felicidade a ser construída e preservada por meio do desafio da liberdade (Gn 2,25 – 3,1-24). Mas muita gente talvez se pergunte: e isso não foi perigoso demais? Vejam só quanta desgraça a humanidade construiu usando essa liberdade! Não seria melhor Deus ter guardado para si esse arriscado presente, o da liberdade humana?

89. Sem liberdade, seríamos robôs, incapazes de ser felizes ou infelizes, seríamos marionetes na mão do Criador, sem sentido próprio. Ser criado à imagem e semelhança de Deus é também ser um interlocutor capaz de criar, transformar. Para o bem e para o mal? Sim, é verdade, mas é a possibilidade do “não” que enriquece o significado do “sim”. Podemos usar mal a liberdade que nos foi dada, mas sem ela não realizaremos coisa alguma que tenha sentido humano.

90. O resumo da lei de Deus, na versão do Deuteronômio, mostra que, ao mesmo tempo que garante a nossa inestimável liberdade, o Senhor está profundamente ansioso para que façamos a escolha certa. Ele aponta um caminho, não por vontade arbitrária de ser obedecido, mas porque quer o melhor para nós, com toda a força do seu amor: “*Eis que ponho diante de ti a vida e a felicidade, a morte e a infelicidade... Eu hoje te ordeno: ame o Senhor, teu Deus, onde nos seus caminhos e guarde os seus mandamentos, suas leis e seus costumes. Eis que eu ponho diante de ti a bênção e a maldição. Escolhe, pois, a vida, para que vivas tu e a tua posteridade, amando o Senhor, teu Deus, escutando a sua voz e ligando-te a ele!...*” (Dt 30,15-20).

91. A luta pela liberdade tem inspirado fantásticos heroísmos na história da humanidade. Entre os adolescentes,

ela faz parte da construção da personalidade de cada um e se manifesta na necessidade de se auto-afirmar, muitas vezes testando suas próprias forças contra os padrões socialmente estabelecidos. A educação da liberdade nos adolescentes e jovens não é nada fácil para pais e educadores, em face das investidas de inescrupulosos que exploram essa delicada fase da vida humana, açulando, com desastrosas conseqüências, um uso pervertido deste maravilhoso dom de Deus, que é a liberdade.

92. O dependente de drogas, por exemplo, usando mal o dom da liberdade, perde-a em grande parte para a droga. E aos poucos direciona seu ser para um ídolo, a droga, que vai destruir a sua vida. O mesmo ocorre com pessoas dominadas por qualquer outro vício. A salvação dessas pessoas estará exatamente na recuperação do exercício construtivo do precioso dom da liberdade, na capacidade de atribuir-se sadios limites, dizer não ao ídolo devorador. Elas precisam crer que podem mais do que o hábito que tomou o controle de suas vidas, crer que podem, com a força de Deus e o apoio dos irmãos, não só conseguir a libertação, mas se colocar a serviço da libertação de outros, e do verdadeiro sentido da vida.

93. É evidente, porém, que se requer um passo fundamental, que somente a própria pessoa afetada pelo vício pode dar: *a conversão*. Deus, que respeita o uso que fazemos da liberdade, colabora conosco e espera ansioso por um pequeno sinal de nossa vontade para a nossa conversão e o retorno à casa paterna, como aconteceu com o filho pródigo (cf. Lc 15,11-32). E Deus nunca deixa de oferecer motivação e caminhos de volta. Ele, que nos ama infinita e apaixonadamente, será parceiro na recuperação da liberdade, porque foi para a liberdade que ele nos criou e Cristo nos libertou (cf. Gl 5,1-26). É para oferecer caminhos de libertação, que o Senhor suscita pessoas e instituições, que se colocam a serviço das pessoas afetadas pela tragédia dos vícios, pela tragédia da droga.

A sabedoria de livremente impor-se limites

94. Liberdade e limites serão opostos, incompatíveis? Muitos experimentam não ter limites e descobrem que acabam perdendo juntamente com eles a possibilidade de importantes realizações pessoais.

95. Diz o livro dos Provérbios: “O que observa a disciplina está no caminho da vida (Pr 10,17). Não se trata aí de uma disciplina opressora, mas de um controle de si mesmo que permite dirigir esforços para um objetivo ditado pela própria liberdade. Como, por exemplo, chegar a ser um grande pianista ou um atleta, sem a disciplina dos exercícios que aprimoram a técnica? Como criar um clima familiar afetoso e acolhedor se cada um resolver que não precisa se controlar, quando o trato com os demais exige certa paciência?

96. Quem despreza a noção de limites para chegar mais depressa ao que deseja é como um rio que rejeitasse as próprias margens: vai se espalhar, virará pântano e perderá o rumo e a força para chegar ao mar. A educação para a compreensão dos limites como força que potencializa e dirige o nosso agir é importante para cada um poder desenvolver melhor seus dons pessoais e alcançar objetivos que valham a pena. “Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém. Tudo me é permitido, mas eu não me deixarei dominar por coisa alguma” (1Cor 6,12). Essa orientação de São Paulo indica um uso importante da liberdade: discernir que limites devemos respeitar para conseguir fazer da nossa vida uma realização mais gratificante e mais digna de nossa identidade de filhos e filhas de Deus.

Hábitos que controlamos e hábitos que nos controlam

97. “Mais vale quem domina o coração, é dono de si próprio, do que aquele que conquista uma cidade” (Pr 16,32). Não são apenas os dependentes químicos os que podem perder o controle

de sua vida, dominados por hábitos que se tornam pesadas cadeias. Todos nós podemos nos deixar controlar, seja pela propaganda, seja pela pressão de grupo, seja pelas próprias válvulas de escape que inventamos para amortecer as dificuldades da vida. Na verdade, quem não se condiciona a si mesmo, por sua própria vontade, ao que quer ser e fazer, é condicionado facilmente pelos outros ao que não quer ser e fazer. Quem de nós não conhece gente que quer emagrecer mas não consegue parar de comer, gente que já nem conversa com a família porque não consegue desviar os olhos da TV ou é escravo da Internet, gente que promete controlar a língua e não resiste na hora de fazer mais um comentário ferino sobre a vida alheia, gente que promete parar de fumar ou beber e não consegue fazê-lo?

98. Isso posto, seria bom que cada um de nós se examinasse antes de censurar a incapacidade alheia de resistir a hábitos e vícios. É importante tirar a trave dos próprios olhos, como recomenda Jesus (cf. Mt 7,3; Lc 6,41). Provavelmente teremos, nós também, alguns hábitos e tendências que encontramos dificuldade em dominar. Isso não deve servir para nos acomodar diante da situação, mas pode nos conduzir a uma postura mais humilde e caridosa diante de quem, por ter perdido o controle de algum hábito, está pondo em risco a sua felicidade ou a sua vida.

Para refletir

- Estamos sabendo apresentar as leis de Deus e os valores do Evangelho como ajuda para indicar um uso construtivo da liberdade humana?
- Educamos para a valorização dos limites que nos permitem crescer e ser mais, conviver no amor?
- Temos hábitos difíceis de abandonar? Como lidamos com eles?

A força da fé nas situações de dor

99. Na vida de cada um, inevitavelmente, haverá momentos dolorosos, inquietações, medos, inseguranças geradoras de angústia. Temos problemas pessoais e problemas gerados pelo panorama social em que vivemos; o social e o pessoal têm implicações mútuas, e sabemos que a situação sociopolítica e cultural contribui direta e indiretamente para que muitos vivam num clima de permanente ansiedade e medo da vida. A sabedoria de viver se mede muito pela capacidade de lidar com as pequenas e grandes aflições do cotidiano.

100. A fé religiosa ajuda muito. Quando Jesus recomenda: *“Não andeis inquietos com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã terá suas próprias preocupações, basta para cada dia a sua própria dificuldade”* (cf. Mt 6,34), ele está convidando a uma confiança maior no poder de Deus, em cujas mãos estamos todos nós. Jesus mesmo se apresenta como alguém capaz de aliviar nossas angústias: *“Vinde a mim vós todos que estais cansados sob o peso do fardo e eu vos darei descanso”* (Mt 11,28). Ele não vai fazer nenhum tipo de magia para os problemas desaparecerem, mas tem uma paz profunda a oferecer. Com essa pacificação de coração baseada na confiança em Deus, podemos mais e enfrentamos melhor os tropeços.

101. É também isso que São Paulo quer dizer quando afirma que *“todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus”* (Rm 8,28). Não é um *seguro contra problemas* nem é uma garantia de que Deus vai fazer favores especiais a seus protegidos. É uma afirmação do poder da fé como força e critério de ação e julgamento diante das dificuldades. Afinal, o que conta não é tanto o que nos acontece, mas o que somos capazes de fazer com o que nos acontece. A fé potencializa nossos dons.

Todos os dias milhares de pessoas se mantêm sóbrias rezando a

Oração da serenidade

Deus, concede-me a serenidade

Para aceitar as coisas que não posso modificar,

Coragem para modificar aquelas que posso,

E sabedoria para perceber a diferença.

Reinhold Niebuhr

A vida e suas possibilidades valem mais
que a ilusão das drogas

102. Em seu artigo "Drogas na escola", Lúdia Rosenberg Aratangy, recomenda "*combater o vício das drogas, mas sem inibir essa preciosa inquietação que leva o homem a buscar conhecer sempre mais*".¹⁶ Em outras palavras, é preciso propor alternativas emocionantes, gratificantes. A própria fé é para ser vivida com a alegria de quem descobre um sentido para a vida e proclama que viver é uma aventura capaz de grandes emoções. Sobre essa necessidade de buscar propostas empolgantes para construir um projeto de vida, diz o psicanalista Renato Mezan: "*...sou quem ame; sou o que fiz de meus modelos, sou quem incorporei na voracidade absoluta de conter em mim o mundo*".¹⁷

103. Santo Agostinho diz isso de outra maneira: "*Nosso coração está inquieto enquanto não repousa em ti*". De um modo ou de outro, o que se afirma é que o ser humano anda em busca de

algo que dê sabor, propósito e entusiasmo à vida. Muitas vezes pensa que encontrou, mas logo fica insatisfeito e parte para outra: isso é, também, um sinal da sua fome de infinito. Somos anunciadores do Infinito de Deus: cabe-nos fazer isso de forma convincente, com toda a fascinante beleza do chamado de Deus, sem fazer da religião uma coleção desanimadora de regras cujo sentido a pessoa não percebe.

104. São Paulo, que encontrou em algumas comunidades do início do cristianismo, pessoas que se deixavam levar por vícios, reagiu. Percebeu que elas precisavam ocupar-se com atividades sadias, que lhes causassem prazer interior, alegria. Suas admoestações são diretas e, ao pedir que essas pessoas deixem o vício, estimula-as a terem um comportamento que preencha a vida de alegria. Diz São Paulo: "*Estejam atentos para a maneira como vocês vivem: não vivam como tolos, mas como sensatos, aproveitando o tempo presente, porque os dias são maus. Não se embriaguem, pois isso leva para a libertinagem. Busquem antes a plenitude do Espírito. Juntos recitem salmos, hinos e cânticos inspirados, cantando e louvando ao Senhor de todo o coração...*" (Ef 5,15-19).

Vida sim! Morte não!

105. A vida é um bem tão precioso que a grande promessa de Jesus é que ela será eterna, porque o nosso Deus é o Deus da Vida. Esse Deus da Vida quer também vida, a mais feliz possível, já, aqui e agora, não só depois da morte. Trata-se de vida com sabor de céu, mesmo no meio das dificuldades, vida de quem sabe por que e para que está vivo. Essa seria a primeira função da educação da fé: ajudar a construir mais vida, com sentido. A pessoa que tem fé deve ser capaz de acordar todos os dias com a sensação de estar fazendo parte de um grande milagre: "*O fornecimento do tempo é um milagre cotidiano. Acordas pela manhã e vê! Tua bolsa está magicamente cheia com 24 horas desse tecido ainda não manufaturado do universo da vida, a mais preciosa de tuas posses!*" (Arnold Bennet).

¹⁶ Lúdia Rosenberg ARATANGY, "Drogas na escola. O desafio da prevenção", in Júlio Grappa AQUINO (org.), *Drogas na escola*. Editora Summus Editorial, São Paulo, 1998, p. 11.

¹⁷ Paulo ALBERTINI, *Mal estar e poesia*, in Júlio Grappa AQUINO (org.), *Idem*, p. 46.

106. No Evangelho segundo São João, Jesus nos diz que quem nele crê tem a vida eterna. Não diz “terá”; fala no presente. Trata-se também desta vida mesmo, daqui da terra, vivida no clima de Deus, cheia de um novo sentido. E quem vive neste clima da construção do Reino achará emocionantes as oportunidades do cotidiano, carregadas de apelos a um crescimento que é programa empolgante. Escreve São Paulo: *“Como escolhidos de Deus, santos, amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão, paciência. Suportem-se uns aos outros e se perdoem mutuamente, sempre que tiverem queixa contra alguém. E acima de tudo vistam-se com o amor que é o luz da perfeição”* (Cl 3,12-14). Isto é viver na luz, e ele acrescenta: *“O fruto da luz consiste em toda bondade, justiça e verdade”* (Ef 5,9). Vida com sentido é, portanto, uma excelente prevenção contra todo tipo de vício, tanto as drogas como outras formas destrutivas de enfrentar os problemas diários.

Para refletir

- Vivemos com alegria a esperança que brota da fé?
- Nossa comunidade transmite essa alegria?

O amor, que traz felicidade, tem suas exigências

107. O dependente de algum vício, por exemplo, a dependência química, costuma ter muitos sintomas semelhantes ao do chamado fenômeno de “adolescência prolongada”, caracterizada por pouca disposição em assumir responsabilidades. A psicologia diria que ele tem dificuldades em passar do princípio do prazer ao princípio da realidade, com isso, não cresce e deixa de desenvolver importantes capacidades construtivas. Um amor verdadeiro não se conforma com essa situação, muito menos a alimenta, e faz de tudo para que a pessoa se liberte dessa terrível prisão.

108. O amor de Deus também não fabrica crianças mimadas, nem faz por nós o que Ele mesmo nos deu capacidade para fazer. O amor do Pai sabe temperar acolhimento, perdão, braços sempre abertos, com apelos exigentes para que cada um seja tão bom, tão grande e tão feliz como estava no seu sonho inicial, ao criar cada um como pessoa de grande valor. Assim agiu Jesus que, ao mesmo tempo em que era terno, acolhedor e compassivo com sofredores, humildes e pecadores, fazia propostas exigentes aos que se propunham a segui-lo e era contundente contra os que prejudicavam os outros, bem como a convivência fraterna e justa.

109. Não é inteligente fazer abatimentos, descontos, quando se trata da qualidade da nossa própria vida. Será uma lástima se cada um de nós não se construir, de fato, da melhor forma possível. *“Tudo vale a pena se a alma não é pequena”* – o verso famoso de Fernando Pessoa indica uma direção. Qualquer esforço vale a pena para fazer frutificar o grande ser humano que cada um de nós já é e poderá ser ainda mais.

110. São Paulo, diante da nossa fragilidade psico-espiritual, insiste para que nos exercitemos com vistas a nos tornarmos fortes contra as armadilhas do mal que surgem em nossa caminhada: *“Fortaleçam-se no Senhor e na força de seu poder”* (Ef 6,10). Nos versículos seguintes, ele nos pede para vestirmos a armadura de Deus, a fim de resistirmos às manobras do mal, permanecermos firmes, superando todas as provas (cf. Ef 6,11-17). Mas, se caímos, ele, além de nos provocar à mudança de vida, deixando o mal, é propositivo, incentivando, estimulando-nos a fazer o bem: *“Deixem de viver como viviam antes, como homem velho que se corrompe com paixões enganadoras. É preciso que se renovem pela transformação espiritual da inteligência e se revistam do homem novo, criado segundo Deus, na justiça e na santidade que vem da verdade... Afastem de vocês qualquer aspereza, desdém, raiva, gritaria, insulto, e todo o*

tipo de maldade. Sejam bons e compreensivos uns com os outros, perdendo-se mutuamente, como Deus perdoou a vocês em Cristo” (Ef 4,22-24,31-32).

Ocupação sadia e alegria de servir

111. “*Feliz de quem atravessa a vida inteira tendo mil razões para viver*”, dizia D. Hélder Câmara. As razões para viver se percebem mais facilmente quando a pessoa se coloca a serviço. Muitos são os testemunhos de gente que se dispôs a ajudar outros, por compaixão, e acabou se descobrindo como o beneficiário primeiro do serviço que lhes estava generosamente oferecendo. Jesus convida a servir, falando da recompensa que vem do céu: “...quando deres uma ceia, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos. Serás feliz porque eles não têm com que te retribuir; mas ser-te-á retribuído na ressurreição dos justos” (Lc 14,13-14).

112. Antes mesmo da ressurreição dos justos, há uma alegria muito especial em prestar serviços que não podem ser retribuídos de modo material. Mas sabemos que sempre há um tipo de retribuição: todos têm algo a oferecer, mesmo os mais carentes. Essa alegria funciona tanto para aquelas(as) que se colocam a serviço dos dependentes de drogas como para as próprias vítimas dessa dependência. Ambos se sentem mais felizes quando descobrem que podem ser úteis. Ocupar-se generosamente de outros é boa receita para obter uma atitude mais positiva em relação aos próprios problemas. O serviço, na tônica do amor gratuito, ajuda a tomar certa distância dos problemas pessoais, e essa distância faz com que os vejamos em nova perspectiva. Vem do serviço fraterno uma alegria que conduz a novos e mais luminosos caminhos.

Cristãos, chamados a fazer diferença

113. Saber que a nossa presença fez alguma diferença para melhor neste mundo conturbado é uma das melhores sensações

que uma pessoa pode experimentar. Há mães que escrevem naqueles famosos álbuns de bebê, respondendo à pergunta sobre o que desejam para a criança recém-nascida: *que o mundo fique um pouco melhor porque ela existe*. É um modo bonito de afirmar que sabem para que serve a vida que acabou de vir ao mundo.

114. A emoção de perceber que algo que realizamos fez diferença anima a construir cada vez mais e melhor, coloca-nos com alegria numa estrada bem iluminada pela satisfação de ser gente, de existir, de amar e ser amado. Essa alegria é vivenciada por aqueles(as) que se dedicam à recuperação de dependentes de drogas ou a outras tarefas transformadoras. E deve tomar-se também progressivamente uma alegria, de grande potencial salvador, para a pessoa que precisa de recuperação. Nessa tarefa de fazer diferença não estamos sozinhos. Deus, que fez o chamado, vai junto como parceiro, força e estímulo. Ele mesmo o garante: “*Não temas, eu estou contigo*” (Is 43,5; Jr 1,8). No dizer de Fernando Pessoa: “*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*”.

Para refletir

- Como educamos crianças e jovens para a alegria do serviço prestado com generosidade e responsabilidade?
- A comunidade se une para responder às necessidades da realidade local? Como?

Um amor sem exclusões

115. Jesus avisa que a vontade do Pai é “*que não se perca um só destes pequeninos*” (Mt 18,14). Somos uma grande família, na qual todos são responsáveis por todos. Nosso próximo é aquele de quem nos tornamos próximos, como se vê na parábola do Bom Samaritano (cf. Lc 10,30-37). A condição para o outro ter direito a ser esse tipo de “próximo” não é o parentesco nem a filiação

religiosa, não são as virtudes da pessoa envolvida ou a afinidade emocional. O grande critério para mobilizar a nossa fraterna atenção é a própria necessidade do(a) irmão(ã). Se alguma prioridade devemos dar a alguém em nossa caridade fraterna, o grande critério haverá de ser a necessidade de quem precisa de nós. Ou, como disse Jesus: “*Não são aqueles que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes*” (Mc 2,17).

116. Esse apelo à solidariedade sem exclusões deve mobilizar pessoas e comunidades cristãs diante dos sofrimentos dos dependentes químicos e dependentes de qualquer outra situação e, também, diante dos sofrimentos de suas famílias, sem julgamentos preconceituosos e sem outras cobranças que não sejam as exigências da própria reeducação dos que precisam se recuperar. Às vezes nos comportamos como se os problemas alheios fossem coisas muito distantes de nós. Com isso, perdemos a oportunidade de viver a experiência gratificante da generosidade fraterna, e perdemos aqueles que precisam do nosso apoio para viver melhor. Poderíamos refletir com o poeta Mário Quintana: “*Essas distâncias astronômicas não são tão grandes assim: basta estenderes o braço e tocar no ombro do teu vizinho...*”.

117. Na parábola do Bom Samaritano, Jesus destaca que exatamente o excluído pelos judeus – pois eles não aceitavam os samaritanos –, é que se tornou modelo de caridade e de proximidade do outro, caído à beira da estrada, de quem tanto o sacerdote como o levita não cuidaram. O Bom Samaritano, mesmo sem o saber, está fazendo a um desconhecido, tratado como irmão, o benefício que Jesus julgará, no Juízo Final, como feito a si mesmo: “*Todas as vezes que isto fizestes a um de meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o fizeste*” (Mt 25,45).

A Igreja se põe a serviço da vida e da esperança

118. Somos Igreja a serviço do evangelho da vida, vida a ser desenvolvida com dignidade, alegria, paz. Vivemos, como cris-

tãos mergulhados na realidade deste mundo cheio de ambigüidades, de contrastes imensos, entre felicidade e infelicidade. Sabemos que “*as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias de todos os homens, especialmente as dos pobres e daqueles que sofrem, são as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo*” (*Gaudium et Spes*, n. 1). Toca-nos, portanto, o coração o sofrimento da multidão de irmãos(ãs) nossos(as), de suas famílias e da sociedade que sofre com tantos problemas e injustiças, e, neste complexo contexto, dos que carregam consigo as consequências violentas do mercado da droga.

119. Pela palavra do Papa João Paulo II, a Igreja é convocada a se engajar na luta por um mundo livre, também da tragédia da droga, compreendendo suas causas e indo à raiz do problema, situando a questão da droga num universo mais amplo, no qual é gerada e alimentada: “*O flagelo das drogas não seria, em essência, o mal a ser combatido ou, pelo menos, o único a ser combatido. Ele seria muito mais o efeito de outro mal, maior e mais grave: a perda do sentido da vida. Daí a ênfase na recuperação e prática dos valores básicos da virtude cristã e a denúncia dos comportamentos e atitudes contrários à preservação da vida, à solidariedade e amor ao próximo, justiça etc... É necessário denunciar com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aquele estilo de vida que facilmente induzem à droga* (João Paulo II, *Ecclesia in America*, nn. 60-61).

Procurar parceria para servir a vida e a esperança

120. Não somos, os católicos, os únicos a estendermos as mãos e abrimos o coração aos que se perderam no caminho da droga. Quando se trata de fazer o bem, todas as pessoas sensíveis à dor alheia são chamadas ao mesmo mutirão. Reconhecemos e valorizamos o empenho de outros grupos, profissionais e organizações dedicados à recuperação dos irmãos necessitados. Aprender uns com os outros e saber conjugar dons complementares são mostras de inteligência solidária e caminho

para um resultado melhor. Vemos com especial alegria o trabalho realizado por outras Igrejas cristãs, nossas irmãs na fé, que têm importante ação nessa área.

121. Jesus estimula o apoio de seus discípulos a todos os que fazem o bem: *"Mestre, vimos um homem que expulsa demônios em teu nome. Mas nós lhe proibimos, porque ele não nos segue. Jesus disse: Não lhe proibam, pois ninguém faz um milagre em meu nome e depois pode falar mal de mim. Quem não está contra nós, está a nosso favor"* (Mc 9,40). Isso quer dizer que toda ação que liberta a pessoa humana faz parte da missão de Jesus e merece todo o apoio dos que o seguem.

122. Felizes, portanto, por tudo que for realizado em benefício de quem precisa, seguiremos o conselho de Paulo aos cristãos de Filipos: *"Nada façais por competição ou vanglória, mas por humildade; considerai os outros superiores a vós mesmos. Cada um procure, não o próprio interesse mas o interesse dos outros. Tende os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo"* (Fl 2,3-4).

O Evangelho do amor que liberta, transforma, faz crescer

123. Nosso Deus escolheu o Amor como meio de salvação do mundo. Diante dos sofrimentos e descaminhos humanos, conseqüências do pecado, respondeu com uma doação maior. E a entrega total da vida de Jesus nos proclama: só o Amor salva! Essa abertura ao Amor é a grande força transformadora do mundo. Transforma o dependente de qualquer substância ou situação, que, sabendo-se amado por Deus e pelos irmãos, tem motivos a mais para se libertar e buscar outro caminho, que de fato conduz à felicidade. Transforma o agente que se envolve na sua recuperação, fazendo dele uma pessoa melhor. Transforma a sociedade, questionada por essa generosidade sem interesses ocultos, que vai na contramão das pressões consumistas e competitivas.

124. Se o problema parecer grande demais para nossas forças, lembremos a imagem do grão de mostarda, a mais pequenina das sementes, que a força da vida, alimentada por Deus, transforma em grande árvore (cf. Mt 13,31-32). Jesus prometeu: *"quem permanecer em mim e eu nele dará muito fruto"* (Jo 15,5). Os frutos do amor, da caridade e do serviço, partilhados com os dependentes e suas famílias, serão um sinal de esperança, parte indispensável do anúncio do Reino, que é a própria razão de ser da Igreja de Jesus. E mesmo que não consigamos recuperar alguém, o importante é que cumprimos nossa parte, fizemos o que estava ao nosso alcance, expressamos nosso amor, fizemos a pessoa afetada sentir-se amada, fomos para ela sacramento do amor misericordioso do Senhor. O filme *Os últimos passos de um homem* elucida isso muito bem, retratando a dedicação à toda prova de uma religiosa a um condenado à morte.

125. Quando o amor toma conta das pessoas, há total redimensionamento das relações humanas e da maneira de encarar os problemas. Um missionário, vendo o menino pobre carregar nas costas outro menino, até um pouco maior, lhe diz: "Caramba, deve estar pesando muito! Vou te ajudar!". E o menino, sentindo sim o peso, mas com uma força especial que tem, responde: "Não padre, não precisa! Não pesa, não! É meu irmão!".¹⁴ Temos na história recente, exemplos heróicos gritantes, que nos estimulam no serviço ao excluído social mais esmagado. É o caso, apenas para citar dois deles, de Madre Teresa de Calcutá e de Irmã Dulce.

126. A CF-2001, "Vida sim, drogas não!", nos leva a divulgar esses e outros heróis, cristãos e não-cristãos, como mensagem profética de Deus para a Igreja hoje, em sua opção preferencial pelos pobres, chamada a dar maior atenção, de modo dedicado e competente aos portadores de alguma deficiência, aos discriminados

¹⁴ Na década de 50 foi divulgada (também no Brasil) uma foto com esta cena (menino carregando outro criança). A foto pertence ao filme *Meat up boys*, que retrata a vida do padre Hanan (FEG) e sua experiência na Cidade dos Meninos.

por raça, sexo, cultura, religião, enfermidades estigmatizadoras etc. Os dependentes químicos ou de qualquer outro estimulador que vicia e corrói a vida são, entre outros, alertas diretos e muito específicos do Senhor à caridade libertadora de seus seguidores e que, certamente, poderão ser incluídos no relato de situações arroladas por Jesus, no Juízo Final: *"Pode vir para o Reino de meu Pai, porque eu era dependente e você cuidou de mim!"* ou *"Afastete-se de mim, maldito, porque eu era dependente e você não cuidou de mim!"* (cf. Mt 25,31-46).

Para refletir

- Fazer um levantamento de grupos e organizações que já trabalham na recuperação de dependentes químicos. Desses, quais são de nossa Igreja? Como podemos apoiar, colaborar?
- Há exclusões, preconceitos e outras dificuldades que podem atrapalhar esse trabalho?

Terceira Parte

A PROFECIA DA AÇÃO SOLIDÁRIA

**A
G
I
R**

127. O Agir da Campanha da Fraternidade, neste primeiro ano do novo milênio, propõe ações que visam à construção de um milênio sem drogas. A proposta se enquadra num contexto mais amplo e tem por objetivo último colaborar na realização de um novo projeto de vida e sociedade, que, além de questionar a estrutura social, econômica e política, de crescente consumismo, gerador de novos tipos de necessidades e dependências, deseja mobilizar a todos para ações concretas, que coloquem as bases de uma sociedade justa e solidária. Estamos convencidos de que esse tipo de sociedade reforça o sentido positivo da vida, não permite a exclusão social de ninguém e, assim, encontra caminhos eficazes para solucionar o grande flagelo das drogas.

128. Trata-se de um agir que, diante dos três agentes que atuam nessa problemática, *droga, ser humano e ambiente*, prioriza o ser humano, definido como pessoa. O agir cristão desenvolve-se como Projeto Evangélico em sintonia com as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002)* e com o Projeto Evangelizador *Ser Igreja no Novo Milênio (2001-2002)*.

129. Sem ignorar nem desprestigiar qualquer trabalho neste campo, a Campanha da Fraternidade quer intervir na realidade reconhecendo que a droga não é o principal problema do toxicodependente e, sim, a falta de sentido positivo da vida. Embora as propostas de ação elencadas neste texto priorizem respostas a situações de dependência química, não podemos perder de vista outras situações similares e, sobretudo, o panorama mais amplo.

130. As ações que forem sendo assumidas no Agir devem ser resultado de uma reflexão ampla que vai do âmbito pessoal às políticas públicas. Reflexão que passa pela exigência de mudança de posturas pessoais, com gestos de resistência à mentalidade consumista, até a transformação de estruturas marcadas por uma economia de mercado que visa mais ao lucro do que à qualidade de vida das pessoas e da sociedade.

131. A exemplo de atividades realizadas em outras Campanhas da Fraternidade, o Agir da CF-2001 tem vários níveis: *da assistência* (socorro imediato), *da promoção humana* (que busca o desenvolvimento da dignidade humana, a autonomia das pessoas), *do engajamento libertador* (na defesa dos direitos humanos e da mobilização em favor da transformação social, ou seja, a busca, de modo organizado, de mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais), tendo como base, em todas estas iniciativas, os valores evangélicos.

132. O nosso Agir da CF-2001 se situa no amplo campo da área da saúde, que por sua vez revela uma sociedade seriamente enferma. Desejamos ações que visem à saúde integral das pessoas, que é “resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e aos serviços de saúde”,¹⁹ e, também, acesso ao direito de receber orientações específicas de valores como ética, cidadania, sentido da vida, solidariedade.

133. Estamos atuando num campo complexo, que é o imenso desafio das drogas. Percebemos que ninguém tem respostas prontas. Devemos, portanto, como cristãos, exercitar a humildade e atuar em parceria com pessoas das mais diversas áreas. Estamos diante de um gravíssimo problema social que exige, de um lado, um trabalho interdisciplinar, e, de outro, muito respeito aos que já atuam nessa área com trabalhos concretos, que precisam ser valorizados, avaliados, multiplicados etc.

134. Diversas experiências vêm sendo realizadas no País por órgãos públicos, entidades civis, organizações não-governamentais e instituições religiosas das mais diversas denominações. Citamos algumas dessas iniciativas, que desenvolvem ações concretas. São experiências que podem ajudar o ser e o agir de cada um

¹⁹ Definição da 3ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que foi assumida pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

de nós, das nossas comunidades e de toda sociedade sedenta de vida e esperança.

Políticas públicas de controle

135. O Poder constituído da Nação se mobiliza para desenvolver uma política de controle do cultivo, produção e comércio de drogas. É assim que, no Brasil, foi criada, recentemente, pelo Governo Federal a *Secretaria Nacional Antidrogas* (SENAD), que tem como finalidade o desenvolvimento de uma política de controle do uso indevido e abusivo de drogas, além de, juntamente com os órgãos de segurança, combater o tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas.²⁰

136. A SENAD realizou um Fórum Nacional antidrogas, em 1998, que levantou inúmeras iniciativas que poderiam ser viabilizadas no combate às drogas. Muitas delas estão sendo postas em prática. É importante conhecê-las, estudá-las, discuti-las e divulgá-las. Além desse Fórum, a SENAD tem realizado anualmente a "Semana Nacional Antidrogas" e estabelecido convênio com várias entidades que têm como objetivo a implementação dos programas de prevenção ao uso indevido de drogas, além de outros programas de repressão ao tráfico e de controle da produção e distribuição de substâncias passíveis de ser utilizadas como drogas etc.

São inúmeras as iniciativas que estão sendo tomadas para o combate às drogas. Entre elas:

Projeto-escola, em parceria com Secretarias Estaduais de Educação, para discussão em colégios da rede pública, sobre sexualidade, saúde e uso indevido de drogas. Há, para isso, treinamento de professores e alunos;

Criação de centros de referência, na Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, para cursos e projetos de capacitação de profissionais e agentes de prevenção sobre o uso indevido de drogas e doenças sexualmente transmissíveis. Há, também, cursos de capacitação de profissionais para trabalharem em instituições públicas de saúde, em setores que atuam com a síndrome e doenças adquiridas pelo abuso de drogas ilícitas. A Universidade de São Paulo (USP) possui o CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas).

Quanto a recursos, é possível obter, junto ao Governo, o financiamento de projetos de organizações governamentais e comunitárias para treinamento de profissionais para o atendimento de usuários de drogas, assim como para a prevenção ou tratamento de AIDS e, ainda, de centros ou clínicas de tratamento, recuperação e reinserção social.

A iniciativa particular criou a FEBRACT²¹ (Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas), que, em 1991, publicou o "Catálogo de Centros Brasileiros para o Tratamento/Prevenção de Dependência de Drogas". E há, também, a Associação Nacional de Comunidades Terapêuticas Cristãs e Instituições afins (ANCTC) e a Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil (FETEB).

137. No campo da legislação, é obrigatória a criação e o funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Entorpecentes. Os Governadores, os Prefeitos, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais de Vereadores são os primeiros responsáveis pela implantação e funcionamento desses Conselhos.

²⁰ O endereço e o telefone gratuito da SENAD é: Anexo II do Palácio do Planalto, sala 244, Brasília (DF), CEP 70150-900, Fone: 0800 61 4321, FAX 0xx61 411 2110. Endereço eletrônico: prevtrai@planalto.gov.br e o site é www.senad.gov.br.

²¹ FEBRACT - Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Fazenda Vila Brandina, Caixa Postal 5694 - CEP 13094-970, Campinas, SP. Telefone/Fax: (0xx19) 3252 7919.

138. Encontra-se aqui uma importante pista de atuação para os nossos agentes de pastoral, sobretudo daqueles que atuam ou querem atuar na *Pastoral da Sobriedade*, sobre a qual voltaremos mais adiante neste texto. Passem, portanto, a exigir do Poder Executivo a elaboração de um projeto para criar e fazer funcionar um Conselho de Entorpecentes em cada estado e município. Acompanhem a discussão e aprovação desse Conselho nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, onde não o houver. Mantenham sempre vivas as discussões dos problemas locais relacionados às drogas, em fóruns que envolvam a população para auxiliar a atuação do Conselho Paritário de Entorpecentes. Organizem e dinamizem fóruns de debates, permanentes ou não, sobre o assunto, em parceria com os grupos que atuam na área.

139. É fazendo cumprir a lei, que determina a criação dos *Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMEN)*, que se poderá garantir uma política pública preventiva às drogas e de atendimento aos dependentes e suas famílias. Os municípios só poderão receber verbas destinadas à prevenção, tratamento e repressão às drogas se o COMEN estiver em pleno funcionamento e sujeito a supervisão.

140. Fóruns permanentes de debate podem e devem acompanhar a política do Governo Federal, testando a sua eficiência na sua realidade concreta; a atuação de deputados, vereadores, governadores e prefeitos; Comissões Parlamentares, como a CPI do Narcotráfico, observando sua eficiência ou ineficiência no combate às drogas. Uma atuação nessa instância ajudará ainda a incentivar, criticar, propor mudanças ou reforçar as políticas que são desenvolvidas.²²

141. Mas não basta uma ação nos municípios e no País. A cooperação internacional entre as nações reforça o princípio da responsabilidade compartilhada entre elas e ajuda a reduzir a demanda das drogas como pilar de toda a estratégia mais abrangente de esforço contra seu tráfico, comercialização e consumo.

Algumas questões fundamentais ligadas às *políticas públicas* podem ser acompanhadas, discutidas, encaminhadas:

1. A *legislação* atual para a repressão ao narcotráfico e ao consumo de drogas: já tramita no Congresso a reforma da Lei n. 6.368/1976, que dava ênfase excessiva aos consumidores, sem uma punição efetiva aos controladores do comércio. Dispositivos legais deveriam ser aplicados para transformar em crime toda a espécie de "lavagem" de dinheiro e para a desapropriação e venda imediata dos bens apreendidos do narcotráfico.

2. Quanto à *cola*, levar adiante o estudo da proposta do falecido educador Darcy Ribeiro, obrigando os produtores de cola a colocar odores ruins para desestimular o seu uso pelas crianças de rua, e talvez em outros produtos alternativos.

3. *Poder Judiciário*: atacar seriamente a questão da impunidade e da corrupção dos meios judiciários.²³

4. *CPI do Narcotráfico*: acompanhar os trabalhos que resultaram da CPI do Narcotráfico. Um deles, a cargo do SENAD, se refere às casas de recuperação de dependentes químicos. Motivar a transformação desta CPI em uma Comissão Permanente do Congresso para investigação do narcotráfico e consumo de drogas no País, como já acontece em alguns países.

²² Em princípio a CPI do Narcotráfico deve encerrar as suas atividades em outubro de 2000. Sugere-se a criação, no âmbito do Congresso Nacional, de um órgão para o acompanhamento do problema do narcotráfico no Brasil.

²³ Revista *IstoÉ*, 17/11/99.

5. *Legalização do uso de drogas.* É necessário acompanhar com exigente reflexão a proposta da legalização de algum tipo de droga, considerada menos perniciosa.

6. *Agricultores:* faz-se necessário também o apoio do Governo aos pequenos agricultores, seduzidos pelo alto rendimento do cultivo de plantas ligadas às drogas, bem como aos seringueiros e indígenas que ocupam as fronteiras do Brasil, onde acontece muito do tráfico de drogas.

7. *ECA:* discutir a proposta de incluir um parágrafo único no art. 243 do *Estatuto da Criança e do Adolescente* com os seguintes elementos: *Nas mesmas penas incidem os proprietários e exploradores de estabelecimentos comerciais quando a criança e o adolescente forem encontrados nas interiores destes, adquirindo ou fazendo uso dos produtos que possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.*

Questionamentos

- Existe Conselho de Entorpecentes em nosso município? Como é formado? Como está atuando?
- Se esse Conselho não existe, o que poderíamos fazer para que ele seja criado?
- Como organizar fóruns para acompanhar as políticas de governo a respeito das drogas?
- Organizar um levantamento de tudo o que existe na localidade quanto à questão das drogas.
- Como participar dessas iniciativas para que sejam incentivadas e apoiadas? Que fazer para que existam novas iniciativas?

Prevenção ao uso indevido de drogas

142. A prevenção é um tipo de comportamento, de responsabilidade pessoal e coletiva, que cria as condições básicas para que algo aconteça ou seja impedido de acontecer. Podemos e devemos prevenir não só contra alguma coisa, mas em favor de algo. No caso em questão, a prevenção deve favorecer tudo o que, por si só, se oponha à droga, ao alcoolismo, aos vícios em geral. Prevenção se faz, sobretudo, fornecendo informações, formação e apoio.

143. A forma de desenvolver ações preventivas vai depender muito de cada realidade socioeconômica e cultural da comunidade em que se atua. Para ser eficiente, um programa de prevenção precisa ser bem planejado, desenvolvido por determinado período de tempo e ser avaliado continuamente. E, obviamente, deverá ainda formar pessoas para desenvolvê-lo, envolvendo os diversos segmentos da comunidade.

144. A formação humana verdadeira se dá na educação para o amor, o respeito, o cuidado e a promoção da vida. É fundamental, portanto, que a educação ofereça oportunidades para que crianças, adolescentes, jovens e adultos façam experiências positivas da alegria de conviver, servir e cultivar momentos e situações de felicidade. Os educadores e os pais, de modo particular, precisam educar para a liberdade com responsabilidade e para a autonomia, com uma metodologia que alie sabiamente ternura e firmeza. Nessa questão, dois extremos devem ser evitados: por um lado, a ausência ou omissão e o laxismo, porque as crianças não terão oportunidade de conhecer e aprender limites importantes, e, por outro lado, a superproteção e o rigor excessivo, porque não propiciará o amadurecimento, tornando-as vulneráveis por que permanecem ingênuas ou são inibidas.

145. A informação educativa deve estar centrada, sempre, na verdade, evitando sensacionalismo, exagero, ameaça e chantagem. No caso da droga, a informação deve ser passada, de maneira pre-

ferencial, tanto pessoalmente como em pequenos grupos, pois isso facilita muito o diálogo construtivo, já que, comumente, a comunicação de massa fica, em geral, na superficialidade do assunto. Além disso no pequeno grupo, há mais chances de se dar destaque aos valores e ao sentido da vida, ao prazer do verdadeiro, ao valor da amizade, à alegria de viver e não apenas ao que em geral se costuma destacar na informação: os aspectos químicos da droga, seus efeitos e o modo de usar.

146. Um gesto de grande importância, como forma de apoio à prevenção e ao combate às drogas, é incentivar, acompanhar as iniciativas articuladas para isso e prestar-lhe serviços. É preciso conhecê-las, saber de suas necessidades e dificuldades e mobilizar a comunidade para ajudá-las. Um outro caminho, de grande utilidade, é apoiar e estimular a integração de instâncias já organizadas, como associações de bairros, igrejas, clubes esportivos, associações de pais etc. Quanto mais houver integração e apoio mútuo entre as diversas iniciativas, mais facilmente o mundo das drogas será conhecido e meios mais eficazes serão acionados para combatê-lo e para ajudar as suas vítimas. A Campanha da Fraternidade quer ajudar a participação e a mobilização de toda a sociedade na prevenção do uso indevido de drogas, tanto por um grande trabalho coletivo em todo o Brasil, como pela articulação das iniciativas, pequenas ou grandes, pois essa é uma tarefa de todos, e não só das autoridades médicas, policiais ou judiciárias.

147. Um meio saudável de prevenção às drogas é o desenvolvimento de programas de esporte, cultura e lazer, que, educativamente, colocam no centro do projeto a valorização da pessoa, e não da atividade em si. Pode-se dizer que, em grande parte, é o não dar importância a esse princípio que distorce a atuação de atletas, dançarinos, artistas, que recorrem ao uso de anabolizantes em academias de ginástica, clubes esportivos etc.

148. Uma das atividades a serem incluídas, portanto, na mobilização contra as drogas é a reivindicação, junto aos pode-

res públicos e à sociedade, do desenvolvimento de muito mais programas de esporte, cultura e lazer, envolvendo escolas, públicas e privadas, clubes, igrejas, para que cedam à comunidade seus espaços ociosos para realização de eventos nesse sentido, ou eles mesmos organizem tais atividades.

149. Nesse contexto, sugere-se também apoiar, desenvolver, reivindicar programas de ações básicas de saúde, como, por exemplo, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde ou o Programa de Saúde da Mulher, incluindo nesses programas, a questão do combate às drogas. Isso acarreta, é claro, a inclusão desse item no treinamento de agentes comunitários de saúde e no desenvolvimento de ações e atividades de prevenção primária e secundária junto às escolas, família e comunidade em geral.

150. O trabalho ajuda muito na proteção contra os vícios, pois, além do rendimento que produz, é um fator que aumenta a auto-estima, corrobora na construção da pessoa e é importante terapia ocupacional. Apoiar, desenvolver, reivindicar programas de geração de renda e de emprego, para jovens e adultos com baixa qualificação, é uma das atividades a ser promovida como meio contra as drogas. É evidente que, na questão do trabalho, é fundamental continuar denunciando o modelo econômico que coloca o lucro e o capital de poucos acima do trabalho digno para o povo, condenando a grande maioria à exclusão social, que leva tantas pessoas ao desemprego e ao desespero, caminho para ações anti-sociais, como droga, roubo, assalto, violência. Estimular e apoiar, também, as entidades que dão apoio aos trabalhadores, na coordenação de suas reivindicações e na defesa e promoção de seus direitos.

151. Nessa questão dos direitos, um outro caminho contra os vícios é o apoio e fortalecimento de grupos, associações e categorias sociais que se empenham na conquista, defesa e promoção de seus direitos fundamentais. É que, à medida que a dignidade humana é respeitada, as pessoas poderão encontrar com

mais facilidade o sentido da vida, evitando assim os vazios existenciais, que pessoas mal-intencionadas prometem preencher com ilusões e drogas.

152. Em todo este complexo universo de pessoas mais vulneráveis aos vícios, é evidente a necessidade de se dar atenção especial a alguns grupos excluídos que não são suficientemente contemplados pelas políticas públicas, como são, por exemplo, os portadores de deficiências físicas, moradores de rua, meninos e meninas de rua, índios sob deturpada influência de disseminadores de vícios e doenças, portadores de HIV, encarcerados etc. Nesses casos específicos, é necessário criar alternativas apropriadas de tratamento e convivência para esses grupos, e estimular a criação de políticas diferenciadas que respeitem a sua diversidade.

Questionamentos

- De todas as ações preventivas relacionadas anteriormente, o que já existe em sua comunidade? Existe também alguma outra ação preventiva que não está relacionada aqui?
- Que tipo de apoio podemos dar às ações existentes?
- Que iniciativas poderíamos, ainda, ter na área de prevenção?

Quanto à intervenção de ajuda

153. A intervenção de ajuda aos dependentes é utilizada, especialmente, nos casos em que os usuários ainda não necessitam de internamento para se recuperarem. Isso ocorre quando eles fazem uso ocasional, recreativo, de drogas, sem o comprometimento de seu livre-arbítrio. Não há propriamente dependência, vício, mas a estrada já está aberta para isso, e o perigo é evidente.

154. Para maior eficácia, a intervenção visa, o mais possível, a realizar sua ação com todos os membros da família, com as pessoas do relacionamento íntimo do usuário de drogas, bem como de outras pessoas com as quais se relaciona, como o patrão, o médico, o advogado, os educadores. É fundamental chegar a certo consenso no modo de lidar com o dependente. E esse fator tem sua razão de ser, partindo-se do princípio de que é comum os dependentes procurarem essas pessoas, manipularem-nas e conseguirem o que querem de cada um isoladamente.

155. A intervenção é feita, normalmente, por meio da participação em grupos de auto-ajuda ou de aconselhamento. Os grupos de auto-ajuda são formados por homens e mulheres que seguem tradições e passos específicos, com o objetivo de favorecer e acelerar a recuperação do usuário de drogas. Crêem que o processo comunitário é fundamental no serviço que prestam e entendem que a solidão é que fragiliza muito as pessoas. Daí o lema que, em geral, usam: "Solidários sim, solitários não!". Anônimos por escolha, desprendidos por obrigação, eles formam uma cruzada silenciosa de apoio a todas as pessoas que padecem de comportamentos compulsivos. Esses grupos podem ser incentivados e merecem todo o apoio.

156. Um dado a ser destacado é que esses grupos de auto-ajuda são pequenos núcleos formados por pessoas que se libertaram de estilos de vida destrutivos e se colocam voluntárias a serviço da recuperação dos usuários de drogas pela pregação, com mensagens e dinâmicas apropriadas, da felicidade proveniente da vivência da sobriedade. Na troca de experiências, o indivíduo em estado de risco se enxerga no grupo e, ao fazê-lo, toma consciência de que o seu problema não é o único, encontrando, assim, força extra para a própria recuperação. Nos grupos de auto-ajuda, todos os membros encontram-se num processo de abstinência de álcool ou de droga e

o *desejo* de se recuperar cria um clima de empatia entre os participantes. Aos poucos, acontece uma mudança total de vida, condição fundamental para a recuperação.

Existem diversos grupos de auto-ajuda. Citamos alguns deles:

– Grupos de apoio à recuperação do dependente químico:

AA – Alcoólicos Anônimos²⁴

NA – Narcóticos Anônimos²⁵

NATA – Núcleo de Apoio ao Toxicômano e ao Alcoólatra

– Grupos de apoio a familiares e amigos dos dependentes de drogas:

AL-ANON – para familiares e amigos de alcoólicos²⁶

AL-ATEEN – para filhos de alcoólicos (de 13 a 19 anos)

AMOR EXIGENTE – para familiares, amigos e educadores

NAR-ANON – para familiares, parentes e amigos de adictos em recuperação²⁷

NAFTA – para familiares de toxicômanos

NAFTINHA – para crianças

157. *Alcoólicos Anônimos (AA)* é uma irmandade mundial de homens e mulheres que se ajudam mutuamente, compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo. Os AA não estão ligados a nenhuma religião, movimento político, organização ou instituição. Muitas comunidades e famílias cristãs apóiam estes grupos de AA. Os *Grupos Familiares Al-Anon* são uma associação de parentes e amigos de alcoólicos e funcionam com os mesmos princípios dos grupos de AA, adaptando-os ao grupo. Há algo similar também para os que desejam deixar o vício do fumo, do sexo, da compulsão consumista e outros.

158. *Narcóticos Anônimos (NA)* é uma associação comunitária de adictos a drogas em recuperação, que se ajudam uns aos outros. Uma irmandade sem fins lucrativos, na qual não existe restrição social, religiosa, econômica, racial, étnica, de nacionalidade, gênero ou *status* social. Os grupos vivem em suas comunidades, freqüentam as reuniões quando lhes convém, não existindo nenhum registro ou controle, taxas ou contribuições.

159. *Núcleo de Apoio aos Toxicômanos e Alcoólatras (NATA)* é uma associação de usuários ou recuperados que se encontram regularmente a fim de se prestarem auxílio e se conservarem livres das drogas e do álcool. É dividido em dois setores, um para a família (NAFTA) e para crianças (NAFTINHA) e outro para os dependentes químicos (NATA). Em geral, são ligados a entidades que mantêm comunidades terapêuticas.

160. *Amor-exigente* é uma proposta educacional destinada a pais e orientadores, como forma de prevenir e solucionar problemas com os jovens, tais como: desrespeito, violência, falta de motivação, uso de álcool ou drogas, abuso verbal, repetência escolar, enfim, qualquer comportamento inadequado. É uma nova abordagem, que enfatiza a mudança de comportamento

²⁴ O telefone dos AA pode ser encontrado em todas as listas telefônicas, em lugar de destaque. Telefone nacional: 0xx11 229 3611. Endereço eletrônico: alcoolicosanonimos@nuteccnet.com.br. Site: www.alcoolicosanonimos.org.br

²⁵ Os telefones dos NA são: 0xx21 533 5015 (metropolitano), 0xx21 532 1580 (ACS), São Paulo; 0xx11 5594 5657, Campinas (SP); 0xx19 3255 6688. Na Internet: <http://www.na.org.br>

²⁶ Telefone nacional do Al-Anon: 0xx11 222 2099. Fax: 0xx11 220 8799. Site: <http://www.al-anon.org.br>

²⁷ NAR-ANON – Telefone nacional: 0xx21 283 0896, Rio de Janeiro 0xx21 263 6595; São Paulo 0xx11 605 8403. Endereço eletrônico: naganon@domai.com.br. Site: <http://www.domai.com.br/~gentes/naganon/index.htm>

de pais, professores, pedagogos, terapeutas, orientadores e voluntários em relação a jovens com problemas.²⁸

Questionamentos

- Não seria importante que a sua diocese, paróquia ou comunidade fizesse um mapeamento dos grupos de auto-ajuda e de apoio já existentes para divulgá-los, fortalecê-los e apoiá-los mais?
- Que tipo de grupos de auto-ajuda e apoio é necessário em nossa comunidade? Como organizá-los?
- Como recuperar a disciplina e as exigências ético-morais do amor verdadeiro?

Tratamento e reinserção social dos dependentes de drogas

161. As pesquisas têm apontado para a complexidade do fenômeno da dependência e também para o pouco conhecimento que dispomos sobre o assunto. Assim sendo, deve-se investir muito mais na pesquisa, respeitar a diversidade de programas de tratamento e a quantidade de referenciais teóricos para a compreensão do problema das drogas. Não dá para afirmar que um programa é melhor do que o outro. As últimas pesquisas têm apontado que se deve levar em conta no tratamento, em primeiro lugar, a situação de cada indivíduo, a individualização e, depois, as dimensões médica, psicoterápica e social.

162. Dependentes diferentes necessitam, muitas vezes, de diferentes formas de tratamento. Alguns conseguem iniciar sua

recuperação desde o início, com tratamento ambulatorial ou em grupos de auto-ajuda. Outros precisam de internações hospitalares para desintoxicação ou afastamento inicial do álcool ou outras drogas. Alguns precisam de atendimento psicológico ou psiquiátrico. Outros, enfim, necessitam de um tratamento em uma comunidade terapêutica.

163. Os modelos de atendimento a dependentes passam geralmente por duas etapas: desintoxicação, que visa à retirada da droga; manutenção, que visa à reorganização da vida do indivíduo, sem o uso prejudicial da droga. Entre as intervenções terapêuticas mais freqüentemente utilizadas no tratamento das farmacodependências, destacam-se: desintoxicação, farmacoterapia, psicoterapia individual, psicoterapia de grupo, atendimento familiar, terapia ocupacional, terapias cognitivas e comportamentais, grupos comunitários de ajuda mútua.²⁹

164. É sempre bom lembrar que a possibilidade de sucesso em um tratamento é maior quando o paciente o procura voluntariamente e quando ele participa da escolha e do desenvolvimento de um projeto terapêutico.

165. Os poderes constituídos, por dever legal, têm de criar e estimular a formação de unidades de tratamento e recuperação de drogados para garantir a saúde de todos, especialmente dos jovens, conforme prescreve o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (cf. Art. 101, inc. VI, Art. 4º e 7º). Na Paraíba, o Poder Judiciário criou e mantém uma Instituição (Comunidade Terapêutica), que tem recuperado adolescentes infratores, o *Centro Terapêutico do Adolescente* - CETA. E o tratamento tem revelado que a relação entre drogas e infrações cometidas por adolescentes é estreita e chega a quase 100% dos casos. É preciso, sempre, na aplicação

²⁸ Sílvia Mara Carvalho de MENEZES, *O que é Amor Exigente*, Loyola, 1997. São Paulo (SP). Amor-Exigente é um grupo de apoio, não um grupo terapêutico. Apresenta um processo de mudança, que poderá ser usado como guia e ajuda para encontrar o bem-estar da família. É um grupo de ação e não de consolidação. Não se discute a orientação para as situações apresentadas e o acompanhamento das atitudes sugeridas, para que haja uma verdadeira mudança interior no contexto familiar e escolar.

²⁹ SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas, *Relatório do I Fórum Nacional Antidrogas*, Brasília, DF, p. 29.

da medida socioeducativa, tratar das causas que levaram o adolescente à transgressão legal, ou seja, à droga.

166. Como resposta às necessidades das pessoas que caem nas armadilhas da dependência e ao clamor de seus familiares por socorro, multiplicam-se pelo Brasil os ambulatorios, as casas de acolhida, as comunidades terapêuticas, as Fazendas do Senhor Jesus, as Fazendas da Esperança, o Lar São Francisco na Providência de Deus, os Lares Dom Bosco, as Casas de Esperança e Vida etc. Essas comunidades terapêuticas procuram manter um forte compromisso ético com relação aos seus assistidos, um programa coerente de recuperação e privilegiam a espiritualidade e o progresso científico em seus trabalhos. Essas instituições contam com inúmeras famílias, que acolhem e acompanham aqueles que necessitam de tal apoio.

167. Nessas entidades faz-se, geralmente, um longo tratamento que compreende três fases: desintoxicação, terapia e reintegração social. A desintoxicação, obrigatoriamente, é feita pelo isolamento do meio. Isso em busca da autonomia do sujeito. O apoio das comunidades é essencial na terceira fase, que é a de reintegração social.

168. A maioria das comunidades terapêuticas descobriu, ainda, a importância da laborterapia no tratamento dos dependentes. "Não pedimos esmolas, oferecemos trabalho!"; é assim que as pessoas em tratamento colaboram com o próprio serviço para a manutenção da comunidade. As Fazendas da Esperança, a Fazenda do Senhor Jesus, que mantêm escolas profissionalizantes, e, principalmente, o conjunto de obras ligadas ao Lar São Francisco na Providência de Deus montaram verdadeiras indústrias, nas quais os dependentes aprendem alguma ocupação sadia, um ofício, além de canalizarem energias, trabalharem, assumirem responsabilidades e saborearem os frutos do que fazem.

169. Deixar de usar drogas ou abster-se de álcool é apenas um dos aspectos da reabilitação. É necessário redescobrir o gosto e o

sentido da vida. A caminhada de retorno será tanto mais difícil e penosa quanto mais longo e fundo se tenha ido nessa triste viagem.

Questionamentos

- O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 101, afirma que os poderes constituídos têm por dever legal criar e estimular a formação de unidades de tratamento e recuperação de dependentes de drogas para garantir a saúde dos jovens. Existe alguma entidade que cumpra este papel em sua comunidade ou em seu município? Se existe, como apoiá-la, fortalecê-la? Se não existe, o que fazer para criar uma unidade de tratamento?

Os desafios de um dependente de drogas depois do tratamento

170. *A síndrome de abstinência.* Normalmente, os dependentes químicos, ao pararem de consumir a droga, são acometidos de síndrome de abstinência, que lhes traz grandes sofrimentos. Todo o tratamento exige um empenho muito grande do paciente. Às vezes, o indivíduo já não possui vontade forte e necessita, assim, então de um grupo de apoio. O paciente vive um profundo conflito: o corpo quer a droga, e a mente tenta impedir. É fundamental realizar terapias específicas que levem em conta essa violenta tensão.

171. *A discriminação.* Após o tratamento, o dependente químico precisa voltar à vida em sociedade. Isso vai expô-lo novamente ao ambiente de risco, e as recaídas podem ocorrer. É comum que se sinta discriminado. Nessa fase, todo apoio da família, dos amigos e das Igrejas é imprescindível. É necessário que ele se sinta acolhido, tenha oportunidade de trabalhar, e que se afaste dos ambientes onde antes consumia drogas. Os grupos de auto-ajuda são fundamentais nessa etapa.

172. *A luta continua.* Dificilmente, acontece uma cura definitiva. As pessoas que foram dependentes permanecem sempre suscetíveis a uma recaída. É por isso que o alcoólico que assumiu viver na sobriedade procura evitar o primeiro gole, porque é consciente de que sua doença continuará a progredir a partir do estágio onde parou no tratamento. Volta tudo. Seu esforço é essencial, mas não dispensa a ajuda e a compreensão daqueles que convivem com ele. Sem mudança de vida, é quase impossível perseverar. O apoio da família, da sociedade ou de um grupo de ajuda colabora muito para a sobriedade da vida.

173. A droga poderá ser a causa direta da morte de um dependente: por *overdose*, por exemplo; ou poderá ser causa indireta, pelas complicações secundárias que acarreta, como por exemplo, problemas cardiovasculares, respiratórios, hepáticos, pancreáticos, intestinais, renais, infecções generalizadas. Além disso, é ainda causa de muitos outros problemas, como acidentes, assassinatos, prisão etc.

Questionamentos

- Como nossa comunidade acompanha o ex-dependente, após o tratamento, considerados os inúmeros desafios que ele enfrenta em seu meio social?
- Por que são poucos os que perseveram após o tratamento de recuperação?

O papel das famílias, das escolas e das Igrejas

174. Família, escola e Igreja são ambientes formativos de grande importância no desenvolvimento integral das pessoas e, por isso, necessitam atuar em interdependência. Nesses ambientes, as pessoas podem cultivar princípios universais que governam as atividades humanas, bem como valores humanos cristãos, como ética, res-

peito, justiça, imparcialidade, integridade, honestidade, fidelidade, defesa da dignidade humana etc. E é nesses ambientes que se pode experimentar, de fato, a força educativa do amor. Por mais que haja falhas nelas, é ali, principalmente, que se formam os valores fundamentais do ser humano, que se aprende a convivência em sociedade, que se dá a abertura para a transcendência e se descobre o sentido da vida. É, dessa maneira, imprescindível continuar investindo no aperfeiçoamento dessas três instâncias educativas.

175. Essas instituições podem também educar para a disciplina preventiva e construtiva. A falta da disciplina, que tem um papel importante na questão dos indispensáveis limites positivos – sem os quais não podemos ser gente, nem conviver com os outros – pode ser um fator motivador do uso de drogas. Sabemos que um equilibrado trabalho de autodisciplina e sobriedade é um dos pilares para uma vida sadia, em todos os sentidos. Também o é na prevenção e no tratamento de dependência de qualquer tipo de droga.

176. Uma das preocupações das citadas instituições deve ser a valorização dos talentos, dos dons de cada um, especialmente daqueles que estão em fase de formação da personalidade, como os adolescentes e os jovens. Uma pessoa estimulada, valorizada e realizada dificilmente tornar-se-á vítima do prazer enganoso.

177. O ambiente educa quando é sadio, carregado de amizade, carinho, segurança, responsabilidade, dedicação, amor, misericórdia. Ié. Os dependentes de drogas são geralmente pessoas “enfermas” de afeto, não sabem amar de maneira justa porque não são amados de maneira correta também. No tratamento deles, é importante possibilitar uma convivência em ambientes propícios à formação, pois é neles que se forjam personalidades livres, seguras, amorosas e solidárias.

178. Nos objetivos dessas entidades, especialmente em face do que é veiculado pela mídia, deve-se dar um grande destaque ao desenvolvimento do senso crítico. É de fundamental importância

cultivar um diálogo constante com os produtores, roteiristas, artistas, jornalistas e comentaristas, que detêm um enorme poder de construir opinião no povo, já que eles, sem censura, podem promover valores humanos e cristãos ou contravalores. É a participação direta e crítica dos usuários dos meios de comunicação, mais que a censura oficial, que pode positivamente disciplinar o que é veiculado. Os destinatários das mensagens veiculadas desempenham também importante papel no processo de comunicação. Infelizmente, neste aspecto, somos um povo perigosamente omissos e facilmente manipuláveis.

A família e a dependência das drogas: pistas de ação

179. A família, a primeira educadora, para desenvolver bem a sua missão, necessita que os pais realizem um contínuo investimento educacional em si mesmos e nos filhos. Em face das imensas dificuldades que ela enfrenta em nossos dias, necessita do auxílio de outras instituições como a escola e a comunidade eclesial. Falta, porém, muitas vezes, entre essas entidades um consenso básico sobre o valor da família e a necessária união e coordenação entre elas. Disso resulta a falta de clareza e coerência quanto aos valores, o que pode levar as pessoas ao descrédito, à confusão de idéias e ao relativismo ético e moral. As maiores vítimas da família sem fundamentos são, evidentemente, o filho e a filha. Sem o apoio dos pais, os filhos se tornam frágeis e facilmente vulneráveis às pressões dos que rondam as pessoas incautas, aliciando-as para as suas armadilhas. Entre aqueles estão também os que comandam o mundo das drogas.

180. É preocupação essencial da evangelização e da pastoral orgânica estabelecer e colocar em ação uma Pastoral Familiar criativa, atualizada, alegre, corajosa, com forte mística evangélica. A Pastoral Familiar deve contemplar uma série de iniciativas que visem às famílias na prevenção ao uso de drogas. Entre elas, estejam, sobretudo, ações que valorizem as relações familiares e incentivem os valores humanos e religiosos: ajudem a prevenir quanto a qualquer tipo de vício e a eliminar o preconceito quanto às drogas. É importante que se forneçam aos pais informações sobre entidades

que atuam nesse campo, especialmente de maneira preventiva.

181. Procure-se criar grupos de apoio formados de pais cujo filho ou filha esteja envolvido com drogas, bem como vincular o tratamento de toda a família no atendimento de um dependente, com terapias individuais ou em grupo, terapia ocupacional e comportamental, grupos comunitários de ajuda mútua etc.

182. Outra preocupação deve ser trabalhar criticamente as campanhas de informação, esclarecimento e prevenção promovidas pelos meios de comunicação social, não permitindo que induzam a sociedade a marginalizar e discriminar ninguém, como por exemplo, com o uso de palavras estigmatizadoras como drogado, viciado, maconheiro e outras.

183. Urge que as comunidades defendam, com todos os meios possíveis, especialmente nos conselhos paritários, o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. O ECA reconhece que a família é insubstituível no desenvolvimento integral das pessoas. A Igreja e todas as instâncias sociais que, de fato, querem um futuro melhor para crianças e jovens e para o Brasil, devem, evidentemente investir muito na luta para que as famílias tenham as condições humanas básicas e dignas para o sustento, a guarda e a educação dos filhos menores.

184. Cuidar para que não sejam reforçadas situações difíceis, pela qual passa a família que sofre as consequências da dependência de drogas, com freqüentes observações negativas e impróprias que aos poucos vão se introjetando e arruinando ainda mais o processo de educação integral do dependente e drogas.³⁰

³⁰ Algumas consequências da dependência de drogas são: violências, roubos, irresponsabilidades, gravidez indesejada, descontroles financeiros, baixa reputação, envolvimento com o crime, prisões, doenças etc. O menor mal que pode acontecer aos dependentes apresenta como sintoma um retardamento na maturidade, que os torna adolescentes intermináveis. A imaturidade se manifesta freqüentemente no temor do futuro ou na fuga perante novas responsabilidades. Nada dá certo. Todo projeto iniciado é interrompido, com crises aguçadas de desânimo e auto-estima.

Questionamentos

- Existem outras atividades que poderiam ser realizadas pelas nossas famílias, pela Pastoral Familiar, pelos Movimentos de Casais e outras pastorais, em favor das famílias que procuram educar seus filhos para a prevenção, ou em favor das famílias que enfrentam algum caso de dependência de droga?

**Comunidade escolar e dependência de drogas:
pistas de ação**

185. A população escolar é constituída predominantemente de crianças, adolescentes e jovens que estão em fase de desenvolvimento, com possibilidades educacionais muito peculiares. Os educandos estão numa das fases mais preciosas da estruturação da personalidade e da organização dos padrões de vida. Em sua idade, eles passam praticamente metade de seu tempo no ambiente escolar. É importante, portanto, que a escola tenha uma proposta educacional que respeite as fases de desenvolvimento dos educandos e ofereça-lhes, criticamente, as bases para que realizem, o mais harmoniosamente possível, o seu crescimento. É isso, como acima já indicamos, de forma interdisciplinar e em cooperação mútua com a família e a Igreja.

186. O mínimo que se exige de uma escola é que honestamente operacionalize os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que incluem os Temas Transversais e o Ensino Religioso, e incentivem a desenvolver programas educacionais que proporcionem a formação de cidadãos críticos e responsáveis diante de uma sociedade cheia de problemas, entre eles, o da droga.

187. No contexto da CF-2001, propomos algumas pistas de ação mais específicas para as escolas. Consideramos importante trabalhar as informações científicas sobre as drogas, com verda-

de, serenidade e lucidez, de acordo com a faixa etária dos alunos. Procure-se evitar o sensacionalismo, o moralismo e o alarmismo etc. Discursos antidrogas e mensagens amedrontadoras ou repressivas, além de não serem eficazes, podem até mesmo estimular o uso, pois “o amor educa, a repressão domestica”. É necessário discutir, nos programas de prevenção, o uso de drogas e bebidas, situando-o, porém, dentro do contexto mais amplo da saúde.

188. O trabalho de prevenção às drogas, assim como da educação para a vivência equilibrada da sexualidade e a não-violência, não deve constituir algo extraordinário na atividade educacional da escola, o que, em geral, causa curiosidade e apreensão entre os educandos e as famílias e, às vezes, desconfianças, de estar havendo na escola casos complicados, que estejam provocando a ação especial da escola nesses assuntos. Como a tarefa da escola ultrapassa os limites do instruir e transmitir conhecimentos – cada vez mais à disposição nos meios eletrônicos – sua missão passa sobretudo para a esfera do educar para a cidadania e para saber o que fazer com o saber acumulado, que está à disposição de todos. Cada professor é convidado, como responsável por seus alunos e pelos destinos do País, a desenvolver cada vez mais a dimensão educativa em seu trabalho profissional.

189. A escola, além do enfoque educativo das diversas disciplinas, favorecerá, criativa e generosamente, atividades extraclasses, que favoreçam nos alunos o conhecimento de si e do outro, e estimulem a disciplina e organização do tempo. Ajudam muito nisso os diversos tipos de grupos, como teatro, dança, esporte, música, grêmios, grupos de jovens, voluntariado junto aos mais necessitados etc. Estimulem-se, portanto, atividades criativas que possam absorver e entusiasmar as crianças e os jovens. Para alguém afastar-se das drogas, é necessário que tenha outras opções mais interessantes, que lhe ocupem o tempo, dentro de um contexto muito mais saudável. Tudo isso

contribui para que as pessoas cresçam nas relações humanas, assumam valores, tenham uma vida saudável, entrem num processo de amadurecimento, exercitem a participação cidadã, elaborem suas opções etc.

190. Faz parte do processo educativo escolar estabelecer regras de convivência, limites claros e estimular processo participativo, que ajudem os alunos a construir um ambiente onde a disciplina pessoal e comunitária seja assumida, na liberdade, como geradora de equilíbrio pessoal, convivência construtiva com o diferente e comportamentos compatíveis com a cidadania. Das orientações que cabem à escola faz parte também a questão das drogas, da violência e de outros tipos de desvios comportamentais.

191. Muitas outras atividades podem, ainda, ser desenvolvidas: incentivar a participação em palestras, campanhas solidárias, debates, cine-fóruns, jornais, folhetos etc. sobre a questão da dependência de drogas; envolver as famílias e a comunidade na montagem e na execução de planos de prevenção; capacitar professores e/ou técnicos para identificar e dar encaminhamento aos alunos, que, em relação às drogas, se encontram em situações de risco etc.; apresentar modelos de vida existentes na história que ajudaram os estudantes na procura de um projeto de vida posto à disposição do bem comum, particularmente dos mais necessitados.

192. Quando se descobrem alunos usando drogas, a abordagem deve ser direta, com atitude clara de oferta de ajuda e não de repressão, encaminhando-o, conforme o caso, e em estreita ligação com a família, para acompanhamento especializado, grupos de ajuda mútua, entidades especializadas, serviços de saúde, internação etc. A escola não pode ser omissa e nem simplesmente descartar o problema mediante expulsão do aluno dependente. Ela não é uma agência de tratamento de casos tão específicos, mas, obviamente, lhe cabe orientar alunos e pais para procurarem instâncias adequadas de ajuda especializada.

193. Relembramos aqui as ricas propostas da Campanha da Fraternidade de 1998, que tratou da temática fraternidade e educação, no enfoque de uma educação "a serviço da vida e da esperança". Tais propostas promovem um processo educativo que liberta, dá condições aos alunos de *aprender a ser, aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer*.³¹ Estimulam as pessoas a participarem na construção de uma escola mais eficaz, que eduque no exercício da cidadania, permitindo a todos serem também educadores, numa sociedade na qual somos todos aprendizes, sempre.

Questionamento

- Que tal ajudar as escolas a assumirem como dado normal de seu Projeto Educativo a prevenção às drogas?
- Que iniciativas poderão ser tomadas para a prevenção às drogas e também no acompanhamento dos casos de uso das drogas nas escolas? E nos casos de reinserção na comunidade das pessoas que se encontram em tratamento?

As Igrejas Cristãs e a dependência de drogas: pistas de ação

194. Como foi dito anteriormente, é motivo de muita alegria, o trabalho realizado por outras Igrejas neste desafiador campo da dependência de drogas. A troca de experiências em relação aos trabalhos que vêm sendo realizados pelas diversas denominações cristãs enriquece a ação dos discípulos de Cristo, estimula o ecumenismo e manifesta a Glória de Deus. É um lugar privilegiado para esta troca de experiência, e sobretudo para a

³¹ UNESCO: *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório Jacques Dolmets. São Paulo, Ed. Cortez, 1998.

busca de novos caminhos na luta contra a dependência, é a *Associação Nacional de Comunidades Terapêuticas Cristãs e Instituições Afins* que já promoveu dois congressos nacionais juntamente com a Pastoral da Sobriedade, o primeiro em Guaratinguetá (SP), de 10 a 13 de junho de 1999, e o segundo em Arujá (SP), de 7 a 10 de setembro de 2000.

195. A Campanha da Fraternidade Ecumênica realizada no ano 2000, sob a coordenação do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), trouxe muitas conquistas no caminho da união de esforços das Igrejas cristãs em prol de um mundo que priorize a paz e a dignidade humana, um mundo sem exclusões. Que esta comunhão ecumênica se prolongue em 2001, incluindo, também, o esforço de reflexão, oração e atividades na busca de respostas ao grande desafio constituído pelo mundo das drogas e dos vícios de qualquer espécie.

A contribuição específica das Associações e Movimentos Eclesiais

196. As inúmeras associações e os diversos movimentos eclesiais constituem uma grande riqueza na Igreja. Em sua busca de renovação da vida cristã, essas instituições favorecem a vivência do Evangelho nas mais variadas formas de espiritualidade, provocam importantes momentos de experiência de Deus e entusiasmam os fiéis. Todas essas instituições, com seu impulso espiritual, e concomitante compromisso com a justiça social, constituem importantes meios na busca de respostas para solucionar, direta ou indiretamente, o grave problema das drogas. Que a CF-2001 – “*Vida sim, drogas não!*” – impulse as associações e movimentos eclesiais a um ainda maior envolvimento no importante trabalho de prevenção de drogas e recuperação de dependentes, visto que comprovada está a importância da espiritualidade na recuperação de pessoas envolvidas em drogas.

A contribuição específica das paróquias

197. Evangelizar é o grande objetivo das paróquias. O trabalho evangelizador, ao oferecer os meios de salvação aos fiéis, opera a cura do coração da pessoa para a edificação da Igreja, comunidade de salvação, e na construção de uma sociedade solidária e fraterna. São muitos os meios que a paróquia pode utilizar em sua missão evangelizadora e pastoral: anúncio da Palavra de Deus, testemunho de comunhão, serviço e diálogo ecumênico, inter-religioso e com as culturas.

198. Um importante meio para fortalecer a fé, a esperança e a caridade dos fiéis, portanto, dar-lhes segurança na vivência cristã, é a celebração nas assembleias litúrgicas. Litúrgias bem celebradas e participadas são expressão da disposição de viver segundo as alegrias e exigências do Evangelho e, também, do amor solidário e forte, que liberta, promove e salva. Favoreça-se, particularmente, a celebração da Penitência e da Eucaristia, pois ambas retemperam as convicções morais e alimentam a dinâmica da doação de si aos outros, como mediadores de reconciliação e solidariedade eucarística da partilha.

199. Pastorear inclui também ir ao encontro da ovelha que se afastou do rebanho. A comunidade paroquial, como sinal da presença do Bom Samaritano e Bom Pastor, deve estar sempre atenta às diversas necessidades e formas de pobreza em seu próprio âmbito, e uma forma de pobreza é a drogadição.

200. A presença de dependentes de drogas e o contínuo perigo que ameaça outros de serem envolvidos pelo mundo das drogas são um chamado contínuo à paróquia para se organizar e dar uma resposta a essa problemática. Além de procurar criar condições para o encaminhamento dos dependentes de drogas e suas famílias para tratamento, outros serviços podem ser organizados pelas diversas pastorais já existentes, como, por exemplo, a Pastoral da Visitação e da Acolhida. Essa Pastoral poderia incluir em sua mis-

são uma atenção especial às famílias atingidas pelo flagelo das drogas, levando-lhes uma mensagem de esperança, concretizada em gestos de amor e compreensão.

201. Dentro do possível, sejam organizadas *Casas de Acolhida*, pois, em geral, as iniciativas de apoio a dependentes esbarram na falta de um local adequado. Uma casa de acolhida deve se esforçar para manter pessoas que atendam com jeito e amor. Deve estar capacitada a encaminhar os que a procuram com problemas relacionados a drogas a grupos de auto-ajuda, pessoas e instituições especializadas. Deve também possuir um catálogo de informações detalhadas sobre os recursos existentes para o tratamento de dependentes e que estão ao alcance da comunidade local, além de apoiar os que estão em processo de recuperação.¹² Importa que essas casas, por meio de voluntariado, dêem, em nome da comunidade eclesial, todo o apoio possível aos que estão em processo de recuperação.

202. Um outro modo de enfrentar a questão das drogas é a paróquia dar apoio aos ambulatórios existentes nas comunidades, que prestam ajuda aos dependentes, e liderar reivindicação para que sejam estabelecidos onde não houver. Um tipo de colaboração, por parte da paróquia, consiste na disponibilização de um local para núcleos de AA, Al-Anon, Sobriedade Cristã, bem como a organização de serviços como o “S.O.S. Droga”.

203. Há outras iniciativas possíveis e, evidentemente, as comunidades serão realisticamente criativas em sua identificação. Acolher ou assistir, por meio de grupos de família, um dependente na fase da reinserção social ou laborativa. Organizar *Caravanas da Vida* – mutirão para visitar escolas, capelas, hospitais –, para levar as mensagens da Campanha da Fraternidade a todas as pessoas e instituições, por meio de pa-

lestras, jograis, encenações, *shows* etc. Incluir no “Dia da Comunicação” (31 de maio) uma atividade especial da Pastoral da Comunicação junto à comunidade eclesial, para divulgar o tema “Vida sim, droga não!”, em todos os meios de comunicação existentes na paróquia.

Questionamento

- O que a Paróquia se propõe a fazer para articular a Campanha: “Vida sim, drogas não!”?
- O que fazer para manter a continuidade dos trabalhos com relação à dependência de drogas?

As pastorais e a Pastoral da Sobriedade

204. Existem muitas pastorais que estão dando sua contribuição especial para enfrentar a problemática da dependência de drogas, com o espírito do Bom Pastor. Entre elas, destacamos a Pastoral da Saúde, a Pastoral da Juventude, a Pastoral Familiar, a Pastoral da Educação e o Ensino Religioso Escolar.

205. Na 36ª Assembleia Geral da CNBB (1998), em Itaiçi, o Setor Juventude fez veemente pronunciamento, relatando as conclusões de um encontro das instituições que trabalham com dependentes químicos, realizado em Lins (SP), em junho de 1997. Diante da problemática que foi apresentada, o Setor Juventude recebeu, como resposta, manifestação favorável de 247 bispos presentes para a implantação de uma pastoral específica que visasse à prevenção, recuperação e reinserção dos dependentes químicos.

206. Todas as pastorais foram convocadas para a luta contra as drogas. Dessa articulação, surgiu uma nova pastoral, a Pastoral da Sobriedade. Sobriedade? O que seria? Sobriedade não é uma simples ausência de álcool e drogas. Sobriedade é uma maneira de

¹² É importante que a comunidade conheça as entidades para as quais serão encaminhados os dependentes. Por isso, optamos por não publicar uma lista nacional de todas elas.

viver. E a sobriedade é fundamental para todas as pessoas e para todas as categorias sociais. *"Tudo o que é demais sobra"*, diz o ditado popular. Muitas vezes, em nossas vidas, sobra sono, comilança, cobiça, vazio afetivo, vazio existencial, desespero etc. São Pedro já havia recomendado isto: *"Sede sóbrios e vigiai"* (1Pd 5,8). Os excessos são prejudiciais não só à saúde física, mas também à saúde psicológica, social e espiritual.

207. Os que são privilegiados pelo dinheiro e bens sabem perfeitamente que o consumismo e a idolatria do dinheiro levam facilmente ao egoísmo e ao vazio interior, que por sua vez conduzem à bebida, à droga e a outros vícios. Uma vida simples, austera, honesta colabora, e muito, para a prática da solidariedade, porque deixa espaço para o outro e para Deus. Mas os que lutam pela sobrevivência correm o risco de ser alienados pelo ímã distante do ídolo dinheiro, que empurra para jogatinas, com esperanças de enriquecimento rápido, e para desvios sociais diversos, entre os quais a bebida, o fumo e todas as demais drogas. Gastamos com coisas desnecessárias, desperdiçamos. Tudo isso está muito bem no espírito da quaresma, tempo em que se recomenda o jejum, a abstinência, a prática da solidariedade e também a luta política por uma sociedade justa. A atual Campanha oferece uma boa oportunidade para que organizemos a Pastoral da Sobriedade,³³ reunindo agentes de pastoral que ajudem os mais fracos a redescobrir o gosto pela vida, o profundo significado da liberdade, do amor como base da própria existência e para a prática da partilha, pois o que se economiza na sobriedade pertence ao mais necessitado.

³³ Entre os subsídios da Pastoral da Sobriedade já publicados, destacamos: Nelo MOMM e Wilson BASSO, scs, *Prevenção ao uso de drogas: rotinas para grupos de jovens*, São Paulo, Centro de Capacitação da Juventude, 1998; Nelo MOMM, *Pastoral da Sobriedade: Pronunciamentos da Igreja*, Vol. Loyola, São Paulo, 1999.

CNBB - Pastoral da Sobriedade da Arquidiocese de Curitiba: *Os 12 passos da Pastoral da Sobriedade. Manual do agente*, Rua Jacarezinho, 1717, Fone: (41) 339-1113, Mercês, CEP 80810-130, Curitiba (PR).

A Pastoral da Sobriedade, como todas as demais iniciativas sérias que citamos ao longo deste texto, atuará, nesta questão das drogas, em cinco frentes de trabalho:

1. *Prevenção*: será dirigida ao público que nunca experimentou drogas e àqueles que já as experimentaram, sem, entretanto, terem se habituado ao uso.

2. *Intervenção*: atuará junto ao público que já se iniciou no uso de drogas, faz uso dela com alguma frequência, mas ainda não se tornou uma vítima crônica.

3. *Recuperação*: oferecerá atendimento aos usuários de droga, em que já se instalou a dependência química, física ou psicológica.

4. *Reinserção social*: auxiliará os que passaram por um tratamento, nos desafios que enfrentam em seu dia-a-dia.

5. *Atuação política*: desenvolverá reflexão e atividades junto aos organismos que atuam na sociedade (Conselhos, fóruns...), defendendo sempre uma política "antidrogas" que seja eficaz, prática e que gere vida.

Questionamentos

– Cada pastoral em nossa Igreja responde a uma necessidade. Seria oportuno organizar em sua comunidade a Pastoral da Sobriedade? Como? Com quem? Quando? Para quê? Com que recursos? Quais os passos para a articulação dessa Pastoral? (Para ajudar, encaminhamos algumas pistas: números 208 - 212.)

208. *Primeiro passo*: levantamento do que já existe. O primeiro passo a ser dado é o levantamento dos recursos existentes na comunidade, ou seja, o que já existe e que tem a ver com a

Pastoral da Sobriedade. Quais são as pessoas, entidades que estão trabalhando em atividades ligadas à Pastoral da Sobriedade: comunidades terapêuticas, clínicas, hospitais, Conselho Municipal de Entorpecentes, grupos de auto-ajuda, tipo AA, NATA, Amor Exigente, etc. Em seguida, relacionar grupos de jovens da Pastoral da Juventude, movimentos, pastorais, convocando a todos os representantes para um encontro específico sobre a problemática.

209. *Segundo passo:* com a primeira reunião geral dos convidados, já se está dando início à Pastoral da Sobriedade. Dadas as explicações e motivações, distribua-se o cadastro e solicite-se a inscrição dos que estão motivados pela causa e comprometidos com ela. Utilize-se principalmente o conteúdo da “Carta da Pastoral da Sobriedade”.³⁴

210. *Terceiro passo:* criação de uma comissão para a Pastoral da Sobriedade e início dos trabalhos. Iniciar o trabalho de prevenção, que visa a evitar o mal antes que aconteça. É importante reforçar os grupos já existentes e, se necessário, formar outros, também nas escolas.

211. *Quarto passo:* intervenção e tratamento. O ideal é que em cada paróquia, exista pelo menos um grupo de auto-ajuda funcionando e que forneça os endereços das comunidades terapêuticas vizinhas. Se não houver nenhuma, é necessário elaborar um projeto, buscar recursos financeiros, treinar pessoal apropriado, entrar em contato com a Pastoral da Sobriedade, ou com algum outro órgão ligado a alguma instituição que possa ajudar no treinamento dos agentes.

212. Outros passos poderão ser dados como: entrar em contato com alguma das comunidades terapêuticas bem conceitua-

das, que já estão se espalhando por todo o Brasil;³⁵ montar um espaço que funcione como referência da Comissão da Pastoral da Sobriedade. O ideal é que se disponha de um endereço onde funcione durante o dia, uma “Casa de Acolhida”, pessoas voluntárias como referência, e, à noite, os grupos de auto-ajuda. Isso colabora para tirar a Pastoral do anonimato. Aos poucos a paróquia poderá se articular com outros núcleos diocesanos e, também, de âmbito regional e nacional. Subsídios e experiências serão permutadas e o amor pastoral circulará entre os irmãos, que experimentarão a verdade e solidificarão a convicção de que a esperança não decepciona.

DOZE PASSOS

Os doze passos são a base para a maioria dos trabalhos existentes com dependentes de drogas e seus familiares. A Pastoral da Sobriedade adota os doze passos buscando, na Bíblia Sagrada, os fundamentos para esta nova atitude de vida.³⁶

1º) Admitimos que éramos impotentes perante o álcool e a droga, que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas. Mateus 9,36 / Romanos 7,18-20 / Salmos 6,2-4 / Salmos 31,19.10.

³⁴ Como exemplos de comunidades terapêuticas, citamos: AFRUCTO -- Comunidade Terapêutica Oásis, Porto Alegre (RS); SERVOS -- Sociedade de Empenho na Recuperação de Vidas através da Oração e Serviços, Brasília (DF); Associação Casa Família Rosetta, Porto Velho (RO); Casa Dia, Americana (SP); Lar de São Francisco na Providência de Deus, em Jaci (SP); Comunidade Vida Nova, Curitiba (PR); O.P.J. Obra de Premiação dos Jovens, Rio de Janeiro (RJ); Fazendas da Esperança, em Guaratinguetá (SP) e Brasília (DF); Comunidades Casa da Esperança e Vida, Diadema (SP); Fazendas do Senhor Jesus, em Campinas (SP).

³⁵ O desenvolvimento destes passos pode ser encontrado nos seguintes livros: Pe. Haroldo J. RAHAM, SI, *O caminho da sobriedade*, Ed. Loyola, São Paulo, 1996, pp. 67-72; FRIENDS IN RECOVERY, *The Twelve Steps For Christians. Doze passos para os cristãos*, Trad. Bárbara Theoto Lambert, Ed. Loyola, São Paulo, 6ª Ed. 1999.

³⁶ Nilo MOMM, *Pastoral da Sobriedade. Pronunciamentos da Igreja*, Ed. Loyola, São Paulo, 1999, pp. 43-46.

- 2º) Viemos a acreditar que um poder superior a nós mesmos poderia devolver-nos a sanidade. Mateus 12,18-21 / Marcos 9,23-24 / Lucas 13,10-13 / João 12,46 / Filipenses 2,13.
- 3º) Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que o concebíamos. Mateus 11,28-30 / Mateus 16,21-26 / Efésios 2,8-9 / Salmos 3,5-6 / Romanos 12,1.
- 4º) Fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos. Mateus 23,23-28 / Lucas 12,1-6 / Romanos 12,1-6 / 1Coríntios 4,19-20.
- 5º) Admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano a natureza exata de nossas falhas. Lucas 15,17-20 / Atos 19,18 / 2Coríntios 10,3-5 / Tiago 6,16.
- 6º) Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter. Romanos 6,11-12 / Efésios 4,17-23 / Colossenses 3,5-8 / 1Pedro 1,13-16 / Tiago 4,10.
- 7º) Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições. Mateus 18,4 / Atos 3,19 / Hebreus 12,5-11 / 1Pedro 5,6-7 / João 1,9.
- 8º) Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados. Mateus 18,21-35 / Lucas 6,31.37-38 / Lucas 19,8 / João 13,34-35.
- 9º) Fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-lo significasse prejudicá-las ou a outrem. Mateus 5,9.23-24 / Romanos 15,2 / Filipenses 1,9-11 / Colossenses 4,5-6 / Salmos 51,14.17.
- 10º) Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente. Marcos 14,38 / Romanos 12,3 / Tessalonicenses 5,17-22 / Hebreus 2,1-3 / 1Coríntios 10,12.
- 11º) Procuramos, por meio da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que o concebíamos, rogando apenas o conhecimento de sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade.

João 4,13-14 / Romanos 8,26-28 / Gálatas 2,20 / Filipenses 4,6-9 / Tito 3,1-7 / Colossenses 3,16.

- 12º) Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes passos procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólatras e toxicômanos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades. Marcos 5,18-20 / 1Coríntios 9,22-27 / 1Coríntios 15,10 / 1Timóteo 1,12-16 / Gálatas 6,1.

GESTO CONCRETO DA CAMPANHA E FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE

213. *Finalidade do Gesto.* A Campanha da Fraternidade se expressa concretamente pelo gesto fraterno da COLETA DA SOLIDARIEDADE. Sua finalidade é a constituição dos Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade. A arrecadação destina-se ao desenvolvimento de ações em favor dos que sofrem processos de exclusão. É um gesto concreto em âmbito nacional, realizado em todas as dioceses e comunidades cristãs.

214. *Destinação dos recursos.* Os recursos destinar-se-ão prioritariamente à prevenção, intervenção, tratamento e reinserção social dos dependentes de drogas. Da arrecadação, 60% ficarão nas dioceses, constituindo o Fundo Diocesano de Solidariedade. O Fundo Nacional de Solidariedade³⁷, receberá 40% da coleta.

215. *Como organizar a coleta.* Todas as pessoas das comunidades eclesiais serão convidadas a colaborar com o gesto concreto de solidariedade durante todo o tempo da Campanha, do início da Quaresma até o domingo que antecede a Páscoa. É importante que bispos, padres, religiosos(as), lideranças leigas, agentes de pastoral motivem e animem todos os fiéis a participarem, ofere-

³⁷ Círculo Brasileiro. SDS - B1, "P" - nº 36 - Salas 410/414. Ed. Venâncio III 70.393 - 900 - Brasília/DF. Fone (0xx61) 226.5008 - Fax (0xx61) 226.0791. E-mail: caritas@zaz.com.br.

condo a alegria de sua solidariedade – que é a melhor forma de sacrifício quaresmal – em favor de trabalhos de prevenção e de recuperação de dependentes de drogas.

**O dia nacional da coleta será o Domingo de Ramos,
dia 8 de abril de 2001**

216. *Quem administra o Fundo Nacional de Solidariedade.* A *Cáritas Brasileira* é o organismo da CNBB responsável pela administração do Fundo. A gestão e aprovação dos projetos estarão a cargo do *Conselho Episcopal para o Fundo Nacional de Solidariedade*, nomeado pela Presidência e Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB, com aprovação do Conselho Permanente.

217. *A quem encaminhar os Projetos.* Os projetos referentes ao tema deste ano deverão ser encaminhados à *Cáritas Brasileira*, que, por sua vez, os apresentará ao Conselho Episcopal do Fundo Nacional de Solidariedade, para análise e decisões.

218. *Fundos Diocesanos de Solidariedade.* Esses fundos serão administrados por um Conselho a ser constituído em cada diocese, contando com a participação da *Cáritas* e das Pastoris Sociais atuantes.

Concluindo

219. O Agir da CF-2001 – “Vida sim, drogas não!” levantou e sistematizou, como foi proposto no início, muitas ações concretas que já vêm sendo realizadas em sua grande maioria. Mas é evidente que o potencial criativo das nossas comunidades eclesiais fará aparecer outras iniciativas que apontam para a solução de tão grave problema. É importante intercomunicá-las. A Pastoral da Sobriedade pode receber essas comunica-

ções e socializá-las: 2001.semdrogas@uol.com.br e telefax (0xx11) 3749.1891.

220. Maria, sempre presente em nosso caminho, modelo de fé, esperança e caridade, continuará a inspirar nossas ações em busca dos mais necessitados. Ela que vive para glorificação do Senhor – *Minha alma glorifica o Senhor!* (Lc 1, 46) – está a serviço do Deus que *despede os ricos de mãos vazias, destrona os poderosos de seus tronos, sacia de bens os famintos e eleva os humildes* (cf. Lc 1,51-53), nos ampara na missão junto aos que sofrem, aos necessitados, entre os quais, os que estão na tragédia da dependência química e os que são vencidos por outras drogas. Maria nos diz: “*Fazei o que ele vos disser*” (Jo 2,5), ou seja, o que Jesus nos manda fazer. E Jesus Cristo, que nos libertou (cf. Gl 5,1), e que “ontem, hoje, é o mesmo e sê-lo-á para sempre” (Hb 13,8), não nos abandonará na difícil missão que nos confia e, também, não deixará ninguém à mercê de qualquer dependência contrária à vida em abundância, que ele mesmo nos dá, também, neste início do novo milênio.

CANTOS DA CF-2001

I. CANTO DE ABERTURA

L.: In. Naulina Grande, O. Carm.
M.: Fr. Daniel C. Nicolini, sjz



1. Dom da vida, ó Pai, celebramos,
Na alegria de irmãos a cantar,
Por teu Filho Jesus, te louvamos,
E queremos com força, aclamar:

Ó Senhor, nós queremos a vida
Por Jesus que se faz nosso irmão
Em seu povo, na fé reunido,
Na partilha do amor e do pão.

2. Dom da vida é o sonho eterno
De Deus Pai que nos fez filhos seus;

Seu projeto é um mundo fraterno
E, depois, vida plena nos céus.

3. Dom da vida é a felicidade,
De saber com alegria viver.
Vida plena na paz, na bondade
Em Jesus, haveremos de ter.

4. Jesus Cristo por nós deu sua Vida,
Testemunho fiel – bom pastor,
A tal gesto também nos convida,
Pelo irmão nos doamos no amor!

2. SALMO RESPONSORIAL

L.: Hínário Litúrgico II
M.: Pe. Ney Brasil Pereira



1º Domingo

Ao invocar-me hei de ouvi-lo e
atendê-lo,
E a seu lado eu estarei em suas do-
res.

Sl 91(90)

Quem habita ao abrigo do Altíssimo
E vive à sombra do Senhor
omnipotente,

Diz ao Senhor: "Sois meu refúgio e
proteção,

Sois o meu Deus, no qual confio inteiramente".

2º Domingo

Ó Senhor, ouvi a voz do meu apelo,
Meu coração fala convosco confian-
te!

Sl 27(26)

O Senhor é minha luz e salvação;

De quem eu terei medo?

O Senhor é a proteção da minha vida;

Perante quem eu tremerei?

3º Domingo

O Senhor é indulgente, é favorável,
É paciente, é bondoso e compassivo.

Sl 103 (102) - Leccionário

4º Domingo

Provai e vede quão suave é o Se-
nhor!

Feliz o homem que tem nele o seu
refúgio!

Sl 34(33) - Leccionário

5º Domingo

Maravilhas fez conosco o Senhor,
Exultemos todos juntos de alegria!

Sl 126(125) - Leccionário

Ramos

Men Deus, meu Deus, por que me
abandonastes?

E ficais longe de meu grito e minha
prece?

Sl 22(21) - Leccionário

3. ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO

L.: *Lecionário Dominical*
M.: *Adenor Leonardo Terra*



Louvor a vós, ó Cristo,
Rei da eterna glória!

1º Domingo

O homem não vive somente de pão.
Mas de toda palavra que sai da boca
de Deus.

2º Domingo

Numa nuvem resplendente fez ouvir a
voz do Pai:

Eis meu Filho muito amado, escutai-
o, todos vós!

3º Domingo

Convertei-vos, nos diz o Senhor,
Porque o Reino dos céus está perto.

4º Domingo

Vou levantar-me e vou a meu pai e
lhe direi:

Meu Pai, eu pequei contra o céu e
contra ti.

5º Domingo

De coração convertei-vos a mim,
Pois sou bom, compassivo e clemen-
te.

Ramos

Jesus Cristo se tornou obediente
Obediente até a morte numa cruz.
Pelo que o Senhor Deus o exaltou.
E deu-lhe um nome muito acima
de outro nome.

4. OFERENDAS

L.: *Frei José Moacyr Cadenassi, OFM Cap*
M.: *Pe. Ney Brasil Pereira*



1. Bendito és Tu, ó Deus Criador.
Revestes o mundo da mais fina flor:
Restauras o fraco que a Ti se confia
E junto aos irmãos, em paz, o envias.

Ó Deus do Universo, és Pai e Senhor,
Por Tua bondade recebe o louvar!

2. Bendito és Tu, ó Deus Criador,
Por quem aprendeu o gesto de
amor:
Colher a fartura e ter beleza
De ser a partilha dos frutos na
mesa!

3. Bendito és Tu, ó Deus Criador,
Fecundas a terra com vida e
amor!
A quem aguardava um canto de
festa.
A mesa promete eterna serenata!

5. CANTO DE COMUNHÃO

L.: Antonio Carlos Santini

M.: Adenor Leonardo Terra (Estrofes)

Amilton Amaral (Refrão)



1. Deus ouviu nosso clamor,
Fez-se pão sobre este altar:
É razão de imenso Amor
Para o povo celebrar!

Que a palavra que ensinou
É também o nosso pão

2º Domingo
Cristo se transfigurou:
Ele é Deus, nosso Se-
nhor!

2. Cristo viu nosso pesar,
Nossa carne Ele assumiu:
Com seu sangue quis salvar
E o seu povo redimiu!

6. Jesus Cristo deu exemplo
Pela transfiguração:
Que, na nossa vida, há
tempo
De real transformação.

3º Domingo
O Senhor nos vem cha-
mar
À mudança interior.

3. No deserto fez brotar
Uma fonte a meu Senhor;
Água viva pra lavar
Nosso mal e nossa dor...

7. Nos banquetes preparados,
Como outrora se falou.
E não somos rejeitados
Pois Jesus nos convidou!

4º Domingo
O Senhor nos convidou
Ao banquete do Amor!

4. Grão de trigo que morreu,
Vida nova fez brotar:
Jesus Cristo que se deu,
É alimento neste altar.

8. Jesus Cristo, em sua ceia,
Quis fazer-se refeição:
Para todos, vida cheia
De justiça, amor e pão.

5º Domingo
O Senhor nos perdoou:
Do pecado nos lavou!

Ritmos

Na paixão do meu Se-
nhor.

5. Jesus Cristo nos mostrou,
Ao vencer a tentação.

1º Domingo
Não vivemos só de pão,
Mas do que o Senhor falou.

nova luz: Ressurreição!

6. HINO: FRATERNIDADE

I.&M.: Pe. Zezinho, scj



A necessidade era tanta e tamanha
Que a fraternidade saiu em campanha
Andou pelos vales subiu as montanhas
Foi levar o seu pão.

E o desejo feliz de tornar o país
Mais irmão, mais fraterno
Vão fazer de nós Povo do Senhor
Construtores do amor
Operários da paz
Mais fiéis a Jesus
Vão fazer nossa Igreja
Uma Igreja mais santa
E mais plena de luz.

A dor era tanta, a injustiça tamanha
Que a luz de Jesus que seu povo acompa-
nha
O iluminou pra viver em campanha
Em favor dos irmãos.

Erguer as mãos com alegria
Mas repartir também o pão de
cada dia.

Um só coração e uma só alma
Um só sentimento em favor dos pequenos

7. SENHOR, TENDE PIEDADE DE NÓS

Pe. Zezinho, scj

Em B7 Em
/: Senhor, tende piedade de nós! :/
Am Em Am C B7
/: Cristo, tende piedade de nós! :/
Em B7 Em
/: Senhor, tende piedade de nós! :/

9. VIVER

*Jonny, Luís Machado, Antônio
Portela e Eduardo Moura*

D G
Dizer não às drogas é dizer sim à vida
D G
Nunca se envolver é a melhor saída.

A
Das drogas, tô fora
G A
Em drogas nem pensar
Sou da geração saúde
G A
Nada vai me escravizar.

D G D
Viver... eu quero viver...

Eu não uso drogas, meu clima
é diferente
Eu não sou careta, sou inteligente.

Bm F#m G D
Se a droga é a raiz de tanta violência
Bm F#m G
Vamos cortar esse mal,
Em A
vamos viver em paz.

8. SANTO É O SENHOR

José Alcides Santana

F C
Senhor Deus do universo
F
Santo, santo é vosso nome!
Bb C F
Nós proclamamos vossa glória!
Bb C
Hosana, hosana nas alturas!
Bb C F
Hosana a Deus três vezes Santo!

E hereditário seja aquele

Que em seu nome veio ao mundo

Que em seu nome veio ao mundo.

10. CRISTO É MINHA VIDA

Pe. Joãozinho, scj, e Pe. Léo, scj

F Dm
Cristo é minha vida
Bb C
Cristo é o meu viver
F Bb F
Ele me amou e mandou
C F
Que eu ame você.

Gm
Não pode amar Deus
Am D7
Quem não ama o seu irmão
Gm
Não serve pra Deus
Bb F
Quem não serve o seu irmão.

11. CANÇÃO DOS IMPERFEITOS

Pe. Zezinho, scj

G D
E se for pra semear a esperança num jardim
G D
E se for pra desculpar uma criança eu digo sim
G
E se for pra perdoar não tenho escolha
C Am D
Também sou pecador também preciso de perdão

G D
Não sou santo e não sou anjo e nem demônio eu sou só eu
G D
Imperfeito, insatisfeito, mas feliz, assim sou eu
C G C G C D
Eu sou contradição, eu sou imperfeição, só Deus é coerente
G D
Já sorri, já fiz feliz, já prometi, já elevei
G D
Já chorei, já fiz chorar, já me excedi, já magueei
C G C G C D
Eu tenho coração mas sou contradição só Deus acerta sempre

G
Por isso eu canto esta canção,
Am
Canção de amor arrependido
D
Ao Deus que é Pai, ao Deus que é paz

Ao Deus que é luz,
G
Ao Deus que é vida
C C#dim G Em Am D G
E quando a gente cai Deus age como Pai: perdoa, perdoa
C C#dim G Em
E torna a perdoar e ensina o como amar
Am G C G
Eu sou contradição mas Deus, Ele é perdão.

12. AMANHECER

Pe. João Carlos, sdb

D
Mesmo que não queiram,
G7+
que não gostem:
F#m7
Mesmo que não deixem,
G7+ A7
não permitam, não suportem.

D G
O sol vai nascer e brilhará a luz
D Em7 A
Pra acabar com esta escuridão
D G Bb Gm D
Vai raiar o dia, o amanhecer!

Morre a semente enterrada,
mesmo no silêncio,
arrebenta vida nova.

Não há tempestade sem bonança.
Nesse novo reino,
em dor de parto, a esperança.

13. EU QUERO ACREDITAR

Zé Martins

D
Eu quero acreditar na vida
F#m
Ver o sol em cada amanhecer
G
Ter no rosto um sorriso amigo
E7 A7
Acreditar que o sonho é pra valer

Eu quero ter meu peito aberto
Caminhar e não olhar pra trás
Caminheiro quero amor por perto
Quero o mundo construindo paz.

G D A Bm
Canta comigo cante esta canção
G D
Pois cantando sonharemos juntos
E7
Pra fazer um mundo
A (D)
mais irmão. (bis)

Eu quero acreditar no amor
Ver a noite se afastar de mim
Em cada rua plantar uma flor
E fazer da terra um jardim.

Venha junto sonhar o desejo
De que a vida não tenha mais fim
No violão sou o arpejo
Construindo a paz, o amor, enfim.

14. VENCE A TRISTEZA

Zé Vicente

Em B7 Em
/: Vence a tristeza, enxuga o pranto, ó meu povo
Am Em
Vem cantar um canto novo,
B7 Em
Deus da vida aqui está. :/

Em Am
/: Quem ama a Deus e está unido ao seu irmão
B7 Em
Não há porque ficar com medo e sem saber :/
C D
O que vai ser do mundo amanhã
G
Quem da fome vai sobreviver
Am B7 Em
/: Está em nós a luz do amor que vai vencer :/

O pobre grita e o seu grito não é em vão
E cada esforço em nome dele vai valer
É por isso que vou cantar
Deus amigo me escuta e me vê
/: Semente boa está na terra e vai nascer :/

Como é bonito, ó meu Deus, a terra, o mar,
A flor, o pássaro e uma mão plantando a paz
Tudo é nosso e nós somos irmãos
O futuro é a gente que faz
/: Deus é amor e quem amar sempre é capaz :/

15. CANTE A ESPERANÇA

Elias Muniz

Orientações Gerais da Campanha da Fraternidade 2001

A	Bm	E
Levante a cabeça e siga	Leve a esperança no peito	
	A	
Encare de frente a vida	Por onde você seguir.	
Busque dentro de si mesmo		
E	D	E
A esperança de vencer	Cante, cante a esperança	
Bm	C#7	F#m
Caminhe pra frente e insista	Faça a esperança brilhar	
Bm	Bm	
Sonhar não faz mal, não	Leve esse canto	
E	E	A
desista	Essa força pra quem precisar	
Bm	D	E
Seja humilde, acredite	Vamos cantar a esperança	
A	C#7	F#m
Você vai vencer.	Fazer a esperança brilhar	
	Bm	E
	E que seu brilho cresça	
D		
Dm		
Veja, a vida é linda	sempre mais	
C#7	A	
F#m		
Basta tentar descobrir	Para não mais se apagar.	

1. CELEBRAR A QUARESMA

Sentido da Quaresma

Celebrar a Quaresma é reconhecer a presença de Deus na caminhada, no trabalho, na luta, no sofrimento e na dor da vida do povo! Como o povo de Israel, que andou 40 anos no deserto antes de chegar à terra prometida, terra da promessa onde corre leite e mel. Como Jesus, que passou 40 dias de retiro antes de anunciar a vinda do Reino. Que subiu a Jerusalém para cumprir a missão que o Pai lhe confiou: dar a sua vida e ser glorificado.

A Quaresma é um tempo forte de conversão, de mudança interior, tempo de deixar tudo o que é velho em nós, tempo de assumir tudo o que traz vida para a gente, em nossas comunidades e na sociedade. Tempo de graça e salvação, onde nos preparamos para viver, de maneira intensa, livre e amorosa, o momento mais importante do ano litúrgico, da história da salvação, a Páscoa, Aliança definitiva, vitória sobre o pecado, a escravidão e a morte.

Para muitos, é apenas um tempo triste em que se canta e medita sobre os sofrimentos de Jesus que morreu pelos pecados da humanidade. Tempo de pedir perdão a Deus e fazer penitência. Todavia, a característica fundamental do tempo quaresmal não é o de ser somente um tempo de jejuns, mortificações e sacrifícios para que os cristãos participem dos sofrimentos de Jesus na Cruz. O que marca a Quaresma é, sobretudo, sua dimensão pascal: caminho para a Páscoa. Comemorando o acontecimento salvador da morte e da ressurreição de Jesus Cristo, a Igreja celebra o novo nascimento dos que serão batizados, renova a vida dos que foram batizados e a reconciliação dos pecadores arrependidos. Assim, a caminhada quaresmal prepara e ensaia a grande festa da Páscoa. Sem esta ligação, a Quaresma perde sua força espiritual.

A espiritualidade quaresmal é caracterizada também por uma atenta, profunda e prolongada escuta da Palavra de Deus. É esta Palavra que ilumina a vida e chama à conversão, infundindo confiança na misericórdia de Deus. O confronto com o Evangelho ajuda a perceber o mal, o pecado, na perspectiva da Aliança, isto é, a misteriosa relação nupcial de amor entre Deus e o seu povo. Motiva para atitudes de partilha do amor

misericordioso e da alegria do Pai com os irmãos que voltam convertidos.

Fazer da Quaresma um tempo favorável de avaliação de nossas opções de vida e linhas de trabalho, para corrigir os erros e aprofundar a vivência da fé, abrindo-nos a Deus, aos outros e realizando ações concretas de fraternidade, de solidariedade.

Memória do Deus que liberta e do clamor do povo!

Celebrar a Quaresma é, antes de tudo, experimentar a presença e comunicação da graça salvadora através das celebrações litúrgicas. É tornar presente, festejar as muitas libertações de Deus na história. É renovar a profissão de fé no Deus libertador que o povo eleito fez durante a escravidão do Egito. "... nós clamamos ao Senhor, Deus de nossos pais, e o Senhor ouviu a nossa voz e viu nossa opressão, nosso cansaço e nossa angústia, e o Senhor nos libertou do Egito..." (Dt 26,4-10). A primeira autodefinição de Deus é: "Eu sou a libertação", "Eu ouvi o clamor do meu povo e resolvi descer para libertá-lo" (Ex 3,7-8). É também celebrar a busca da humanidade inteira por autêntica libertação, justiça e paz. De repente, toda a experiência penitencial, todo o clamor dos povos, todo esse combate contra o pecado pessoal e social do mundo, todo esse esforço de seguir Jesus no "caminho da Cruz", começa, aos poucos, a dar seus frutos... os efeitos das "passagens de Deus já vão se fazendo sentir... as alegrias da Páscoa já se anunciam... É que a Terra prometida, o Mundo Novo, feito de homens e mulheres, gente liberta e salva, solidária e fraterna, já se esboça no horizonte..."

Quaresma e Campanha da Fraternidade

Celebrar a Quaresma é juntar-se em missão, como povo de Deus, em busca da verdadeira libertação. A dimensão comunitária da Quaresma é, no Brasil, vivenciada e assumida pela Campanha da Fraternidade. Assumindo cada ano uma situação da realidade social, nos ajuda a viver concretamente a experiência da Páscoa de Jesus nas páscoas do povo. "Assim como outrora Israel, o antigo povo, sentia a presença salvífica de Deus quando Ele o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da Terra prometida, assim também nós, novo povo de Deus, não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se dá o verdadeiro sentido do desenvolvimento, que é para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas

para condições mais humanas... Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo... Mais humanas: a passagem da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais..." (*Medellin*, introdução).

A Campanha da Fraternidade se torna assim um dos elementos quaresmais que nos ajudam na preparação pascal. Cada comunidade deve procurar a forma de fazer a ligação da CF com a celebração de cada domingo da quaresma. Muitas comunidades têm feito esta ligação com os cantos, trazendo símbolos, nas preces dos fiéis. Neste ano 2001, o primeiro do novo milênio, ano "C" da liturgia, as leituras nos ajudam a viver a realidade da *Conversão* com o coração e os olhos solidários ao clamor dos dependentes de drogas em nosso País, para que seja um serviço à vida. Conduzidos pelo Espírito, vamos com Jesus ao deserto onde seremos educados para enfrentar as tentações do mundo, renovamos nossa fidelidade ao Deus vivo e verdadeiro, sustentados por sua Palavra. Em nossa caminhada pascal, subimos a montanha com Jesus e três dos seus discípulos para fazermos a experiência da intimidade com Ele, contemplaremos a visão de sua glória e ouviremos o mandamento de escutar sua Palavra. Celebramos a Páscoa de Jesus que acontece nos que descobrem o rosto transfigurado do Pai nos rostos desfigurados dos dependentes de drogas e de qualquer outra dependência que escraviza e arruína a pessoa. Aproximamo-nos da Páscoa, educados no amor misericordioso do Pai que acolhe e festeja a volta do Filho Pródigo. Enfim, escutamos a palavra de esperança: "Vou realizar uma coisa nova, que já está aparecendo!". Jesus, diante da adúltera, nos mostra esta novidade, oferece um gesto de amor incomparável que marcou sua vida.

Caminhada de oração, jejum, esmola

Oração, jejum e esmola, ao longo da história, sempre foram atitudes, gestos fundamentais nas relações das pessoas entre si, com Deus e com a natureza. O Evangelho da quarta-feira de cinzas (Mt 6, 1-6, 16-18) apresenta as condições para a prática autêntica e frutuosa das obras penitenciais da Quaresma, como participação no mistério pascal de Cristo. À luz destas obras e no espírito da Campanha da Fraternidade, especificamente sob o enfoque do tema do ano, é necessário descobrir o significado sempre atualizado da oração, do jejum e da esmola.

Oração – A Quaresma é tempo de uma mais assídua e intensa oração, pessoal e comunitária, entendida como diálogo com o Pai, por Cristo. Rezar é renovar a aliança com o Senhor. O exercício da oração está inseparavelmente ligado à conversão, através da qual as pessoas se tornam sempre mais abertas e disponíveis às iniciativas da ação de Deus. Ela ajuda a comunidade e o batizado, em particular, no discernimento do projeto de Deus diante da realidade sofrida de tantos irmãos, vítimas de relações sociais injustas, da prática de uma política, muitas vezes, desvirtuada, que não se orienta pela busca e promoção do bem comum, mas pela procura de interesses pessoais ou de grupos.

A oração como expressão de relação filial com o Pai desperta e reaviva a consciência de que todos somos irmãos, chamados a viver como filhos e aprofundar esta relação. Em virtude desta relação, somos chamados a viver dignamente e com pleno direito de participação nas decisões que afetam a convivência social, com pleno direito de cidadania. Diante da realidade desumana em que vivem tantos filhos de Deus, rezar na comunhão com o Pai impulsiona à missão, ao compromisso solidário, à busca de políticas que garantam a todos eles vida de acordo com sua real dignidade.

No tempo quaresmal, a oração comunitária expressa, além da dimensão orante, a perspectiva da Igreja comunidade pecadora em processo de conversão.

"Vós concedeis aos cristãos esperar com alegria, cada ano, a festa da Páscoa. Entregues à oração e à prática do amor fraterno, preparamo-nos para celebrar os mistérios pascais, que nos deram vida nova e nos tornaram filhas e filhos vossos" (I Prefácio da Quaresma).

Jejum – O jejum e a abstinência de carne expressam a íntima relação existente entre os gestos externos de penitência, mudança de vida e conversão interior.

Jejuar e abster-se de carne, na afirmação do profeta Isaías, consiste em libertar os cativos, acabar com a opressão, dividir o pão com o pobre, hospedar o que não tem casa, vestir o nu. O jejum deve ser expressão de renovação interior, de desprendimento e de liberdade perante os bens terrenos, que dispõe à fraternidade e à solidariedade. Em nossa realidade, o jejum ganha característica de compromisso com a população empobrecida, em permanente jejum, forçado não só pela falta de comi-

da, mas também por estar privada do acesso à educação, à saúde, à moradia e às condições mínimas de saneamento básico.

Jejuar, então, é privar-se de alimento destinando-o aos que passam fome e também atitude positiva de colaborar para superar os mecanismos que geram opressão e marginalização. Quem tem o suficiente é chamado a jejuar livremente, como ato de louvor a Deus, destinando esses recursos aos irmãos sofredores, no Gesto Concreto da Campanha da Fraternidade. São chamados também, e talvez mais fortemente, a gestos de solidariedade que garantam pleno exercício de cidadania para todos.

"Vós ao olheis nossa penitência como oferenda à vossa glória. O jejum e a abstinência que praticamos, quebrando nossa orgulho, nos convidam a imitar vossa misericórdia, repartindo o pão com os necessitados" (III Prefácio da Quaresma).

Esmola – A Quaresma é tempo de um mais forte empenho de caridade para com os irmãos. A liturgia fala da *"prática do amor fraterno e da libertação do egoísmo"*, tornando-nos disponíveis às necessidades dos irmãos. A oração e o jejum devem ser sinais de uma atitude de conversão, de justiça e de solidariedade.

A esmola, na perspectiva do espírito da Campanha da Fraternidade e da Quaresma, confere aos gestos de generosidade humana uma dimensão evangélica profunda que se expressa na solidariedade. Coloca o batizado e a comunidade face a face com o irmão empobrecido e marginalizado para ajudá-lo e promovê-lo.

Dar esmola não é dar apenas dinheiro, roupa, um prato de comida, às vezes por desengano de consciência ou para livrar-se de importunação. É fazer-se doação aos irmãos no serviço fraterno, na participação em movimentos e projetos populares para geração de empregos, para maior democratização da posse da terra, no campo e na cidade, para a construção de moradia para todos, para a ampliação dos postos de saúde e atendimento a todos... É ajudar a pessoa a desenvolver suas capacidades e se tornar sujeito de sua promoção.

"Pela penitência da Quaresma corrigis nossos vícios, elevais nossos sentimentos, fortaleceis nosso espírito fraterno e nos garantis uma eterna recompensa" (IV Prefácio da Quaresma).

Como fazer?

Sabemos que desde o início a Campanha da Fraternidade foi pensada para ser um momento forte, dentro do tempo da Quaresma, para a vivência da caridade. Seria muito pouco reduzir a Campanha ao momento litúrgico. Ela deve atingir a catequese, os grupos de rua, os meios de comunicação, seminários sobre o assunto, grupos e pessoas de boa vontade que lutam por uma sociedade mais justa... E tudo isso deve estar presente na liturgia, memorial da morte e da ressurreição do Senhor e levar a uma transformação da realidade.

A equipe de liturgia da comunidade, ao fazer seu planejamento para este tempo litúrgico, pode se perguntar:

- Quais os sinais de pecado e de morte que marcam mais a nossa comunidade atualmente? Quais os sinais de vida e ressurreição que a gente gostaria que aparecessem entre nós?
- Como ligar estes sinais com o mistério que celebramos na Quaresma?
- Como sentimos o tema proposto pela Campanha da Fraternidade, aqui em nosso bairro, cidade ou região? Qual será o gesto concreto?
- Haverá batismo na Páscoa? E primeiras comunhões? Como integrar a preparação destes sacramentos com a vivência quaresmal?
- E as celebrações do sacramento da reconciliação? E a via-sacra?
- De que maneira podemos encaminhar a CF e as celebrações da Quaresma para que ajudem a comunidade a melhor celebrar a Páscoa?
- Haverá outros momentos fortes de oração? Ofício Divino das Comunidades? Alguma vigília? Quando? Como? Quem prepara?

É importante manter algum símbolo forte que marque em cada domingo o sentido da preparação para a Páscoa, exemplo: a cruz com pano roxo, a aspersão com água no ato penitencial. Algum canto que caracterize o sentido da conversão.

A equipe de liturgia poderia também conversar sobre como tornar a liturgia mais afetiva, cordial, misericordiosa, orante, que seja educadora pelo seu modo de fazer, de dividir os ministérios, de acolher as

expressões da cultura e da sabedoria dos pobres. Não somente falar sobre a realidade de um sistema de morte, alimentado por um estilo de vida materialista, que se alastra a partir do cultivo, comercialização e consumo de drogas, mas buscar detectar as mais diversas dependências que escravizam a todos nós e fazer a experiência de uma busca de se libertar delas. Este tempo da Quaresma já é um caminho pedagógico vivencial, no qual, o Senhor pela sua Palavra, pelos gestos e símbolos que atualizam a sua presença, vai nos educando para a vida, para a solidariedade...

Embora cada ano a Campanha da Fraternidade nos ofereça cantos novos para todos os momentos da celebração, diante da realidade da comunidade, a equipe de liturgia terá a liberdade de escolher outros que a comunidade já conhece.

O "Projeto Ser Igreja no Novo Milênio", que estamos preparando de maneira mais próxima, com a Campanha da Fraternidade deste ano, faz sugestões muito concretas para a organização da vida paroquial e uma delas é a *equipe de liturgia* (orientada pelo pároco e coordenada por pessoa designada por ele) que semanalmente preparará a animação da liturgia dominical e da liturgia sacramental. Onde for possível, a homília poderia ser preparada com a colaboração desta equipe de liturgia ou de celebração. A equipe é, na verdade, a primeira destinatária da Palavra de Deus, por isso, se coloca à escuta para acolher a Boa Nova em sua vida, antes de relacioná-la com o tema da Campanha. Assim, a homília poderá ser enriquecida com a meditação que a própria comunidade faz da Palavra a partir da sua experiência. Algumas pessoas que trabalham com dependentes de drogas ou têm experiência em algum grupo de apoio poderiam ser convidadas a participar iluminando a partilha com seu testemunho e experiência.

2. NATUREZA E HISTÓRICO

Em 1961, três padres responsáveis pela Cáritas Brasileira idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição e torná-la, assim, autônoma financeiramente. A atividade foi chamada *Campanha da Fraternidade* e realizada, pela primeira vez, na quaresma de 1962,

em Natal (RN), com adesão de outras três Dioceses e apoio financeiro dos bispos norte-americanos. No ano seguinte, 16 Dioceses do Nordeste realizaram a Campanha. Não teve êxito financeiro, mas foi o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil, realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja em nosso País.

Em seu início, teve destacada atuação o Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, sob cuja dependência estava a Cáritas Brasileira, que fora fundada, no Brasil, em 1957. Na época, o responsável pelo Secretariado de Ação Social era Dom Eugênio de Araújo Sales, e por isso, Presidente da Cáritas Brasileira. O fato de ser Administrador Apostólico de Natal (RN) explica que a Campanha tenha iniciado naquela circunscrição eclesiástica e em todo o Rio Grande do Norte.

Este projeto foi lançado, em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II, em andamento na época, e realizado pela primeira vez na Quaresma de 1964. O tempo do Concílio foi fundamental para a concepção, estruturação e encaminhamentos da Campanha da Fraternidade, do Plano de Pastoral de Emergência, do Plano de Pastoral de Conjunto e de outras iniciativas de renovação eclesial. Ao longo de quatro anos seguidos, por um período extenso em cada um, os bispos ficaram hospedados na mesma casa, em Roma, participando das sessões do Concílio e de diversos momentos de reunião, estudo, troca de experiências. Nesse contexto, nasceu e cresceu a Campanha da Fraternidade.

Em 20 de dezembro de 1964, os bispos aprovaram seu projeto inicial, intitulado: "Campanha da Fraternidade - Pontos Fundamentais apreciados pelo Episcopado em Roma". Em 1965, tanto a Cáritas quanto a Campanha da Fraternidade, que estavam vinculadas ao Secretariado Nacional de Ação Social, foram vinculadas diretamente ao Secretariado Geral da CNBB. A CNBB passou a assumir a CF. Nesta transição, foi estabelecida a estruturação básica da CF. Em 1967, começou a ser redigido um subsídio, maior que os anteriores, para a organização anual da CF. Nesse mesmo ano, iniciaram-se, também, os encontros nacionais das Coordenações Nacional e Regionais da CF. A partir de 1971, tanto a Presidência da CNBB como a Comissão Episcopal de Pastoral começaram a ter uma participação mais intensa em todo o processo da CF.

Em 1970, a CF ganhou um especial e significativo apoio: a mensagem do Papa, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão, quando de sua abertura, na Quarta-feira de Cinzas. A mensagem papal continua enriquecendo a abertura da CF.

De 1963 até hoje, a Campanha da Fraternidade é uma atividade ampla de evangelização desenvolvida num determinado tempo (Quaresma), para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos, no processo de transformação da sociedade, a partir de um problema específico que exige a participação de todos na busca de alternativas de solução. É grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e ação comunitária como a verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação da Páscoa. É momento de conversão, de prática de gestos concretos de fraternidade, de exercício de uma verdadeira pastoral de conjunto em prol da transformação de situações injustas e não cristãs. É precioso meio para a evangelização no tempo quaresmal, retomando a pregação dos profetas, confirmada por Cristo, segundo a qual, a verdadeira penitência que agrada a Deus é repartir o pão com quem tem fome, dar de vestir ao maltrapilho, libertar os oprimidos, promover a todos.

A Campanha da Fraternidade tornou-se especial manifestação de evangelização libertadora, provocando, ao mesmo tempo, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de problemas específicos, tratados à luz do Projeto de Deus.

A Campanha da Fraternidade tem como objetivos permanentes:

- despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum;
- educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor; exigência central do Evangelho;
- renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na Evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja).

3. TEMAS DA CF NO SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A Campanha da Fraternidade surgiu durante o desenvolvimento do Concílio Vaticano II. O primeiro documento conciliar aprovado foi sobre a Liturgia. O documento *Lumen Gentium*, constituição dogmática sobre a Igreja -- sua natureza e sua missão evangelizadora -- foi também dos primeiros documentos refletidos e aprovados pelo Concílio. Surgiu de um discurso do Cardeal Suenens, no final da primeira sessão. Foi aprovado no final do Concílio.

A primeira das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano, após o período conciliar, em Medellín (1968), foi convocada para a implementação do Concílio, no Continente. A reflexão sobre a realidade latino-americana levou a Igreja a enfrentar o desafio da pobreza e da urgente presença transformadora nas estruturas sociais. A Conferência de Puebla, dez anos depois, acentuou ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, a fim de se superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive a maioria do povo, criando-se um clima de comunhão e participação.

Os temas da Campanha da Fraternidade, inicialmente, contemplaram mais a vida interna da Igreja. A consciência sempre maior da realidade sócio-econômico-política, marcada pela injustiça, pela exclusão e por índices sempre mais altos de miséria, fez escolher como temas da Campanha aspectos bem determinados desta realidade em que a Fraternidade está ferida e cujo restabelecimento é compromisso urgente da fé. A partir do início dos encontros nacionais sobre a CF, em 1971, a escolha de seus temas vem tendo sempre mais ampla participação dos 16 Regionais da CNBB que recolhem sugestões das Dioceses e estas das paróquias e comunidades.

Alguns pontos de referência na escolha dos temas são:

- aspectos da vida da Igreja e da sociedade (eventos especiais, como centenário da *Rerum Novarum* em 1991 - Solidários na Dignidade do Trabalho; ano da família em 1994 - A Família, como vai?);
- desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos da realidade brasileira;

- as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e documentos do Magistério da Igreja Universal;
- a Palavra de Deus e as exigências da Quaresma.

Ao longo dos mais de trinta anos, podem ser destacadas as seguintes fases nos seus temas:

1ª FASE: EM BUSCA DA RENOVAÇÃO INTERNA DA IGREJA

Renovação da Igreja

CF-64: Tema: Igreja em Renovação

Lema: Lembre-se: você também é Igreja

CF-65: Tema: Paróquia em Renovação

Lema: Faça de sua paróquia uma Comunidade de fé, culto e amor

Renovação do cristão

CF-66: Tema: Fraternidade

Lema: Somos responsáveis uns pelos outros

CF-67: Tema: Co-responsabilidade

Lema: Somos todos iguais, somos todos irmãos

CF-68: Tema: Doação

Lema: Crer com as mãos

CF-69: Tema: Descoberta

Lema: Para o outro o próximo é você

CF-70: Tema: Participação

Lema: Participar

CF-71: Tema: Reconciliação

Lema: Reconciliar

CF-72: Tema: Serviço e Vocação

Lema: Descubra a felicidade de servir

2ª FASE: A IGREJA PREOCUPA-SE COM A REALIDADE SOCIAL DO POVO, DENUNCIANDO O PECADO SOCIAL E PROMOVENDO A JUSTIÇA (VATICANO II, MIDELLIN E PUERTO)

CF-73: Tema: Fraternidade e Libertação

Lema: O egoísmo escraviza, o amor liberta

CF-74: Tema: Reconstruir a Vida

Lema: Onde está o teu irmão?

CF-75: Tema: Fraternidade é Repartir

Lema: Repartir o Pão

CF-76: Tema: Fraternidade e Comunidade

Lema: Caminhar juntos

CF-77: Tema: Fraternidade na Família

Lema: Comece em sua casa

CF-78: Tema: Fraternidade no Mundo do Trabalho

Lema: Trabalho e justiça para todos

CF-79: Tema: Por um Mundo mais Humano

Lema: Preserve o que é de todos

CF-80: Tema: Fraternidade no mundo das Migrações

Exigência da Eucaristia

Lema: Para onde vais?

CF-81: Tema: Saúde e Fraternidade

Lema: Saúde para todos

CF-82: Tema: Educação e Fraternidade

Lema: A Verdade vos libertará

CF-83: Tema: Fraternidade e Violência

Lema: Fraternidade sim, violência não

CF-84: Tema: Fraternidade e Vida

Lema: Para que todos tenham Vida

3ª FASE: A IGREJA VOLTAR-SE PARA SITUAÇÕES EXISTENCIAIS DO POVO BRASILEIRO

CF-85: Tema: Fraternidade e Fome

Lema: Pão para quem tem fome

CF-86: Tema: Fraternidade e Terra

Lema: Terra de Deus, terra de irmãos

CF-87: Tema: A Fraternidade e o Menor

Lema: Quem acolhe o menor, a Mim acolhe

CF-88: Tema: A Fraternidade e o Negro

Lema: Ouvi o clamor deste povo!

CF-89: Tema: A Fraternidade e a Comunicação

Lema: Comunicação para a verdade e a paz

CF-90: Tema: A Fraternidade e a Mulher

Lema: Mulher e homem: imagem de Deus

CF-91: Tema: A Fraternidade e o Mundo do Trabalho

Lema: Solidários na dignidade do trabalho

CF-92: Tema: Fraternidade e Juventude

Lema: Juventude - caminho aberto

CF-93: Tema: Fraternidade e Moradia

Lema: Onde moras?

CF-94: Tema: A Fraternidade e a Família

Lema: A família, como vai?

CF-95: Tema: A Fraternidade e os Excluídos

Lema: Eras Tu, Senhor?!

CF-96: Tema: A Fraternidade e a Política

Lema: Justiça e paz se abraçam!

CF-97: Tema: A Fraternidade e os Encarcerados

Lema: Cristo liberta de todas as prisões!

CF-98: Tema: Fraternidade e Educação

Lema: A serviço da vida e da esperança!

CF-99: Tema: Fraternidade e os Desempregados

Lema: Sem trabalho... Por quê?

CF-2000 Eumênica: Tema: Dignidade Humana e Paz

Lema: Novo milênio sem exclusões

Na celebração do Grande Jubileu da Encarnação a Campanha da Fraternidade foi realizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC).

CF-2001:

Lema: Vida sim, drogas não!

CF-2002: Tema: Fraternidade e Povos Indígenas

Lema: Por uma terra sem males

4. CF-2001 E PROJETO

'SER IGREJA NO NOVO MILÊNIO'

A CF desse ano é um projeto que está em sintonia com as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002)*¹ e se insere no contexto de preparação para o lançamento do Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil: Ser Igreja no Novo Milênio (SINM). Ela faz parte do *15º Plano Biental de Atividades do Secretariado Nacional (2000-2001)*² onde encontramos os projetos para operacionalizar as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

No conjunto de atividades decorrentes das DGAE, no 15º Plano Biental elaborado pelo Secretariado Nacional de Pastoral da CNBB encontramos os "programas globais". Trata-se de atividades que transcendem os objetivos específicos de uma dimensão, de um setor ou de uma pastoral e incidem em toda ação evangelizadora, exigindo a participação conjunta de todos os assessores e a colaboração de muitas outras pessoas e entidades. A Campanha da Fraternidade é um destes "programas globais".

O objetivo permanente da Campanha da Fraternidade é: "despertar o espírito comunitário e cristão do povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum: educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho; renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na promoção humana em vista de uma sociedade justa e solidária"³.

A CF neste primeiro ano do novo milênio, com o lema "Vida sim, drogas não!", deseja mobilizar a comunidade eclesial e a sociedade brasileira para enfrentar corajosamente o grave e complexo problema das drogas, que arruína milhares de vidas e afeta profundamente a paz social, como já definimos. A CF quer trabalhar para a realização de um milênio sem drogas colaborando na realização de um novo projeto de

¹ Documentos da CNBB, n.º 61.

² Documentos da CNBB, n.º 63.

³ CNBB, *15º Plano Biental de Atividades do Secretariado Nacional*, Doc. 63, São Paulo, Paulinas, 2000, p. 34.

vida e sociedade que, além de questionar o crescente consumismo, gerador de novos tipos de necessidades e dependências, quer reforçar o sentido positivo da vida.

Essa proposta ampla da CF inserida na fase preparatória do Projeto SINM, será um passo importante na ação evangelizadora da Igreja no Brasil. O Projeto SINM tem como finalidade: “*renovar a consciência da identidade e da missão da Igreja no Brasil, num contexto em rápida mudança, que questiona muitas das formas de existir e de agir das comunidades eclesiais e de cada cristão*”.¹ O Projeto volta-se em primeiro lugar, para a evangelização e procura manter viva e perseverante a fidelidade das comunidades eclesiais. Quer, com isso, continuar o anúncio do Evangelho por palavras e sinais visíveis do amor de Deus pela humanidade. Um Deus que liberta do mal e promove a dignidade de cada pessoa.

A Campanha da Fraternidade deste ano de 2001, em sintonia com o Projeto SINM, pretende anunciar a Boa Nova da salvação, trazida por Jesus Cristo, a um povo que vive numa sociedade onde o lucro é buscado a todo o custo, que cria dia a dia novas necessidades nas pessoas, somente para alimentar o mercado, gerando dependências de todo o tipo e entre elas a do consumo de drogas, fumo e álcool.

A Campanha deste ano de 2001 quer renovar também o convite a todos os batizados para serem Igreja, participando das comunidades eclesiais, vivenciando a fé nos grupos de reflexão e vida (grupos formados de pessoas reunidas em: família, setores, condomínios, prédios, capelas rurais etc.). São pequenas comunidades que querem superar o individualismo egoísta que leva as pessoas a se fecharem cada vez mais, vendo no outro sempre uma ameaça. São grupos de pessoas que querem também resistir à massificação que despersonaliza o ser humano e abafa o seu senso crítico diante dos que não constroem a vida.

E assim, no espírito do Projeto “Ser Igreja no Novo Milênio”, quer-se com esta Campanha se lançar para a frente, em direção ao Reino definitivo. Seja qual for o ponto a que tenhamos chegado até o momento nesta grande aventura do seguimento de Cristo, continuemos caminhando na mesma direção (cf. Fl 3, 12-14, 16).

É neste sentido que se oferecerá mais um subsídio neste ano de 2001 denominado *Fraternidade nos Grupos de Reflexão*, que tem como objetivo anunciar a Boa Nova de Jesus (o querigma) na realidade marcada pelo trágico problema das drogas, convidando os grupos de reflexão a se tomarem pequenas comunidades eclesiais a partir de passos bem concretos. Assim os grupos de reflexão estarão mais bem preparados para abraçar o Projeto “Ser Igreja no Novo Milênio”, que se iniciará a partir da Páscoa. O Projeto dará subsídios para que os grupos façam suas reflexões sobre o livro dos *Atos dos Apóstolos* e cresçam no ensinamento dos Apóstolos, na comunhão fraterna e na fração do pão.²

5. SERVIÇO DE COORDENAÇÃO E ANIMAÇÃO

A CF é um programa global conjunto dos Organismos Nacionais, do Secretariado Nacional da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e das Igrejas Particulares, sempre realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil como já foi dito. E, agora, depois do Projeto Rumo ao Novo Milênio, ela se insere na preparação do lançamento do Projeto “Ser Igreja no Novo Milênio” (SINM). É preciso, assim, que a equipe de coordenação da CF conheça o Projeto SINM para que não fique fora desta ação conjunta proposta pela Igreja no Brasil.

Desde 1963, com o Plano de Emergência, e 1966, com o Plano de Pastoral de Conjunto, a ação evangelizadora (pastoral) da Igreja vive um processo de planejamento abrangente. Este processo tem as Diretrizes como fundamentação e inspiração e se expressa no Plano de Pastoral, elaborado de forma muito participativa e em diversos níveis.

A busca desse planejamento, sempre mais participativo, requer envolvimento dos agentes de pastoral, das equipes de coordenação e animação, dos conselhos e outros órgãos a serviço do crescimento da vida comunitária.

A realização da CF, como programa global conjunto, é exercício e expressão de planejamento participativo e de articulação pastoral, decorrente da própria natureza da Igreja-comunhão.

¹ CNBB, *Olhando para frente. O Projeto “Ser Igreja no Novo Milênio” explicado às comunidades*. Agosto, 2000. Mimeog., p. 5.

² Cf. At 2,42.

A articulação:

- favorece o desenvolvimento dos carismas eclesiais de maneira orgânica;
- distribui tarefas e define as atribuições das diversas pastorais, organismos, movimentos e grupos;
- envolve um maior número possível de interessados, na reflexão, na decisão, na execução e na avaliação.

Para uma eficaz e frutuosa realização da CF, como de todo programa pastoral, é indispensável reavivar, a cada ano, o processo de seu planejamento. Isto não acontece sem a constituição de equipes de trabalho, de coordenação entusiastas, dinâmicas, criativas, com profunda espiritualidade e zelo apostólico.

Em muitos Regionais, Dioceses e Paróquias, a animação da CF é assumida pela respectiva equipe de Coordenação Pastoral, com o estabelecimento de uma Comissão específica para a CF. Este procedimento poderá favorecer a uma maior integração, evitando paralelismos. Poderá, por outro lado, apresentar o risco de a CF "ser de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém".

Especial tarefa e compromisso das equipes, nos seus diversos níveis, deve ser a *desnotificação* da Campanha. A CF não é a mesma a cada ano. Evitando a novidade pela simples novidade, as equipes saberão utilizar-se de *criatividade* para realizá-la, todos os anos, como algo realmente *novo*.

1. Equipe Regional da CF**Compete-lhe:**

- estimular a formação, o assessoramento e a articulação das equipes diocesanas;
- planejar a CF em nível regional: *o que* organizar, *quem* envolver, *que calendário* seguir, *onde* e *como* atuar.

ATIVIDADES QUE PODERÃO DESENVOLVER:**Antes da Campanha:**

- realizar Encontro Regional para o estudo do Texto-base, a fim de descobrir a melhor forma de utilização das peças e subsídios de divulgação;
- definir atividades a serem assumidas conjuntamente nas Dioceses, Paróquias e Comunidades;

- verificar a possibilidade da produção de subsídios adaptados à realidade local;
- possibilitar a troca de informações e o repasse de subsídios, relacionados ao tema, produzidos em âmbito mais local ou provenientes de outras fontes e regiões;
- constituir equipes e/ou indicar pessoas que possam prestar serviço de assessoria.

Durante a Campanha:

- descobrir formas de estar em permanente contato com as equipes diocesanas para animação e intercâmbio das experiências mais significativas;
- possibilitar o acompanhamento das atividades comuns programadas.

Depois da Campanha:

- promover um novo encontro regional de avaliação;
- providenciar a redação e o envio da síntese Regional da avaliação à Secretaria Executiva Nacional da CF, dentro do cronograma previsto;
- definir a participação regional no encontro nacional de avaliação e planejamento da CF;
- repassar às Dioceses a avaliação nacional e outras informações.

2. Equipe Diocesana da CF**Compete-lhe:**

- estimular a formação, assessorar e articular as equipes paroquiais;
- planejar, em nível diocesano: *o que* realizar, *quem* envolver, *que calendário* seguir, *como* e *onde* atuar.

ATIVIDADES QUE PODERÃO DESENVOLVER:**Antes da Campanha:**

- encomendar os subsídios necessários para as paróquias, comunidades religiosas, colégios, meios de comunicação, movimentos de Igreja;
- programar a realização de encontro diocesano para estudo do Texto-base, buscando a melhor forma de utilizar as diversas peças da Campanha;

- definir atividades comuns nas paróquias;
- promover o intercâmbio de informações e subsídios;
- sugerir a escolha do gesto concreto;
- estabelecer uma programação especial de lançamento;
- constituir equipes para atividades específicas;
- informar da existência e repassar subsídios alternativos.

Durante a Campanha:

- acompanhar as diversas equipes existentes;
- verificar o andamento das atividades comuns programadas;
- manter freqüente contato com as paróquias para perceber o andamento da Campanha;
- conferir a chegada dos subsídios a todos os destinatários em potencial;
- alimentar com pequenos textos motivadores (*release*) os Meios de Comunicação Social.

Depois da Campanha:

- promover encontro diocesano de avaliação;
- cuidar da redação final e do envio da síntese da avaliação à equipe regional;
- participar do encontro regional de avaliação;
- repassar às equipes paroquiais a avaliação regional e outras informações;
- concretizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta para a CNBB Regional e Nacional;
- fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados.

3. Equipe Paroquial da CF

A Campanha da Fraternidade acontece mesmo é nas famílias, nos grupos e nas comunidades eclesiais articulados pela paróquia. Como em relação a outras atividades pastorais, o papel do pároco ou da equipe presbiteral é preponderante. Mesmo que, por vezes, muitas coisas aconteçam bem sem ou até apesar do pároco, tudo ainda melhor quando ele estimula, incentiva, articula e organiza a ação pastoral. Em toda paróquia, pastoralmente dinâmica, não faltarão equipes de serviço para tudo o que for necessário. O Conselho Paroquial de Pastoral, já constituído

na maioria das Paróquias, por si ou pela constituição de comissão específica, garantirá a realização articulada e entusiasta da Campanha da Fraternidade.

ATIVIDADES QUE PODERÃO DESENVOLVER:

Antes da Campanha:

- providenciar o pedido de material junto à Diocese;
- programar um encontro paroquial para estudo do Texto-base e descoberta da melhor maneira de serem utilizadas as diversas peças de reflexão e divulgação da CF;
- definir as atividades a serem assumidas conjuntamente;
- estabelecer a programação da abertura, em nível paroquial;
- buscar juntos os meios para que a CF possa atingir eficazmente todos os espaços e ambientes da realidade paroquial;
- planejar um gesto concreto comum e a destinação da coleta da CF;
- realizar encontros conjuntos ou específicos com as diversas equipes paroquiais para programação de toda a Quaresma e Semana Santa;
- prever a colocação do maior número possível de subsídios da Campanha.

Durante a Campanha

- intensificar sua divulgação;
- conferir a chegada dos subsídios aos destinatários;
- motivar para sucessivos gestos concretos de fraternidade;
- realizar a coleta.

Depois da Campanha:

- avaliar sua realização, encaminhando a síntese para a Coordenação Diocesana;
- marcar presença no encontro diocesano de avaliação;
- repassar às lideranças da paróquia as conclusões da avaliação diocesana;
- concretizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta para a Diocese, o Regional e a CNBB Nacional;
- fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados.

6. CRONOGRAMA GERAL

1999

- **Junho:** definição do tema e do lema da CF-2001.
- **Setembro:** reunião da Comissão Episcopal de Pastoral - Coleta de sugestões para o Texto-base da CF-2001.
- **Novembro:** Lançamento do Texto-base da CF-2000 Eumênica no "Panteon da Democracia".
- **Dezembro:** encontro com Agentes de Pastoral da Solidade sobre a CF-2001.

2000

- **Janeiro e fevereiro:** organização e preparação do lançamento da CF-2000 nos Regionais, Dioceses, Paróquias, comunidades e grupos; primeira redação do Texto-base da CF-2001.
- **Fevereiro:** escolha das letras dos cantos e segunda redação do Texto-base da CF-2001.
- **Março (08) a abril (23):** Quarta-feira de Cinzas (08/03)- lançamento da Campanha da Fraternidade 2000 Eumênica com o tema "Dignidade humana e paz"; em nível nacional com mensagem do Papa e culto eumênico com todas as Igrejas do CONIC.
- **Março (dia 20):** análise da segunda redação do Texto-base da CF-2001 pela Assessoria Nacional da CNBB.
- **Abril (dia 13):** Sessão solene sobre a CF-2000 Eumênica na Câmara dos Deputados com publicação no jornal da Câmara do dia 17 de abril.
- **Abril (até dia 15):** envio do Texto-base da CF-2001 (terceira redação) aos Regionais, Bispos da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e colaboradores da CF para observações e emendas.
- **Abril (24) a agosto (20):** avaliação da CF-2000 nos níveis paroquial (1^a a 30 de abril), diocesano (1^a a 30 de maio), regional (30 de maio a 15 de junho) e nacional (27 e 28 de junho). O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) fez sua avaliação nos dias 19 a 20 de agosto de 2000.

- **Maio (até dia 30):** envio à Secretaria Executiva Nacional da CF por parte dos Regionais, Bispos da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e colaboradores da CF, das observações e emendas à terceira redação do Texto-base CF-2001.
- **Maio e junho:** pré-seleção das músicas e do cartaz da CF-2001; quarta redação do Texto-base CF-2001.
- **Junho 2000 (27 e 28):** encontro nacional com Coordenadores(as) Regionais da CF, Bispos da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e Assessores(as) Nacionais da CNBB para avaliação da CF 2000 Eumênica; estudo do Texto-base da CF-2001; aprovação das músicas da CF-2001; escolha do cartaz da CF-2001; definição do tema CF-2002: Povos Indígenas.
- **Julho e agosto 2000:** último prazo para envio, com desconto, dos pedidos de material da CF-2001; elaboração das Orientações Gerais para a CF-2001; início da redação final e remessa do Texto-base da CF-2001 para impressão; elaboração dos subsídios da CF-2001; gravação dos discos (CD) e da fita K-7 da CF-2001.
- **Agosto a dezembro 2000:** impressão e distribuição do material da CF-2001; gravação do *spot* para TV e do *jingle* para rádio da CF-2001.
- **Setembro 2000:** Definição do tema da CF 2002. Análise, na reunião da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, do primeiro esquema do Texto-base da CF-2002.
- **Outubro 2000:** Apresentação, na reunião da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, da primeira redação do Texto-base da CF-2002; lançamento do concurso do cartaz e das letras para os cantos da CF-2002.
- **Novembro 2000:** Estudo, na reunião do Grupo de Assessores e Assessoras da CNBB, da segunda redação do Texto-base da CF-2002; terceira redação do Texto-base da CF-2002; envio aos Subsecretariados e Coordenadores Regionais da CF da terceira redação do Texto-base da CF-2002.

2001

- **Janeiro e fevereiro 2001:** organização da CF-2001 nos Regionais, Dioceses, Paróquias, Comunidades e Grupos.
- **Fevereiro 2001:** último prazo para envio de contribuições ao

Texto-base da CF-2002; escolha das letras dos cantos para a CF-2002.

- **28 de fevereiro/2001 a 15 de abril/2001:** Campanha da Fraternidade sobre o tema "Campanha da Fraternidade", com o lema "VIDA SIM, DROGAS NÃO"; Quarta-feira de Cinzas (28/02) lançamento da CF-2001 em nível nacional, regional, diocesano e paroquial, com a mensagem do Papa, da presidência da CNBB e programas especiais.
- **Março a maio 2001:** concurso das músicas para os cantos da CF-2002.
- **Março 2001:** estudo e aprovação Texto-base da CF-2002.
- **Abril a maio 2001:** redação e revisão do Texto-base da CF-2002; avaliação da CF-2001 nos níveis paroquial (de 16 a 30 de abril), diocesano (de 1º a 15 de maio), regional (16 a 31 de maio) e nacional (19 e 20 de junho).
- **Maio 2001:** pré-seleção das músicas CF-2002.
- **Junho 2001:** encontro nacional com Coordenadores(as) Regionais da CF, Bispos da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e Assessores(as) Nacionais da CNBB para avaliação da CF-2001; aprovação das músicas da CF-2002; escolha do cartaz da CF-2002; elaboração das Orientações Gerais da CF-2003, escolha do tema e do lema.
- **Julho 2001:** recebimento, por parte da Secretaria Executiva da CF, dos pedidos de material para a CF-2002; remessa do Texto-base da CF-2002 para produção gráfica.
- **Julho e agosto 2001:** elaboração dos subsídios, gravação do CD e fita K-7 da CF-2002; remessa do Texto-base da CF-2002 para produção gráfica; encaminhamentos da CF-2002.
- **Agosto a dezembro 2001:** impressão e distribuição do material da CF-2002; gravação do *spot* para TV e do *jingle* para rádio da CF-2002; lançamento do Texto-base da CF-2002, em nível nacional e diocesano.

AVALIAÇÃO DA CF-2001

(Para o nível paroquial)

Enviar esta avaliação à Coordenação Diocesana da CF até o dia 30 de abril de 2001.

Para a avaliação, é importante ter presente os objetivos e as orientações gerais da CF-2001.

Identificação

Nome da Paróquia:

A Coordenação da CF é feita: a) por uma Equipe Paroquial da CF (); b) pelo Conselho Paroquial de Pastoral (); c) por um padre (), por um diácono (), por um(a) religioso(a) () ou por um leigo(a) ().

População da Paróquia:

Número de Comunidades (capelas) existentes na Paróquia:

1. Preparação

1.1 - Houve algum encontro paroquial para o estudo do tema da CF?

Sim () Não ()

1.2 - Número de participantes: () Duração do encontro: ()

1.3 - Presentes: Equipe Paroquial da Campanha ()

Conselho Paroquial de Pastoral ()

Pastorais representadas:

.....

.....

.....

Movimentos representados:

.....

.....

.....



Outros grupos representados:

1.4 - Que dificuldades foram encontradas com relação ao tema e *Texto-base*?

1.5 - Quais os principais encaminhamentos dados?

2. Lançamento

2.1 - Quais foram os recursos utilizados? Distribuição de material para as lideranças (); confecção de um folheto próprio (); uma celebração litúrgica centralizada na temática (); distribuição de subsídios para jornais, emissoras de Rádio e de Televisão (); colocação de cartazes nas escolas e outros lugares públicos (); uso de *outdoor* (); faixas (); outros recursos () - Quais?

2.2 - Quantidade de material adquirido: texto base (); manual (); cartazes (); outdoors (); CDs (); fitas K-7 (); faixas (); adesivos (); *jingles* para o Rádio (); demais subsídios ().

2.3 - A Diocese/Regional produziu algum subsídio próprio?

Sim () Não ()

A Paróquia usou deste material produzido? Sim () Não ().

Quantidade adquirida: (.....)

Como a Paróquia avalia esse material produzido pela Diocese/Regional?

3. Realização

3.1 - Reação da Imprensa:

Houve espaços para divulgação? Sim () Não ()

Houve críticas? Sim () Não () O que foi criticado?

3.2 - Quais os pontos altos ou fatos mais significativos da CF-2001?

3.3 - O que foi melhor nesta CF-2001, em relação à de 2000?

3.4 - O que foi pior nesta CF-2001, em relação à de 2000?

3.5 - Os encaminhamentos dados na fase de preparação se concretizaram? Sim () Como?

Não () Por quê?

3.6 - O que aconteceu, de concreto, como fruto novo desta Campanha?

3.7 - Os recursos financeiros para a realização da CF vieram da venda do próprio material (); de doações (); do orçamento paroquial (); do percentual paroquial da coleta ().

3.8 - Total da Coleta, realizada na Paróquia, no Domingo de Ramos:

RS(R).

Os 45% da coleta destinados à Paróquia totalizaram:

RS(R).

A coleta é feita de alguma outra modalidade? Qual?

Foram aplicados em programas de promoção humana?

Sim () Não () Quais:

Tiveram outra aplicação? Sim () Não () Qual?

4 - Subsídios

4.1- Como a Paróquia avalia os subsídios fornecidos pela Coordenação Nacional da CF?

	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Não usado
Fraternidade no Grupo de Reflexão					
Frat. na Escola/ Ensino fundamental I					
Frat. na Escola/ Ensino fundamental II					
Frat. na Escola/ Ensino médio					
Agenda Pastoral					
Calendário da Fraternidade					
Cantos da Missa: entrada					
ofertório					
comunhão					
Cartaz					
CD					
Celebr. da Misericórdia e Vigília Eucarística					
Círculos Bíblicos Eumênicos					
Encontros Catequéticos					
Encontros com Jovens					
Fita K-7					
Jingle para Rádio					
Manual					
Oração da Campanha					
Spot para TV					
Texto-base					
Fraternidade Viva					
Via Sacra					

4.2 - As peças promocionais, fornecidas pela Coordenação Nacional da CF:

	Foram bem aceitas?		Devem continuar sendo produzidas?		Observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Adesivo-lemã					
Envelopes					
Faixa de pano					
Outdoor					

4.3 - Teria outro tipo de material a sugerir? Sim () Não ()

Qual?

.....

.....

.....

4.4 - Como a paróquia avalia os subsídios?

Quanto ao conteúdo:

.....

.....

Quanto à linguagem:

.....

.....

Quanto ao seu poder motivador:

.....

.....

Outros aspectos:

.....

.....

.....

4.5 - Quando a paróquia recebeu o material encomendado?

5 - Sugestões

5.1 - Sobre a organização geral da Campanha para os próximos anos:

Para a Diocese:

.....

.....

Para a CNBB Regional:

Para a CNBB Nacional:

.....

.....

5.2 - Alguma sugestão para a realização da CF-2002?

.....

.....

.....

5.3 - Outras considerações:

.....

.....

.....

.....

.....

Local e data:

Assinatura do responsável:

do

AVALIAÇÃO DA CF-2001**(Para o nível diocesano)**

Enviar esta avaliação à Coordenação Regional da CF até o dia 20 de maio de 2001.

Para a avaliação, é importante ter presente os objetivos e as orientações gerais da CF-2001.

Identificação

Nome da Diocese:

A Coordenação da CF é feita: a) por uma Equipe Diocesana da CF (); b) pelo Conselho Diocesano de Pastoral (); c) por um padre (), por um diácono (), por um(a) religioso(a) () ou por um leigo(a) ().

Número de Paróquias da Diocese: () Número de Paróquias que avaliaram a CF-2001, seguindo este esquema proposto pela Coordenação Nacional: ()

1. Preparação

1.1 - Houve algum encontro paroquial para o estudo do tema da CF?

Sim () Não ()

1.2 - Número de participantes: () Duração do encontro: ()

1.3 - Presentes: Representantes de ____ Paróquias:

Pastorais representadas:

.....

.....

Movimentos representados:

.....

.....

.....

Outros grupos representados:

.....

1.4 - Que dificuldades as paróquias encontraram com relação ao tema e texto-base? a) em nível diocesano:

.....

.....

b) em nível paroquial (resumo):

.....

.....

1.5 - Quais os principais encaminhamentos dados?

a) em nível diocesano:

.....

.....

b) em nível paroquial (resumo):

.....

.....

2. Lançamento

2.1 - Houve um lançamento em nível diocesano? Sim () Não ()

Quem e como foi organizado?

.....

.....

.....

2.2 - Os Meios de Comunicação Social foram envolvidos? Sim () Não ()

De que forma?

.....

.....

.....

2.3 - A Diocese produziu algum material próprio para o lançamento?

Sim () Não () Que tipo?

.....

Esse material foi aproveitado pelas paróquias? Sim () Não ()

2.4 - Quais as iniciativas paroquiais (indique) de maior significação, desta fase de lançamento da CF?

1)

.....

.....

2)

.....

.....

3)

.....

.....

3. Realização

3.1 - Reação da Imprensa:

Houve espaços para divulgação? Sim () Não ()

Houve críticas? Sim () Não ()

O que foi criticado?

.....

.....

3.2 - Quais os pontos altos ou fatos mais significativos da CF-2001?

a) em nível diocesano:

.....

.....

b) em nível paroquial (resumo):

.....

.....

.....

.....

3.3 - O que foi melhor nesta CF-2001, em relação à de 2000?

a) em nível diocesano:

.....

.....

b) em nível paroquial (resumo):

.....

.....

.....

.....

.....

3.4 - O que foi pior/melhor nesta CF-2001, em relação à de 2000?

a) em nível diocesano:

.....

.....

b) em nível paroquial (resumo):

.....

.....

3.5 - Os encaminhamentos dados na fase de preparação se concretizaram?

a) em nível diocesano: Sim () Como?

Não () Por quê?

b) em nível paroquial (resumo): Sim () Como?

Não () Por quê?

3.6 - O que aconteceu, de concreto, como fruto novo desta Campanha?

a) em nível diocesano:

b) em nível paroquial (resumo):

3.7 - Os recursos financeiros para a realização da CF, em nível diocesano, vieram da venda do próprio material (); de doações (); do orçamento paroquial (); da coleta da CF ().

3.8 - Total da Coleta, realizada na Paróquia, no Domingo de Ramos:

R\$00.

Os 35% da coleta destinados à Diocese totalizaram:

R\$00.

A coleta é feita de alguma outra modalidade? Qual?

Foram aplicados em programas de promoção humana?

Sim () Não () Quais:

Tiveram outra aplicação? Sim () Não () Qual?

4 - Subsídios

4.1- Como a Paróquia avalia os subsídios fornecidos pela Coordenação Nacional da CF?

	Muito bom	Bom	Regular	Fraco	Não usado
Fraternidade no Grupo de Reflexão					
Frat. na Escola/ Ensino fundamental I					
Frat. na Escola/ Ensino fundamental II					
Frat. na Escola/ Ensino médio					
Agenda Pastoral					
Calendário da Fraternidade					
Cantos da Missa: entrada					
ofertório					
comunhão					
Cartaz					
CD					
Celebr. da Misericórdia e Vigília Eucarística					
Círculos Bíblicos Ecumênicos					
Encontros Catequéticos					
Encontros com Jovens					
Fita K-7					
Jingle para Rádio					
Manual					
Oração da Campanha					
Spot para TV					
Texto-base					
Fraternidade Viva					
Via-Sacra					

4.2 - As peças promocionais, fornecidas pela Coordenação Nacional da CF:

	Foram bem aceitas?		Devem continuar sendo produzidas?		Observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Adesivo-lemã					
Envelopes					
Faixa de pano					
Outdoor					

4.3 - As Paróquias sugeriram algum outro tipo de material?

Sim () Não () Qual?.....

.....

.....

.....

4.4 - Resumidamente, como as Paróquias avaliaram os subsídios?

Quanto ao conteúdo:

.....

.....

Quanto à linguagem:

.....

.....

Quanto ao seu poder motivador:

.....

.....

Outros aspectos:

.....

.....

4.5 - Quando a Diocese recebeu o material encomendado?

5 - Sugestões

5.1 - Sobre a organização geral da Campanha nos próximos anos:

Para a CNBB Regional:

Para a CNBB Nacional:

5.2 - Alguma sugestão para a realização da CF-2002?

5.3 - Outras considerações:

Local e data:

Assinatura do responsável:

PEDIDO DA CF-2002

Terão um desconto de 15% os pedidos que chegarem a Brasília
até o dia 13/07/2001

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

SE/Sul - Quadra 801 - Conjunto "B"
CEP 70259-970 - Caixa Postal 02067 - Brasília-DF
Fone: (61) 313-8300 - Fax: (61) 313-8303
Internet e-mail: cnbb@cnbb.org.br
Home Page: <http://www.cnbb.org.br>
STM-400: 30525/CNBB

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2002 PEDIDO DE MATERIAL

(Remeter à Diocese até 31/05/2001)

O pedido deve ser feito via Diocese
(A paróquia o entrega à Diocese e esta o remete à
Secretaria Executiva Nacional da CF)
ou diretamente à

SAIF - IANAS

ESCOLAS PROFISSIONAIS SALESIANAS
Rua Dom Bosco, 441 - CEP 03105-020 - São Paulo - SP
Fone: (11) 3277-3211 - Fax: (11) 279-0329 - Fax: (011) 279-4084 (Vendas)
E-mail: sdbmooca@salesianos.org.br
Home page: <http://www.salesianos.org.br>

LEMAS DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

- 1964 – LEMBRE-SE: VOCÊ TAMBÉM É IGREJA
- 1965 – FAÇA DE SUA PARÓQUIA UMA COMUNIDADE DE FÉ, CULTO E AMOR
- 1966 – SOMOS RESPONSÁVEIS UNS PELOS OUTROS
- 1967 – SOMOS TODOS IGUAIS, SOMOS TODOS IRMÃOS
- 1968 – CRER COM AS MÃOS
- 1969 – PARA O OUTRO, O PRÓXIMO É VOCÊ
- 1970 – SER CRISTÃO É PARTICIPAR
- 1971 – RECONCILIAR
- 1972 – DESCUBRA A FELICIDADE DE SERVIR
- 1973 – O EGOÍSMO ESCRAVIZA, O AMOR LIBERTA
- 1974 – ONDE ESTÁ O TEU IRMÃO?
- 1975 – REPARTIR O PÃO
- 1976 – CAMINHAR JUNTOS
- 1977 – COMECE EM SUA CASA
- 1978 – TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS
- 1979 – PRESERVE O QUE É DE TODOS
- 1980 – PARA ONDE VAIS?
- 1981 – SAÚDE PARA TODOS
- 1982 – A VERDADE VOS LIBERTARÁ
- 1983 – FRATERNIDADE SIM, VIOLÊNCIA NÃO
- 1984 – PARA QUE TODOS TENHAM VIDA
- 1985 – PÃO PARA QUEM TEM FOME
- 1986 – TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS
- 1987 – QUEM ACOLHE O MENOR, A MIM ACOLHE
- 1988 – OUVI O CLAMOR DESTES POVO!
- 1989 – COMUNICAÇÃO PARA A VERDADE E A PAZ
- 1990 – MULHER E HOMEM: IMAGEM DE DEUS
- 1991 – SOLIDÁRIOS NA DIGNIDADE DO TRABALHO
- 1992 – JUVENTUDE — CAMINHO ABERTO
- 1993 – ONDE MORAS?
- 1994 – A FAMÍLIA, COMO VAI?
- 1995 – ERAS TU, SENHOR?!
- 1996 – JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO!
- 1997 – CRISTO LIBERTA DE TODAS AS PRISÕES
- 1998 – A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA
- 1999 – SEM TRABALHO... POR QUÊ?
- 2000 – NOVO MILÊNIO SEM EXCLUSÕES
- 2001 – VIDA SIM, DROGAS NÃO!
- 2002 – POR UMA TERRA SEM MALÍCIAS

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Pedro Simon, o discurso de V. Ex^a tem realmente profundidade, pelo tema que aborda.

A Mesa recolhe a solicitação de V. Ex^a e promete não apenas mandar transcrever nos Anais da Casa o livro que nos oferece como propor, numa próxima reunião, a publicação dele pela gráfica do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores Francelino Pereira e Pedro Simon, sabia que a Semana Santa seria pouco freqüentada pelos meus eminentes Colegas; entretanto, não sabia que seria tão pouco – como hoje – freqüentada pelos ilustres Senadores. Dessa maneira, congratulo-me com os Senadores presentes e, em particular, com V. Ex^a.

LEMAS DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

- 1964 – LEMBRE-SE: VOCÊ TAMBÉM É IGREJA
- 1965 – FAÇA DE SUA PARÓQUIA UMA COMUNIDADE DE FÉ, CULTO E AMOR
- 1966 – SOMOS RESPONSÁVEIS UNS PELOS OUTROS
- 1967 – SOMOS TODOS IGUAIS, SOMOS TODOS IRMÃOS
- 1968 – CRER COM AS MÃOS
- 1969 – PARA O OUTRO, O PRÓXIMO É VOCÊ
- 1970 – SER CRISTÃO É PARTICIPAR
- 1971 – RECONCILIAR
- 1972 – DESCUBRA A FELICIDADE DE SERVIR
- 1973 – O EGOÍSMO ESCRAVIZA, O AMOR LIBERTA
- 1974 – ONDE ESTÁ O TEU IRMÃO?
- 1975 – REPARTIR O PÃO
- 1976 – CAMINHAR JUNTOS
- 1977 – COMECE EM SUA CASA
- 1978 – TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS
- 1979 – PRESERVE O QUE É DE TODOS
- 1980 – PARA ONDE VAIS?
- 1981 – SAÚDE PARA TODOS
- 1982 – A VERDADE VOS LIBERTARÁ
- 1983 – FRATERNIDADE SIM, VIOLÊNCIA NÃO
- 1984 – PARA QUE TODOS TENHAM VIDA
- 1985 – PÃO PARA QUEM TEM FOME
- 1986 – TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS
- 1987 – QUEM ACOLHE O MENOR, A MIM ACOLHE
- 1988 – OUVI O CLAMOR DESTES POVO!
- 1989 – COMUNICAÇÃO PARA A VERDADE E A PAZ
- 1990 – MULHER E HOMEM: IMAGEM DE DEUS
- 1991 – SOLIDÁRIOS NA DIGNIDADE DO TRABALHO
- 1992 – JUVENTUDE — CAMINHO ABERTO
- 1993 – ONDE MORAS?
- 1994 – A FAMÍLIA, COMO VAI?
- 1995 – ERAS TU, SENHOR?!
- 1996 – JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO!
- 1997 – CRISTO LIBERTA DE TODAS AS PRISÕES
- 1998 – A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA
- 1999 – SEM TRABALHO... POR QUÊ?
- 2000 – NOVO MILÊNIO SEM EXCLUSÕES
- 2001 – VIDA SIM, DROGAS NÃO!
- 2002 – POR UMA TERRA SEM MALÍCIAS

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Pedro Simon, o discurso de V. Ex^a tem realmente profundidade, pelo tema que aborda.

A Mesa recolhe a solicitação de V. Ex^a e promete não apenas mandar transcrever nos Anais da Casa o livro que nos oferece como propor, numa próxima reunião, a publicação dele pela gráfica do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores Francelino Pereira e Pedro Simon, sabia que a Semana Santa seria pouco freqüentada pelos meus eminentes Colegas; entretanto, não sabia que seria tão pouco – como hoje – freqüentada pelos ilustres Senadores. Dessa maneira, congratulo-me com os Senadores presentes e, em particular, com V. Ex^a.

Vim à tribuna por dois motivos. Primeiramente, era meu propósito apartear o Senador José Roberto Arruda, para emprestar-lhe a minha solidariedade nas acusações que uma revista de pouco crédito fez a sua pessoa, referindo-se à tal "lista" dos votos da cassação do Senador Luiz Estevão.

Em verdade, inicialmente, a revista dizia que dois funcionários tinham me entregue essa lista e que tinha até uma gravação de um funcionário. Isso era totalmente falso, como falsa é agora a introdução no episódio do Senador José Roberto Arruda. Cabe a S. Ex^a fazer a sua defesa, mas a mim cabe dar o testemunho, testemunho como Presidente do Senado à época e testemunho como seu colega e companheiro nesta Casa.

Então, quero desmentir categoricamente qualquer afirmativa em relação ao que publicou a tal revista, inclusive em relação à escolha da notável funcionária Regina Borges para diretora do Prodasen. Ela foi escolhida por mais de dois terços de seus colegas para presidir o órgão. Apenas cumpri, democraticamente, a vontade dos funcionários do órgão que ela passou a dirigir. Portanto, nada sobre este assunto apresentado pela revista tem foros de verdade.

Agora, Sr. Presidente, vou ao assunto que realmente me traz à tribuna.

Cálculos conservadores já apontam para R\$1 bilhão o volume de recursos públicos roubados pela quadrilha que vem assaltando há anos a SUDAM.

As denúncias de novos escândalos e a confirmação de nomes de pessoas envolvidas são quase diárias. As cifras envolvidas, de tão impressionantes, exigem que façamos algumas comparações para melhor entendermos.

Se o Governo Federal destinasse esses recursos para a construção de casas populares, aproximadamente 67 mil famílias seriam beneficiadas. Pertode 350 mil brasileiros teriam uma casa para morar.

Este R\$1 bilhão – repito, acho que o rombo passa muito desse valor – equivale a 25% de tudo o que se deverá arrecadar anualmente com a CPMF para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Este R\$1 bilhão representa, segundo cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, metade do que a sociedade deixaria de pagar de imposto se fosse corrigida a tabela do Imposto de Renda – medida popular e séria que acho que deve ser assunto predominante nas duas Casas do Congresso.

Essas comparações, fiz apenas folheando os jornais de hoje, pela manhã. Esses mesmos jornais mostram que o Governo se que a sua luta para arrecadar, para gastar melhor, dizem. Não pode, por outro lado, gastar melhor e não impedir os furtos.

Sr. Presidente, ilustres Senadoras e Senadores, o último fim-de-semana novamente foi pró digão em de-

núncias sobre a SUDAM, denúncias que eu, em primeiro lugar, aqui as proclamei.

A revista **Veja**, por exemplo, publicou matéria intitulada "Abriu-se o covil da SUDAM", que fala das investigações que a Polícia Federal vem fazendo no Pará. Segundo a Polícia Federal, somente três escritórios de Belém – três! –, teriam arrecado R\$380 milhões da SUDAM – e planejavam chegar a R\$1,5 bilhão. Somente três escritórios!

Ainda segundo a Polícia Federal, o Deputado Federal José Priante, Vice-Presidente do PMDB do Pará e primo do Senador Jader Barbalho, mantinha negócios ilícitos com a quadrilha. O próprio Senador Jader, conforme apurou a Polícia Federal, teria tido sua eleição à Presidência do Senado Federal – a esta nossa Casa, presidida com tanta dignidade pelo Senador Edison Lobão –, Sr^{as} e Srs. Senadores, festejada pela bandidagem da SUDAM.

Vejam este trecho do relatório:

Geraldo Pinto da Silva e Rinaldo Jansen Cutrim (dono de um escritório que monta projetos para a Sudam, como o GPS, de Pinto da Silva) comentam várias vezes que a eleição de Jader foi boa para eles". As fitas também mostram que aliados políticos do senador fizeram campanha no Pará com dinheiro desviado da Sudam. É o caso dos irmãos Soares, que elegeram o prefeito de Altamira na última eleição municipal. Num diálogo, registrado em fita de 21 de setembro, um dos irmãos Soares, Romildo, fala de sua urgência em receber da Sudam para azeitar o caixa da campanha. "Esse dinheiro tem que sair antes da campanha, porque uma parte dele eu arrumei para a campanha, entendeu?"

Sr^{as} e Srs. Senadores, claro que há ainda muito que apurar.

Mas já passa, de longe, da hora de punir. E punir com rigor. Exemplarmente.

A presença da Corregedora, Dr^a Anadyr Mendonça Rodrigues, pelas suas entrevistas, representa uma esperança de que o assunto seja aprofundado e de que cheguemos, ainda, a outros beneficiários da corrupção que se mantêm escondidos no anonimato, na maioria das vezes acobertados por laranjas e intermediários. São pessoas ou prepostos de pessoas que sangram o Erário, não permi tindo que este País entre numa fase de diminuição das desigualdades sociais tão flagrantes, conforme atestou o IBGE recentemente.

Temos feito tudo o que se tem apresentado ao nosso alcance, mas não dispomos das armas de que o Governo dispõe para utilizar em benefício do País e contra a corrupção. Contamos com a sua atuação, es-

pecialmente agora, com a criação da Corregedoria-Geral da União.

Não adiantam mais palavras apenas, dizer que é honesto. Tem é que haver honestidade completa no Governo. Adianta a ação. E é o que todos nós esperamos deste novo órgão, que precisará, além do poder já declarado, de uma estrutura capaz de examinar tantas ocorrências delituosas, pois, caso contrário, ao final do Governo, tudo continuará como está hoje, ou seja, ninguém será punido e o Governo não vai ressarcir os bilhões e bilhões que estão saindo dos órgãos públicos.

Sr. Presidente, queiram ou não, temos o crédito de ter advertido, há muito tempo, o Executivo para os problemas tão graves envolvendo não só os administradores da SUDAM como também os do DNER, dos portos do País, principalmente o de Santos e da Bahia, além de tantas outras irregularidades.

A Nação está ansiosa por providências, e os políticos, mais ainda, por recuperar a credibilidade perdida e ameaçada pela inação dos que têm o dever de punir os sócios do Erário e os sibaritas do nosso Brasil. O recado da sociedade é claro: basta de corrupção e impunidade.

Sr. Presidente, ainda há pouco ouvia a entrevista do Ministro da Integração Regional. Louvo a indignação do nosso Colega, hoje Ministro, mas é triste ouvir do Ministro que a SUDAM – que denunciei aqui com tantas brigas em plenário – é uma podridão e que só tem bandidos, e que o lixo não era dele, ele era o lixeiro! Pergunto ao Ministro – e é isso que Nação quer saber – quais são os responsáveis e que produzem esse lixo que ele diz estar limpando, e acredito que esse seja o seu desejo.

Queremos saber em que mãos estiveram ou estão esses órgãos públicos, quais foram os beneficiários e a quem são eles ligados. Isso é que é importante saber, para que não venha a acontecer, como recentemente aconteceu, no caso do Banpará que não está prescrito, em que os Procuradores dizem: "Há improbidade, mas não sabemos quem a praticou". Não, o Brasil não aceita isso. Tem de saber quem as praticou, tem que punir quem as praticou, porque, fora daí, vamos continuar na mesma situação em que hoje nos encontramos.

Chegou-se a um ponto, Sr. Presidente, em que não é possível mais tolerar. Tenho certeza de que o Senhor Presidente da República sabe disso. E tenha ou não CPI – e Sua Excelência se adianta, através da Corregedoria, à CPI, mas não para ocultar alguma coisa, mas para mostrar ao povo essas coisas. A Corregedoria só terá sentido se assim trabalhar; fora daí, evidentemente não terá sentido.

Como disse ainda há pouco, creio na Procuradora escolhida para Corregedora. As suas opiniões são sensatas e todos que a conhecem sempre proclamam a sua decência e honestidade. Entretanto, é preciso que haja celeridade. Não podemos chegar no pleito eleitoral

com acusações infundadas ou com acusações que foram fundadas e que não foram provadas porque o Governo não quis. Não; temos que chegar no pleito do próximo ano, dizendo quais são os responsáveis, quais os que levaram alguém que não poderia exercer a cadeira que V. Ex^a está exercendo na Presidência do Senado. Temos que chegar prontos, principalmente – o que não é o meu caso – os candidatos à Presidência da República. Eles terão que justificar perante o povo porque votaram em A ou em B.

Daí por que acho que todos têm pressa, mas quem mais deve ter pressa deve ser o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não há uma das crenças nos seus propósitos de honestidade, mas há um desejo de que o Governo atue mais celeremente nesses casos, para que possamos dizer à Nação que a corrupção tem sido banida do País. Se não conseguirmos tudo, vamos conseguir aquilo que já vimos, essa que está à vista de todos, que não precisa sequer proclamar, que a imprensa que aí está sabe e todo dia publica, mas que, infelizmente, vai cansar de publicar e todos os beneficiários vão esperar que ela se canse, para se verem livres das garras da Justiça, onde eles deveriam ser punidos exemplarmente.

Portanto, Sr. Presidente, venha a estatribuna na confiança de que a Corregedoria será um órgão para atuar em benefício do País pela moralidade pública. Mas se não for, será um ponto negativo da Administração do Senhor Presidente da República. Ninguém poderá chegar bem ao final do Governo, se não tiver esclarecido todos esses assuntos que vieram à baila e que são do seu dever esclarecer.

Nesse caso do Banpará, o Banco Central tem graves e grandes responsabilidades. Sou amigo pessoal do Presidente Armínio Fraga, mas não o isento de culpa com essas decisões, que parecem combinadas, para que não se apure tudo o que ocorreu em 1984.

Não há prescrição para crimes dessa ordem. Uma prescrição que não acabará nunca é a prescrição moral. A prescrição moral existirá sempre. E cada um de nós que faz política tem o dever de apresentar-se ao seu eleitorado dizendo que foi injustiçado por alguma acusação. Mas aqueles que não puderem fazer isso, não devem mais ter coragem de se apresentar ao eleitor brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, vamos continuar e vamos fazer também do Senado um órgão que luta pela fiscalização dos órgãos públicos, e vamos dar também o exemplo nesta Casa – coisa que infelizmente não está acontecendo na outra – de que somos exemplares no cumprimento dos nossos deveres.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

ABRIU-SE O COVIL DA SUDAM

Numa gigantesca operação de escuta, a PF ouve fraudadores da Sudam, capta 369 diálogos e descobre as conexões da máfia com autoridades em Brasília

O QUE O GRAMPO DA PF REVELA

▶▶▶ TRES ESCRITÓRIOS DE TIEM, SUSPEITOS DE FRAUDAR PROJETOS NA SUDAM, ARRANCARAM 360 MILHÕES DE REAIS DA AUTARQUIA E PLANJAVAM CHEGAR A 1,5 BILHÃO DE REAIS.

▶▶▶ O SECRETÁRIO BENIVALDO ALVES DE AZEVEDO, BRACO DIREITO DO MINISTRO FERNANDO BEZERRA, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, APARECE NAS FITAS COMO INFORMANTE DA MÁFIA DA SUDAM.

▶▶▶ O DEPUTADO JOSE PRIANTE, VICE-PRESIDENTE DO PMDB DO PARA E PRIMO DO SENADOR JADER BARBALHO, MANTINHA NEGÓCIOS ILÍCITOS COM UM DOS FRAUDADORES DA SUDAM.

▶▶▶ OS FRAUDADORES CONTAM QUE SUBORNARAM, COM PROPINAS DE ATÉ 30 000 REAIS, AUTORES DA INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL DIVULGADA PELO GOVERNO NO MÊS PASSADO.

▶▶▶ OS ALIADOS POLÍTICOS DO SENADOR JADER BARBALHO NO PARA USARAM DINHEIRO DESVIADO DA SUDAM PARA AZEITAR O CAIXA DE CAMPANHA ELEITORAL DE SEUS CANDIDATOS.

▶▶▶ UM DOS GRANDES FRAUDADORES DA SUDAM REPETE VÁRIAS VEZES, NAS CONVERSAS GRAMPEADAS, QUE A ELEIÇÃO DE JADER À PRESIDÊNCIA DO SENADO "FOI BOA" PARA SEUS TRAMBIQUES.

Alexandra Ottomari, de Belém

Em setembro do ano passado, um grupo de agentes da Polícia Federal começou, discretamente, a instalar escuta em dezoto linhas telefônicas. O grampo, autorizado pela Justiça, espalhou-se por quatro Estados. Todos os telefones tinham um dado em comum: eram usados por pessoas que trabalhavam ou mantinham negócios na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam. As escutas telefônicas estão em atividade desde então e até a semana passada já haviam captado 369 diálogos de cerca de trinta interlocutores. As conversas estão reunidas num inquérito de 5 000 páginas, ao qual VEJA teve acesso. Trata-se de um material monumental, tanto pelo volume quanto pelo conteúdo. A leitura é uma viagem, sempre repugnante mas às vezes até cômica, pelo caráter de um portentoso esquema de corrupção que já sangrou os cofres públicos em pelo menos 360 milhões de reais e estava planejado para, com o passar do tempo, alcançar a assombrosa cifra de 1,5 bilhão de reais — algo tão robusto que só encontra paralelo, em termos de dinheiro, em grandes golpes da História.

A investigação começou há dois anos a partir de uma suspeita miúda. Em Paraíso do Tocantins, cidadezinha a 76 quilômetros de Palmas, capital do Estado, um ilustre desconhecido abriu três empresas que, mais tarde, iriam urrar 14,2 milhões de reais da Su-

BENIVALDO ALVES DE AZEVEDO

O secretário executivo do Ministério da Integração Nacional aparece nos diálogos como quem passa informações à máfia. Em entrevista a VEJA, ele admite que esteve com um dos maiores fraudadores na semana passada. Foi demitido na dia em que deu a entrevista.

VOCÊ ME MANDOU AQUELA OUTRA LIBERÇÃO, MAS ESTOU EM DÚVIDA SE FOI 30000 OU 35 000...

"CONSEGUI FALAR COM O BENIVALDO"

No diálogo abaixo, capturado pela escuta da Polícia Federal, mostra-se que um dos maiores fraudadores da Sudam, o empresário Geraldo Pinto da Silva, cujo escritório arancou mais de 44 milhões de reais da autarquia nos últimos quatro anos, tem contatos em altas esferas em Brasília. Na conversa, fica claro que Pinto da Silva fala com frequência com Benivaldo Alves de Azevedo, que vem a ser o secretário executivo do Ministério da Integração Nacional. Este diálogo foi captado por uma escuta que começou a ser feita pela Polícia Federal em 29 de novembro do ano passado. Aqui, Geraldo Pinto da Silva fala com o empresário José Soares. Soares é um dos irmãos Soares, aliados políticos do senador Jader Barbalho no Pará, que têm doze empresas financiadas pela Sudam. Na conversa, percebe-se que a apuração sobre os contratos da Sudam, ordenada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, pode resultar em problema para Pinto da Silva e Soares.

Logo no início, porém, fica claro que Pinto da Silva tem acesso direto ao secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, Benivaldo Alves de Azevedo. O secretário executivo chega ao ponto de contar para Pinto da Silva sobre as instruções do presidente Fernando Henrique quanto às investigações na Sudam. Eis o trecho transcrito pela Polícia Federal:

Soares — Parou tudo lá?

Pinto da Silva — Não. Ontem eu falei em Brasília. Estava meio agitado lá, mas eu consegui falar com o Benivaldo, que é secretário do ministro. Ele me disse que a orientação do presidente da República é para apurar aquelas empresas que o ACM tem em mãos [o senador Antonio Carlos Magalhães acabara de denunciar irregularidades em várias empresas com negócios na Sudam]. A possibilidade de CPI é zero. Agora ele quer que apure aquelas empresas e que puna aquelas empresas e que

não vai parar, e quem é empresário sério e não tem envolvimento com falcatura os projetos vão continuar normalmente. Agora hoje eu vou ter em mãos a relação das 35 empresas que ele acusa.

Soares — Eu acho que a nossa não tem nada no meio, né?

Pinto da Silva — Tem não. Noventa por cento da relação é projeto velho, projeto de vinte anos. Agora, tem alguma empresa sua com a Auxiliadora? [Refere-se aos projetos intermediados por Maria Auxiliadora Barra Martins, que trabalhou quinze anos na Sudam e hoje é dona de um escritório que apresenta projetos para pegar recursos da Sudam].

Soares — Tem a Frango Modelo e a Beira da Mata.

Pinto da Silva — Então as duas vão ser investigadas.

Soares — Você acha?

Pinto da Silva — Acho, não. Já foi determinação lá na Sudam.

Soares — Então vai pegar quase todo mundo...

"PRECISANDO FALAR COM O MINISTRO"

Nesta fita, que começou a captar conversas em 19 de fevereiro passado, ouve-se um diálogo de Geraldo Pinto da Silva com um interlocutor não identificado. Na conversa, Pinto da Silva conta que precisa resolver pendências de quatro empresas, entre elas a Indústria de Biscoitos Ouro Branco, de Macapá, que pertence à família Soares, aliada política do senador Jader Barbalho no Pará. No início do diálogo, Pinto da Silva diz a seu interlocutor que, para resolver o problema, precisa falar diretamente com o ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional. Ao final da conversa, Pinto da Silva sugere que, em vez disso, poderia falar com o secretário do ministro — que se encarregaria de tratar do assunto com Bezerra. No inquérito, o agente da Polícia Federal não fez a transcrição literal dos diálogos. Limitou-se a narrar o que se ouve na fita em ordem indireta, identificando o interlocutor de Pinto da Silva pela sigla HNI, de "homem não identificado":

"Geraldo (Pinto da Silva) diz que precisa falar com o ministro hoje, quinta-feira, para saber qual é o tratamento que será dado a esta situação. Geraldo diz que tem quatro empresas

que vão ter que resolver o problema delas, inclusive a Ouro Branco. Geraldo diz que o problema da Ouro Branco é que não está comprovado na contabilidade que o recurso próprio está feito. Geraldo afirma que depositaram o dinheiro, depois adiantaram o dinheiro para comprar equipamentos, mas o equipamento ainda não veio. Então, precisam achar uma solução para isso.

HNI diz que não existe a contrapartida da Ouro Branco.

Geraldo fala que a financeira existe. Não existe a física, porque o dinheiro foi pago para a empresa que está industrializando o equipamento, e a empresa pediu seis meses de prazo para poder entregar.

Geraldo fala que o recurso próprio foi aplicado em equipamento. Ai, para resolver o problema, Geraldo pede que HNI fale com o secretário à noite.

HNI diz: 'Posso estar com ele a hora que precisar'.

Geraldo diz que HNI deve se encontrar com o secretário e, de lá, ligar para ele, Geraldo, que explicaria para o secretário para que ele ligasse para o ministro."

dam. Mas um dado chamou a atenção do Ministério Público: o desconhecido usava documentos falsos, abria as três empresas num único dia e seus "donos" eram humildes balconistas de uma distribuidora de bebidas. Aos poucos, o trabalho de investigação foi crescendo como fermento, incluindo novos personagens e novas suspeitas, desvendando grandes e pequenos trambiques. Reuniram-se tantos indícios de fraudes que a Justiça autorizou a gigantesca operação de escuta em dezoito telefones, a qual produziu um retrato espantoso dos desvios milionários na Sudam. As transcrições das 369 conversas exibem todo o arsenal da corrupção: suborno, propina, saques. E, junto a esse emaranhado de falcaturas, emergem as silhuetas de um ministro, um secretário, um senador e um deputado. Uns, com a mão na massa. Outros, perigosamente próximos de quem só se preocupa em saquear os cofres da Sudam.

O fio que liga as autoridades ao escândalo da Sudam é um único personagem. Chama-se Geraldo Pinto da Silva, 46 anos, casado, três filhos. Rico, dono de imóveis em Belém, Goiânia e no Rio de Janeiro. Pinto da Silva tem uma empresa, a GPS & Companhia Ltda., com sede em Belém — onde fica, também, a sede da Sudam. Sua firma é especializada em abrir empresas, forjar projetos pa-

ra a superintendência e conseguir dinheiro da autarquia, aproveitando-se do fato de que a Sudam tem como missão financiar projetos empresariais que ajudem a desenvolver a economia do Norte do Brasil. Nos últimos quatro anos, Pinto da Silva criou dezoito empresas para apresentar projetos à Sudam que, juntos, somam 209 milhões de reais. Até agora, conseguiu liberar 44,6 milhões de reais. O grampo da PF monitorou vários telefones do fraudador — da casa, do escritório. Monitorou até seu celular pré-pago, que Pinto da Silva, segundo confessa numa conversa, imaginava imune à escuta. Com isso, a PF descobriu que Pinto da Silva suborna funcionários da Sudam, preocupa-se com o avanço de investigações, tranqüiliza comparsas dizendo que "tudo vai voltar a ser como era antes" e compra notas frias para justificar investimentos inexistentes.

No caso de uma das empresas que abriu, a Amazonas Ecopeixe, Pinto da Silva apresentou à Sudam um projeto de 33,1 milhões de reais e prometeu criar pirarucu em cativeiro, industrializar o pescado e vendê-lo. Desse total, 1,9 milhão foi liberado. O grampo mostra que a empresa só obteve o dinheiro à base de pagamento de propina a funcionários da Sudam, que se encarregaram de fabricar laudo favorável à liberação do dinheiro.

Outro caso parecido é o da Chocam Chocolate da Amazônia, também aberta pelo escritório de Pinto da Silva. A empresa devia beneficiar

cacau e produzir chocolate em Manaus. Conseguiu aprovar um projeto na Sudam para receber 5,6 milhões de reais e já embolsou a metade do dinheiro — 2,7 milhões. No grampo, revela-se que no lugar onde a empresa deveria funcionar só há "buracos", segundo expressão usada pelo próprio Pinto da Silva num dos diálogos. Mas, mais que flagrar um fraudador em plena faina, o grampo da PF mostra o gigantismo das fraudes e suas conexões com Brasília. Lendo-se as transcrições dos diálogos de Pinto da Silva, fica-se sabendo que:

■ Benivaldo Alves de Azevedo, o braço direito do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, dava informações

Geraldo Pinto da Silva, um dos maiores fraudadores da Sudam

"JADER COMANDA OS SEUS E O MINISTRO, OS DELE"

A conversa a seguir foi captada por uma fita que começou a rodar em 27 de novembro do ano passado. Aqui, Geraldo Pinto da Silva, um dos maiores fraudadores da Sudam, conversa com Paulo Roberto da Costa Nery, um dos diretores do órgão em Belém. Paulo Nery é apontado no inquérito da PF como um dos funcionários mais envolvidos com a máfia da corrupção na autarquia. No início, eles falam sobre liberação de recursos na Sudam e, em seguida, comentam sobre como ficou a autarquia com as mudanças na superintendência, enfatizando que, a partir de então, o ministro Fernando Bezerra controla seus indicados e o senador Jader Barbalho controla os seus: "Então hoje vai ficar dividido assim: o Jader vai comandar os seus e o ministro vai comandar os dele", diz Pinto da Silva.

Pinto da Silva — Você começou a fazer aquele levantamento?

Paulo Nery — Comecei.

Pinto da Silva — Você me mandou aquela outra liberação, mas eu estou em dúvida se foi 30 000 ou 35 000...

FERNANDO BEZERRA

O ministro da Integração Nacional, cansado de tanta maracutaia na Sudam, diz que não conhece Pinto da Silva e lamenta: "Meu Deus, esse ministério está virando o Ministério de Pepinos Nacionais. Essa Sudam é uma podridão. Escapa muito pouca coisa"

Paulo Nery — Foi 35 000 em junho.

Pinto da Silva — Depois você me mandou mais 20 000, depois 1 200, que usei para pagar o negócio do Ibama lá em Mato Grosso.

A partir deste ponto, o agente da Polícia Federal deixa de fazer a transcrição do diálogo e passa a narrar o que se ouve na fita. Eis o que o policial redigiu:

Geraldo (Pinto da Silva) comenta que estão ocorrendo mudanças e que o caminho que ele, Geraldo, tem não é o pessoal de Belém. É o pessoal de Brasília e é "pessoal forte".

Diz Geraldo: "Só que eles comandam, né? Não são ligados ao pessoal do ministro. Só que eles comandam. Sabem a hora de atacar e a hora que não devem atacar. E eles, desde quando o ministro Fernando Bezerra entrou, que ele, Jader Barbalho, está tentando fazer modificações na Sudam. Primeiro, o Tourinho travou (José Artur Guedes Tourinho, superintendente da Sudam de 1996 a 1999, por indicação de Jader Barbalho. Foi afastado do cargo por

suspeitas de corrupção), depois entrou o que saiu (Maurício Benedito Vasconcelos, que ficou no cargo menos de um ano), mas não teve tempo e agora entrou um superintendente que é dele (Hugo de Almeida, afastado do comando da Sudam há um mês). A indicação é do Fernando Bezerra, apoiado pelo Jader, porque ele não vai indicar uma pessoa que o Jader não queira. Então hoje vai ficar dividido assim: o Jader vai comandar os seus e o ministro vai comandar os dele. Só que com aquele pessoal que tinha lá por baixo era impossível. Por exemplo, o doutor Honorato era uma pessoa que tinha mania de conduta e que não volta atrás. Inclusive vai ser substituído pelo doutor Camilo. Então, a partir do primeiro dia, as coisas mudam e volta a ser tudo como era antes..."

JADER BARBALHO

No grampo da PF, em nenhum momento a voz do senador foi captada. Mas os fraudadores dizem que sua eleição para presidir o Senado "foi boa" para eles

à máfia da Sudam. Em uma conversa, captada numa fita com data de 29 de novembro passado, Pinto da Silva conta a um interlocutor que falou com o secretário — e foi municiado até de informações sobre como o presidente Fernando Henrique pretendia investigar as suspeitas de corrupção na Sudam. Em outro diálogo, captado em fita de 19 de março, sugere-se que o secretário estava tentando livrar a barra de duas empresas irregulares, mas, como o

ENTÃO, É CERTEZA DE QUE, SE CHEGAR ESSE DOCUMENTO (PROPINA) LÁ HOJE, ATÉ TERÇA-FEIRA NÓS LIBERA...

Romildo Soares, um dos irmãos Soares, aliados políticos do senador Jader Barbalho

"UMA PARTE DO DINHEIRO É PARA CAMPANHA"

Nesta fita, reproduz-se um diálogo entre Romildo Soares, um dos irmãos Soares, aliados políticos do senador Jader Barbalho no Pará, e Benjamim Bispo da Costa, encarregado de administrar os três projetos que Romildo Soares mantém em Paraíso do Tocantins, a 76 quilômetros da capital, Palmas. Os projetos de Romildo Soares são, todos, financiados pela Sudam. A conversa sugere que parte do dinheiro desviado da Sudam acaba azeitando o caixa das campanhas no Pará. Romildo Soares, assim como seus irmãos e o próprio senador Jader Barbalho, apoiou abertamente a candidatura vitoriosa de Domingos Juvenil à prefeitura de Altamira na última eleição municipal. A transcrição da PF:

Benjamim — O senhor tem alguma idéia aí de quando, mais ou menos, ou não? Tem nada, né?

Romildo — O quê?

Benjamim — Da liberação (refere-se à liberação de parcelas de recursos da Sudam).

Romildo — Não. O negócio é o seguinte. Esse dinheiro tem que sair antes da campanha porque uma parte dele eu arrumei para a campanha, entendeu? Um pouquinho eu arrumei para a campanha. Então, é certeza de que, se chegar esse documento (propina) lá hoje, é certeza que até terça-feira nós libera...

Obs.: É na própria transcrição, feita pela Polícia Federal, que a palavra propina aparece entre parênteses depois da palavra documento. Segundo agentes da PF que ouviram as fitas, três indícios levaram a essa conclusão: a palavra documento aparece normalmente associada a valores; numa das conversas se pede que o documento seja enviado por DOC, um tipo de operação bancária; e quase sempre os interlocutores mudam a entonação da voz quando pronunciam a palavra documento, como que para frisar ao ouvinte o significado oculto da expressão.

assunto saiu na imprensa, ele ficou de mãos atadas.

■ O ministro Fernando Bezerra — a quem Pinto da Silva diz também ter acesso — produziu uma peça com muitos ingredientes de ficção em sua investigação das fraudes da Sudam. No mês passado, ele anunciou que, investigados 95 projetos, se constatou que as irregularidades chegavam a 108 milhões de reais. As fitas da Polícia Federal mostram que fiscais da Sudam, encarregados de fiscalizações que apareciam mais tarde no relatório do ministro, foram subornados. Numa conversa, captada por uma fita que começou a rodar em 25 de outubro, fica claro que alguns fiscais estavam recebendo propina de até 30 000 reais para salvar empreendimentos irregulares. Os projetos sob o comando de Pinto da Silva, por exemplo, saíram-se bem na investigação ministerial. Dos dezoito, só seis aparecem na auditoria — e apenas só um foi considerado irregular. Numa conversa, registrada por uma fita de 17 de janeiro, Pinto da Silva confidencia que "o pessoal do ministro" estava trabalhando para fazer "a lista cair para seis nomes, ou seja, tirar os nossos de lá". O trecho sugere que nunca se quis investigar seus dezoito projetos — mas só seis.

■ O senador Jader Barbalho, que há mais de uma década montou seu feudo político na Sudam, é saudado pelos fraudadores da autarquia como uma novidade benfazeja para as trambicagens. No fim de um dos relatórios, o agente da PF não se deu ao trabalho de narrar diálogos, mas escreveu, a título de orientação aos investigadores: "Geraldo Pinto da Silva e Rinaldo

Jansen Cutrim (dono de um escritório que monta projetos para a Sudam, como o GPS de Pinto da Silva) comentam várias vezes que a eleição de Jader foi boa para eles". As fitas também mostram que aliados políticos do senador fizeram campanha no Pará com dinheiro desviado da Sudam. É o caso dos irmãos Soares, que elegeram o prefeito de Altamira na última eleição municipal. Num diálogo, registrado em fita de 21 de setembro, um dos irmãos Soares, Romildo, fala de sua urgência em receber da Sudam para azeitar o caixa de campanha. "Esse dinheiro tem que sair antes da campanha porque uma parte dele eu arrumei para a campanha, entendeu?"

■ O deputado federal José Priante, vice-presidente do PMDB no Pará, primo

de Jader Barbalho e um colaborador íntimo do senador, também aparece envolvido com os fraudadores. Há uma conversa, em fita datada de 13 de março passado, em que Pinto da Silva, ao falar com um funcionário seu, mostra-se irritado porque o deputado José Priante está cobrando uma conta — e Pinto da Silva está sem dinheiro. Diz que vai a Brasília para "acertar as contas" e que não desembolsará mais que 10 000 reais. Numa prova de que não se trata de negócio lícito — co-

248,6 MILHÕES

A ex-funcionária da Sudam Maria Auxiliadora Barra Martins montou nesta casa, em Belém, seu escritório. O imóvel, até três anos atrás, pertencia ao senador Jader Barbalho. O escritório, de 1996 para cá, apresentou 68 projetos à Sudam, num total de 1,1 bilhão de reais. Até agora, foram liberados 248,6 milhões

mo a venda de um automóvel, por exemplo —. Pinto da Silva diz que não teme ser forçado a pagar o deputado porque, se for pressionado, denunciará tudo o que sabe.

Nas fitas da PF, não se captou um único diálogo com as vozes do ministro Fernando Bezerra, do secretário Benivaldo de Azevedo, do senador Jader Barbalho ou do deputado José Priante. Seus nomes aparecem, sempre, na boca de fraudadores da Sudam, em especial na de Pinto da Silva. Pode-se argüir que um fraudador precisa mostrar poder e influência e, para isso, lança mão de nomes de autoridades que talvez nem conheça pessoalmente. É uma hipótese, mas não parece a mais provável. Segundo pessoas que estiveram envolvidas com a investigação da máfia, o contexto em que Pinto da Silva fala das autoridades não dá a impressão de uma bravata. Ele não se vangloria de ter acesso a elas. Apenas narra providências objetivas, resultados concretos, menciona fatos ocorridos. Além disso, em muitas conversas, avisa seu interlocutor de que não pode dar detalhes por telefone. Isso talvez explique a ausência de conversas ainda mais explícitas. Mostra, também, que o fraudador temia um grampo.

Consultado por VEJA na semana passada, o secretário Benivaldo de Azevedo admitiu que conhece Pinto da Silva. Na segunda-feira passada, almoçaram juntos numa churrascaria em Brasília. Trocaram idéias por uma hora e meia. "Ele queria dar uma colaboração para aprimorar e

agilizar o desempenho da Sudam", conta Benivaldo. É admissível que o secretário do ministério responsável pela Sudam receba um empresário que tem negócios na autarquia, desde que não conheça seu currículo pesado. O almoço da semana passada foi agendado por um velho amigo comum, o empresário Sérgio Dib, que atua no ramo de fast food em São Paulo. Dib conhece os rolos de Pinto da Silva, como prova uma conversa registrada numa fita da Polícia Federal de 19 de março passado. É possível que Dib tenha usado sua ascendência sobre o se-

70,1 MILHÕES

Nesta casa em Belém funciona o escritório Contaplan, de Raimundo Antônio da Silva Barra, irmão de Maria Auxiliadora. De 1996 para cá, o Contaplan apresentou 22 projetos à Sudam, num total de 252,7 milhões de reais. Até agora, conseguiu a liberação efetiva de 70,1 milhões de reais

44,6 MILHÕES

O escritório GPS & Companhia, de propriedade de Geraldo Pinto da Silva, funciona nesta casa em Belém. Desde 1996, o GPS apresentou dezoito projetos à Sudam. Eles somam 209 milhões de reais. Até agora, foram liberados 44,6 milhões de reais

cretário para levá-lo à mesa com Pinto da Silva. Nesse caso, o pecado do secretário terá sido o da ingenuidade. Mas se trata de uma característica rara em quem, como o secretário, tem tanta experiência em negócios públicos.

Benivaldo Alves de Azevedo, 60 anos, começou na vida pública com 18 anos. Era chefe de gabinete do prefeito de Natal. Aos 24, foi secretário de Planejamento do Rio Grande do Norte. Aos 26, secretário de Finanças da prefeitura de Natal. De lá para cá, criou uma estatal de fomento, que virou o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, foi durante anos consultor na iniciativa privada, voltou a ser secretário de Estado, foi diretor de estatal no Rio de Janeiro e já se ocupou como assessor especial de um governador de Estado — no caso, Geraldo Melo, o usineiro que comandou o Rio Grande do Norte de 1987 a 1991 —, período em que, embora empregado no Estado, prestava consultoria para as empresas do amigo e hoje ministro Fernando Bezerra. Sua relação com o ministro é de décadas. Jovens, já pulavam juntos o Carnaval em Natal. Há dez anos trabalham lado a lado. Primeiro, na Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, e, depois, na Confederação Nacional da Indústria, da qual Bezerra foi presidente. Agora, no ministério.

Procurado por VEJA, o ministro Fernando Bezerra disse que jamais conheceu o fraudador Pinto da Silva e lamentou: "Meu

Deus, esse ministério está virando o Ministério de Pepinos Nacionais. Essa Sudam é uma podridão. Escapa muito pouca coisa". Bezerra conta que, depois de tentar dois secretários executivos que não deram certo, resolveu optar por um velho amigo — Benivaldo de Azevedo, que assumiu a função em dezembro do ano passado. "Ele é meu amigo, mas, se tiver feito alguma coisa errada, deve pagar por isso", disse o ministro, na sexta-feira passada. Mesmo na dúvida, tomou a dianteira: demitiu seu secretário no dia anterior, quinta-feira, depois de saber que VEJA falara com Benivaldo de Azevedo sobre as suspeitas que pesam contra ele. "Na verdade, eu já demiti-lo nesta segunda, mas, já que vocês estão com essa reportagem, por que não antecipar?", explica o ministro. O senador Jader Barbalho, também consultado por VEJA, mandou dizer que não sabe de nada e não conhece nenhum dos envolvidos. Seu primo, o deputado José Priante, garantiu, por sua vez, que não conhece nem nunca ouviu falar de Pinto da Silva e seus negócios com a Sudam. "Mas, como sou político, posso ter falado com ele alguma vez e não estar lembrado disso", diz Priante.

Irmãos Barra — As evidências reunidas pela Polícia Federal sobre as fraudes na Sudam são de tal magnitude que

não seria surpreendente que uma parte da máfia comece a receber visitas de policiais. A investigação pretende esboçar de vez o esquema de corrupção na Sudam, pelo menos esse que orbita em torno de Pinto da Silva e aliados. Tanto no grampo como em investigações de outra natureza, descobriu-se a gama de recursos que os fraudadores usam. Uma das empresas, a Café Duno Agroindustrial, tendo de justifi-

JOSÉ PRIANTE

O grampo revela que o deputado, vice-presidente do PMDB do Pará e primo do senador Jader Barbalho, tem negócios com a máfia da Sudam

car os 2,7 milhões de reais que recebeu da Sudam, chegou a informar que contratará uma mercearia para a construção de 10 quilômetros de estrada, dois poços artesianos e uma caixa-d'água. Isso mesmo: mercearia. Outra empresa do Pará, Diana Agroindustrial, que dizia pretender cultivar e industrializar polpas de cupuaçu e açaí, teve o desca-

ramento de apresentar uma nota fiscal registrando o pagamento de apenas 37 000 reais pela construção de 70 quilômetros de estradas. A desfaçatez é tanta que, no grampo da PF, um funcionário dos escritórios de intermediação explica a seu cliente que as notas "têm de ter uma coerência, não podem abusar do preço e também não podem ser metade do valor (*de mercado*)".

— Embora revelador, o trabalho da PF poderia ser mais profundo. Há 45 dias existe uma ordem judicial autorizando a polícia a fazer escuta nos telefones de uma empresária de Belém. A PF, no entanto, alega que não tem gente para fazer o trabalho. É uma lástima. A empresária chama-se Maria Auxiliadora Barra Martins. Entre 1979 e 1995, ela foi funcionária da Sudam em Belém e chegou a ser diretora da área mais sensível — o departamento financeiro. Em 1995, deixou a autarquia e montou um escritório para intermediar projetos, o AME. Apresentou 68 projetos à Sudam que somam nada menos que 1,1 bilhão de reais. Maria Auxiliadora estava seguindo os

passos de seu irmão, Raimundo Barra, também dono de um escritório em Belém, que, nos últimos quatro anos, já arrancou 70 milhões de reais da Sudam — e com projetos que previam a construção de obras civis por empresas que nem sequer tinham autorização para atuar nessa área.

O escritório de Maria Auxiliadora é uma usina de fraudes. Dos seus 68 projetos, 24 foram investigados pelo Ministério da Integração Nacional — cujo relatório, lembre-se, foi parcialmente contaminado devido ao pagamento de propina a fiscais. Ainda assim, só dois projetos do AME foram considerados regulares. Os demais eram um tal festival de fraudes que a auditoria decidiu até pedir o descredenciamento da empresa de Auxiliadora na Sudam. O que resolveu fazer Maria Auxiliadora? Trocou o nome do AME para Amazon Consultoria. Também mudou de endereço. Desde o início do ano, seu escritório está funcionando na Travessa Curuzu, número 1941, em Belém do Pará. Por uma tremenda coincidência, esse prédio pertencia, até três anos atrás, ao senador Jader Barbalho. ■

UM CRIME SEM CULPADO...

A experiência brasileira mostra que não é incomum acobertar processos ou investigações que envolvam altas autoridades. Na semana passada, essa situação se repetiu. O promotor de Justiça José Vicente Miranda, do Ministério Público do Estado do Pará, decidiu arquivar os nove volumes de um processo que chegou a suas mãos há duas semanas. O processo foi enviado pelo Banco Central e descreve como o hoje presidente do Congresso, senador Jader Barbalho, desviou cerca de 10 milhões de reais das contas do Banco do Pará, o Banpará, para sua conta pessoal e de seus familiares, nos meses finais de 1984, quando era governador do Estado. Os argumentos que o promotor usou para justificar sua atitude são um espanto jurídico. Primeiro, disse que o relatório do Banco Central descrevia o crime, mas não trazia prova suficiente para incriminar o culpado — ou seja, Jader Barbalho. Depois, alegou que, mesmo que o culpado fosse expressamente identificado, o crime (no caso, apropriação indébita e peculato) já prescrevera. Em outras palavras, o promotor escreveu: há crime, mas não há culpado, e, se culpado não há, não há como puni-lo.

Para chegar a essa conclusão, o promotor fez questão de inverter as funções. Em seu despacho, queria que o Banco Central tivesse reunido provas suficientes para incriminar o culpado. Mas o Banco Central não é polícia. Em suas apurações, sempre que encontra um indício de crime, cabe ao Banco Central comunicar ao Ministério Público — e é ao Minis-

do Pará para sua conta e de seus familiares

tério Público que cabe aprofundar as investigações. Aliás, o processo do Banco Central fazia essa recomendação ao Ministério Público: apro-

fundar as investigações. Estranhamente, enquanto esperava a papetada do BC, Vicente Miranda mostrou-se ansioso para arregaçar as mangas e trabalhar. "Precisamos recuperar os documentos para apurar as responsabilidades", chegou a dizer numa entrevista, no início de março, enquanto aguardava a chegada do processo. Por alguma razão, mudou de humores no meio do caminho e acabou abrindo mão de uma prerrogativa.

O outro aspecto é que, de fato, os crimes prescreveram — mas isso não dispensa uma apuração. "O correto no caso é abrir investigação, sim", diz o procurador Artur Gueiros, do Rio de Janeiro. Isso porque, mesmo com a prescrição do crime, os culpados podem ser acionados para ressarcir os cofres públicos, pois o ressarcimento, segundo alguns especialistas, nunca prescreve — e, segundo outros, só o faz em vinte anos. O promotor Vicente Miranda também ignorou isso. Por quê? Ele não quis dar explicações de sua decisão de mandar arquivar tudo. Em Belém, entregou seu despacho aos jornalistas e nada falou. No dia seguinte, para fugir do assédio da imprensa, nem foi trabalhar. O promotor deixou uma curiosidade final no ar. O relatório que o BC lhe mandou — se foi remetido na íntegra, como o BC garante ter feito — continha uma peça escrita pelo inspetor Abrahão Patrui Junior. Nesse parecer, Patrui aponta, sim, os beneficiários dos desvios de 10 milhões de reais. E eles são Jader Barbalho e familiares.

RELATÓRIO DO BANPARÁ
Jader Barbalho ganhou o arquivamento do processo segundo o qual o senador desviou 10 milhões de reais do Banco

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2001

Requer a manifestação de Voto de Congratulações em homenagem ao 110º aniversário do “Jornal do Brasil”.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho,

Com fundamento no disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a manifestação desta Casa de Voto de Congratulações em homenagem ao 110º aniversário do **Jornal do Brasil**.

Justificação

Vivemos uma época em que a informação adquire a cada dia maior importância na vida das pessoas, das empresas e dos governos. As novas tecnologias da comunicação levam a informação de um canto a outro do planeta, em questão de segundos, de forma quase instantânea. E a repercussão é imediata, para o bem e para o mal.

Mas, se do ponto de vista da tecnologia a mudança é tão significativa, os princípios éticos fundamentais que devem norteiar uma imprensa livre e responsável permanecem os mesmos. O direito de informar e ser informado sobre o que se passa no país e no mundo, deve ser exercido livremente, sem pressões de qualquer natureza, seja econômicas, políticas ou ideológicas. Quando a imprensa falha no cumprimento desse princípio ético fundamental, a cidadania fica vazia de conteúdo.

Nesse contexto, quero parabenizar o **Jornal do Brasil**, órgão centenário da imprensa nacional, que comemora hoje 110 anos de fundação. Muitos brasileiros ilustres escreveram em suas páginas. O **JB** deu abrigo a muitos jornalistas renomados como Luiz Fernando Veríssimo, Carlos Chagas, Carlos Castelo Branco, que foi o melhor de nossos cronistas políticos, e o maior de todos – Barbosa Lima Sobrinho – que transcendeu as fronteiras do jornalismo para se tornar em uma referência nacional de cidadania, brasilidade e amor ao País.

Parabéns ao **JB**, nessa nova fase. Que ela represente um marco de afirmação dos valores mais

caros da imprensa brasileira. Parabéns pelos 110 anos, que hoje se comemoram, e sucesso profissional ao jornal, sua direção e seus profissionais.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2001. – **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento do Sr. Senador Pedro Simon enviado à Mesa, requerido de manifestação de voto de congratulações em homenagem ao 71º aniversário do **Jornal do Brasil**.

O requerimento que acaba de ser lido será votado na próxima sessão deliberativa ordinária desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade, João Alberto Souza, Carlos Patrocínio e Lúcio Alcântara enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Nesta oportunidade, como Parlamentar da Amazônia, venho trazer mais uma preocupação com a minha região, que é a mais rica em recursos naturais e tem a pior assistência prestada pelo Poder Público. Essa contradição tem gerado o desperdício dessa riqueza, seja pelo seu uso inadequado, quebrando o ciclo de reprodução e posição da natureza, seja pelo contrabando e evasão de recursos, deixando para os amazônidas a devastação e a miséria.

Um bom exemplo disso é o que publicou o jornal **O Liberal**, de Belém do Pará, na edição de 11 de fevereiro último, sob o título: “Contrabando está ameaçando de extinção peixes da Amazônia. Em aproximadamente 15 anos, peixes como o surubim, capari e a piramutaba podem desaparecer dos rios da Amazônia, principalmente na bacia do Solimões. A cada ano, 15 mil toneladas dessas espécies estão sendo contrabandeadas para a Colômbia e depois reexportadas para a Europa e Estados Unidos”.

Trata-se de mais uma das inúmeras irregularidades e crimes que ocorrem diariamente contra o patrimônio da Amazônia.

Dezenas de caminhões transportam diariamente, de forma clandestina, toneladas e toneladas de peixes brasileiros para a Colômbia, conforme a publicação do jornal que reproduz denúncia do pesquisador Hiroshi Noda, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Essas agressões ao meio ambiente da Amazônia envolvem muitas outras espécies de animais e vegetais, fazendo com que muitas espécies venham a desaparecer em alguns anos.

Os contrabandistas – alguns disfarçados de pesquisadores, turistas, cientistas e religiosos estrangeiros – estão levando para o exterior plantas, sementes, insetos, escorpiões, sapos, cobras e material genético da Floresta Amazônica. Assim, como não há uma fiscalização rigorosa para a proteção da biodiversidade amazônica, assistimos a saída descontrolada de todo tipo de material genético da floresta para o estrangeiro, o que significa um grande risco para o Brasil de perder o controle de seu patrimônio genético, que certamente irá para laboratórios estrangeiros, que nos obrigam a pagar milhões de dólares em *royalties*, vendendo aqui medicamentos a preços absurdos.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que até mesmo o conhecimento dos indígenas sobre nossas plantas está sendo levado por estrangeiros, o que lhes permite mais tarde fabricar medicamentos partindo do princípio ativo das plantas medicinais da Amazônia, representando milhões em economia no processo de pesquisa.

Saibam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o processo para criação de um novo remédio consome investimentos na ordem de US\$350 milhões, consumidos quase que totalmente na fase de pesquisa. O conhecimento prévio de um princípio ativo pode significar cerca de 80% de economia nos gastos com pesquisa. Daí o grande valor do conhecimento de nossas populações tradicionais, indígenas e caboclas.

Plantas e animais da Floresta Amazônica estão sendo desviados e contrabandeados para os Estados Unidos e Europa, em benefício das indústrias farmacêutica, têxtil, cosmética e de alimentos dos países desenvolvidos.

O Brasil não participa dos lucros dessas indústrias milionárias e perde divisas que poderiam contribuir para nosso desenvolvimento, para não falarmos do desenvolvimento científico e tecnológico, que fica todo em poder do monopólio estabelecido pelos países ricos.

Essas denúncias não são raras. É comum vermos nos jornais, notícias de apreensão de exemplares de nossa fauna e nossa flora nas bagagens de turistas estrangeiros, pela polícia federal. E essa é só uma forma grosseira da prática, que se convencionou a chamar de biopirataria, que embora sendo crime, ainda é mal definida em nossa legislação.

Na Câmara dos Deputados, uma Comissão Parlamentar de Inquérito apurou, em 1998, várias denúncias de biopirataria, tendo encaminhado o seu relatório final ao Ministério Público.

O Relatório da CPI constatou que o principal contrabando de material genético se dá pela via institucional. Os convênios com entidades de pesquisas estrangeiras representam verdadeiras caixas-pretas, que permitem a saída indiscriminada de amostras de material genético e dados, facilitando até mesmo a biopirataria.

A Amazônia é vítima da ação predatória não apenas de estrangeiros, mas também de brasileiros que não têm o senso de racionalidade nem de patriotismo.

Menos de 1% das verbas de pesquisa científica e tecnológica no Brasil é destinado à Região Norte, que recebeu apenas 3,3% do total de bolsas de estudos de mestrado e doutorado concedidas pelo CNPq, em 1998. Isso coloca nossas instituições como verdadeiras reféns de recursos e parcerias estrangeiras.

Nas pesquisas realizadas em parceria com entidades estrangeiras, não há paridade entre o número de cientistas estrangeiros e brasileiros. Muitas vezes, a pesquisa é conduzida quase que exclusivamente por estrangeiros, que têm toda a liberdade para entrar e sair do País, como bem entendem, levando amostras de material genético, sem o devido controle.

Um dos casos mais conhecidos de biopirataria é o do tcheco naturalizado americano Milan Hrabrovsky, colecionador de besouros e aliciador das populações ribeirinhas, que durante muitos anos participou como estagiário do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), um convênio do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) com o Instituto Smithsonian, dos Estados Unidos.

Muito material genético é enviado ao exterior, sob o guarda-chuva desses convênios, sem que haja uma segurança de qualquer benefício para o Brasil e para a Amazônia, constituindo o que se poderia chamar de um biopresente, uma dádiva aos países ricos.

Outro assunto que precisa ser esclarecido é um convênio dando exclusividade sobre a geração de produtos a partir de microrganismos, fungos e plantas amazônicas ao laboratório estrangeiro Novartis Pharma AG, da Suíça, firmado com a Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Bioamazonia).

A biopirataria praticada por alguns pesquisadores e colecionadores da Europa e Estados Unidos, além dos graves prejuízos econômicos e sociais para a Amazônia, poderá produzir verdadeiro desastre

ecológico, pois espécies biológicas de altíssimo valor comercial no exterior estão sendo caçadas de maneira predatória, a ponto de provocar o risco de extinção dessas espécies nos próximos anos.

Todavia, Sr. Presidente, isso é pouco quando comparado ao interesse da grande indústria farmacêutica, que utiliza a riqueza da biodiversidade amazônica para pesquisas de DNA, genética e biologia molecular, sem nada restituir à Nação brasileira.

Tudo isso demonstra a omissão do Governo Fernando Henrique Cardoso em relação à Amazônia, facilitando e até estimulando a ação predatória de todos os tipos de piratas estrangeiros.

O Governo Federal não cumpre o que lhe compete. Até os dias de hoje não foi regulamentado os dispositivos da Convenção da Biodiversidade que trata da soberania dos países sobre os seus recursos genéticos. O Projeto de Lei de autoria da Senadora Marina Silva, que busca regulamentar o acesso aos recursos genéticos, foi aprovada no Senado, com um substitutivo do Senador Osmar Dias e, a mais de dois anos está praticamente parado na Câmara dos Deputados. Na verdade, o Governo não demonstra o interesse em uma regulamentação adequada do acesso aos recursos genéticos, fator fundamental para coibir práticas abusivas em relação a esse imenso patrimônio natural.

Associa-se a isso o não cumprimento dos dispositivos constitucionais que determinam a adoção de políticas que reduzam as desigualdades regionais, relegando à Região Amazônica a um verdadeiro abandono.

É que de um lado, grande parte das riquezas da Amazônia desaparecem pela ação de contrabandistas, trapaceiros, aventureiros, biopiratas e outros fraudadores dos nossos recursos minerais, vegetais, animais e de toda nossa biodiversidade. Enquanto isso, as populações ribeirinhas são desprezadas pelo Governo Federal, que não presta qualquer assistência efetiva: pescadores e ribeirinhos levam uma vida miserável, vivem sem condições sanitárias adequadas, com uma renda insuficiente para o sustento de suas famílias.

Não podemos mais esperar que os organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), tão ágil na defesa dos interesses dos países ricos, faça respeitar a Convenção de Biodiversidade assinada durante a ECO-92, no Rio de Janeiro.

O Governo Federal precisa sair da inércia em que se encontra e defender efetivamente nossa gente, nosso patrimônio e nossos recursos, contra a cobiça internacional, que pretende se apoderar das rique-

zas da Amazônia e de tudo de bom que existe em nosso Brasil.

Para finalizar Sr. Presidente, gostaria de manifestar minha opinião sobre a pertinência da Comissão Parlamentar de Inquérito que será instalada nesta Casa para apurar a biopirataria. É importante que esta Comissão adote como ponto de partida um levantamento sobre tudo o que foi apurado em outras investigações já realizadas. Isso possibilitará uma efetividade maior nos propósitos desta Comissão e que, desde já, quero manifestar o meu integral apoio.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na primeira terça-feira deste mês de abril, anunciaram os jornais a designação da Procuradora Anadyr de Mendonça Rodrigues para exercer as funções de Corregedor-Geral da União.

Uno-me aos que saúdam o acontecimento, aliás, dois acontecimentos: a criação das funções de Corregedor-Geral da União e a designação da Procuradora Anadyr de Mendonça Rodrigues.

Vejo a iniciativa com a mesma esperança dos milhões de brasileiros que defendem e aguardam ações efetivas contra a corrupção. Como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, devo dizer que experimento amiúde a frustração de ouvir e ler comentários e críticas sobre os resultados miúdos dessa CPI. Nascida de fatos concretos de corrupção, por largos meses alimentou as expectativas de redirecionamento de caminhos e de correção de posturas públicas. Muito se discursou, muito se ouviu, muito se interrogou. Comprovaram-se fatos.

A CPI tornou possível constatar atos fraudulentos e simulados, entre os quais o voto de um Diretor do Banco Central, que justificou toda a operação.

No transcorrer dos trabalhos, o Banco Central editou várias normas que alteraram o seu relacionamento com o Sistema Financeiro e com a Bolsa de Mercadorias & Futuros. No entanto, pouco o País obteve no que diz respeito à condenação dos culpados e à recuperação dos recursos públicos envolvidos.

Tem razão o Senhor Presidente da República ao se manifestar no sentido de que "Nada é mais importante neste momento para o fortalecimento da democracia e o respeito às instituições republicanas do que combater deslizes funcionais, a corrupção e a impunidade.

A impunidade é a irmã gêmea da corrupção. Em conjunto, são a hidra que destrói a democracia.", conclui o Presidente.

Faço votos que a Procuradora Anadyr, com fundamento nas características que possui, comprovadas ao longo de sua carreira pública na área do Judiciário, características de minuciosidade, sistematicidade e seriedade ímpar, desempenhe com êxito suas funções.

Creio ser de maior proficiência o trabalho silencioso e cotidiano, para detectar a corrupção no seu começo, do que o brilho holofotes sobre grandes fatos, já maduros e complexos por força da tardia descoberta.

A sociedade está cobrando transparência e eficácia no combate à corrupção. A longa lista de denúncias existente revela a gravidade do problema e a necessidade de ações concretas para esclarecê-las, sem dúvida, porém, são necessários instrumentos para evitar que novas iniciativas de corrupção comecem a vicejar.

A Nação espera e precisa ter confiança em suas instituições e estas, por sua vez, necessitam ser eficazes na tarefa de gerenciar e proteger o interesse público.

Faço votos para que efetivamente o País esteja tomando consciência de que é necessário criar uma sistemática pública de trabalho em condições de rastrear desde o nascer a corrupção que corrói a justiça e o horizonte da democracia.

Muito obrigado!

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para falar mais detalhadamente sobre uma doença que é classificada como a mais danosa das "enfermidades silenciosas": a hipertensão arterial e que vem sendo modernamente conceituada na medicina como uma síndrome caracterizada pela presença de níveis tensionais elevados, associados a alterações metabólicas e hormonais e a hipertrofias cardíaca e vascular.

Trata-se de um estado alterado de saúde no qual a pressão do sangue está acima dos níveis considerados normais, isto é, com medidas acima de 140 mmHg para a pressão sistólica e acima de 90 mmHg para a pressão diastólica.

Essa doença ainda não tem suas causas completamente conhecidas. Sabe-se, no entanto, que alguns fatores tais como hereditariedade, elevação da faixa etária, obesidade, tabagismo, consumo exagerado de sal, sedentarismo, e outros, contribuem para o aparecimento ou aumentam a probabilidade de ocorrência da hipertensão.

É importante ressaltar que, na maior parte dos casos, não existe nenhum sintoma ou sinal da doença. Este fator faz com que grande parte dos hipertensos nem saibam que sofrem desse mal, conhecido como "a doença que mata em silêncio".

Dependendo do estágio da doença, alguns sintomas como sangramento na saliva, dor no peito, falta de ar, alterações da visão, vertigens, dor de cabeça, podem se manifestar, combinados ou isoladamente.

Sr. Presidente, a razão de eu estar aqui a mencionar tantos pormenores da hipertensão arterial é minha convicção da necessidade de se alertar a população sobre a doença e de se intensificar medidas para sua prevenção em nosso País, onde, a cada ano, 300 mil pessoas morrem por causa do coração.

Ainda não há cura para a hipertensão arterial, apenas tratamento para o seu controle. Nas últimas décadas, devido à magnitude do problema, em nível mundial, vem sendo constante a preocupação em ampliar e aperfeiçoar os métodos para seu diagnóstico e tratamento e também em implementar estratégias visando à conscientização da população para a necessidade da prevenção primária da doença.

Como médico, creio ser importante alertar para o fato de que, independentemente de ser assintomática ou não, a hipertensão traz sérios riscos à saúde humana. Os principais alvos da doença são órgãos nobres do nosso corpo: cérebro, coração e rins. Ela aumenta diretamente o risco de desenvolver doenças nas artérias coronárias, podendo conduzir a um infarto do miocárdio; a problemas vasculares no cérebro, facilitando a ocorrência de derrame; à insuficiência renal e outros sérios agravos à saúde.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em nosso País, a prevalência da hipertensão arterial é bastante elevada. Calcula-se que cerca de 15% a 20% da população brasileira adulta possa ser rotulada como hipertensa. Dados estatísticos não faltam. São muitos e variados. A Sociedade Brasileira de Hipertensão estima que essa doença atinja 15 milhões de pessoas, no País. As associações de hipertensos, no entanto, apontam números bem maiores, estimando que o total de vítimas dessa doença chegue a 30 milhões.

Como já mencionei anteriormente, a hipertensão arterial é considerada um dos principais fatores de risco de morbidade e de mortalidade cardiovasculares. Trata-se de uma doença de alto custo social, responsável por cerca de 40% dos casos de aposentadoria precoce e de absenteísmo no trabalho, no País.

Sr. Presidente, o próprio título da matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em 8 de maio deste

ano, registrando o transcurso do *Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial*, em 4 de maio, já chama a atenção para o fato de que a "Atenção a hipertensos é falha no País", informando que, do contingente de hipertensos brasileiros, apenas 2,7% estariam em tratamento.

Essa brutal diferença entre o total de doentes e a soma dos que se tratam é consequência direta das falhas existentes nos serviços de saúde, da falta de adoção de medidas simples de prevenção, das precárias condições de trabalho e, também, da desatenção dos profissionais da área médica.

Diagnosticada tardiamente, ou de forma incorreta, a hipertensão tornou-se a principal doença associada ao infarto do miocárdio e ao derrame cerebral.

Não obstante a gravidade do quadro brasileiro, cumpre destacar um fato alvissareiro: os dirigentes das Sociedades Brasileiras de Cardiologia, Hipertensão e Nefrologia engajaram-se na luta do Ministério da Saúde para reverter essa preocupante situação.

A prevenção é arma indispensável e eficaz, Sr. Presidente. Segundo o mencionado artigo da **Folha**, em locais onde a hipertensão arterial é enfrentada com mais empenho, como nos Estados Unidos ou nos países da Europa Ocidental, a mortalidade por derrame cerebral, por exemplo, vem tendo queda rápida e significativa, nos últimos 20 anos.

Em nosso País, verifica-se que essa queda é muito mais lenta. Na opinião do Diretor da Clínica Médica do Hospital Universitário da USP, Dr. Paulo Lotufo, *"isso ocorre porque a pressão arterial média do brasileiro é ainda bastante elevada. O aumento da obesidade pode ser um fator agravante, mas a falta de controle da hipertensão ainda é um problema crônico"*.

Há mudanças, porém. Os efeitos da intensificação das medidas de prevenção e da promoção de eventos de conscientização da população já se fazem sentir. Os hipertensos buscam se organizar e pressionar, acreditando em seu lema de que *"Trinta milhões de hipertensos podem fazer muita pressão"*.

Em março deste ano, os dirigentes de 16 associações fundaram a Confederação Nacional das Associações de Portadores de Hipertensão Arterial – Conapa e querem espalhar associações em todas as cidades, fiscalizar políticas de saúde e reivindicar ações informativas, leis e medicamentos que garantam atendimento aos pacientes portadores dessa terrível doença.

Ao concluir meu pronunciamento, gostaria de parabenizar a Sociedade Brasileira de Cardiologia pela promoção da XXI Semana do Coração, realizada em

setembro último para comemorar o transcurso do *Dia Mundial do Coração*, no Brasil, e registrar minha satisfação em verificar que já existe uma mobilização e uma conscientização da sociedade em relação à doença, e também um empenho maior do Ministério da Saúde em reduzir a hipertensão arterial em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB–CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna deste Senado Federal para registrar a passagem dos 50 anos de existência do Colégio Christus, Instituto que atua desde 1951 na área de educação no Estado do Ceará.

Em 1982 inicia-se o processo de expansão do Colégio Christus na cidade de Fortaleza, contando, hoje, além da sede institucional, com o Christus Anexo e Christus Parquelândia.

Na busca cotidiana de formar os cidadãos e cidadãs do futuro, o Colégio Christus investe incansavelmente em ações que visam a inserção de seus alunos e alunas no mundo social por meio de processos sólidos de educação. Daí a expansão das atividades pedagógicas por meio dos esportes, do teatro, da dança. O Teatro Arena Aldeota, com 476 lugares, o Teatro Paurillo Barroso, de 520 espectadores e o Teatro Parquelândia, com 280 lugares, todos eles funcionando dentro das unidades de educação Christus, constituem-se referência no apoio ao desenvolvimento da cultura.

Outra grande referência do Colégio Christus é a preparação para exames vestibulares. São três sedes especializadas na orientação de alunos que enfrentarão os concorridos concursos públicos vestibulares.

Sempre indo além, desde 1995, o Christus também abriga dois cursos superiores: Administração de Empresas e Pedagogia. E a seriedade com que aquela instituição investe na educação, já pode ser vista por meio do próprio Ministério da Educação, que, em 2000, atribuiu conceito A ao curso de Administração de Empresas ali realizado.

Cinqüenta anos servindo a educação, o Christus continuamente renova sua metodologia pedagógica, investe em suas instalações e aparelhamento, observando, sempre, a humanização da sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o engenheiro de toda essa obra educacional chama-se Roberto de Carvalho Rocha. Teólogo, pedagogo, filósofo e advogado, tem sido um dedicado e cuidadoso administrador e orientador educacional.

A todos que compõem a equipe Christus de educação, em nome dos professores Roberto de Car-

valho Rocha, professora Maria Lúcia de Carvalho Rocha e professor José Lima de Carvalho Rocha, nossas mais sinceras e reconhecidas congratulações, pela qualidade de ensino educacional que vem sendo oferecido nesses 50 anos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 29 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR EDISON LOBÃO, NA
SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DE 06-4-2001, QUE, RETIRADO PELO
ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE
NA PRESENTE EDIÇÃO:**

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixa esta tribuna o Senador pelo Tocantins, Leomar Quintanilha, abordando um tema que faz parte das preocupações de todos os brasileiros neste momento.

Eu acrescentaria mais um problema, Senador Leomar Quintanilha, o da água. Estamos vivendo a pré-escassez de energia elétrica e a pré-escassez de água em nosso País, a despeito de ser o Brasil o possuidor de 1/5 da água doce do mundo, em condições de plena utilização. Caminhamos perigosamente para a obstrução do nosso crescimento e, no instante em que isso acontece, o desemprego avança. E o desemprego é exatamente um dos maiores males com que nos defrontamos neste momento. Não podemos permitir que por incúria, por falta de planejamento, por falta de competência, por ausência de advertências tais males surjam nos horizontes de nosso País, obnubilando as consciências e prejudicando a vida social brasileira.

Sr. Presidente, se produzimos, hoje, 72 milhões de quilowatts ou 72 mil megawatts de energia elétrica, isso se deve em grande parte, realmente, à Eletronorte,

criada precisamente para promover o desenvolvimento dessa área, de fundamental importância para a vida econômica e social do Brasil. São estatais que cumpriram o seu papel e o fizeram muito bem.

Há cinco anos, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal constituíram uma Comissão mista de Parlamentares, da qual fui o Presidente, para visitar a Grã-Bretanha e examinar ali o que se fez em matéria de privatizações. Foi o modelo que se exportou para muitos países. Verificamos que lá, embora as empresas estatais funcionassem muito bem, com boa direção e seriedade, privatizadas elas passaram a prestar um serviço muito melhor àqueles que delas precisavam e ainda muito mais baratos do que antes.

É o que se busca neste momento no Brasil e é o que se faz no mundo inteiro, inclusive nos antigos países comunistas. A União Soviética detinha toda a sua economia em regime estatal. Assim era também com outros países, e todos eles caminham para a privatização total, como um mecanismo de retomada do desenvolvimento.

Ainda há pouco, o Senador Carlos Patrocínio mencionou o Proálcool. S. Ex^a, que também estudou a matéria, demonstrou a importância desse projeto de grande envergadura e com excelentes resultados, que se iniciou no Brasil. Um projeto que entusiasmou, inclusive, o Banco Mundial, porque todo ele foi financiado pelo BIRD.

Chegamos a conclusões extraordinárias: o Proálcool, no topo de seu funcionamento, fornecia, por meio do bagaço da cana-de-açúcar, algo em torno de 10% da energia elétrica consumida. E mais: gerador intensivo de mão-de-obra, o Proálcool era um instrumento benfazejo à sociedade brasileira.

Foi abandonado, lastimavelmente abandonado, quando ele caminhava exatamente para se tornar um mecanismo extraordinário do desenvolvimento deste País.

Precisamos, agora, urgentemente, recomencê-lo, reeditá-lo, reinseri-lo na economia do País, para que se tenha não apenas a geração intensiva de empregos mas também para que se produza uma energia forte, uma energia saudável em nosso País.

Sr. Presidente, poucas pessoas se recordam das dificuldades, das vicissitudes, dos tormentos para a construção da Usina de Tucuruí. Quando se imaginou a construção de Tucuruí, desde logo verificou-se que não haveria consumidor para tão vasta energia a ser ali produzida.

Pensou, então, o Governo Federal em instalar, no Maranhão, a Alcoa, produtora de alumínio, e que

consome, também, intensivamente, energia elétrica. A Albrás, no Pará, no mesmo sentido. Com a instalação dessas duas grandes indústrias, foi possível, então, partir-se quase que para a aventura da construção de Tucuruí. Hoje, está aí Tucuruí, produzindo cerca de 8 milhões de quilowatts – 8 mil megawatts, exportando energia elétrica para o Sul do País, graças também ao linhão que se construiu recentemente, partindo de Imperatriz, no Maranhão, e chegando a Brasília, passando pelo Estado de Tocantins, cujos representantes aqui se encontram. Com esse linhão, que tem como central redistribuidora de energia elétrica para o todo o Brasil o Município de Imperatriz, uma grande central em Imperatriz, foi possível, não apenas economizar significativamente energia, algo em torno de 600 mil quilowatts, graças simplesmente à existência do linhão, como também fazer com que onde falta energia recebê-la de onde está sobrando, eventualmente.

Mas, uma de duas: ou nós caminhamos rapidamente para a construção de novas usinas hidrelétricas – e já estão projetadas tantas no Maranhão e em Tocantins, entre as quais Serra Quebrada, em Imperatriz e a Usina de Estreito, além de outras no próprio Estado de Tocantins –, ou dentro de muito pouco tempo vamos amargar a falta de energia elétrica neste País.

Tenho um projeto que lamentavelmente dormita pelas gavetas e pelas Comissões do Senado Federal, estimulando exatamente a criação de um instituto para cuidar das energias alternativas: energia eólica sobretudo, e energia solar.

É preciso que se caminhe rapidamente para uma solução dessa natureza. Não podemos ser, primeiramente, atropelados pelos grandes problemas para depois tomarmos as providências, que não são tão difíceis. Precisamos andar com rapidez para que tais problemas não avassalem a economia do nosso País.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o eminente Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (Bloco/PPB – TO) – Nobre Senador Edison Lobão, eu gostaria de aproveitar esse momento importante do pronunciamento de V. Ex^a para fazer um comentário complementar que eu, na minha fala, abordando exatamente a questão da escassez da energia elétrica e as alternativas possíveis que o País deve buscar – e já começa a buscá-las – esqueci-me de mencionar a possibilidade das termoeletricas. Aliás, investimentos expressivos já estão sendo feitos nesse sentido com o duto que

traz o gás da Bolívia – e o nosso próprio gás, pois temos um potencial enorme de produção de gás e vamos comprar gás da Argentina também. E imagino que o prazo de maturação da construção de termoeletrica é bem mais curto, muito mais breve do que o de energia hidrelétrica. Portanto, essa é também uma das alternativas com que o País conta e pela qual está optando. E vai conseguir rapidamente superar esse momento impactante causado pela escassez da precipitação pluviométrica. Foi efetivamente a falta de chuva nos níveis em que vinha ocorrendo no País, notadamente nas Regiões Nordeste – que V. Ex^a tão brilhantemente representa – e Sudeste que estão provocando esse nível tão baixo de geração de energia elétrica no País. Portanto, acredito que as termoeletricas também serão uma alternativa importante para o País se reequilibrar desse susto e não refrear e não impedir esse esperado crescimento econômico.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Penso eu que não apenas uma solução rápida, Senador Leomar Quintanilha, como também uma solução indispensável, porque, do ponto de vista de hidroelétricas, não podemos produzir no Brasil, segundo os melhores estudos técnicos já existentes, além de 130 ou 140 mil megawatts, porque todos os nossos rios se esgotarão nas fronteiras dessa produção. E, a partir daí, quando dobrar o consumo no Brasil, que hoje é de 72 milhões de quilowatts, como ampliaremos o nosso crescimento, o nosso progresso, e como abasteceremos o Brasil?

Temos que caminhar, realmente, para soluções desta natureza: sejam as termoeletricas, sejam as usinas nucleares, sejam aquelas que produzirão energias alternativas.

Quando leio, Sr. Presidente, críticas que ainda se fazem ao processo de privatização em nosso País, indago-me por que falta aos críticos a adequada serenidade para avaliar os resultados alcançados por uma nova política econômica bem-sucedida em todo o mundo. O Estado paternalista está obsoleto e findo. Se o Estado monopolista se fez necessário em alguma etapa de determinadas Nações, entre as quais o Brasil – reconheço –, essa época, dita áurea, deteriorou-se até a exaustão, e teve de ser alterada, revertida, virada pelo avesso para a salvação das economias.

Temos o testemunho do exemplo soviético, e mesmo do exemplo chinês, para se constatar que até os países do regime monopolista tiveram que se impor às políticas econômicas que antes abominavam.

É fato que, no processo de privatização brasileiro, nem sempre as coisas correm segundo o figurino

desejado por nós, políticos, ou por parcelas da opinião pública. Mas esses hiatos não comprometem a filosofia privatista, adotada por todas as nações que buscam o desenvolvimento.

No Brasil, temos as Agências reguladoras, incumbidas de fiscalizarem, coordenarem e orientarem as concessionárias dos empreendimentos oferecidos à licitação. Eles têm realizado um trabalho de grande eficiência, geralmente desconhecido da opinião pública em toda a sua inteireza. O Estado pode desobrigar-se do ônus de assumir o desgastante controle de serviços que não se adequam à sua missão de governar graças a essas Agências, sobre as quais pesa a grande responsabilidade de buscar a eficiência desejada das concessionárias, sem subestimar, em nenhum momento, o interesse dos consumidores brasileiros – em nome dos quais, afinal, tudo se decide e tudo se realiza.

Neste caso, está a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Sua missão institucional é de "proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva como equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade".

Com três anos de existência, tem desenvolvido um trabalho hercúleo para cumprir sua missão.

Objetivando a universalização do fornecimento de energia pelas 64 concessionárias de distribuição de todo o País, a Aneel busca viabilizar a ambiciosa meta do Governo Federal de assegurar, até o ano 2005, acesso à energia elétrica a todos os brasileiros.

Dados do IBGE mostram que, em 1996, 92,3% das residências brasileiras eram servidas por luz elétrica, índice que subiu para 94,5% em 2000. Foram beneficiadas centenas de cidades e localidades que jamais tinham usufruído do benefício da energia elétrica, nelas resultando inesperados surtos de desenvolvimento.

A par da sua missão fiscalizadora e de orientação técnica que assegure a qualidade dos serviços de energia elétrica a todos os consumidores do Brasil, a Aneel também se devota ao objetivo, fundamental para o desenvolvimento nacional, de estabelecer as condições para o aumento da oferta de energia elétrica, a fim de suprir o crescimento de demanda previsto para os próximos anos. Programas são desenvolvidos, que se inserem no âmbito do Plano Plurianual 2000/2003, sintonizados com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal.

No final de 1998, a capacidade instalada nacional alcançava 62,2 mil megawatts. O objetivo é ampliar a oferta em cerca de 20 mil megawatts. Para tanto,

estão sendo adotadas ações múltiplas. Além da ampliação da geração hidrelétrica, que é a vocação brasileira, e da expansão da rede de transmissão, busca-se, com grande otimismo, o aumento da participação das usinas termelétricas a gás natural e coogeração; incentivam-se as fontes de energias renováveis (eólica, solar etc), objeto, aliás, de projeto em tramitação que apresentei nesta Casa; programam-se a importação de energia elétrica de países vizinhos e o uso racional de energia mediante programas de eficiência energética e de pesquisa.

Das vinte e três usinas que se encontravam paralisadas em 1994, quinze foram concluídas, num total de 8.229 megawatts e investimentos de R\$11,9 bilhões, cerca de dois terços de capital privado, providenciando-se a conclusão das demais com a parceria privada.

A política da Aneel, na fiscalização, é a de exercê-la para prevenir problemas e corrigir irregularidades, sempre atenta para a satisfação dos consumidores. Analisa as falhas no abastecimento, os níveis de tensão incorretos, os índices de qualidade fora dos padrões estabelecidos. Em relação ao atendimento ao consumidor, está entre outras de suas tarefas exigir das concessionárias locais de atendimento com estrutura física ou de pessoal adequada, cortesia no atendimento, além de outras providências de seu dever.

A Aneel, no ano passado, assinou dois mil convênios com o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) para aferir, por amostragem, os medidores de luz dos consumidores, evitando com isso a ocorrência de cobranças indevidas nas contas.

Várias punições foram impostas a concessionárias, notadamente as referentes aos "apagões" de março de 1999, inclusive empresas estatais, penalizadas com multas já pagas. A principal preocupação da Agência, porém, foi determinar às empresas envolvidas a execução de medidas que visam modernizar e aumentar a segurança do sistema interligado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho esperança de que a Agência Nacional de Energia Elétrica, em pleno funcionamento, possa, de fato, constituir-se em uma espécie de catapultadora de desenvolvimento nessa área fundamental da economia deste País.

Os problemas com energia elétrica e com a distribuição de água potável são fundamentais, e todos nós, Governantes e Parlamentares, não podemos, em momento algum, negligenciar as providências e as ações em torno dessas questões vitais para o crescimento do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 5ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia **18 de abril de 2001**, quarta-feira, às 17h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a ouvir o foneticista Prof. Dr. **RICARDO MOLINA DE FIGUEIREDO**, do Instituto de Pesquisa e Processamento de Som, Imagens e Texto Ltda., Campinas-SP, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

Brasília, 5 de abril de 2001



SENADOR RAMEZ TEBET

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

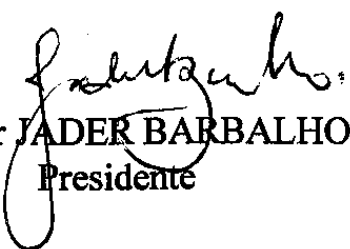
ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 135, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4356/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor WELLINGTON PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 4688, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador José Coelho.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

Ofício n.º 124 /2001-PRES

Brasília, 09 de abril de 2001.

Senhor Ministro,

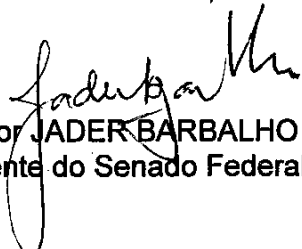
Pelo Aviso nº 035 MME, de 20.03.2001, enviado a esta Presidência, Vossa Excelência solicitou que fosse autorizada a cessão, a esse Órgão, do servidor WELLINGTON PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 4688, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo/Processo Legislativo do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Ministro.

Em resposta à solicitação, tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que deferi a cessão sob exame, **com ônus para esta Casa Legislativa.**

Esclareço, por oportuno, que o Regulamento Administrativo do Senado Federal dispõe que deverão ser comunicadas à Subsecretaria de Administração de Pessoal desta Casa apenas as alterações de frequência do servidor, observadas as seguintes datas:

- a) até o dia 05 de cada mês, as alterações ocorridas na segunda quinzena do mês anterior;
- b) até o dia 20 de cada mês, as alterações ocorridas na primeira quinzena do respectivo mês.

Atenciosamente,



Senador JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

À Sua Excelência o Senhor
JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA
Ministro de Estado de Minas e Energia
N E S T A

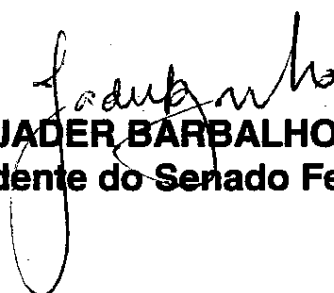
ATO DO PRESIDENTE
Nº 136, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

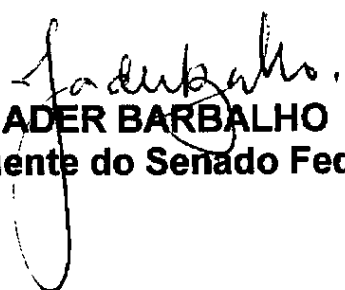
**ATO DO PRESIDENTE
Nº 137, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **DERALDO RODRIGUES GOULART** para exercer cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Projetos Especiais, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.

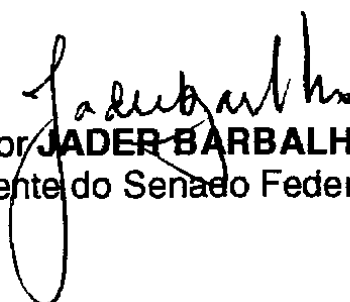

JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE Nº 138, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 141 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 002027/00-3,

RESOLVE cassar a aposentadoria de José Carlos Alves dos Santos, concedida pelo Ato nº 844, de 1991, do Presidente do Senado Federal, visto haver praticado, quando em atividade, ou seja, antes de decretada a aposentadoria, falta prevista no art. 117, IX e XII, bem como no art. 132, I, IV, XI e XIII, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com o art. 134, combinado com o art. 127, IV, da mesma lei.

Brasília, 5 de abril de 2001.

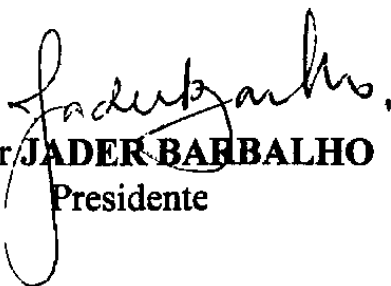

Senador **JADER BARBALHO**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 139, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004451/01-5

RESOLVE designar o servidor **GILSON ANTONIO DE BARROS**, matrícula 4588, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, com efeitos financeiros a partir de 23 de março de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

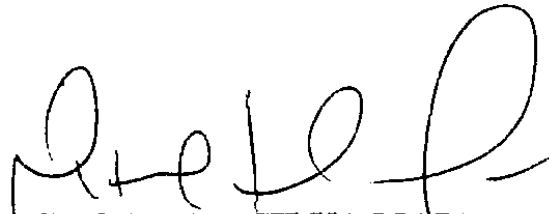
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 636, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004835/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS**, matrícula 4705, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Biblioteca, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Desenvolvimento de Coleções do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 637, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004834/01-1,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA DE FATIMA PEREIRA JAEGGER**, matrícula 4878, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Biblioteconomia, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Desenvolvimento de Coleções do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2001, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 638, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004838/01-7,

RESOLVE dispensar a servidora **ANA ALVES GONÇALVES DE ARAÚJO**, matrícula 2903, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Biblioteca, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.

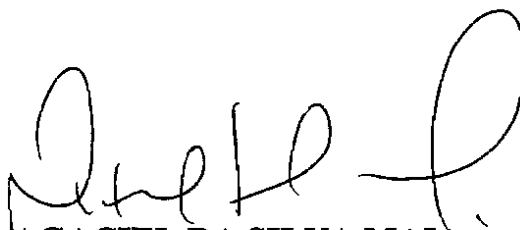

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 639, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004837/01-0,

RESOLVE dispensar a servidora **LIVIA SANTOS GOMES DA SILVA**, matrícula 2887, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Biblioteca, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Processos Técnicos do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 640, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004836/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora **SILVIA REGINA GIORDANI PEREIRA**, matrícula 4909, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Biblioteconomia, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Processos Técnicos da Subsecretaria de Biblioteca, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2001, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.

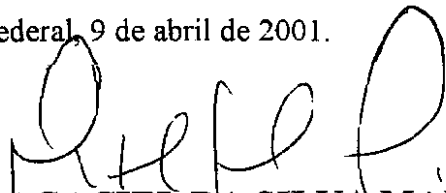

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 641, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005263/01-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VERA LÚCIA RODRIGUES ESPINDULA**, matrícula n.º 30521, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador José Roberto Arruda, a partir de 03 de abril do corrente ano.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 642, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004933/01-0,

RESOLVE designar a servidora **AURORA PEREIRA CAVALCANTE FRANÇA**, matrícula 3990, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Sergio Machado, com efeitos financeiros a partir de 02 de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.



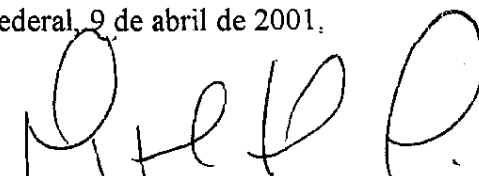
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 643, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 005252/01-6 e 005253/01-2,

R E S O L V E exonerar **RENATO LOBÃO FERREIRA**, matrícula n.º 31510, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Edison Lobão e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.

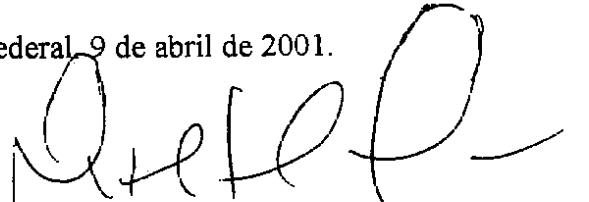

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 644, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005147/01-8**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GUSTAVO RODRIGUES MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.

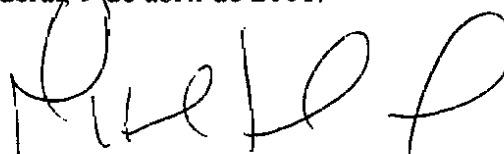

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 645, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos ns. 005254/01-9 e 005255/01-9,

R E S O L V E exonerar **BRAUNNER FASSHEBER NOVAIS**, matrícula n.º 30.363, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Edison Lobão e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 646, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005131/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora **ERIKA AMADO FREIRE**, matrícula 4463, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Técnico da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 4 de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 647, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005068/01-0,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO PETRUS NETO, matrícula 3358, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador José Eduardo Dutra, com efeitos financeiros a partir de 03 de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 648, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004665/01-5

RESOLVE dispensar o servidor EGNALDO ROCHA COSTA, matrícula 4932, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Geraldo Melo, com efeitos financeiros a partir de 28 de março de 2001, e lotá-lo “ex-offício” no Serviço de Transporte, como Motorista, a partir da mesma data.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 649, DE 2001**

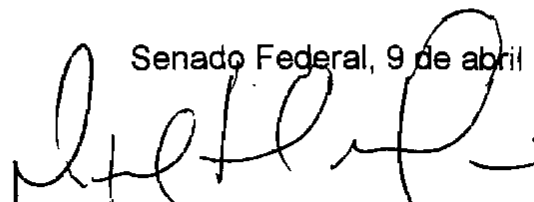
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E,

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta dias), o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 08/2001-DGER, e nomear o Servidor Ronaldo Silva, mat. 3308, para integrar a Comissão, e o Servidor Edgar Benicio Rosa, mat. 5050, em substituição ao Servidor Agnaldo Scardua, mat. 4068.

Art. 2º - Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março do corrente ano.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

***ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 650, DE 2001***

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º001245/99-6

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I alínea "a" da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a NAIR SANTOS, na condição de viúva, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor OLIVIO JACINTO DOS SANTOS, a partir data do óbito, 19/01/99.

Senado Federal, 29 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

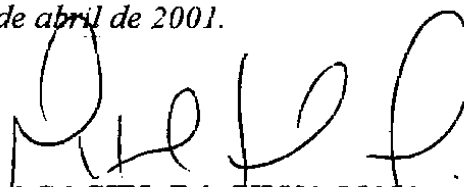
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 651, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000606/00-6,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alíneas "a" e "b", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a IVANA QUARANTA TRINDADE SILVA, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), e pensão temporária a BRUNO QUARANTA TRINDADE SILVA, na condição de filho menor, e GABRIEL CÂNDIDO DE OLIVEIRA TRINDADE SILVA, na condição de menor sob guarda, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada um, dos proventos que percebia o ex-servidor GEORGE DELANOU TRINDADE SILVA, a partir data do óbito, 08/01/2000.

Senado Federal, 3 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

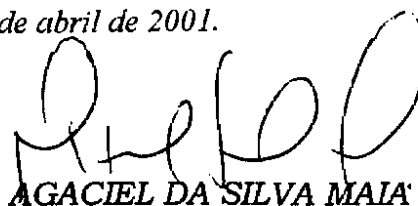
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 652, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004262/01-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea a, e inciso II, alínea a, da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a VÂNIA PEREIRA DOS SANTOS VIANA, na condição de cônjuge, na proporção de 5/10 (cinco décimos), bem como conceder pensão temporária a KELLY RODRIGUES DOS SANTOS VIANA, a KARLA RODRIGUES DOS SANTOS VIANA, a KARINE RODRIGUES DOS SANTOS VIANA, a RALF PEREIRA DOS SANTOS VIANA e a LEONARDO PEREIRA DOS SANTOS VIANA, na condição de filhos menores, na proporção de 1/10 (um décimo) para cada, da remuneração que percebia o ex-servidor AFONSO RODRIGUES VIANA, matrícula 04147, a partir da data do óbito, 11/03/2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.



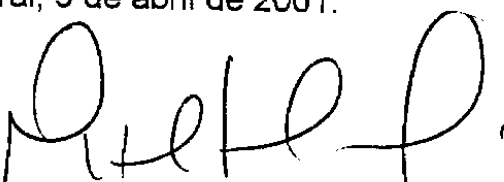
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 653, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**: tornar sem efeito o Ato nº 592, de 2001-DGER, publicado no BAP nº 2304 de 6 de abril de 2001.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.

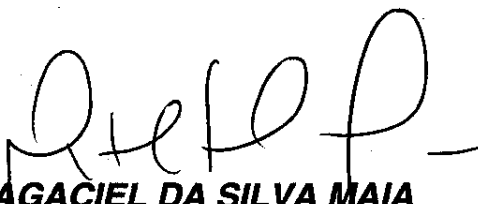


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 654, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, **RESOLVE** exonerar na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei 8.112, de 1990, **CLÉIA MESQUITA ISABEL DA SILVEIRA**, matrícula nº 31.035, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PDT, e nomeá-la para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício o Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 655, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.383/01-5

RESOLVE aposentar, por *invalidez*, com proventos *integrais*, o servidor **João Carlos Gomes**, *Analista Legislativo*, Área 2, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, *com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98*, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no *artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal*.

Senado Federal, 9 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral